

CSO -NL INE

REVISTA
ELETRÔNICA
DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS

DOSSIÊ

Os Estudos
Sociais da Ciência
e Tecnologia e a
esfera pública
contemporânea

n.34
2021

ISSN 1981 - 2140

CSOnline

Revista Eletrônica de Ciências Sociais

EQUIPE EDITORIAL

Carlos Eleonay Meirelles Garcia
Daniela Alexandre Ferreira
Denise Cristina de Moura
Eric Barbosa Fraga
Laura Mostaro Pimentel
Luiza Cotta Pimenta
Mariane Rodrigues Silva

REVISÃO

A responsabilidade final sobre a revisão dos textos da CSOnline –
Revista Eletrônica de Ciências Sociais é dos próprios autores.

PROJETO GRÁFICO

Raquel Medeiros

CAPA

Luan Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Cássio Brancalone (UFFS)
Diogo Tourino (UFV)
Eduardo Salomão Condé (UFJF)
Eduardo Magrone (UFJF)
Elizabeth Pissolato (UFJF)
Euler David Siqueira (UFJF)
Fátima Tavares (UFBA)
Francisco Colom González (IFCSIC/Espanha)
Inácio Manuel Cruz (FIC)
Ignácio Godinho Delgado (UFJF)
Jessé Souza (UFJF)
João Dal Poz Neto (UFJF)
José A. Figueiredo Santos (UFJF)
Juliana Anacleto (UFMG)
Jurema Gorski Brites (UFSM)
Leonardo Andrada (UFJF)
Marcela Beraldo (UFJF)
Marcelo Camurça (UFJF)
Octávio Bonet (UFRJ)
Paulo Fraga (UFJF)
Raul Francisco Magalhães (UFJF)
Rogéria Campos (UFJF)
Rubem Barboza Filho (UFJF)

Sumário

Nota Editorial	5
Luiza Cotta Pimenta	
Dossiê Os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e a esfera pública contemporânea	
APRESENTAÇÃO	
Bruno Lucas Saliba de Paula, Carolina Faraoni Bertanha	7
Gênero e TI: Qual o lugar das mulheres na área de tecnologia?	
Ingrid Visentini, Alexia Donida e Laura Senna	13
O Estado controla a internet? Um panorama do debate sobre a regulação da liberdade de expressão online	
Tatiane Guimarães	38
Dando o sangue: ciência em tempos de Zika	
Soraya Fleischer	63
Redes de comunicação pública, múltiplas ontologias e participação política das mulheres a partir da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos	
Táise Barfknecht	88
A onto-política do cuidado multiespécies: a proteção da vida silvestre na Costa Rica durante a pandemia da Covid-19	
Luis M. Barboza-Arias	116
Artigos de fluxo contínuo	
A heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo à luz do pensamento de Judith Butler	
Thiago Carvalho e David Araújo	151
O ritual do batismo e as possibilidades da construção de identidade religiosa	
Edivaldo Menezes	173
As “famílias que escolhemos” pelo facebook: notas sobre inseminação caseira, tentantes e doadores	
Lucas Woltmann Figueiró	193
As cotas no curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	

Resenhas

Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada (Richard Miskolci)

Carolina Vila Ramos Santos

229

Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica (Rosana Castro)

María Florencia Chapi

236

Nota Editorial

Este segundo volume de 2021 da Revista CSOnline é composto pelo dossiê Os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e a esfera pública contemporânea, organizado por Bruno Lucas Saliba de Paula e Carolina Faraoni Bertanha. O dossiê conta com cinco artigos: *Gênero e TI: Qual o lugar das mulheres na área de tecnologia?*, de autoria de Ingrid Visentini, Alexia Donida e Laura Senna; *O Estado controla a internet? Um panorama do debate sobre a regulação da liberdade de expressão online*, de Tatiane Guimarães; *Dando o sangue: ciência em tempos de Zika*, de Soraya Fleischer; *Redes de comunicação pública, múltiplas ontologias e participação política das mulheres a partir da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos*, de Taíse Barfknecht; e *A ontopolítica do cuidado multiespécies: a proteção da vida silvestre na Costa Rica durante a pandemia da Covid-19*, de Luis M. Barboza-Arias.

Na seção artigos de fluxo contínuo, contamos com cinco trabalhos, que são: *A heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo à luz do pensamento de Judith Butler*, de Thiago Carvalho e David Araújo; *O ritual do batismo e as possibilidades da construção de identidade religiosa*, de Edivaldo Menezes; *As “famílias que escolhemos” pelo facebook: notas sobre inseminação caseira, tentantes e doadores*, de Lucas Woltmann Figueiró; e *As cotas no curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro* de Tarcília Nascimento e Luiz Antonio Belletti.

Nesta edição contamos com resenhas de duas obras: *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada* (Richard Miskolci) por Carolina Vila Ramos Santos e *Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica* (Rosana Castro) de María Florencia Chapini.

Ao longo deste último ano estive como editora-chefe da Revista CSOnline e durante este período de ajustes e de organização da equipe editorial, pude contar com o apoio dos colegas para a realização desta tarefa. Agradeço a todos pelo empenho e carinho, principalmente aos colegas que colaboraram ativamente nesta edição de número 34, e que não poderia deixar de nomear: a colega Laura Mostaro Pimentel, que também se despede da editoria executiva, Mariane Rodrigues Silva, Denise Cristina de Moura, Eric Barbosa Fraga e Carlos Eleonay Meirelles Garcia.

Nota Editorial

Neste mês de maio de 2022, me despeço dessa editoria com a sensação de dever cumprido, desejando sorte aos colegas que passarão a desempenhar esta atividade tão importante a partir deste ano.

Boa leitura,

Luiza Cotta Pimenta

Editora executiva da Revista CSOnline.

APRESENTAÇÃO – OS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Bruno Lucas Saliba de Paula¹

Carolina Faraoni Bertanha²

A área interdisciplinar dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), de forma geral, tem como foco o entendimento das origens, dinâmicas, práticas, significados e efeitos que as ciências e tecnologias adquirem em suas relações com as sociedades. Em outras palavras, interessa-se pelo estudo da ciência e da tecnologia em seu contexto social, ou seja, o conhecimento científico e as tecnologias participam do mundo social, sendo modeladas por ele e, simultaneamente, o modelando. Essa premissa basilar significa a co-produção entre ordem social e a tecnociência e a inseparabilidade entre o material e o social. Dessa forma, os ESCT exploram os poderes transformativos da ciência e tecnologia em arranjar e rearranjar as sociedades contemporâneas, ao considerar que ambas estão entre as formas de atividade humana mais significativas ao longo da Modernidade ocidental, sendo inseparáveis de sua organização social, política e econômica.

Recentemente, sobretudo com o irrompimento da pandemia de COVID-19 a nível global, evidenciaram-se as incertezas que perpassam os modos de vida nas sociedades industriais, marcadas por avanços tecnocientíficos e pelo imbricamento entre ciência, Estado e capital. É sabido que, em boa medida, a Modernidade fundamenta-se na narrativa triunfalista do controle racional sobre a natureza e os processos socioeconômicos, algo a ser alcançado por meio dos artifícios proporcionados pela tecnociência. Por outro lado, são patentes os efeitos impremeditados associados à proliferação de riscos produzidos pela ciência e pela tecnologia (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009), o que inclusive motivou proposições de que sobretudo as sociedades do centro do capitalismo mundial estariam a experimentar um novo tipo de

¹ Professor do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Diamantina). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa Ciências, Tecnologias e Públicos (CTP/UnB). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Contato: bruno.paula@uemg.br.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa Ciências, Tecnologias e Públicos (CTP/UnB). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: carolfbertanha@gmail.com.

Modernidade, “reflexiva”, atrelada a uma sociedade “de riscos”, profundamente marcada por incertezas e controvérsias científicas (BECK, 2010). Diante disso, reduziram-se as expectativas em torno das respostas tecnocráticas propostas por especialistas que, imbuídos de uma autoridade epistêmica incontestada, seriam capazes de resolver as “externalidades” produzidas pela própria tecnociência. A partir daí, novos arranjos entre ciência e sociedade foram propostos, de modo a fomentar uma postura mais aberta, dialógica e transparente entre *experts* e os públicos ditos “leigos” (JASANOFF, 2003).

Este dossiê, cuja abrangência contempla uma discussão ampla e aberta sobre os ESCT e a esfera pública contemporânea, tem como objetivo apresentar textos e reflexões originais que procurem responder à seguinte questão: qual é o lugar das ciências e das tecnologias na arena pública hoje? A partir de uma considerável diversidade temática, bem como de uma variedade de abordagens teórico-metodológicas, os artigos aqui reunidos procuram, cada um à sua maneira, responder a essa questão. O/a leitor/a encontrará, portanto, um rico panorama das pesquisas produzidas atualmente no Brasil no âmbito dos ESCT.

Em “Gênero e TI: qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia”, Ingrid Schmidt Visentini, Alexia Donida e Laura Senna Ferreira apresentam uma estrutura generificada no segmento de tecnologia da informação (TI), área predominantemente masculina e que reserva inúmeros obstáculos à participação feminina. Além disso, as autoras trazem uma descrição precisa do *habitus* que emerge no âmbito desse setor profissional, baseado num estilo de vida alinhado ao capitalismo contemporâneo de contornos neoliberais. Através de entrevistas semiestruturadas com estudantes e profissionais atuantes na área de TI na cidade gaúcha de Santa Maria, Visentini, Donida e Ferreira produzem resultados que constituem um relevante estudo de caso sobre a divisão sexual do trabalho, além de ressaltar o caráter sexista da produção da ciência, tecnologia e inovação (LIMA; BRAGA; TAVARES, 2015). Finalmente, a abordagem das pesquisadoras não se restringe apenas à dimensão de gênero, mas se atenta igualmente ao processo de precarização no setor de TI que, no contexto de “flexibilização” típico do trabalho imaterial e cognitivo (CORSANI, 2003), não cessa de produzir a massa de “infoproletários”.

Diante da proliferação de ferramentas para produzir e circular conteúdos online, surge a questão sobre como promover a

regulação daquilo que é compartilhado na Web a fim de evitar, por exemplo, a disseminação de discursos de ódio, notícias falsas e a violação de direitos autorais. Essa questão se complexifica se levada em conta a necessidade, e os limites, da liberdade de expressão dos/as usuários/as das plataformas online. Podem, então, os Estados Nacionais exercer algum tipo de controle sobre a arquitetura e sobre aquilo que circula no ciberespaço? Ou resta apenas aos agentes privados que criam e administram plataformas a tarefa de regular – comumente com base em critérios não transparentes e a partir de decisões automatizadas através de algoritmos – o que ali circula? Em “O Estado controla a Internet? Um panorama do debate sobre a regulação da liberdade de expressão online”, Tatiane Guimarães busca problematizar essas questões a partir da perspectiva do Direito sem, contudo, deixar de dialogar com os ESCT, sobretudo em suas vertentes interessadas na produção de uma “sociedade de caixa preta” através da incorporação de algoritmos cuja operatoriedade nem sempre é clara (GILLESPIE, 2018).

“Dando o sangue: Ciência em tempos de Zika” aborda as relações entre ciência e sociedade de forma original e arguta, através das relações entre mãe e filha acometidas pelo vírus zika com equipes de pesquisadores sobre o controverso tema. Por meio sobretudo das reflexões suscitadas pelas experiências dos sujeitos participantes de pesquisa que convivem com a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), são analisados temas caros aos ESCT: a percepção pública da ciência, o ethos da comunidade científica (bem como as interpelações a ele direcionadas), a redefinição das fronteiras entre leigos e especialista, as questões éticas em torno das atividades de pesquisa, entre outros. A título de exemplo, mãe e filha que convivem com a SCVZ desenvolvem, na condição de “usuárias da ciência”, uma tipo específico de expertise que as capacita a levar a cabo um processo de “cooperação epistêmica” (EPSTEIN, 2008) junto a pesquisadores da doença. Assim, o estudo de Soraya Fleischer contribui de modo um tanto relevante e inédito, posto que baseado num caso sucedido num contexto de periferização, para a vasta literatura interessada no que Paul Rabinow (1991) definiu como “biossociabilidade” (GIBBON; NOVAS, 2008), ou seja, os novos modos de subjetivação e as novas formas de subjetividade constituídas a partir de condições corporais e biológicas e que comumente apresentam efeitos políticos notáveis (PAULA; SANTANA, 2021). Por fim, é preciso ressaltar ainda a qualidade do gesto reflexivo adotado ao final do artigo,

que, num espírito de meta-ciência, direciona à Antropologia os mesmos questionamentos feitos em relação a outros campos do conhecimento.

O artigo “Redes de comunicação pública, múltiplas ontologias e participação política das mulheres a partir da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos” apresenta uma profícua discussão acerca do papel que a tecnologia e os canais digitais exercem sobre a defesa de direitos humanos e no exercício da cidadania, tendo como foco de análise a atuação da ONG Themis. Esta organização sul-rio-grandense atua na formação de Promotoras Legais Populares dedicadas à multiplicação de conhecimentos sobre os direitos das mulheres, tendo apresentado no âmbito de seu exercício o aplicativo PLP 2.0, ferramenta que, entre outros objetivos, se destina à comunicação entre mulheres em situação de violência com medida protetiva e órgãos policiais em casos de violação de determinação judicial. Pautada na Teoria Ator-Rede (TAR) e na concepção de interesse público (LATOUR, 2012; WEBER, 2017), em que se pressupõe movimento, tensões e a constituição de agregados sociomateriais, ou na concepção de Mol (1999), de políticas ontológicas, Taíse Souza Barfknecht traz uma importante reflexão sobre a intersecção entre humanos e não-humanos, aprofundando a discussão sobre como diferentes atores-redes, dispositivos e artefatos podem impactar na participação política das mulheres e no fortalecimento coletivo de agregados.

A pandemia de COVID-19 e o isolamento social que a seguiu trouxeram uma série de novos questionamentos nas esferas sociais, políticas, econômicas, sanitárias e ambientais. Numa era do Antropoceno, em que as ações antrópicas conformam um cenário de alterações planetárias, esses novos questionamentos tomam lastro na reflexão sobre quais naturezas habitamos e interagimos, quais futuros e imaginários queremos e sobre com quem nos aliamos nessa empreitada. Nessa toada, o artigo “A ontopolítica do cuidado multiespécies: a proteção da vida silvestre na Costa Rica durante a pandemia da Covid-19” se debruça, com um firme tratamento teórico-metodológico, sobre o recorrente avistamento de espécies da fauna silvestre em espaços comumente humanos no início do isolamento social, especificamente de antas e coiotes na Costa Rica nos primeiros meses de pandemia. Analisando e tensionando criticamente as implicações ontopolíticas desses avistamentos e sua relação com o desenvolvimento de programas de proteção à biodiversidade, Luis Barboza argumenta que essas vivências alteram a percepção

humana sobre as paisagens e os modos de vida mais que humanos, instaurando a preocupação com a coexistência multiespécies de forma cuidadosa.

É com enorme satisfação que apresentamos, então, os trabalhos aqui reunidos. Fruto de um trabalho editorial de excelente qualidade por parte da equipe da CSOnline, além de contribuições extremamente propositivas e engrandecedoras oriundas do corpo de pareceristas que contribuiu com a avaliação dos artigos, este dossiê chega ao público num momento em que são prementes as reflexões sobre os imbricamentos entre tecnociência e sociedade. Nossa expectativa é que os/as leitores/as, tanto das Ciências Sociais quanto de outras áreas, assim como o público em geral, possam se familiarizar com os ESCT. As análises ora apresentadas, de notável caráter interdisciplinar e com uma diversidade de perspectivas, seguramente oferecem subsídios para a reflexão crítica das relações entre ciência, tecnologia e sociedade na contemporaneidade. Bom proveito e uma ótima leitura!

Referências

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2009.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.15–32.

EPSTEIN, Steven. Patient groups and health movements. In: HACKETT, E. et al. (Orgs.). *The Handbook of Science and Technology Studies*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2008, p. 499–539.

GIBBON, Sahra; NOVAS, Carlos. Introduction: biosocialities, genetics and the social sciences. In: GIBBON, Sahra; NOVAS, Carlos (Orgs.). *Biosocialities, Genetics and the Social Sciences*. London and New York: Routledge, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, v. 6, n. 1, 2018.

JASANOFF, Sheila. Tecnologias da humildade: participação cidadã na governança da ciência. *Soc. estado*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 565–589, 2019.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador-Bauru: Edufba-Edusc, 2012.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *Revista Gênero*, v. 16, n. 1, 2015.

Apresentação – Os estudos sociais da Ciência e Tecnologia e a esfera pública

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. In.: LAW, John; HASSARD, John. (Eds.). *Actor-network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999.

RABINOW, Paul. Artificialidade e ilustração: da sociobiologia à bio-sociabilidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, 1991, p. 79–94.

PAULA, Bruno; SANTANA, Igor. Políticas do corpo: associações de pacientes e reconfigurações da cidadania. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310117>>.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). *Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.

GÊNERO E TI: QUAL É O LUGAR DAS MULHERES NA ÁREA DE TECNOLOGIA?

Íngrid Schmidt Visentini¹

Alexia Donida²

Laura Senna Ferreira³

Resumo

Este artigo traz uma análise das relações de gênero e de trabalho na área de Tecnologia da Informação (TI) na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A partir das questões analisadas, atenta-se para a importância de um recorte de gênero em um campo majoritariamente dominado por homens e caracterizado por exigências tidas como masculinas — liderança, determinação, autonomia —, apresentando-se, assim, um perfil de profissional que reforça a divisão sexual do trabalho, fato expresso pelo baixo número de mulheres no mundo do trabalho da TI. A pesquisa foi realizada ao longo dos anos de 2017 e de 2018, desenvolvida junto a estudantes, a trabalhadores e a empreendedores do setor, bem como entre representantes das principais instituições que fomentam o empreendedorismo na cidade de Santa Maria.

Palavras-chave: Gênero. Tecnologia da Informação. Mundo do trabalho.

Gender and IT: what's the place of women in the field of technology?

Abstract

This article presents an analysis of gender and work relations in the Information Technology (IT) area in the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul. Based on the analyzed question, our attention is oriented to the importance of a gender approach in a field mostly dominated by men and characterized by demands seen as masculine — leadership, determination, autonomy —, thus presenting a

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição (2020). Vinculada ao Laboratório de Investigação Sociológica (Labis/UFSM) e integrante do Núcleo de Estudos do Trabalho (NUEST). Experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho. Pesquisas desenvolvidas especialmente nos temas: gênero e direito, gênero e educação, gênero e trabalho, empregabilidade e empreendedorismo no setor de tecnologia da informação. Atualmente pesquisa sobre a inserção de músicos no mercado de trabalho. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6183736952034278>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1771-3424>. Contato: ingridvisentini@hotmail.com

² Graduanda no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Iniciou na pesquisa como bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS ligada ao Laboratório de Investigação Sociológica (Labis/CCSH/UFSM). Atua como educadora voluntária do projeto de extensão Práxis - Educação Popular, da UFSM (Santa Maria/RS), ministrando aulas de Sociologia. Além de ter pesquisado fatores de empreendedorismo e empregabilidade no setor da Tecnologia de Informação enquanto bolsista FAPERGS, na linha de pesquisa da Sociologia do Trabalho, hoje usa a Teoria do Reconhecimento para investigar de que formas o Movimento Escola Sem Partido afetou o auto-reconhecimento de mulheres lésbicas durante o Ensino Médio. Contato: alexiaadonida@gmail.com.

³ Professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, especialmente nos temas: ideologias e trabalho, flexibilidade e direitos, conflitos e resistências laborais, gênero e trabalho, educação e trabalho, reestruturação produtiva e modelos de desenvolvimento. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4564-1971>. Contato: laurasennafe@hotmail.com.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

professional profile that reinforces the sexual division of labor, a fact expressed by the low number of women in the IT world of work. The research was carried out over the years 2017 and 2018, developed with students, workers and entrepreneurs in the sector, as well as among representatives of the main institutions that promote entrepreneurship in the city of Santa Maria.

Keywords: Gender. Information Technology. World of work.

Género y TI: ¿cuál es el lugar de las mujeres en el campo de la tecnología?

Resumen

Este artículo presenta un análisis de las relaciones de género y de trabajo en el área de Tecnologías de la Información (TI) en la ciudad de Santa María, Rio Grande do Sul. A partir de los temas analizados, se llama la atención sobre la importancia del enfoque de género en un campo dominado mayoritariamente por hombres y caracterizado por demandas consideradas como masculinas — liderazgo, determinación, autonomía —, presentando así un perfil profesional que refuerza la división sexual del trabajo, un hecho expresado por el bajo número de mujeres en el mundo laboral de TI. La investigación se realizó a lo largo de los años 2017 y 2018, se desarrolló con estudiantes, trabajadores y empresarios del sector, así como entre representantes de las principales instituciones que promueven el emprendimiento en la ciudad de Santa María.

Palabras-clave: Género. Tecnologías de la Información. Mundo laboral.

Introdução

O setor de Tecnologia da Informação (TI) é fortemente caracterizado por novas práticas e por novas ideologias de gestão empresarial, com forte incentivo à abertura do próprio negócio, contando, também, com um perfil idealizado de profissionais de TI, incorporando elementos como flexibilidade, criatividade, inovação, autonomia, engajamento e proatividade. Estas características são, além de requeridas, desenvolvidas ativamente pelos sujeitos atuantes na área, com os objetivos de enriquecer suas habilidades e de estabelecer diferenciais no mercado de trabalho, criando um *habitus*⁴ próprio do segmento. Dessa forma, na constituição de grupo na categoria profissional da TI, são incorporadas certas práticas, que constituem um estilo de vida, tratando-se de um conjunto de ideias, de ações e de comportamentos, que leva os indivíduos a adotar um determinado modo de ser distinto de outros.

Em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, o setor da TI vem crescendo nos últimos anos como uma aposta para o desenvolvimento da cidade, em que predomina o setor de comércio, desde a sua origem. A entrada desta nova área no funcionamento do município envolveu, e continua envolvendo, o fomento aos ideais do empreendedorismo, por parte das principais instituições responsáveis pelo desenvolvimento da cidade.

Consideramos adequado, para estabelecer um quadro geral sobre a área, retomar a obra de Boltanski e Chiapello (2009), na qual são abordadas as mudanças ideológicas que acompanharam as recentes transformações do capitalismo no século XX – modificações da organização e das formas de acumulação e de trabalho. Nos novos discursos envolvendo o mundo do trabalho e da empresa, o empreendedorismo emerge como alternativa econômica individual, estando associado a um novo estilo e modo de ver a vida. Para o autor e a autora, os ideais de empreendedorismo e empregabilidade são as qualidades dominantes do novo espírito do capitalismo, consistindo nos principais veículos de difusão de modelos ideais para abertura do

⁴ Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (BOURDIEU, 2007, p. 163).

próprio negócio e tendo, dessa forma, trabalhadores que também serão imersos nessa lógica, mantendo o modelo empreendedor.

Isto se relaciona diretamente com as mudanças observadas no setor de TI, devido ao fato de que, para o preparo de uma nova área, visando ao desenvolvimento, houve a importação de novas representações e significações de empresa e de processos econômicos, contando com elementos específicos, tais como: hierarquia desmontada; organização flexível, em relação ao emprego; adaptabilidade a transformações; e grupos de trabalhadores e de trabalhadoras sempre informados sobre as novidades em TI e permanentemente à frente da concorrência.

Outros motores ligados à área de TI são o empreendedorismo e a empregabilidade⁵, uma vez que a demanda do segmento por profissionais dotados da qualidade de autogerência estimula os ideais empreendedores de modo meritocrático. Esse estímulo, no entanto, não tem início somente com a entrada do profissional no mercado de trabalho, uma vez que, desde o início dos estudos destes profissionais, é-lhes exigida grande autonomia com relação à obtenção e à compreensão plena de informações e de conhecimentos da área, como pudemos notar nas entrevistas realizadas com estudantes de cursos de TI.

Este estudo resulta de um recorte da pesquisa empírica, realizada ao longo dos anos de 2017 e de 2018, sobre os modos de vida, sobre a economia moral e sobre os conflitos sociais no mundo do trabalho, o qual foi dividido em três etapas de desenvolvimento: mapeamento de dados, elaboração e aplicação de entrevistas e de questionários, e tratamento dos dados. A primeira etapa tratou do mapeamento das principais políticas públicas e ações institucionais destinadas a promover os desenvolvimentos econômico e social da cidade, especialmente, aquelas dirigidas à área de tecnologia; da coleta de dados quantitativos sobre os perfis do mercado de trabalho local, da força de trabalho e do caráter das atividades econômicas do município; e da pesquisa bibliográfica, referente às categorias trabalho, empregabilidade, empreendedorismo, territorialidade e desenvolvimento.

⁵ Designa a capacidade das pessoas de se atualizarem e de trabalhar por projetos. A passagem de um projeto para outro é a oportunidade de aumentar a própria empregabilidade. Este é o capital pessoal que cada um deve gerir, constituído pela soma de suas competências mobilizáveis. Considera-se que uma empresa oferece certa forma de garantia quando, em vez de evitar demissões e prometer carreiras, ela não destrói a empregabilidade de seus assalariados, mas, ao contrário, a desenvolve. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 126)

A segunda etapa foi composta da execução de entrevistas semiestruturadas gravadas (e, posteriormente, transcritas) e da aplicação de questionários⁶. O público das 31 entrevistas foi composto por estudantes da área de TI, por empreendedores do segmento da Tecnologia da Informação, por gestores públicos e por lideranças políticas, que promovem ações de desenvolvimento local, bem como por trabalhadores do segmento da Tecnologia da Informação. As entrevistas foram realizadas com nove estudantes da área de TI, compreendendo os cursos de ciência da computação e de engenharia da computação; com sete funcionários da área de TI; com nove empresas de TI; e com seis representantes de instituições atuantes no setor.

De modo geral, a pessoa profissional do setor da TI está associada a determinados atributos: proatividade, procura ativa por desenvolvimento, envolvimento em projetos, busca constante de clientes, de recursos e de relações sociais que possam ser úteis para empregos, negócios e produtos, além de dedicação à atividade, uma vez que as pessoas profissionais de TI se envolvem subjetivamente com a área.

Esses atributos intensificaram as dificuldades de acesso a pessoas disponíveis para a pesquisa, uma vez que as rotinas de trabalho e de estudo dos indivíduos do público-alvo deixa pouco tempo disponível para a execução de entrevistas. Para encontrar esta disponibilidade, foi necessário dedicar um tempo maior do que o previsto, sendo assim algumas das entrevistas foram realizadas na terceira fase da pesquisa, em que foram feitas, também, as transcrições e as análises destas e das demais entrevistas.

Foram constatadas a partir do acesso a pesquisas como a de Jane Margolis (2003), a baixa adesão, a não permanência e a baixa participação de mulheres no setor de TI, elementos que foram igualmente percebidos no contexto santa-mariense. Neste estudo, atenta-se para a relevância de uma perspectiva sociológica, com enfoque na problematização das relações de gênero em um mercado de trabalho que possui, entre suas características principais, a liderança, a determinação e a autonomia, propriedades comumente tidas como “masculinas” em um campo também majoritariamente dominado por homens, o que diferencia grandemente a inserção de mulheres na área da TI. Identifica-se a forma, pela qual as relações de gênero se apresentam neste setor,

⁶ Este processo ocorreu com o devido conhecimento das entrevistadas e dos entrevistados, que fizeram a leitura e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

desde o curso superior, até o mercado de trabalho, e se procura tornar visível a especificidade da divisão sexual do trabalho no segmento da TI.

Relações de gênero e capitalismo

A partir de Maria Cruz (2002), podemos pensar em uma análise sobre as mulheres na área da tecnologia, envolvendo considerações em relação aos processos da sociedade que se originam no centro — e não na periferia — da vida social, bem como em um diálogo entre as duas grandes tendências conflitantes que moldam o mundo de hoje: o processo de globalização e a identidade. Com as transformações do capitalismo produziu-se uma onda poderosa de expressões de identidade coletiva. Em suma, a revolução da TI e a reestruturação do capitalismo deram origem à sociedade em rede e introduziram a globalização de atividades econômicas estratégicas, a flexibilidade e a instabilidade do trabalho, cujos múltiplos efeitos são ainda imprevisíveis.

O novo momento do capitalismo contemporâneo é caracterizado por Manuel Castells (1999) como a Era da Informação a partir de três processos independentes, que se originaram no final dos anos 1960 e em meados da década de 1970: as crises econômicas do capitalismo e do estatismo, a consequente reestruturação de ambos e o apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre estes processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante: a sociedade em rede; uma nova economia: a economia informacional/global; e uma nova cultura: a cultura da virtualidade real. As lógicas desta economia, desta sociedade e desta cultura são subjacentes à ação e às instituições sociais, dentro de um mundo interdependente e globalizado. Emerge, assim, uma nova civilização, com novos estilos de família e com novos modos de trabalhar, de amar, de viver e de se relacionar.

Boltanski e Chiapello (2009), neste sentido, apresentam o argumento de que o engajamento capitalista exige incorporação de modos de ação, de disposições e de estilos de vida intimamente afeiçoados ao processo de acumulação contemporâneo, resultando em um envolvimento subjetivamente convicto como cosmo capitalistas. O novo espírito do capitalismo atua como

sustentáculo deste envolvimento e cria um repertório de crenças, que se tornam significativas e noções legitimadoras, que visam a suprir as carências de sentido e de motivação — características fortes do modelo capitalista —, para sustentar o envolvimento dos atores na manutenção deste sistema.

Segundo Cruz (2002), em perspectivas política e social, o processo de globalização e a sua inter-relação com as novas tecnologias possibilitam focalizar os temas da subjetividade, da identidade e dos processos de fragmentação de identidades, sendo passível de se analisar um recorte de gênero na área da tecnologia. Em relação ao capitalismo e à divisão sexual do trabalho e em concomitância com a reflexão apresentada, Silvia Federici (2017) demonstra, em uma breve história das mulheres e da acumulação primitiva, que a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo.

À vista disso, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e que os homens deveriam realizar, como, também, suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Assim, da mesma forma que a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual redundou, sobretudo, no estabelecimento de uma relação de poder e em uma divisão na força de trabalho, ao mesmo tempo que deu um imenso impulso à acumulação capitalista.

Saffioti (2013) aponta que a situação da mulher na sociedade de classes constitui um problema social, na medida em que o tipo feminino ideal é o da mulher sujeita ao homem, especialmente economicamente integrando um grupo (família), do qual tem pouca ou nenhuma oportunidade de emergir. A socialização de mulheres é, ainda, dirigida à domesticidade de ações, de reações e de vontades, o que não combina com a sociedade do modo de produção capitalista. De acordo com a autora, as mulheres⁷ têm se inserido no mercado de trabalho e na economia, na medida em que o próprio capitalismo se transforma, adequando-se a determinadas demandas, tão somente, para sobreviver e para se reinventar dentro do sistema, que inclui “minorias” — antes excluídas —, em prol de sua manutenção. Aderir a esta inclusão

⁷ A autora atenta para o fato de que, para mulheres de classes baixas e em situação de marginalização, como as mulheres negras, a não inserção no mercado de trabalho não é uma possibilidade e, ainda, apresenta-se com maiores dificuldades (por baixa qualificação ou por racismo).

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

significa encontrar obstáculos que não são enfrentados pelo padrão de trabalhador ideal, fortemente caracterizado e perpetuado na figura do homem branco heterossexual.

O padrão ideal de personalidade feminina não incluía o trabalho remunerado, que constituía apenas uma possibilidade em casos de necessidade econômica. Desta maneira, a mulher adentrou na estrutura ocupacional para obter um emprego que garanta sua sobrevivência ou a satisfação de desejos que lhe foram incutidos, mas não encontra função do papel econômico na família, no qual o homem segue sendo o chefe, tampouco na sociedade, dados os baixos salários, a falta de promoções e a subestimação de suas habilidades — especialmente, em profissões que exigem conhecimento técnico.

Assim, impelida pelas condições econômicas, a mulher rompe barreiras e penetra no mundo da profissão; fá-lo, entretanto, sob o signo da inferioridade que o sexo feminino representa em relação ao masculino. É ocupando as posições inferiores, recebendo os salários menos compensadores, não aspirando aos postos de mando que a mulher “resolve” ou alivia as tensões que a inconsistência de seus papéis origina. São estas as soluções que o equilíbrio do sistema social permite e estimula através de mecanismos motivacionais. (SAFFIOTI, 2013, p. 426)

Saffioti também tem a compreensão de que estas mudanças alteram a organização das relações de gênero e de trabalho. É necessário, neste sentido, atentarmos à temporalidade e à situacionalidade de nossas análises. Isto porque, a sociedade desenvolve mecanismos de motivação nos indivíduos, que fazem com que eles escolham agir, segundo as alternativas disponíveis, a partir dos valores culturais incorporados pela socialização. Trata-se do esforço do modo de produção em se conservar, reforçando os papéis sociais, a partir de características ditas biológicas. O sexo, enquanto fator natural, é usado como critério, que atribui, à mulher, um *status* inferior ao do homem e com consequências negativas.

Daí o caráter inclusivo desde que sob este novo espírito do capitalismo no qual um modelo liberal está implicado numa agência de acordo com o exigido do perfil de trabalho, conforme apontamentos de Boltanski e Chiapello (2009).

As mulheres na área da tecnologia

Wajcman (2012) argumenta que, apesar de a tecnologia ter sido

vista como uma força condutora, ela não tem conduzido a uma nova ordem, mas seguido o contrário: tem sido construída, a partir das relações preexistentes de sexo, de classe e de raça, que estruturam a força de trabalho e as oportunidades de emprego. Apesar de ter havido uma expansão das oportunidades de trabalho para as mulheres em alguns dos novos serviços de informação, os “trabalhos de mulher” e os “trabalhos de homem” continuam tão fortemente demarcados como antes. Isto acontece, em parte, porque as relações sociais tanto se expressam na tecnologia quanto a moldam. A medida e a direção do desenvolvimento tecnológico refletem as relações de gênero existentes, tanto quanto afetam a divisão sexual do trabalho.

Embora as mulheres tenham sempre trabalhado em grandes números, foi só nas últimas três décadas que elas alcançaram quase metade da força de trabalho nas economias industriais avançadas. Mesmo assim, muitos dos protagonistas do debate sobre trabalho e tecnologia têm se esquecido das questões de gênero, interessando-se implicitamente apenas pelos setores da produção onde predomina o trabalho masculino. (WAJCMAN, 2012, p. 207).

Em relação ao contexto brasileiro, Michelle Lima (2013) revela dados significativos para a presente análise: as mulheres apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que os dos homens. Enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham, pelo menos, o ensino médio completo, o percentual de homens com este mesmo nível de estudo era de apenas 53,2%. Em relação ao percentual de mulheres ocupadas, que possuem nível superior completo, estas somam 19,6%, enquanto os homens representam apenas 14,2%. Esses dados são favoráveis à mulher, mas o maior nível de escolaridade não garante a elas a equiparação salarial com os homens, que possuem rendimento médio superior. Em compensação, o maior nível de escolaridade tem possibilitado a ampliação da participação das mulheres no campo da ciência, nas diversas áreas do ensino superior e em diferentes profissões, que historicamente foram consideradas espaços masculinos.

Ao considerar os dados mais recentes do IBGE, os índices educacionais demonstram que o lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero amenizou as tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduziu a taxa de natalidade e elevou continuamente os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas. Diversos indicadores confirmam essa tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres

em relação aos homens, apesar de a estrutura ocupacional de homens e mulheres permanecer bastante desigual.

Estes dados também indicam que não há discrepâncias na frequência ao ensino fundamental entre homens e mulheres na medida em que o acesso à escola para a faixa etária de 6 a 14 anos está praticamente universalizada. De forma similar, a frequência à escola das pessoas de 15 a 17 anos, independentemente do nível de ensino, também apresentou valores muito próximos para mulheres e homens, de 87,1% e 87,4%, respectivamente. Para a faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual de mulheres na escola é superior ao dos homens em 2,5 pontos percentuais. A vantagem educacional das mulheres fica evidente a partir da análise de indicadores que mensuram o atraso escolar e o nível educacional da população adulta.

Como resultado dessa trajetória escolar desigual, relacionado aos papéis de gênero e entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens.

Ainda segundo dados do IBGE, O percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é mais do que o dobro do calculado para as mulheres pretas ou pardas, isto é, 2,3 vezes maior. A comparação com os homens pretos ou pardos evidencia uma situação ainda mais perversa na medida em que o percentual de mulheres brancas com ensino superior é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos. O nível de instrução mais baixo dos homens se soma às desigualdades por cor ou raça, tornando os homens pretos ou pardos o grupo com os piores resultados educacionais.

Os resultados demonstram que, em média, as mulheres superam os homens nos indicadores educacionais analisados. Entretanto, há considerável desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, evidenciando que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional, mesmo entre as mulheres que mais se beneficiaram da crescente escolarização: a diferença entre homens brancos e mulheres pretas ou pardas que conseguiram completar o ensino superior ainda é superior a 10

pontos percentuais. Independentemente de as mulheres apresentarem os melhores resultados educacionais em média, elas ainda não alcançaram resultados compatíveis com sua qualificação no mercado de trabalho.

Segundo os dados utilizados por Lima (2013), os cursos de graduação mais procurados pelos homens são relativos a áreas das exatas, tais como: engenharia, tecnologia, indústria e computação. Nesta última, a concentração de mulheres é de apenas 20,1%. Segundo dados da Universidade Estadual de Campinas, por exemplo, as matrículas de mulheres aprovadas no curso de Ciência da Computação compõem apenas 12,3% do total de ingressos⁸. Essa constatação foi feita, também, pela presidenta da Sociedade Brasileira da Computação e professora da Unicamp Cláudia Bauzer Medeiros. Ela afirma que, além de ser reduzido, o número de mulheres tem diminuído desde meados dos anos 1990. Na graduação, a quantidade de mulheres caiu de 30% para 10% ou 5%. Em relação ao número de professoras, varia entre 25% e 30% do total. Os dados elucidam que, embora haja uma maior participação feminina no universo da ciência e na produção do conhecimento, é notável a segregação de gênero em diversas áreas.

A situação brasileira não é singular, pois, em uma escala internacional, Judith Glover (2002) aponta que o nível de representação das mulheres nas ciências da computação varia entre 9% e 25%. Em 1985, nos EUA e no Canadá, o número de mulheres na graduação em computação era de 37% e, em 2000, este número caiu para 28%. Nas escolas superiores dos EUA, o número está abaixo de 20%.

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha a quantidade de estudantes na rede federal de ensino em cursos de Informática de todo o Brasil, se apresenta na seguinte porcentagem (conforme faixa etária e em relação a sexo masculino e feminino): “em 2017, de um total de 76.130 matrículas, 28.069 (36,86%) eram do sexo feminino; em 2018, do total de 72.288 matrículas, 27.607 (38,19%) eram do sexo feminino; e em 2019, do total de 73.373 matrículas, 29.203 (39,80%) eram do sexo feminino” (DE OLIVEIRA MENEZES; DOS SANTOS, 2021, p. 459).

Lima (2013) retoma, em seu estudo, os conceitos de Margaret Rossiter, para compreender as estatísticas sobre mulheres na ciência e as desvantagens que estas continuam a sofrer, quais

⁸ Os desafios das mulheres em tecnologia, Bruna Nicolielo. Programaria.org. Disponível em: <https://www.programaria.org/especiais/mulheres-tecnologia>. Acesso em: 27 fev. 2022.

sejam: as segregações hierárquica e territorial. O primeiro se refere à escalada do poder e do prestígio, que, conforme aumenta, diminui o número de mulheres, enquanto o segundo diz respeito aos campos de atuação de homens e de mulheres, que são demarcados. As mulheres se agrupam em disciplinas, tendendo a ensinar e a pesquisar mais em humanidades e em ciências sociais do que em ciências naturais, em exatas e em engenharias.

A maior concentração de mulheres é nas chamadas ciências “*soft*”: as ciências da vida (ciências naturais, da terra e físicas) e do comportamento e as ciências sociais. Poucas mulheres são encontradas nas ciências “*hard*”. Quanto mais *soft* a ciência, maior a taxa de participação feminina. De modo geral, as mulheres são desconsideradas nas áreas da ciência e da tecnologia, territórios mapeados pelos homens, e isso se repete na área tecnológica. Assim, as mulheres continuam sendo minorias e sub-representadas na perspectiva da segregação territorial, especialmente quando se trata de carreiras relacionadas à tecnologia, como nos casos da Computação e da Informática.

[...] Apesar do efeito de tecnologias particulares variarem em contextos diferentes, tem se tornado claro que a tendência global é que as mudanças geradas pela tecnologia reforçam e operam dentro das diferenças pré-existentes nos padrões do trabalho. A mudança tecnológica, portanto, tende a beneficiar ainda mais aqueles/as que já têm suas habilidades reconhecidas e um grau de controle sobre suas tarefas de trabalho. (WAJCMAN, 2012, p. 212).

De acordo com Wajcman (2012), as relações de gênero são personificadas nas esferas da produção e da reprodução, uma vez que os estereótipos que adentram no mundo do trabalho não refletem apenas o papel social tradicional da mulher no seio familiar, sendo criados e reproduzidos também nas relações patriarcais do trabalho remunerado. Isto é expresso, por exemplo, pelo fato de que as mulheres recebem, em média, três quartos da remuneração por hora, em relação à dos homens.

Tanto Wajcman (2012) quanto Castro (2018) apontam o fato de que há segregação de tarefas no ambiente laboral e mais especificamente nos ambientes das tecnologias e das áreas correlatas:

[...] [o] estudo empírico [foi] realizado nas cidades de São Paulo e Campinas (SP). As mulheres se concentram nas funções denominadas como *softs* (analistas de sistemas, líderes e gerentes de equipes),

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

enquanto os homens se concentram nas chamadas funções *hard's* (programação, bancos de dados, redes). Tal desenho deriva da naturalização da relação estabelecida socialmente entre uma ideia fixa de masculinidade e de tecnologia. (CASTRO, 2018, p. 16, inserções nossas)

É interessante considerar o que aponta Wajcman (2012) sobre a sub-representação de mulheres na engenharia e nos trabalhos industriais em geral:

Planos oficiais para a retificação da sub-representação da mulher na engenharia geralmente procedem como se o problema fosse simplesmente uma falta de autoconfiança da mulher. Mas o domínio masculino da tecnologia tem sido, em grande parte, assegurado pela exclusão ativa de mulheres das áreas do trabalho tecnológico. (WAJCMAN, 2012, p. 220-221).

A autora ainda reforça que o *status* de trabalho qualificado tem sido sempiternamente identificado com a masculinidade, enquanto que as habilidades de mulheres, mesmo as que tiveram a mesma educação e as mesmas especializações, são vistas como não técnicas e são subvalorizadas (WAJCMAN, 2012). Isto se relaciona com a argumentação empreendida por Castro (2018), ao apontar o fato de que sempre há tentativas de afastar as mulheres de cargos técnicos (como os de *tech lead*, por exemplo) e da área dura de TI (programação em si) e de orientá-las a vagas gerenciais ou de nichos, como análise de sistema, cargos que exigem comunicação e mediação de conflitos, papéis comumente associados àquilo que é esperado da atitude (geral e profissional) de mulheres. A conversa entre Castro e Wajcman permanece:

A partir do momento em que reconhecemos que a construção de gênero é um processo ideológico e cultural contínuo com uma longa história, então o foco se desloca para a análise dos processos sociais envolvidos nisso. O modo pelo qual a cultura técnica atual expressa e consolida relações entre os homens torna-se um fator importante para a explicação da contínua exclusão das mulheres. (WAJCMAN, 2012, p. 227)

A conexão entre gênero e sexo pode ser compreendida, tal como apresentada por Saffioti (1992) como uma trajetória de construção das relações de gênero, que é percorrida a partir do social em direção ao biológico, e não do biológico ao social. Com isso, tudo o que se constrói a respeito dos sexos é oriundo de uma "visão de mundo" a respeito de suas relações.

A identidade de gênero vai-se construindo durante toda a vida. Na etapa adulta do processo de socialização, define-se por meio de distintas instituições e práticas sociais. O trabalho, o emprego, constituem, portanto, elementos socializadores, um espaço de mediação em que se constroem, no ambiente, as relações de gênero. Nesse espaço, concretiza-se a divisão sexual do trabalho, a qual põe de manifesto que cada tarefa é dotada de gênero na relação que as trabalhadoras e trabalhadores têm com a tecnologia, que também tem gênero. (CRUZ, 2002, p. 124).

Cruz (2002) também faz um importante apontamento sobre pesquisadores homens, que, ao se referir sobre o processo de desenvolvimento das tecnologias, não identificam que há uma assimilação socialmente construída, de maneira crescente, entre a tecnologia e a masculinidade. São excluídas, de suas análises as relações de poder incutidas nos fenômenos estudados e, por isso, ignoram as relações de classe e de sexo, categorias basilares nos estudos e nas análises de viés feminista. O que corrobora a que qualquer “[...] interpretação sobre tecnologia será incompleta, sem o reconhecimento de que as relações de produção são construídas, tanto a partir das divisões de gênero quanto a partir das divisões de classe” (WAJCMAN, 2012, p. 216).

Em síntese, a tecnologia é uma fonte de poder. Nela, os homens se instalam para exercer e garantir o seu poder em outras áreas. Ela conforma nossas vidas e estrutura o que e como fazemos, como vivemos as relações sociais e o significado do ser humano. (CRUZ, 2002, p. 129).

É chamada a atenção para uma des-construção de gênero em ciência e em tecnologia por meio da crítica a uma universalidade que prescreve relações monolíticas de ciência e de tecnologia, tal como desenvolvida pelas perspectivas feministas (pós-estruturalista e pós-moderna) (SILVA, 2012). A construção do saber científico, entendido como objetivo e universal, impõe uma visão de mundo sobre o que é natureza humana e mesmo do que é natureza e o natural. Assim, segundo Silva (2012), não se pode falar do universal, sem examinar o que este termo revela, exclui e esconde. O que se chama universal é produto de contextos sócio-históricos específicos. O universal para ser universal tem que incluir a perspectiva dos dominados e isto significa incluir, também, uma perspectiva de gênero. Mas isso não seria suficiente, porque se poderia estar criando duas formas de universalidade: a masculina

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

e a feminina. É preciso reconhecer que as opressões e as lutas de gênero não são universais.

É claro que a História não é uma construção simplesmente masculina. As mulheres atuam, e não apenas como vítimas. Nem todos os homens atuam contra o feminismo, como nem todas as mulheres atuam a favor do feminismo. Posturas pessoais mudam no tempo. As experiências do eu (*self*) são fragmentadas e descontínuas, não apenas em um momento existencial específico, mas ainda ao longo do curso de vida. Por isso não faz sentido preconizar um interesse e identidade a priori entre as mulheres. (SILVA, 2012, p. 15).

Desta forma, a universalidade do feminino, ao estabelecer a mulher como pertencente a um grupo homogêneo, com interesses, perspectivas, objetivos e experiências similares, não contextualiza a própria noção de mulher (SILVA, 2012).

No mundo do trabalho, a mulher ocupa cargos pouco procurados por homens e, quando compete diretamente com eles, tem de demonstrar o seu valor com maior esforço, tem de procurar exercer sua voz e sua ação com mais força. Além disso, as mulheres também se enquadram em atividades que envolvem o cuidado, indo de acordo com uma suposta vocação natural. Nesse contexto, muitas mulheres abrem mão de atingir realização profissional para conseguir uma integração absoluta no mercado de trabalho e, em áreas “masculinas”, o esforço para se manter é maior, uma vez que o protagonista é o homem.

Segundo Fiona Wilson (2003), em suas considerações sobre a associação entre homem e tecnologia, a tecnologia é associada com algo potente, incompreensível, desumano, científico e, sobretudo, masculino. Mas esta suposta alienação das mulheres, quanto à tecnologia, é um produto da masculinização das elaborações histórica e cultural da tecnologia⁹, uma vez que a masculinidade é parcialmente construída, através de noções de competência técnica. A dominação masculina permanece principalmente pela duradoura associação simbólica entre masculinidade e tecnologia, imagens culturais e representações de tecnologia, que convergem para imagens de masculinidade e de poder. Assim, os estereótipos sexuais são produzidos e reproduzidos,

⁹ O contexto histórico e cultural que diferencia homens e mulheres no setor da tecnologia começa na infância, segundo o livro *Unlocking the Clubhouse: Women in Computing*, da pesquisadora Jane Margolis. O computador é um brinquedo de meninos e as descobertas sobre mecânica e sobre eletricidade também, enquanto as meninas são afastadas destas atividades lúdicas e direcionadas a outras, que não exigiriam tanta concentração e que desenvolveriam habilidades de mediação, de cuidado, de comunicação.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

sendo, as mulheres, separadas dos homens pelas suas formas de pensar e de trabalhar, diferenciação que gera dois efeitos: o maior interesse da mulher por tecnologia ameaça a imagem de si mesma como feminina, e as mulheres são marcadas por serem "inferiores", possuindo habilidades de valor inferior.

Percepções acerca da inserção da mulher na área de TI em Santa Maria

Os trabalhadores da área da tecnologia não possuem uma definição consensual, enquanto classe de trabalhadores. Rosenfield e Alves (2011), bem como Santiago (2012), definem-nas como teletrabalhadores, Antunes e Braga (2009) usam o termo infoproletariado e, para Huws (2014), tratam-se de trabalhadores digitais.

A formação contínua, que se configura como exigência do setor, atua como peça fundamental na construção da identidade desse trabalhador, e cria formas de justificação de permanência na área, marcada pela mobilidade constante entre várias empresas e projetos, por um lado, e pela perspectiva de acesso a direitos e relativa estabilidade, situação em que se encontra a maioria da categoria através de contratos formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por outro. (LIMA; OLIVEIRA, 2017, p. 117-118).

O profissional da área de TI é atualizado e se envolve em projetos, além de se encontrar em uma busca constante de clientes, de recursos e de relações sociais que possam ser úteis para seus empregos, para seus negócios e para seus produtos. A relação com o tempo não é controlada pela jornada de trabalho usual, pois existe uma sobreposição entre trabalho e não trabalho, na qual não é possível saber exatamente quando estão ou não trabalhando, tratando-se de um trabalho imaterial¹⁰. A flexibilidade também é um traço bastante característico do tipo de trabalho desenvolvido, com uso do tempo diferenciado, que se adequa à produtividade da pessoa que trabalha.

A indústria de informática é ilustrativa do trabalho "cognitivo" ou "criativo", o qual é fortemente marcado pela imaterialidade de seus resultados, bem como pela individualização, criatividade e

¹⁰ Definido como aquele tipo de trabalho, cujo uso do cognitivo, da inteligência, da capacidade de mobilizar os saberes e da afetividade dos trabalhadores é mais acentuado do que no trabalho material (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

motivação exigida do trabalhador. Essa criatividade deve ser qualificada na relação entre conhecimento tácito e conhecimento codificado. [...] O trabalho nesse setor é flexível em sua origem e intelectual por excelência. Em tese, ele possibilita maior controle do trabalhador sobre a atividade de elaboração do produto. [...] Essas características exigem uma maior discussão sobre as particularidades desse trabalho, sobre as ocupações dele derivadas e as relações contratuais que o regem. Trata-se de um trabalho caracterizado tanto pela produção de um produto "imaterial" único, o *software*, quanto pela materialidade necessária para sua reprodução nos equipamentos que o rodam, o *hardware* (computadores, *laptops*, celulares e outros), além de gerar prestação e manutenção de serviços. (LIMA; OLIVEIRA, 2017, p. 116-117).

Neste sentido, "[...] a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo" e "[...] a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem" (SAFFIOTI, 1987, p. 8). No cumprimento dos papéis sociais, está incluída uma série de elementos no imaginário das pessoas, valorizados como atributos que se apresentam como biológicos e naturalmente pertencentes a uma divisão sexual, o que corrobora a definição dos papéis sociais de gênero na sociedade.

Supostamente, as mulheres têm um conjunto de características e os homens, outro. As mulheres são cuidadosas, influenciáveis, comunicativas, emocionais, intuitivas e sexualmente leais; os homens, agressivos, inflexíveis, taciturnos, racionais, analíticos e promíscuos. Essas ideias têm sido amplamente difundidas nas culturas de origem europeia desde o século XIX, quando a crença de que as mulheres têm o intelecto mais fraco e menos capacidade decisória do que os homens era usada para justificar sua exclusão das universidades e do direito ao voto. (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 102).

No âmbito da pesquisa com estudantes e profissionais da área de TI, assim como incentivadores e incentivadoras do desenvolvimento da área em Santa Maria, foram identificados, em alguns relatos, a evidência do homem como principal sujeito atuante, o que pode ser constatado no número muito maior de homens nos cursos, em relação ao quantitativo de mulheres. Percebe-se que, na trajetória profissional, desde a graduação, há predominância masculina e, nos casos em que as mulheres ingressaram na área, ocorre uma expressiva evasão, o que torna o número final de concluintes ainda menor. O seguinte relato mostra a problemática enfrentada por uma estudante da graduação:

"[...] com os colegas... É um pouco complicado. Eu vejo, pelo meu lado, entre eles, entre os guris é... Eles são todos amigos, se juntam, ê!... Só que comigo é um pouco complicado. [...] Eu creio que eles me veem como uma competidora, não como uma amiga. E aí eles tentam sempre ser melhor. 'Ah, não vamos falar com L porque senão ela vai roubar nossa ideia e vai fazer melhor', não sei. E aí eu acabo sempre ficando sozinha."

[...]

Entrevistadora: Tem um distanciamento entre homens do curso e mulheres? Você acha que é por causa, como você falou, de competição pelo teu potencial, ou é... Algum outro motivo?

"No começo, bem no começo, eu não sabia quase nada, então eles eram meus amigos. 'Vamos fazer trabalho juntos, vamos se juntar'. Aí semestres foram passando, e eu fui tirando algumas notas melhores que eles, e aí eles começaram a 'Olha, ela é um pouco melhor que a gente, então vamos deixar ela um pouquinho de lado...'"

[...]

Entrevistadora: Tu acha que se tu fosse um homem eles fariam essa exclusão, da mesma forma?

"Acho que não, porque... [...] [se] um deles não vai tão bem assim, eles vão lá e ajudam, aí eu peço ajuda, aí eles não me respondem... Aí eu: 'ô, como é que tu fez tal coisa?' 'não sei...', e aí ajuda o outro. Eu vejo só isso porque na minha turma sobrou só eu, de oito gurias."

Entrevistadora: Entraram outras mulheres contigo?

"Entraram oito no primeiro semestre, mas duas ou três saíram, e aí foi saindo. Eu conheço só mais umas quatro gurias... Quatro ou cinco do mesmo curso que eu."

(relatos pessoais de L. R., 2018, inserções nossas)¹¹

A partir deste relato, constata-se que a falta de apoio, por parte dos colegas homens para com as mulheres, resulta em uma adversidade, que dificulta a integração e a própria aprendizagem das mulheres, favorecendo uma não identificação com a área em si e contribuindo para a evasão do curso.

Esta situação é agravada, quando se consideram as exigências impostas, já durante a graduação, quanto à autonomia e ao autodidatismo. Sem o apoio dos colegas, o suporte para a permanência em um curso complexo e com tantas inovações constantes é piorado pela discriminação de gênero, que exclui mulheres das possibilidades de aprenderem mais e de se formarem de maneiras plena e qualificada.

Assim, condizendo com Saffioti (2013, p. 423-424), nem mesmo os homens partem de condições iguais para atingir o êxito econômico, mas, para as mulheres, na ausência ou na presença de

¹¹ Optou-se por identificar os(as) entrevistados(as) apenas por suas iniciais.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

fatores como cor, raça ou não qualificação de sua força de trabalho, o sexo vai operar como fator de discriminação, que tende a alijá-las da estrutura ocupacional ou admiti-las em posições que não comprometam a estrutura de poder já ocupada pelos homens.

Nesta linha de raciocínio é possível compreender a ordem estabelecida pelos homens na área, ou seja, a predominância da atuação de homens na TI em relação às mulheres, que se dá pela própria atitude de impossibilitar um ambiente de interação agradável em que as mulheres consigam se inserir, permanecer e desenvolver o sentimento de que estão incluídas na equipe, constituindo o companheirismo profissional, que é valorizado no setor, mas que se desenvolve de forma seletiva e pouco simpática às mulheres.

Em contrapartida, no relato da funcionária em regime de Pessoa Jurídica¹², nota-se um aspecto positivo, salientado pela própria entrevistada, em relação a sua contratação:

“Meus colegas são dois homens, isso é uma coisa bacana, porque a gente ganha o mesmo salário e na contratação ele já falou ‘não, ninguém vai ser subordinado a ninguém, ninguém vai ser diferente de ninguém. Por mais que eu seja o coordenador, eu trabalho na mesma sala que vocês, a gente tá no mesmo nível, e vocês só tem que prestar os trabalhos pra mim’. E isso é uma coisa bem bacana. Ele falou ‘ah, não, vocês vão ter todos o mesmo salário’ e isso pra mim foi algo muito positivo, porque a gente sabe que hoje em dia as mulheres ganham muito menos do que os homens [risos nervosos], e isso foi produtivo pra mim. Como eu sou a única mulher na equipe é algo que só eu me preocupo, não tem ninguém pra dividir.” (relato pessoal de L. R., 2018, inserção nossa).

Consciente das implicações da mulher no mundo do trabalho e receosa das possíveis consequências de atuar em uma área em que os homens são maioria, a equiparação salarial da contratada, em relação aos colegas homens, é o triunfo da ocupação da entrevistada. Isso porque o trabalho feminino é subvalorizado em vários aspectos, enquanto atividade realizada por mulheres, colocando-as às margens do sistema produtivo, em ocupações pouco qualificadas e mal remuneradas.

¹² De maneira geral, os trabalhadores PJ trabalham por projetos, sendo comum encontrá-los ligados a uma mesma empresa por diversos anos. Trabalham por contrato, sem jornada fixa estabelecida, sem férias remuneradas e sem outros direitos, pois são regulados pelos direitos civil e/ou comercial. Ainda que permaneçam ligados a uma única empresa, não recebem os mesmos direitos e garantias dos trabalhadores celetistas (BRIDI, 2014, p. 293).

De acordo com Saffioti (2013, p. 95), além de o empregador justificar os baixos salários em termos do sexo, a própria mulher joga com a desvantagem de seu gênero, situando seus alvos em planos pouco ambiciosos, uma vez que o receio do fracasso reduz suas aspirações.

A pesquisadora Simone Strumpf, da Universidade de Londres, em entrevista à PrograMaria¹³, chama de cultura “*brogrammer*” — um neologismo formado entre “*brother*” e “*programmer*” —, o fenômeno da formação de uma confraria masculina, como um “Clube do Bolinha”: “Trata-se de um ambiente de trabalho que exclui as mulheres através de normas que estabelecem o comportamento ‘masculino’ — por exemplo, a linguagem sexista — e que reforçam os estereótipos das funções femininas” (STUMPF *et al.*, 2020).

Desta forma, ela busca se integrar à estrutura de classes, através de vias de menor resistência, em campos julgados próprios às características de seu sexo, em ocupações que, por serem pouco promissoras e mal remuneradas e por conferirem pequeno grau de prestígio, são julgadas inadequadas ao homem. Entretanto, é necessário ter em mente que uma profissão socialmente feminilizada não está livre de constrangimentos e de violências de ordens material e simbólica, pois ainda há os elementos de diferenciação e de desigualdade.

Com o protagonismo masculino no mercado de trabalho na área de TI, a presença das mulheres acaba por ser situada em setores considerados de menor importância na área, como já mencionado: cargos de gerência e de “*soft skills*”, uma vez que cargos de maior prestígio e de tecnologia “dura” (programação) são designados para pessoas do sexo masculino. Em relação à predominância dos homens na área de TI, há o relato deste funcionário PJ, criticando o espaço predominantemente masculino:

“[Existem] Problemas de perfil séíssimos aqui em Santa Maria. Por exemplo, [...] existe uma questão de ego e isso é terrível, e o problema do ego é problema de homem. Isso aí é problema de homem, homem é que tem problema com ego. Então, infelizmente, na maioria da nossa área são homens, são desenvolvedores. A gente tá tentando trabalhar isso, tem um projeto dentro da [empresa de TI] sobre diversidade, a gente, tipo, tem alguns pré-requisitos que são bem fortes na [empresa de TI], sabe? Mas a gente alivia porque a

¹³ *Os desafios das mulheres em tecnologia*, Bruna Nicolielo. PrograMaria, 2019. Disponível em: <https://www.programaria.org/especiais/mulheres-tecnologia/>. Acesso em 26 fev. 2022.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

gente quer que as mulheres venham trabalhar com a gente. Digo mulheres, mas todos os gêneros, a gente quer diversidade, entendeu? Então a gente alivia algumas coisas porque... Não que as outras pessoas não sejam capazes, não é isso que eu tô querendo dizer, mas é que muitas vezes não tiveram oportunidade, entendeu? Então a gente alivia os requisitos pra essas pessoas terem essa oportunidade. (relato pessoal de T. L., 2018, inserções nossas)

Reconhecer o perfil predominantemente masculino e a necessidade de otimizar a possibilidade de contratação de mulheres na área só corrobora o fato de que, no segmento da TI, o baixo número de mulheres expressa um perfil profissional que reforça a divisão sexual do trabalho, resultante do processo generificado de acumulação, que é anterior e histórico, devido aos regimes de gênero que regulam as relações sociais.

O mesmo funcionário do relato anterior apresenta uma descrição de situações, nas quais mulheres foram desprestigiadas, descredibilizadas e moralmente agredidas em ambientes do setor da TI, por parte de homens, em razão de serem mulheres: “*Teve um palestrante transexual [...]. Ele palestrou no primeiro momento, muito legal a palestra, e no segundo dia de evento ele foi convidado a subir no palco pra falar e ele mostrou o e-mail no telão, e é terrível, sabe?* (relato pessoal de T. L., 2018)¹⁴

O que o entrevistado chama de “terrível” foi o conteúdo dos e-mails recebidos pela palestrante, que envolviam ameaças de agressão física e, até mesmo, de morte, por se tratar de uma mulher transexual. O entrevistado continua:

“[...] E o pessoal tem preconceito, “essa menina não vai saber falar o que ela tá querendo falar”. O meu colega [...] tenta chamar meninas pra palestrar, e aí uma menina da [nome da empresa ocultado] veio palestrar aqui, e a gente recebeu comentários ‘ah, por que que vocês não colocam a menina primeiro pra palestrar porque daí se eu não quiser assistir a palestra da menina eu vou depois pra palestra dos outros?’” (relato pessoal de T. L., 2018, inserções nossas)

Segundo Connel e Pearse (2015, p. 167), em contextos, nos quais há divisão de gênero no trabalho, em relação às ocupações, haverá uma divisão nos sistemas educacionais, que preparam as pessoas para este trabalho, como, por exemplo, os homens sendo a maioria em transações de engenharia e de mecânica e as mulheres, em trabalhos de artes e em serviços. Ademais, as consequências da

¹⁴ T. L. se refere a uma palestrante mulher transexual e não a um homem transexual, como soa pelo uso inapropriado dos termos por parte do entrevistado.

divisão sexual do trabalho se refletem em práticas discriminatórias, na defasagem salarial, numa segregação dos empregos femininos aos mais baixos segmentos do mercado de trabalho, no maior número de mulheres no setor informal e nas maiores taxas de desemprego entre as trabalhadoras (SOARES, 2011).

Considerações finais

O “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) é o elemento que atua, envolvendo os atores em um novo perfil de trabalhador, no capitalismo contemporâneo, tratando-se de um conjunto de modos de ação, de disposições e de estilos de vida incorporado pelo sujeito da sociedade em rede (CASTELLS, 1999) e, conseqüentemente, pelas mulheres que adentram nesse sistema.

Identificando a forma, pela qual as relações de gênero se apresentam no setor da TI em Santa Maria, desde o ensino superior em cursos da área, até o mercado de trabalho, é possível colocar em evidência a especificidade da divisão sexual do trabalho no segmento, observando a evasão numerosa de mulheres dos cursos de Tecnologia da Informação, como fundamentado na bibliografia utilizada e constatado nos dados coletados, o que permitiu analisar como a socialização das mulheres em um contexto laboral de marcada divisão sexual do trabalho impõe dificuldades de seguir carreira em um segmento majoritariamente masculino.

Nesse caminho, frisam-se os dados que falam sobre a evasão de mulheres nos cursos vinculados ao campo de TI, a posição das mulheres no curso, e a inserção e a permanência de mulheres no setor de TI, bem como se atenta à socialização de mulheres na sociedade, compreendendo como isto influi na divisão sexual do trabalho neste segmento. Nos relatos das mulheres entrevistadas, observa-se que há um esforço para ganhar espaço, bem como para se obter uma posição mais alta, visto que estas são predominantemente ocupadas por homens.

Os relatos das entrevistas corroboram a constatação de que a área de TI constitui um espaço marcado pela presença masculina, o que se deve, especialmente, ao fato de a divisão sexual do trabalho separar as atividades femininas e masculinas, através dos papéis sociais esperados do homem e da mulher, o que leva a hierarquizá-las em patamares e em valores diferentes.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

Das 31 entrevistas realizadas, apenas oito foram feitas com mulheres, por mais que elas tenham sido procuradas, especialmente, nos cursos de graduação. Entre os estudantes de graduação, as poucas mulheres que ingressam acabam saindo, havendo, no momento de execução desta pesquisa, menos de dez estudantes do sexo feminino entre os públicos dos dois cursos da área em questão, segundo os relatos dos(as) entrevistados(as). Em outras palavras, é perceptível a marcante presença de homens.

Categorias de diferenciação social, tais como raça, etnia, gênero, sexualidade, entre outras, produzem a diferença, quando operam na relação. Alguns eixos destas relações também produzem desigualdade social, sendo assim torna-se importante pensar de que forma tais categorias de diferenciação são criadas nos contextos das relações e dos processos, de que elas fazem parte, e como em determinadas relações e processos tais diferenças se tornam desigualdades sociais.

Com este panorama, é atestado o argumento de Saffioti (2013) de que, até o momento, os avanços conquistados pelas mulheres no mercado de trabalho não superaram as limitações impostas pelo sistema capitalista, uma vez que mulheres têm maior dificuldade de ocuparem posições de prestígio, não, por fatores biológicos ou naturais, como dita o patriarcado, intrínseco ao capitalismo, mas por fatores exteriores e castradores de capacidades de minorias — entre elas, a categoria mulher —, sobretudo, no campo da tecnologia.

Referências

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRIDI, Maria Aparecida. O Setor de Tecnologia da Informação: o que há de novo no horizonte do trabalho? **Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho**, n. 41, p. 277-304, out. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Bárbara. Feminizando chefias? Uma análise da dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de TI. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, 2018.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: InVerso, 2015.

CRUZ, Maria Helena Santana. Novas tecnologias e impacto sobre a mulher. //: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

DE OLIVEIRA MENEZES, Suzy Kamylla; DOS SANTOS, Mario Diego Ferreira. Gênero na Educação em Computação no Brasil e o Ingresso de Meninas na Área – uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 29, p. 456–484, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FELITTI, Guilherme. Por que há menos mulheres no setor de tecnologia? **Época Negócios**, 11 ago. 2015. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/08/por-que-ha-menos-mulheres-no-setor-de-tecnologia.html>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

GLOVER, Judith. Women and Scientific Employment: Current Perspectives from the UK. **Science Studies**, v. 15, n. 1, p. 29–45, 2002.

HUWS, Ursula E. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 13–30, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, n. 38, 2. ed., p. 1–13, 2021.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 1, Janeiro/Abril 2017.

LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 793–816, setembro–dezembro 2013.

MARGOLIS, Jane; FISHER, Allan. **Unlocking the clubhouse: Women in computing**. [S. /]: MIT press, 2002.

NICOLIELO, Bruna. Os desafios das mulheres em tecnologia. **Programaria.org**. Disponível em: <<https://www.programaria.org/especiais/mulheres-tecnologia>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. **Os trabalhadores da indústria de software: flexíveis e precários?** São Carlos: UFSCar, 2009.

ROSENFELD, Cinara; ALVES, Daniela. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Revista Dados**, v. 54, n. 1, p. 207–233, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe social. //: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183–215.

Gênero e TI: Qual é o lugar das mulheres na área de tecnologia?

SANTIAGO, Geraldo Tunal. Reflexiones em torno a los análisis sobre el teletrabajo. **Trabajo y Sociedad**, v. 19, p. 31-54, 2012.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 7-20, 2012.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. *In*: GUSMÃO, Alexandre de. **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281-301.

STUMPF, Simone; PETERS, Anicia; BARDZELL, Shaowen; BURNETT, Margaret; BUSSE, Daniela; CAUCHARD, Jessica; CHURCHILL, Elizabeth. Gender-Inclusive HCI Research and Design: A Conceptual Review. **Foundations and Trends® in Human-Computer Interaction**, v. 13, n. 1, p. 1-69, 2020.

WAJCMAN, Judy. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 201-256, 2012.

WILSON, Fiona. Can compute, won't compute: women's participation in the culture of computing. **New Technology, Work and Employment**, v. 18, n. 2, p. 127-142, jul. 2003.

O ESTADO CONTROLA A INTERNET? UM PANORAMA DO DEBATE SOBRE A REGULAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ONLINE

Tatiane Guimarães¹

Resumo

O artigo procura entender como os Estados interferem na Internet. De início, a Internet parecia ser um local resguardado do poder estatal, no entanto, a “independência” da Internet logo foi vista como utopia e, então, tentou-se criar vertentes de sua regulação. Assim como a Internet, a linha prevalente hoje da regulação da Internet, proposta por Lessig, de controle do código-fonte das aplicações e serviços da Internet, não deixou de evoluir nas décadas seguintes ao seu surgimento. Os Estados passaram a pressionar os intermediários a seguirem suas determinações por meio de responsabilidades e isenções quando suas leis são seguidas. No entanto, vê-se um crescente protagonismo das plataformas na regulação da liberdade de expressão, um dos direitos mais básicos exercidos online. Conclui-se, com o artigo, que a Internet nos impõe um novo modelo de regulação que tanto se adapta e se altera rapidamente, quanto interfere na capacidade estatal de controlar comportamentos e garantir direitos de seus cidadãos. A Internet não é uma terra sem lei, mas uma terra com muitas leis, cada uma advinda de um agente, fruto de uma mistura de pressões Estatais, mercadológicas e até sociais. Autores como Balkin (2014, 2018) e Frosio (2021) auxiliam a compreensão das atuais tendências de relação e regulação da Internet pelos Estados.

PALAVRAS-CHAVE

Liberdade de Expressão; Regulação Privada de Direitos; Regulação Estatal; Intermediários.

Does the State control the Internet? An overview of the debate on regulating online free speech

ABSTRACT

The article seeks to understand how States interfere in the Internet. At first, the Internet seemed to be a place shielded from state power, however, the “independence” of the Internet was soon seen as a utopia, and then attempts were made to create strands of regulation. Like the Internet, today’s prevalent line of Internet regulation, as proposed by Lessig, of controlling the source code of Internet applications and services, has not

¹ Mestranda em Direito e Desenvolvimento na FGV Direito SP, com Bolsa Mario Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP (2019). Pesquisadora do Centro de Ensino e Pesquisa (CEPI) em Inovação da FGV Direito SP. Egressa na Escola de Formação Pública (2018), organizada pela Sociedade Brasileira de Direito Público, onde ministra aulas e é orientadora do Programa de Iniciação Científica.

Agradeço aos professores da FGV Direito SP José Garcez Ghirardi e Alexandre Pacheco da Silva pelo apoio no desenvolvimento deste artigo.

O Estado Controla A Internet?

ceased to evolve in the decades since its inception. States have put pressure on intermediaries to follow their determinations by means of responsibilities and exemptions when their laws are followed. However, we see a growing role of platforms in the regulation of freedom of expression, one of the most basic rights exercised online. The article concludes that the Internet imposes a new model of regulation that both adapts and changes rapidly, and interferes with the state's ability to control behavior and guarantee the rights of its citizens. The Internet is not a land without law, but a land with many laws, each one coming from an agent, the result of a mixture of state, market and even social pressures. Authors such as Balkin (2014, 2018) and Frosio (2021) help us understand the current trends in the relationship and regulation of the Internet by States.

KEY WORDS

Free Speech; Private Rights Regulations; State Regulation; Intermediaries

¿El Estado controla la Internet? Una visión general del debate sobre la regulación de la libertad de expresión online

RESUMEN

El artículo trata de entender cómo los Estados interfieren en Internet. Al principio, Internet parecía ser un lugar protegido del poder estatal, sin embargo, la "independencia" de Internet pronto se vio como una utopía y, entonces, se intentó crear hilos de su regulación. Al igual que Internet, la actual línea de regulación de Internet, propuesta por Lessig, de controlar el código fuente de las aplicaciones y servicios de Internet, no ha dejado de evolucionar en las décadas transcurridas desde su aparición. Los Estados empezaron a presionar a los intermediarios para que sigan sus determinaciones mediante responsabilidades y exenciones cuando se cumplen sus leyes. Sin embargo, vemos un papel creciente de las plataformas en la regulación de la libertad de expresión, uno de los derechos más básicos que se ejercen en línea. El artículo concluye que Internet impone un nuevo modelo de regulación que se adapta y cambia rápidamente, e interfiere en la capacidad del Estado para controlar los comportamientos y garantizar los derechos de sus ciudadanos. Internet no es una tierra sin ley, sino una tierra con muchas leyes, cada una procedente de un agente, resultado de una mezcla de presiones estatales, de mercado e incluso sociales. Autores como Balkin (2014, 2018) y Frosio (2021) nos ayudan a entender las tendencias actuales de relación y regulación de Internet por parte de los Estados.

PALABRAS CLAVE

Libertad de Expresión; Regulación Privada de Derechos; Regulación Estatal; Intermediarios.

Introdução

Com o desenvolvimento de novas ferramentas de produção e compartilhamento de conteúdo na Internet, o controle “do que está online” torna-se uma tarefa cada vez mais difícil de ser realizada apenas pelos Estados. Isso, porque, com o surgimento de novas tecnologias, a sociedade constantemente evolui suas formas de expressão e produção de obras intelectuais (LIGUORI FILHO, 2016, p. 17). Os novos mecanismos de interação social e as novas ferramentas de comunicação e produção de conteúdo são mais dinâmicos e acessíveis do que os tradicionais, popularizando e potencializando o seu uso, de forma que qualquer pessoa é capaz de reproduzir e utilizar conteúdo de terceiros de forma barata e rápida. Com tantos novos criadores de conteúdo, o controle, pelos governos, da liberdade de expressão, seja para coibir discursos de ódio, notícias fraudulentas (“fake news”) ou para coibir violações a Direitos Autorais, se torna muito difícil.

Surge, então, o interesse do Estado de se adequar a essa nova realidade de regulação. Não é mais possível falar somente em regulação estatal quando há um espaço transnacional em que diversas regulações competem e em que agentes privados ditam a “regra que vale” (BALKIN, 2014, p. 2325). Esses agentes frustram jurisdições locais em prol de jurisdições mais influentes, seja por melhor adequar suas estratégias de mercado, seja pelos regimes de responsabilidade que esses Estados oferecem, entre outros motivos. Há uma inversão do fluxo normativo: as empresas ditam como a liberdade de expressão será regulada online e todos os usuários, ao redor do mundo, acabam submetidos a uma regra única, geral, muitas vezes fruto de pressões de outros Governos que não a de seu próprio país.

Como o controle de conteúdo que circula na Internet está, em grande parte, em mãos privadas (intermediários, como as plataformas digitais), esses agentes acabam assumindo posição de protagonistas na regulação de seus ambientes virtuais, considerando que os Estados aparentam ser insuficientes para controlarem e coibirem por sua legislação nacional violações a direitos exercidos na Internet, como a liberdade de expressão. Seja fruto de pressões estatais, incentivos mercadológicos e até pressões de organizações da sociedade civil, as plataformas acolhem algumas legislações estatais em seus termos de uso, autorregulando direitos sem distinguir usuários, seja onde eles estiverem. Para exemplificar

essa falta de distinção entre usuários, faz-se pertinente analisar a empresa Google. Ela disponibiliza em seus sites de ajuda e suporte ao usuário informações sobre as leis que suas aplicações como Blogger, YouTube, Google Search e outras utilizam para moderar o conteúdo postado por seus usuários. A empresa afirma ser "parte da política do Google obedecer aos avisos de violação de direitos autorais de acordo com a Lei de Direitos Autorais do Milênio Digital." (GOOGLE). Com isso, percebe-se que a Lei de Direitos Autorais do Milênio Digital – do inglês "Digital Millennium Copyright Act" (DMCA) – a lei de direitos autorais dos Estados Unidos, é a lei adotada para regular e controlar os conteúdos quando se trata de violações a Direitos Autorais.

Ainda, esses regulamentos internos são reforçados com o funcionamento de ferramentas tecnológicas que as plataformas utilizam para controlar o conteúdo disponível em seus ambientes virtuais, o que faz surgir um controle, na maioria das vezes, automático do que é criado e compartilhado, na chamada moderação de conteúdo (WEST, 2018, p. 3). Esta ideia, em suma, de regulação tanto por regras escritas quanto pelo funcionamento das plataformas é trazida por Lawrence Lessig já na virada do século, que afirma, principalmente, que a arquitetura técnica do ciberespaço é uma poderosa força reguladora que deve ser reconhecida em nossa formulação de políticas e até mesmo em nossos debates constitucionais (2007).

Exemplos desse controle por funcionamento das plataformas, que põe em risco a liberdade de expressão de seus usuários são os casos ocorridos em 2019, em 2020 e em 2021. Em 2019, um grupo de produtores de canais LGBTQIA+ nos Estados Unidos processou o YouTube alegando que a plataforma estava discriminando seu conteúdo, frequentemente removendo a sua remuneração. Eles alegam, dentre outros pontos, que o YouTube remove publicidade de vídeos com palavras consideradas "gatilho", como "gay" ou "lésbica"; frequentemente rotula os vídeos com tema LGBTQIA+ como "sensíveis" ou "maduros"; e os restringe de aparecer nos resultados de busca ou recomendações (FOX, 2019). Em 2020, o canal Nostalgia, considerado um dos maiores canais brasileiros no YouTube – que rende mensalmente, no mínimo, R\$50.000,00 para Felipe Castanhari (YOUTUBERS.ME, 2021), quase foi excluído devido ao uso de trechos de músicas e vídeos para criar vídeos que discutem a importância e relevância da banda Beatles e do ator Charles Chaplin –

nenhum vídeo competindo com as obras originais, mas incentivando os brasileiros a se aproximarem dessa cultura norte-americana ainda tão influente hoje (GONÇALVES, 2020). Já no começo de 2021, Sennett Devermont – um ativista de Los Angeles, que regularmente transmite ao vivo protestos e interações com a polícia para seus mais de 300.000 seguidores na Instagram – transmitiu ao vivo, via Instagram, sua interação com o Sargento Billy Fair. Este, ao perceber que a conversa estava sendo transmitida ao vivo, silenciou-se e tocou de seu celular, por cerca de 1 minuto, a música “Santeria” (da banda Sublime), a fim de fazer com que o vídeo de Devermont fosse identificado como violador de Direitos Autorais e, assim, tivesse seu áudio removido do vídeo ou, até mesmo, a própria transmissão ao vivo interrompida e o vídeo apagado da rede social (THOMAS, 2019). Percebe-se que apesar de distintos os direitos resguardados pelas plataformas, como direitos autorais, liberdade de expressão, entre outros, os problemas partem da mesma raiz: as plataformas não moderam o conteúdo caso a caso e acabam removendo ou limitando a liberdade de expressão dos seus usuários de forma automática ou, ao menos, sem se atentar para as particularidades de cada um desses casos.

Diante deste contexto, o artigo pretende explorar a relação da regulação estatal com a Internet, sendo hoje uma poderosa ferramenta de criação, remuneração, conexão e compartilhamento. Será verificada, também a evolução da ideia do papel do Estado na regulação da Internet e, por fim, será explorado o que a literatura percebe hoje sobre os limites e desafios da regulação estatal da liberdade de expressão online. Para dar conta deste objeto, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma. A primeira parte deixará a leitora a par do estado atual da Internet como o principal meio de comunicação hoje – apesar da persistente exclusão do meio digital de, por exemplo, 17% dos brasileiros em 2020 (CGI, 2020) – por meio de uma retomada histórica de sua consolidação como tal. A segunda parte apresenta um estudo sobre o histórico de debates sobre o papel do Estado na regulação da internet para que, já na terceira parte, seja apresentado o quadro atual de entendimento das pesquisadoras e autoras atuais sobre o tema. Já que a Internet não é uma terra sem lei, mas uma terra com muitas leis, cada uma advinda de um agente, fruto de uma mistura de pressões Estatais, mercadológicas e sociais, o artigo conclui que os Estados, hoje, principalmente o Brasileiro, precisam se atentar

para esta mistura de regulações. A fim de garantir direitos ou, ao menos, coibir violações a liberdade de expressão de seus cidadãos online, surge-se a necessidade de entender e dialogar com quem regula comportamentos online automaticamente, as plataformas de redes sociais, por exemplo, criando maneiras de cooptá-las para uma regulação conjunta.

1. A consolidação da internet e a liberdade de expressão em um mundo conectado

A Internet como conhecemos hoje é uma rede de computadores, conectada por cabos de cobre ou fibra ótica e que transporta dados. “Internet” é a abreviação de “Internetwork”, nome que implica em uma rede de redes de computadores conectados. O que faz dela a Internet, ao contrário de qualquer rede de computadores antiga, é o uso de dois conjuntos particulares de regras de comunicação: a Transmissão Protocolo de Controle (TCP), e o Protocolo Internet (IP), que juntos são conhecidos como o Conjunto de Protocolos de Internet (TCP/IP). O IP define como os computadores podem trocar dados entre si, enquanto o TCP rege as conexões entre computadores para trocar dados usando IP. Um sistema de endereços IP identifica computadores individuais de modo a localizar cada computador em uma rede, e então identificar uma rota através dessa rede até o computador usando o próprio IP. Entre eles, estes protocolos fornecem uma especificação de ponta a ponta de como os dados são transferidos através da Internet (O’HARA e HALL, 2021, p. 27).

No entanto, a Internet nem sempre foi assim. Apenas em 1991 que a *World Wide Web* (WWW) – conjunto de recursos padronizados utilizados para comunicação via Internet – foi aberta ao público em geral. Antes disto, o que se pode chamar de Internet era apenas um mecanismo primordialmente utilizado por governos para fins militares e, principalmente, por acadêmicos. Com a abertura da WWW ao público geral, viabilizou-se a proliferação de diversos usos da Web, como comunicação (fóruns de discussão) e comércio (*e-commerce*). No entanto, a sua utilização ainda era muito restrita devido tanto aos custos de acesso e a necessidade de conhecimento técnico para tal (INTERNET SOCIETY, 2021).

No Brasil, a história é ainda mais recente – apenas em abril de 1995 foi implementada a Internet para uso comercial no país, antes restrita a acadêmicos. Em 1996, a Internet contava com 46,27 milhões de usuários norte-americanos e apenas 1,53 milhões de latinoamericanos. A título de comparação de números, em 2015 esse dado cresceu para 271,35 milhões de norte-americanos e 344,7 milhões de latino-americanos (MURPHY; ROSER, 2018). O cenário também é incomparável aos dias de hoje com relação às redes sociais, que se popularizariam de fato mais de cinco anos mais tarde com o Friendster (2002) e o Myspace (2003). Ademais, a própria ideia de smartphone, dispositivo mais popular de acesso à Internet hoje, era considerado muito futurístico à época².

No início dos anos 2000, a instalação de pontos de acesso de banda larga no Brasil caminhou lentamente. O principal fator que influenciou na demora da popularização da Internet foram os altos custos da tecnologia necessária para fazer as conexões (na época, a fibra ainda era extremamente cara), o que consequentemente acarretava custos altos para os consumidores. Ao longo dos anos, esses custos foram diminuindo no Brasil – a título de comparação: em 2005 a velocidade média era 2 Mbps e o preço médio, R\$ 100 por Mbps; em 2010, a velocidade passou a ser de 4,41 Mbps, com um custo de R\$ 21,2 por Mbps; por fim, em 2019, a velocidade média foi para 24,62 Mbps e o custo, R\$3,5 por Mbps (RODRIGUES, 2019).

Assim, em 2020, pode-se falar em um amplo acesso – ainda que não universal – da Internet no Brasil e no mundo. De acordo com o relatório anualmente publicado pelo DataReportal – uma organização que busca fornecer números e gráficos sobre os usos da Internet ao redor do mundo – o acesso à Internet ao redor do mundo está na faixa dos 60% da população mundial. Além disso, 53% dos cidadãos ao redor do mundo acessam redes sociais e as plataformas que hospedam conteúdos gerados por usuários mais utilizadas em todo o globo foram, em 2020, o Facebook, o Twitter, o YouTube, o Instagram, o TikTok e o Snapchat (DATAREPORTAL, 2021). Tais e várias outras plataformas de compartilhamento de conteúdo por usuários foram descritas pelo Ministro Anthony Kennedy da Suprema Corte dos Estados Unidos, conforme lembra Klonick

² A criação de um dispositivo móvel que conectasse civis por meio de ligações telefônicas se deu na década de 70, mas a revolução dos smartphones, ou seja, dispositivos móveis com acesso a internet se deu apenas em 2007, com o lançamento do primeiro Iphone. Ver mais em JACKSON (2018).

(2018), como o “espaço público moderno”, sendo vistas como “os mecanismos mais poderosos disponíveis para um cidadão fazer sua voz ser escutada”. No mesmo sentido, Balkin (2014) define essa nova infraestrutura de troca de informações e compartilhamento de conteúdo como o “campo de batalha central da liberdade de expressão na era digital”.

Assim, vê-se, hoje, as plataformas como os agentes principais na regulação do conteúdo e, portanto, na limitação da liberdade de expressão de seus usuários. Como chamam atenção Maranhão, Campos, Kettemman, Abrusio e Sartor:

Apenas no primeiro quarto de 2020, o Facebook removeu ou aplicou medidas sobre cerca de 1,8 bilhão de contas inautênticas e conteúdos envolvendo nudez e atividade sexual, violência, organizações perigosas (terrorismo e ódio), *hate speech*, drogas e armas de fogo, pornografia infantil, suicídio e auto-mutilação. O último relatório de transparência do Twitter revela suspensão de 244.188 contas por exploração de menores (91% usando tecnologia) e 115.861 contas por conteúdo violento (87% com uso de ferramentas computacionais proprietárias). Segundo o relatório do primeiro trimestre de 2020, moderadores do YouTube removeram manualmente 399.422 vídeos, ao passo que 5.711.586 vídeos foram removidos por ferramentas automatizadas. O relatório de transparência do Google, por sua vez, indica que mais de quatro bilhões de URLs tiveram sua deslistagem requisitada por usuários. (MARANHÃO, CAMPOS, KETTEMAN, ABRUSIO E SARTOR, 2020, online)

Como mostra os dados trazidos por Maranhão e co-autores, por um lado, exige-se das plataformas a criação e *enforcement* de iniciativas que coíbam a propagação de conteúdo danoso em seus ambientes virtuais, como discursos de ódio, desinformação, ofensas e condutas criminosas – criando a necessidade da tal moderação de conteúdo. Por outro, cria-se espaço para um amplo poder de escolha de agentes privados na determinação da limitação da liberdade de expressão, já que as plataformas decidem qual conteúdo consideram danoso, a partir de critérios e categorias criadas particularmente (GUIMARÃES, 2021). Grimmelmann (2018, pp. 5-6) ilustra a dificuldade das plataformas (e da própria lei) em determinar critérios determinantes de tipos de conteúdos a serem controlados ou até removidos:

A dificuldade de distinguir entre uma prática, uma paródia da prática e um comentário sobre a prática é uma má notícia para qualquer doutrina jurídica que tente distinguir entre elas, e para quaisquer diretrizes de moderação ou princípios éticos que tentem traçar distinções semelhantes. (tradução livre)³

Esses agentes tomam lugar de protagonismo na regulação do conteúdo online, regulando de forma igualitária todos os usuários de suas plataformas, seja onde estiverem, com pouca transparência. Assim, escolhas socialmente relevantes sobre o que se pode ou não fazer e publicar online ocorrem cada vez mais através de aplicação privada automatizada e executada por algoritmos não transparentes, o que cria uma sociedade chamada de "caixa preta" (FROSIO, 2021; PASQUALE, 2015; SUZOR, 2019; GILLESPIE, 2018). Nesta sociedade da "caixa preta", o devido processo e as garantias fundamentais são prejudicados pela aplicação tecnológica, restringindo o uso justo de conteúdo online e silenciando o discurso de acordo com o discurso dominante. Assim, independentemente da aplicação algorítmica, a supervisão privada sobre as questões particulares que exigem um equilíbrio de direitos fundamentais concorrentes é argumentada como uma opção subótima a partir de uma perspectiva de direitos fundamentais e democrática, sendo idealmente delegada ao Poder Judiciário (FROSIO, 2019, p. 18). Esta sociedade pode ser entendida por meio de outra categoria, trazida por Beck: a de risco (2010). Além do padrão informativo, o autor afirma que o modelo social atual convive com riscos tecnológicos e ambientais que geram a incerteza dos efeitos globais futuros, ele traz consigo o medo de ameaças invisíveis, inimigos desconhecidos. Sendo assim, seja na classificação de Frosio, Pasquale, Suzor, Gillespie ou de Beck, é perceptível a preocupação da literatura com o quadro que se expôs anteriormente: a sociedade hoje sofre de uma incerteza alarmante e faz-se necessário compreender os mecanismos de regulação que surgem no ambiente virtual, que coíbem ou asseguram direitos sem muita clareza.

O Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), em pesquisa desenvolvida no ano de 2020 sobre "Transparência sobre moderação de conteúdo em políticas de comunidade", identificou uma série de práticas indesejáveis das redes sociais.

³ No original:

"The difficulty of distinguishing between a practice, a parody of the practice, and a commentary on the practice is bad news for any legal doctrines that try to distinguish among them, and for any moderation guidelines or ethical principles that try to draw similar distinctions."

Dentre essas: (i) a ausência de exemplos ou casos anteriores em que suas regras foram aplicadas, o que poderia auxiliar no entendimento das suas regulações; (ii) a ausência de parâmetros concretos e mensuráveis para entender quais tipos de conteúdo poderiam ser considerados danosos e quais critérios a plataforma utiliza para realizar essa avaliação; (iii) exceções genéricas estabelecidas pelas plataformas; e, por fim, (iv) o uso de termos ambíguos na especificação de tipos de conteúdo danoso ou nocivo, o que dificulta o usuário entender o que poderia ou não publicar na plataforma (RODRIGUES; KURTZ, 2020).

Assim, tanto a falta de clareza nas políticas de comunidade quanto, por exemplo, o mau treinamento e gerenciamento do corpo de moderadores de conteúdo, podem levar a decisões controversas e imprecisas que prejudiquem cidadãos online. Esses moderadores não estão conseguindo equilibrar a demanda por remoção com os interesses legítimos da preservação de conteúdo e, em um exemplo extremo, chegam a gerar um grave problema que é a prática chamada de *over-removal*. Essa prática se baseia na remoção indiscriminada de conteúdo, incluindo aqueles que não violam as políticas de comunidade e são legais – ferindo a liberdade de expressão e a pluralidade de mídias no ambiente online (EUROPEAN COMMISSION, 2017). Como a pesquisa “Notice and Takedown in Everyday Practice” realizada por Urban, Karaganis e Schofield, em 2016, mostra os moderadores de conteúdo de diversas plataformas, desde as menores (que contam com 3 ou menos pessoas na função), quanto as maiores como o Google, afirmam que “[optam] por retirar o conteúdo, mesmo quando não há certeza sobre a força da reivindicação subjacente”, para fins de evitar a responsabilização da empresa sobre o possível dano causado pela publicação do conteúdo analisado (KELLER e LEERSEN, 2020, p. 11). A falta de transparência, ou seja, a criação de uma sociedade “caixa preta” à mercê da vontade privada das plataformas é um dos obstáculos centrais no caminho para assegurar os direitos dos usuários nas redes.

Com isso, faz-se necessário entender como e em que medida o Estado poderia regular a Internet, para garantir que sua lei ou, ao menos, a intenção de sua regulação em garantir direitos e proteger seus cidadãos possa ser realizada. Historicamente a relação Estado e Internet foi evoluindo na medida em que, primeiro, se entendeu o comportamento no ambiente virtual como necessariamente não regulado e, ao

longo dos anos, foi-se percebendo a necessidade e a possibilidade de se regular esses comportamentos neste espaço, de formas diferentes como será visto nos itens a seguir.

2. O papel do estado na regulação da internet

Como trazido no item anterior, é necessário compreender como o Estado foi visto historicamente frente o surgimento e consolidação da Internet como conhecemos hoje. O Estado nem sempre foi bem-visto no ambiente virtual, mas acadêmicos e estudiosos do tema desenvolveram diversas teorias na tentativa de conciliar a falta de capacidade estatal para regular diretamente os comportamentos de cada indivíduo online, visto que os Estados não controlavam diretamente (e ainda não controlam) os comportamentos dos usuários das plataformas.

Lessig (2006) aponta que, desde o nascimento da Internet, ela foi vista como um espaço em que os indivíduos estariam livres do poder estatal para construírem as aplicações (camada de serviços e comunicação na Internet), como resposta ao período estatal comunista e a opressão deste regime. Essa liberdade estaria garantida pela ideia de controle por meio de um consenso, com a seguinte máxima defendida à época: "Nós rejeitamos reis, presidentes e votos para eleições. Nós acreditamos em consenso duro e um código em funcionamento" (BARLOW, 1996, online)⁴.

Essa máxima resume a Declaração da Independência do Ciberespaço, escrita por John Perry Barlow (1996), cofundador da Electronic Frontier Foundation, uma fundação criada em 1990 com o objetivo de defender os direitos dos usuários da Internet. O trecho a seguir ilustra o que se defendida à época:

Governos do mundo industrial, seus gigantes cansados de carne e aço, venho do ciberespaço, a nova casa da mente. Em nome do futuro, peço ao passado que nos deixe em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania onde nos reunimos.

Não temos governo eleito, nem é provável que o tenhamos, portanto, dirijo-me a vocês com nenhuma autoridade maior do que aquela com que a própria liberdade sempre fala. Declaro que o espaço social global que estamos construindo é

⁴ No original: "We reject: kings, presidents and voting. We believe in: rough consensus and running code."

naturalmente independente das tiranias que vocês procuram nos impor. Vocês não têm nenhum direito moral de nos governar, nem possuem quaisquer métodos de aplicação que tenhamos motivos verdadeiros para temer. (tradução livre; BARLOW, 1996, online)⁵

Assim percebe-se que foi vinculada a ideia de liberdade à ideia de ausência de um Estado controlador do ambiente virtual. Apesar do Estado estar presente na construção e regulação da infraestrutura da internet, da camada operacional, principalmente devido aos usos militares para os quais a internet havia sido pensada, o foi Estado colocado em um papel de incapaz de regular os usos da Internet e isso foi uma vitória: o Estado não poderia controlar jamais o comportamento na Internet e seus usuários eram livres totalmente! No entanto, com o passar dos anos e a consolidação da Internet como principal meio de comunicação na sociedade de forma massiva, as ideias de Barlow reduziram-se a reflexões utópicas. Com a permeação das redes em todas as esferas da sociedade (política, econômica, social e cultural), as discussões passaram a enxergar a regulação como uma necessidade, buscando coibir comportamentos indesejados e promover utilizações positivas⁶.

Assim, Leonardi resume as principais linhas de pensamento sobre a regulação da Internet (2011, p. 126). A primeira seria chamada de "autorregulação", a segunda de "direito do ciberespaço", a terceira seria nomeada de "analogia e Internet" e a quarta vista como uma "abordagem mista". A "autorregulação" é, na verdade, a primeira a surgir na história da Internet, já explicitada anteriormente e proclamada por John Perry Barlow. A segunda, proposta por David G. Johnson e David G. Post, baseia-se em um ramo do Direito apartado de todos os que conhecemos, sendo nomeado de "Direito do ciberespaço". A justificativa melhor aceita dessa linha de pensamento é a ideia de que o indivíduo sabe quando está no ciberespaço e não ingressa nele por acaso, sendo assim,

5 No original:

"Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather.

We have no elected government, nor are we likely to have one, so I address you with no greater authority than that with which liberty itself always speaks. I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us. You have no moral right to rule us nor do you possess any methods of enforcement we have true reason to fear."

6 Costuma-se chamar a área de conhecimento destes estudos, debates e movimentações de "Governança da Internet".

poderia “muito bem” perceber quando se submete ao regime especial do Direito do ciberespaço. Esse regime seria especial, de acordo com os estudiosos, já que “assim como a jurisprudência de um país reflete a sua experiência histórica e a sua cultura, o direito do ciberespaço acabaria por refletir as suas características especiais, as quais diferem substancialmente do mundo convencional” (LEONARDI, 2011, p. 136). Em estudos mais avançados dessa linha, percebe-se a tendência de se imaginar que esse Direito iria fazer surgir uma necessidade de Governos trabalharem juntos, por meio de organismos internacionais, de modo a criar normas globais para a Internet, ou então iriam “sofrer os efeitos mutuamente destrutivos de tentativas unilaterais de governança da Rede” (DE LACOURT, 1997, p. 207). No entanto, como se percebe na prática, a tendência não se concretizou e essa linha de pensamento foi superada – apesar do fato de que há quem fale ainda hoje, em “Direito digital” ou “Direito cibernético”, estes termos ganharam nova roupagem: passaram a ser sinônimos de um conjunto novo de leis que regulam localmente a Internet, atribuindo diversas responsabilidades a provedores e outros agentes, como a guarda de registros de conexão e aplicação, neutralidade da rede, garantia da privacidade de usuários, entre outras.

Em oposição à linha anterior, na terceira linha, tem-se a visão da Internet como algo “nada novo”. A partir desse entendimento, a regulação da Internet poderia se dar por meio de uma analogia, aplicando os institutos jurídicos tradicionais existentes, a partir da percepção da similitude dos problemas enfrentados na Internet com situações já conhecidas *off-line* (DALLARI, 1995, p. 224). Nesta linha, poder-se-ia entender juridicamente o e-mail como correio eletrônico ou as redes sociais como praça pública. No entanto, como aponta Leonardí, esta teoria já foi e é muito utilizada nos Estados Unidos da América enquanto houve, no Brasil, algumas tentativas de utilizá-la, mas todas sem sucesso, já que, “utilizar sempre a mesma analogia para a Internet significa desprezar suas múltiplas utilidades e ignorar a hermenêutica jurídica” (LEONARDI, 2011, p. 146).

Por fim, a última linha é a da “abordagem mista”, que defende uma utilização do sistema jurídico em conjunto com a arquitetura da Internet – esta última sendo entendida como a estrutura e funcionamento da Internet. O maior defensor desta linha é o próprio Lessig (2006, pp. 120-137), já citado anteriormente, que traz em suas produções a máxima “código

é lei" (no original: "*code is law*"): o código de programação das ferramentas *on-line* é determinante para regular o comportamento humano na Internet e, assim, o Direito deveria se preocupar em regular estes códigos para, então, conseguir controlar o comportamento humano *on-line*. Lessig propõe um modelo geral de regulação, entendida aqui como um conceito que vai além da regulação jurídica, com quatro modalidades: o Direito, as normas sociais, o mercado e a arquitetura.

Neste modelo geral de regulação, todas as modalidades são importantes: o Direito com seu papel sancionador de condutas ilícitas após terem sido praticadas, mediante a subsunção da conduta às normas jurídicas aplicáveis, de acordo com as circunstâncias do caso concreto; as normas sociais como as chamadas "netiquetas", ou seja, etiquetas de condutas a serem praticadas na Internet; o mercado, ou seja, as plataformas que são igualmente importantes já que controlam quem consegue acessar conteúdos e a própria Internet, por meio de contratos (termos de uso, políticas de privacidade, políticas da comunidade etc) e pagamentos (dos próprios pacotes de Internet e, também, para obter acessos exclusivos a certos conteúdos).

No entanto, essas 3 modalidades não são capazes de controlar as condutas *on-line* como a arquitetura o faz. Esta última modalidade se baseia, como já explicado brevemente anteriormente, na ideia da máxima "*code is law*": o código que constrói as aplicações, ferramentas e programas que utilizamos para criar conteúdo, compartilhar e se comunicar pode estabelecer limites ao comportamento dos usuários online. Lessig ilustra essa explicação mostrando as diferenças entre a rede de conexão da Universidade de Chicago e de Harvard: na primeira, se você conectar seu dispositivo sem registro na rede, você consegue acessar a Internet com facilidade, já em Harvard você precisa registrar seu dispositivo, sendo fácil o controle de informações sobre, por exemplo, quem está na rede, por quanto tempo, acessando de onde, entre outros:

Como o acesso é controlado em Harvard e a identidade é conhecida, as ações podem ser rastreadas até sua raiz na rede. Como o acesso não é controlado em Chicago, e a identidade não é conhecida, as ações não podem ser rastreadas até sua raiz na rede. Monitorar ou rastrear o comportamento em Chicago é mais difícil do que em Harvard. O comportamento

O Estado Controla A Internet?

na rede de Harvard é mais controlável do que na rede da Universidade de Chicago.

As redes, portanto, diferem na medida em que tornam o comportamento dentro de cada rede regulável. Esta diferença é simplesmente uma questão de código – uma diferença no software e hardware que garante o acesso dos usuários. Diferentes códigos tornam as redes reguláveis de forma diferente. A regulabilidade é, portanto, uma função do projeto. (tradução livre; LESSIG, 2006, p. 34)⁷

O código de programação, então, é comparado pelo mesmo autor com as leis da física, já que não é possível contrariá-las e, portanto, não é possível agir de maneira diversa a que foi programada no código das ferramentas *on-line*. O design do programa, ou seja, o código que o constrói, determina limites ao comportamento dos usuários online.

Essa linha é a linha mais estudada e desenvolvida atualmente. Diversas obras subsequentes apontam para Lessig como o precursor da regulação da Internet e partem deste ponto de vista para analisarem e proporem novas regulações. Berman (2000) inclusive cita Lessig para trazer a “doutrina da ação estatal” para a Internet: um debate em que se questiona o alcance da Constituição a espaços privados, com regulações privadas. O autor aponta para a necessidade, por exemplo, de se ter uma visão mais ampla do escopo da Constituição para atingir os órgãos privados – que agora funcionam de forma tão poderosa (mas tão invisível) para estabelecer o código que regula o ciberespaço, de acordo com Lessig – e sujeitá-los às normas constitucionais de processo justo e revisão judicial. Com essa constitucionalização de espaços privados, os direitos fundamentais dos cidadãos seriam colocados como prioridade na construção dos códigos, assim, ter-se-ia uma regulação eficiente que garantiria esses direitos dos usuários online.

Diante dessas diversas linhas de pensamento quanto ao papel do Estado na regulação da Internet, surgidas desde a

⁷ No original:

“Because access is controlled at Harvard and identity is known, actions can be traced back to their root in the network. Because access is not controlled at Chicago, and identity is not known, actions cannot be traced back to their root in the network. Monitoring or tracking behavior at Chicago is harder than it is at Harvard. Behavior in the Harvard network is more controllable than in the University of Chicago network.

The networks thus differ in the extent to which they make behavior within each network regulable. This difference is simply a matter of code—a difference in the software and hardware that grants users access. Different code makes differently regulable networks. Regulability is thus a function of design.”

comercialização da Internet na década de 90, faz-se necessário entender qual caminho hoje o tema está tomando. No item a seguir exploraremos uma visão mais recente de regulação estatal da Internet, enfocando como o Estado pode controlar (e controla!) a liberdade de expressão online hoje.

3. A regulação estatal da liberdade de expressão online hoje

Jonathan Peters, em 2017, defende que temos que avançar nessa discussão levantada por Berman em 2000, sobre a “doutrina da ação estatal”. O autor afirma que quando se trata da Internet, pouco tempo como 17 anos, na verdade, deve ser visto como suficiente para a necessidade de se desenvolver e evoluir as discussões e estudos sobre o ambiente virtual. Ele aponta que os grandes desenvolvimentos, seja no funcionamento da Internet, nos tipos de problemas surgidos, nas tentativas de resolução desses e, portanto, no controle da Internet são significativos em tão pouco tempo. O debate trazido por Berman, que se questiona o alcance da Constituição a espaços privados, surge em uma época em que a Internet estava se consolidando como a Internet comercial como se conhece hoje, ainda se limitando, na época, a alguns fóruns de discussão de tópicos específicos e blogs de viagem. Já mais perto da década de 2020, estamos falando de uma Internet composta por inúmeros formatos de plataformas de interação social (KAPLAN e HAENLEIN, 2010, p. 62), como as plataformas de criação coletiva de conteúdo (wikis), os blogs, comunidades de compartilhamento de conteúdo, sites de networking social, jogos que simulam a vida offline e, por fim, jogos “*open world*” (conhecidos como MMO, do inglês “*Massively Multiplayer Online Game*”). É necessário, assim, olhar para o presente, sem esquecer das discussões do passado, para analisarmos a regulação privada de direitos online.

Ainda que Lessig seja visto hoje como o pai dos estudos sobre regulação da Internet, o autor não produziu muito sobre o tema após a virada do século. No entanto, autores como Jack M. Balkin (2014, 2018, 2019) e Giancarlo Frosio (2021) avançaram na discussão: ao olhar para a realidade eles pretendem entender como se dá hoje a regulação da Internet em diferentes contextos nacionais, verificando ainda como a comunidade acadêmica andou acertando e/ou errando nos diagnósticos feitos até hoje. Assim, esses e outros autores constataram que houve uma evolução na ideia de regulação

de Internet, em que os Estados deixaram de ser percebidos como agentes reguladores malvistas, passando por uma visão de agentes incapazes de regular direitos, pela distância do controle que deveria passar por intermediários, mas entendidos hoje como agentes que têm muito poder de regulação, mas não na forma que se pensava, como será visto a seguir.

Balkin (2014, p. 2306), por exemplo, traz a ideia de que observamos o surgimento de uma “nova escola” da regulação da liberdade de expressão. Em contraste à “velha escola”, o autor aponta o processo em que resultou na ascensão dos intermediários na regulação do conteúdo. No século 2,1 a regulação da liberdade de expressão não pode mais ser entendida como uma relação entre apenas dois polos: cidadãos e Estados. A comercialização da Internet fez surgir novas práticas de comunicação online, transformando esse modelo bilateral em um triângulo que necessariamente deve incluir os intermediários de Internet nessa relação, conforme o modelo proposto pelo autor, ilustrado e explicado a seguir (2018, p. 2014).

IMAGEM 1 – Triângulo da liberdade de expressão proposto por BALKIN



Fonte: tradução livre do infográfico original em (BALKIN, 2018, p. 2014)

Os Estados, colocados em um primeiro vértice do triângulo da regulação da expressão, continuam regulando o comportamento dos cidadãos por meio da aplicação de sanções individuais, de forma pontual. Ao mesmo tempo, para um controle mais geral, eles pressionam intermediários, cooptando-os para fornecerem informações necessárias para possibilitar investigações e/ou aplicações de sanções e adequarem as suas práticas de regulação privada aos fins dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais (BALKIN, 2018, p. 2014). No segundo vértice do triângulo, os intermediários (nome dado as redes sociais, os provedores de conexão, entre outros agentes que atuam intermediando a relação do usuário com a Internet) regulam o comportamento de seus usuários por meio dos regulamentos privados e funcionamento de suas plataformas, esta última sendo a regulação chamada por arquitetura, citada anteriormente. Vale ressaltar que a regulação aqui referida, feita pelos intermediários, é resultado tanto de pressões econômicas quanto pressões advindas de Estados – o que demonstra que, apesar de privada, ela é permeável por vários tipos de incentivos. Assim, os intermediários cooperam com a regulação proposta pelos Estados, seja de forma voluntária ou não, tentando compatibilizar seus regulamentos internos com os fins de ordenamentos jurídicos nacionais ou internacionais (BALKIN, 2018, p. 2015).

Por fim, no terceiro vértice do triângulo, os cidadãos têm sua expressão regulada tanto pelos Estados (“vértice 1”), seja na aplicação de sanções (ou seja, por uma regulação direta) ou na cooptação dos intermediários para regularem o comportamento de usuários (por uma regulação indireta), quanto por intermediários (“vértice 2”), que têm objetivos econômicos particulares. No entanto, esses cidadãos podem e exercem controle sobre esses outros dois agentes regulatórios, não sendo parte passiva da relação de regulação triangular, em suma: eles podem questionar os outros vértices do triângulo por meio de associações como organizações não-governamentais; podem exercer seu poder de escolha (pelo boicote, no caso dos intermediários ou pelo voto, no caso dos Estados); podem acionar mecanismos de resolução de conflitos (como o Judiciário, a arbitragem entre outros); e podem acionar também a imprensa para atrair atenção para casos polêmicos, difíceis ou de abusos. No entanto, vale ressaltar que o sucesso do ativismo dos cidadãos dependerá de sua capacidade de diminuir a assimetria de poder

intrínseca à relação de consumo ou de governo e ainda da existência de mecanismos de controle e transparência, principalmente no funcionamento e regulação interna das plataformas (BALKIN, 2018, p. 2017).

Frosio (2021), indo além, explora a evolução das pressões estatais nos intermediários, afirmando que antes havia a tendência de se criar exceções de responsabilidade caso a plataforma cooperasse ou/e auxiliasse o Estado a garantir a prevalência de sua jurisdição ou ao menos os interesses de sua lei na Internet. Ele inclusive indica como grande falha dessa responsabilização a falta de conhecimento técnico do poder público. Agora os Estados enxergam as plataformas como “responsáveis pelo bem maior”.

A aplicação da lei pública que carece de conhecimento técnico e recursos para enfrentar um desafio sem precedentes em termos de comportamento semiótico humano global terceirizaria coercitivamente a aplicação da lei on-line para entidades privadas. Isto está ocorrendo por meio de medidas de pedidos privados, impulsionadas pelo Estado e pelo mercado, tais como regulamentação de conteúdo DNS privado, bloqueio de sites, resposta graduada, manipulação de busca on-line, monitoramento e filtragem, bloqueio de pagamentos e estratégias de “follow-the-money”, à luz de uma noção recentemente enfatizada de responsabilidade social corporativa. (tradução livre; FROSIO, 2021, p. 29)⁸

Assim, o autor afirma que há um movimento centrípeto em direção ao constitucionalismo digital – apesar de ocorrer parcialmente em múltiplos níveis – que pode ser ofuscado pelo movimento centrífugo causado por pedidos particulares e a velha responsabilidade de intermediários. Embora a privatização do *enforcement* de regras privadas e do julgamento privado online de casos individuais tenha sido consolidada como uma tendência já há algum tempo, há um movimento por parte dos Estados para balancear essa privatização das decisões que influenciam a liberdade de expressão online – dentre outros direitos. Assim, o Estado estaria

⁸ No original:

“Public enforcement lacking technical knowledge and resources to address an unprecedented challenge in terms of global human semiotic behaviour would coactively outsource enforcement online to private parties. This is occurring via state-driven and market-driven private ordering measures, such as private DNS content regulation, website-blocking, graduated response, online search manipulation, monitoring and filtering, payment blockades and follow-the-money strategies, in light of a newly emphasised notion of corporate social responsibility.”

tentando recuperar uma função de supervisão e controle de comportamentos de seus cidadãos agora voltado à Internet, enfocando a governança das plataformas digitais. Ele estabelece normas que criam obrigações e regulações nacionais (e até supranacionais) de controle para limitar a fragmentação de pedidos privados garantindo aos usuários seus direitos fundamentais.

Diante de todo esse cenário descrito de evolução da regulação da Internet frente às pressões mercadológicas e governamentais, que acabam interferindo no comportamento de usuários ao redor do mundo, cria-se um descompasso entre a regulação privada e as regulações estatais locais. Inclusive Corinne Tan (2018), em seu relato de pesquisa fruto de seu PhD, diagnostica inconsistências entre a aplicação dos fatores regulatórios das plataformas, seja regulamento interno ou funcionamento das ferramentas de controle do conteúdo, com as leis de direitos autorais escolhidas para seu estudo. Com esse diagnóstico, a autora argumenta que essas inconsistências podem comprometer a eficácia das leis autorais nacionais na regulamentação de comportamentos geradores de conteúdo de usuários de diferentes países, o que reforça a necessidade de se estudar a fundo essa temática das regulações privadas vs. estatais, como meio de se avançar na garantia e proteção de direitos fundamentais online junto da segurança jurídica dos cidadãos usuários.

Entende-se, assim, que o tema da garantia de direitos na Internet como objetivo principal dos Estados em interferirem na regulação da Internet é algo complexo, que envolve diversos aspectos que extrapolam o mero âmbito jurídico. Hoje a tendência é de envolver os atores que fazem parte de toda essa relação – Estados, plataformas e usuários – para garantir direitos sem desequilibrar as relações de consumo, subordinação ou/e regulação.

Conclusão

Neste artigo, procurou-se entender não só como os Estados acabam interferindo na Internet, mas o motivo dessa interferência e a evolução dessa complicada relação desde a comercialização da Internet na década de 90. Assim, percebeu-se que a Internet é algo novo, mas que em menos de 30 anos de existência já passou por diversas tendências e tentativas de regulação estatal.

De início, a Internet parecia ser um local resguardado do poder estatal. A “independência” da Internet logo foi vista como utopia e então tentou-se criar vertentes de regulação dela: o “direito do ciberespaço”, a “regulação por analogia” e por fim a “abordagem mista”, proposta por Lessig na virada do século e hoje entendida como prevalente.

Essa vertente da abordagem mista é conhecida pela ideia de “*code is law*”, ou seja, o “código é lei”. Com essa expressão entende-se que o código de programação das ferramentas online é determinante para regular o comportamento humano na Internet e, assim, o Direito deveria se preocupar em regular estes códigos para assim conseguir controlar o comportamento humano online. Tudo que se pode ou não fazer online é determinado na construção da aplicação, seja site, aplicativo ou plataforma. Se essa arquitetura é controlada, controla-se o comportamento.

Assim como a Internet essa linha de entendimento sobre regulação da Internet não deixou de evoluir nas décadas seguintes ao seu surgimento, os Estados passaram a pressionar os intermediários a seguirem suas determinações por meio de responsabilidades e isenções quando suas leis são seguidas. No entanto, vê-se um crescente protagonismo das plataformas na regulação da liberdade de expressão, um dos direitos mais básicos exercidos online. Não só os Estados, mas a sociedade passou a colocar os intermediários neste papel por eles serem os controladores da arquitetura das plataformas em que os direitos são exercidos e às vezes violados. Com isso, como Frosio aponta, elas passam a serem vistas como as “guardiãs do bem maior”, mas é necessário cuidado para não se tirar o poder dos Estados por completo.

Assim, mostra-se urgente e necessário o avanço nessa agenda de pesquisa, ultrapassando o estudo estritamente jurídico da regulação de direitos. A Internet nos impõe um novo modelo de regulação que tanto se adapta e se altera rapidamente, quanto interfere na capacidade estatal de controlar comportamentos e garantir direitos de seus cidadãos. Ela não é uma terra sem lei, mas uma terra com muitas leis, cada uma advinda de um agente, fruto de uma mistura de pressões Estatais, mercadológicas e até sociais e, ao compreender o processo de criação dessas regulações privadas, pode-se desenvolver instrumentos para a garantia de direitos na Internet.

Bibliografia

BALKIN, Jack M. Old-school/new-school speech regulation. *Harvard Law Review*, vol. 127:2296, 2014. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5886&context=fss_papers>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BALKIN, Jack M.. *Free Speech is a Triangle*. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2018. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=3186205>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BARLOW, John Perry. **A Declaration of the Independence of Cyberspace**. Electronic Frontier Foundation, 1996. Disponível em: <<https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus n. 74.225-SP, julgado em 12 de janeiro de 2007.

BRASIL, 2ª Vara Criminal de Uberlândia, Habeas Corpus 702.020.363.322, julgado em 3 de fevereiro de 2003.

BRASIL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 4ª Câmara Criminal, Recurso em Sentido Estrito 472.032-9, julgado em 30 de março de 2005.

BURK, Dan L. *Federalism in cyberspace*, 28 *Connecticut Law Review*, 1996.

CGI. **TIC DOMICÍLIOS – Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.nic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/>>. Acesso em 26 jan. 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**, 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DATAREPORTAL. *Digital 2021: Global Overview Report*. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

DE LACOURT, John. **The international impact of Internet regulation**, 38 *Harvard International Law Journal*, 1997.

ESTADOS UNIDOS, Supreme Court, *Thrifty-Tel, Inc. v. Bezenek*, 46 Cal. Ap. 4th 1559 (1996).

ESTADOS UNIDOS, Supreme Court, *Reno v. American Civil Liberties Union*, 521 U.S. 844, 117 S. Ct. 2329, 138 L. Ed. 2d 874 (1997).

ESTADOS UNIDOS, Supreme Court, *eBay, Inc. v. Bidder's Edge, Inc.*, 100 F. Sup. 2d 1058 (N.D. Cal. 2000).

O Estado Controla A Internet?

EUROPEAN COMMISSION. Tackling Illegal Content Online: Towards an enhanced responsibility of online platforms. European Commission, 2017. Disponível em: <<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/communication-tackling-illegal-content-online-towards-enhanced-responsibility-online-platforms>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

FROSIO, Giancarlo. Regulatory Shift in State Intervention: From Intermediary Liability to Responsibility. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3850483>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media**. Yale U Press, 2018.

GOLDSMITH, Jack; WU, Tim. **Who controls the Internet?** Nova York: Oxford University Press, 2006. Disponível em: <<http://cryptome.org/2013/01/aaron-swartz/Who-Controls-Net.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GONÇALVES, André Luiz Dias. YouTube bloqueia vídeos de Castanhari e eles vão parar no XVideos. **TecMundo**, 2020. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/internet/153092-youtube-bloqueia-videos-castanhari-eles-parar-xvideos.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GOOGLE. Denunciar conteúdo por motivos legais. Disponível em: <[legaishttps://support.google.com/legal/answer/3110420?product=blogger&authuser=0#zippy=%2Cproteger-suas-informa%C3%A7%C3%B5es%2Ca-transpar%C3%Aancia-%C3%A9-essencial%2Co-que-s%C3%A3o-direitos-autorais](https://support.google.com/legal/answer/3110420?product=blogger&authuser=0#zippy=%2Cproteger-suas-informa%C3%A7%C3%B5es%2Ca-transpar%C3%Aancia-%C3%A9-essencial%2Co-que-s%C3%A3o-direitos-autorais)>. Acesso em: 28 fev. 2022.

GRIMMELMANN, James. The Platform is the Message. Cornell Legal Studies Research Paper No. 18-30, 2018. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3132758>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GUIMARÃES, Tatiane. "Conteúdo perigoso"? a invisibilização da Comunidade LGBTQIA+ na moderação de conteúdo. IRIS Blog, 2021. Disponível em: <<https://irisbh.com.br/conteudo-perigoso-a-invisibilizacao-da-comunidade-lgbtqia-na-moderacao-de-conteudo/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

INTERNET SOCIETY. Internet Hall of Fame's Living History Timeline. Disponível em: <<https://www.internethalloffame.org/Internethistory/timeline>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

JACKSON, Kevin. A brief history of the smartphone. **ScienceNode**. 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://sciencenode.org/feature/How%20did%20smartphones%20evolve.php>>. Acesso em 26 jan. 2022.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. *Business Horizons*, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010.

O Estado Controla A Internet?

KELLER, Daphne; LEERSSEN, Paddy. Facts and Where to Find Them: Empirical Research on Internet Platforms and Content Moderation. In: Persily & J. Tucker, **Social Media and Democracy: The State of the Field and Prospects for Reform**. Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3504930>. Acesso em: 20 out. 2021.

KLONICK, Kate. **The New Governors: The People, Rules, and processes Governing Online Speech**. Harvard Law Review, Vol. 131:1598, 2018. Disponível em: <https://harvardlawreview.org/wp-content/uploads/2018/04/1598-1670_Online.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <<http://leonardi.adv.br/wp-content/uploads/2012/01/mltpi.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

LESSIG, Lawrence. **Code – version 2.0**. Nova York: Perseus Books Group, 2006. Disponível em: <<http://codev2.cc/download+remix/Lessig-Codev2.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MARANHÃO, Juliano; CAMPOS, Ricardo; KETTEMANN, Matthias; ABRUSIO, Juliana; SARTOR, Giovanni. Como regular a moderação privada de conteúdo nos novos espaços públicos?. *Conjur*, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-set-01/direito-digitalcomo-regular-moderacao-privada-conteudo-novos-espacos-publicos>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MURPHY, Julia. ROSER, Max. Internet: Empirical View. *Our World In Data*, 2018. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/Internet>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

O'HARA, Kieron. HALL, Wendy. **Four Internets: Data, Geopolitics, and the Governance of Cyberspace**. New York: Oxford University Press, 2021.

PASQUALE, Frank. **The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information**. Harvard U Press, 2015.

RODRIGUES, André Felipe. Mercado de banda larga brasileiro: um olhar sobre a última década. *ITForum*, 2019. Disponível em: <<https://itforum.com.br/colunas/mercado-de-banda-larga-brasileiro-um-olhar-sobre-a-ultima-decada/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

RODRIGUES, Gustavo; KURTZ, Lahis. Transparência sobre moderação de conteúdo em políticas de comunidade. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3nUbXYh>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SUZOR, Nicolas. **Lawless: The Secret Rules That Govern Our Digital Lives**. Cambridge University Press, 2019.

TAN, Corinne. **Regulating Content on Social Media: Copyright, Terms of Service and Technological Features**. London: UCL Press, 2018.

O Estado Controla A Internet?

TUSHNET, Rebeca. Content Moderation in an age of extremes. Case Western Reserve Journal of Law, Technology & the Internet, Vol. 10, No. 1, 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3503169>. Acesso em: 05 ago. 2021.

URBAN, Jennifer M.; KARAGANIS, Joe; SCHOFIELD, Brianna. **Notice and Takedown in Everyday Practice**. UC Berkeley Public Law Research Paper No. 2755628, 2016. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2755628 >. Acesso em 20 out. 2021.

WEST, Sarah Myers. Censored, suspended, shadowbanned: User interpretations of content moderation on social media platforms. **New Media & Society**. 2018.

YOUTUBERS.ME. Quanto ganha Felipe Castanhari. 2021. Disponível em: <<https://br.youtubers.me/felipe-castanhari/youtube-quanto-ganha>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

DANDO O SANGUE: CIÊNCIA EM TEMPOS DE ZIKA¹

Soraya Fleischer²

Resumo

O vírus Zika (VZ) já havia sido identificado e descrito pela literatura científica na primeira metade do século XX. Foi apenas quando sua transmissão produziu uma dramática repercussão reprodutiva, na forma da Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), que o Zika foi se mostrando como uma tragédia humanitária de grande escala. Diante desse cenário, na Grande Região Metropolitana do Recife/PE, o epicentro do primeiro surto, orquestrou-se um intensivão científico. Pesquisadores, profissionais de saúde, projetos, redes e consórcios de instituições de pesquisa no país e do exterior se apressaram para conhecer melhor esse velho-novo vírus. Nossa equipe de pesquisa da área de Antropologia também esteve no Recife. O desenho metodológico previu, de 2016 a 2019, visitar semestralmente o mesmo conjunto de famílias. Nesse artigo, especificamente, discutirei a participação dessas famílias na pesquisa científica produzida no Recife. Um caso, de uma mãe e sua filha com a SCVZ, será apresentado, duas pesquisas das quais elas participaram serão descritas e serão analisados seus caminhos por tantos espaços de pesquisa do VZ. Embora a maioria das mães, as principais cuidadoras dessas crianças, buscassem serviços de saúde, justiça e educação, nem todas apresentavam a disposição dessa mãe em participar também de atividades científicas. Nos últimos anos, inclusive, a tônica da comunidade da SCVZ tem sido contrária, a sensação de exploração e não reciprocidade diante da produção científica do Zika.

Palavras-chave: Epidemia do vírus Zika. Antropologia da ciência. Recife. Pernambuco.

Donar sangre: La ciencia en los tiempos del Zika

Resumen

El virus Zika (VZ) ya había sido identificado y descrito en la literatura científica en la primera mitad del siglo XX. Fue solo cuando su transmisión produjo una reacción reproductiva dramática, en forma de Síndrome Congénito del Virus Zika (SCVZ), que Zika emergió como una tragedia humanitaria a gran escala. Ante ese escenario, en la Gran Región Metropolitana de Recife/PE, epicentro del primer brote, se orquestó un intensivo científico. Investigadores, profesionales de la salud, proyectos, redes y consorcios de instituciones de investigación del país y del exterior se apresuraron a conocer mejor este viejo-nuevo virus. Nuestro equipo de investigación en Antropología también estuvo en Recife. El

¹ Em 2019, esse texto foi apresentado no 6º Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura, um evento organizado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR/Unicamp); na III Reunião de Antropologia da Saúde, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN; e no grupo de pesquisa que coordeno no DAN/UnB. Agradeço pelos comentários críticos e produtivos que recebi, em particular, de Daniela Manica, Daniela Knauth, Veriano Terto, Jaqueline Ferreira, Elaine Brandão, Cíntia Engel, Debora Allebrandt e a dupla de pareceristas generosas e anônimas do presente periódico.

² Bolsista do CNPq e Professora no Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Coordena o projeto de pesquisa "Uma antropologia da ciência do Vírus Zika: resultados, retornos e epistemologias". Co-coordena o *Mundaréu*, podcast de divulgação científica, numa parceria entre a UnB e a Unicamp. E-mail: soraya@unb.br

Dando o sangue: Ciência em tempos de Zika

diseño metodológico preveía, de 2016 a 2019, visitar cada seis meses al mismo conjunto de familias. En este artículo, específicamente, discutiré la participación de estas familias en la investigación científica producida en Recife. Se presentará el caso de una madre y su hija con SCVZ, se describirán dos estudios en los que participaron y se analizarán sus recorridos por tantos espacios de investigación en la VZ. Aunque la mayoría de las madres, principales cuidadoras de estos niños buscaron servicios de salud, justicia y educación, no todas estaban dispuestas a participar en actividades científicas. En los últimos años, incluso, el tono de la comunidad SCVZ ha sido el contrario, el sentimiento de explotación y no reciprocidad frente a la producción científica del Zika.

Palabras clave: Epidemia de virus Zika. Antropología de la Ciencia. Recife. Pernambuco.

Giving blood: Science in the time of Zika

Abstract

The Zika Virus (VZ) had already been identified and described in the scientific literature in the first half of the 20th century. But only when its transmission produced a dramatic reproductive repercussion, in the form of Congenital Zika Virus Syndrome (CZVS), that Zika began to show itself as a large-scale humanitarian tragedy. In view of this scenario, in the Greater Metropolitan Region of Recife/PE, the epicenter of the first outbreak, a scientific intensity was orchestrated. Researchers, health professionals, projects, networks and consortia of local and foreign research institutions rushed to know this old-new virus. Our team of anthropologists and researchers was also in Recife. The methodological design, from 2016 to 2019, was set to visit the same set of families every six months. In this article, specifically, I will discuss the participation of these families in scientific research produced in Recife. A case of a mother and her daughter with SCVZ will be presented, two projects they participated in will be described and their paths through so many VZ research spaces will be analyzed. Although most mothers, the main caregivers of these children, sought health, justice and education services, not all of them were willing to participate in scientific activities as well. In recent years, the tone of the SCVZ community has been the opposite, that is, the feeling of exploitation and non-reciprocity in the face of Zika's scientific production.

Keywords: Virus Zika epidemics. Anthropology of science. Recife. Pernambuco.

Introdução: Uma saga científica³

O vírus Zika já havia sido identificado e descrito pela literatura científica na primeira metade do século XX. Mas de aparição esporádica e discreta em regiões remotas do globo, não chamou muita atenção. Quando de sua chegada ao Brasil, já no início do século XXI, foi inicialmente relatado como uma “dengue fraca” (DINIZ, 2016). Foi apenas quando suas transmissões vetorial, vertical e sexual produziram uma evidente repercussão reprodutiva, na forma da Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), que o Zika foi se mostrando como uma tragédia humanitária de grande escala. O Brasil enfrentou, até o momento, dois surtos da epidemia do vírus Zika (VZ), nos verões de 2015 e 2016, com a confirmação de quase 4.000 crianças diagnosticadas com a SCVZ (LIRA et al, 2018), uma síndrome que envolve um amplo espectro de deficiências.

Circulam também dúvidas: Por que, de repente, se pronunciou sua existência e distribuição no Brasil em 2014? Por que o Nordeste em 2015 e depois o Sudeste em 2016 foram as regiões mais atingidas em termos da síndrome e por que o Centro-Oeste não viu sua alta incidência virótica se transformar também em SCVZ? Ao longo do tempo, qual será o potencial de viremia e contágio do vírus? As crianças assintomáticas carregam o vírus e podem, no futuro, desenvolver alguma deficiência ou facetas da SCVZ? Qual é o potencial de encontro entre Zika, Dengue, Marayo, Chicungunha, Febre Amarela, tantas arboviroses presentes em nosso território?

Diante desse cenário, orquestrou-se um intensivão científico. Pesquisadores, profissionais de saúde, projetos e redes de instituições de pesquisa no país e do exterior se apressaram para conhecer melhor esse velho-novo vírus. De modo muito rápido, foram buscar financiamento, aval ético e burocrático, articulações políticas, bolsas de estudo, importação de equipamentos e, sobretudo, sujeitos de pesquisa. Precisavam de material orgânico, que poderia vir, especialmente, das crianças com a SCVZ, mas também de seus pais, irmãos, avós: sangue, cabelo, derme, unha, saliva, urina, fezes, sêmen, líquido amniótico e medular. Não apenas laboratórios e universidades se colocaram em campo, mas gestores e serviços de saúde também se envolveram na

³ Tenho me dedicado a analisar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade no caso da epidemia do Zika. A ideia para esse texto foi sendo desenvolvida aos poucos, primeiro como uma “micro-história” (Fleischer, 2019), depois ao participar de uma entrevista (Lenharo, 2021), daí com *paper* em diferentes eventos e agora o presente artigo em periódico. Portanto, o texto guarda o frescor, mas também as fragilidades desse meu momento inicial de inquietação antropológica sobre o fenômeno científico da epidemia. Nesse sentido, ele pontua questões de modo mais panorâmico que tenho tentado responder mais detalhadamente desde então.

vontade de mapear, entender e, se possível, frear o vírus e suas consequências. Somo-me, aqui, a outras antropólogas brasileiras que têm pensado a interface entre a ciência produzida em tempos de Zika e as populações atingidas pelo vírus (DINIZ, 2016; VALIM, 2017; LIRA et al, 2018; MATOS, 2018; MATOS et al, 2018; FLEISCHER e LIMA, 2020b; SIMAS, 2020; MATOS e SILVA, 2020).

Na Grande Região Metropolitana do Recife/PE, o epicentro do primeiro surto, um arranjo científico muito específico se consolidou. A pesquisa encontrou melhores condições para acontecer dentro de clínicas de reabilitação, ambulatórios hospitalares, consultórios de especialistas e organizações não governamentais. Em troca das coletas do material empírico, equipes de pesquisadores ofereceram tanto assistência clínico-laboratorial concretizada na forma de “mutirões”, quanto o que se convencionou chamar de “doações” (SIMAS, 2020). Na prática, isso quer dizer que, ao longo de um único dia, no consultório de uma clínica ou na sala de reuniões de uma ONG, por exemplo, um conjunto de profissionais de saúde atenderia dezenas de mães e bebês de micro⁴ com rápidas consultas, medições, exames, orientação, seguida da oferta de cestas básicas, fraldas, leite em pó, amostras de medicamentos, lanches e passagens para chegar e voltar dali. Ao final do dia, por um lado, as valises resfriadas saíam repletas de amostras e, por outro, a cuidadora teria garantido que oftalmologista, fonoaudióloga, fisioterapeuta, neurologista, pediatra, psicóloga, terapeuta ocupacional e até geneticista tivessem examinado sua criança. Denomino esse combo de atividades como “pesquisa-assistência-doação”. E, como um exemplo bastante rico desse combo, pretendo apresentar uma de nossas interlocutoras, perpassada pelo vírus, pela SCVZ e pela saga (ou seria sanha?) científica.

Nossa equipe de pesquisa também esteve no Recife. O desenho metodológico previu, de 2016 a 2019, visitar semestralmente o mesmo conjunto de famílias. A cada semestre, convivemos por duas semanas com cerca de trinta mulheres, aceitando toda sorte de convite que elas nos dirigissem como, por exemplo, consultas, trânsitos pela cidade, reuniões nos grupos de apoio, farmácia do Estado, festas de aniversário, vaquinhas para compra

⁴ As pessoas atingidas pela epidemia se autointitulam pelo sintoma que, de modo metonímico, resumiu a apresentação da SCVZ, a pequena cabeça do recém-nascido. De modo versátil e estratégico, o adjetivo “micro” se tornou facilmente compreendido ao ser associado à criança, sua mãe, sua família, sua casa, ao ambulatório, ao medicamento etc. (ver FLEISCHER, 2020a).

de itens mais dispendiosos etc.⁵ Temos escrito artigos científicos, um livro e também “microhistórias”, textos mais enxutos para públicos mais amplos, num claro intuito extensivista.⁶

Nesse artigo, quero pensar sobre a participação de famílias de micro na pesquisa científica que vem sendo produzida no Recife. Embora a cidade tenha visto uma horda de pesquisadores chegarem e partirem, uma de nossas principais interlocutoras nunca – repito, nunca – recebeu qualquer notícia, informação, artigo que tenha derivado do material orgânico que ela permitiu ser retirado do corpo de sua filha, portadora da SCVZ. Esse silêncio marca, portanto, uma relação assimétrica entre sujeitos mais ou menos ativos na produção da ciência. Para discutir esse quadro que se instalou nesses tempos de Zika, o artigo focará nesse caso. Apresento Isabel e sua filha Fernanda, descrevo duas pesquisas das quais participaram e analiso seus caminhos por hospitais, consultórios, universidades. Embora a maioria das mães que conhecemos diariamente buscasse serviços de saúde, justiça e educação, nem todas apresentaram a disposição de Isabel em participar também de atividades científicas. Nos últimos anos, inclusive, o movimento da micro tem desestimulado essa participação, dada a sensação de exploração e não reciprocidade diante da produção científica do Zika (MATOS e SILVA, 2020).

Isabel e Fernandinha

Um contexto

Isabel⁷, como aqui vou chamá-la, tinha outros filhos pequenos quando Fernandinha nasceu em 2015. A contaminação virótica se apresentou de modo discreto durante a gravidez, mas o exame de ultrassom já indicou várias anomalias fetais. As imagens assustaram os profissionais de saúde e, mesmo sem suficiente amparo legal, sugeriram a interrupção gestacional, acreditavam na inviabilidade daquele feto. Mas Isabel resistiu, pois acreditava que a criança melhoraria até o nascimento. De fato, reconhece

⁵ Agradeço também a quem sempre tão gentilmente nos recebeu no Recife; quem me acompanhou no trabalho de campo como as pesquisadoras em formação; e quem nos financiou para lá chegar (CNPq, DAN, PIBIC e UnB).

⁶ Ver <https://microhistorias.wixsite.com/microhistorias>. As histórias foram reunidas recentemente em uma coletânea (Marques et al, 2021). Data de acesso: 2 de fevereiro de 2022.

⁷ Inclusive, registro que Isabel recebeu o arquivo eletrônico desse artigo quando ainda estava em fase de revisão final. O envio foi por *WhatsApp*, por onde geralmente conversamos, já que estamos em cidades e regiões diferentes, e sua concordância com o conteúdo e publicação do artigo também foi devolvida pelo mesmo aplicativo de mensagens.

como um milagre o fechamento da espinha bífida, um dos problemas identificados nas ecografias. Isabel pediu um parto cirúrgico para já garantir a laqueadura, não queria mais filhos e sabia que o marido não faria a vasectomia. Ele era contra a esterilização da esposa, inclusive. Mesmo grávida de uma criança com quadro clínico ainda desconhecido, a equipe médica tentou convencer Isabel pelo parto normal. Ela teve que brigar, já em meio a contrações, para que seu desejo de ligadura tubária imediata e subsequente fosse atendido.

Isabel é uma das mães da primeira geração (DINIZ, 2016), ao vivenciar tudo isso quando ainda não estava estabelecido o vínculo entre vírus e síndrome. E, por isso, depois do parto, foram quase duas semanas internadas, mãe e filha, para que uma enorme quantidade de testes e exames fossem realizados nas duas, em busca de um diagnóstico, que só veio meses depois, na forma da SCVZ. Foi tanto entra e sai de seu quarto que, à certa altura, Isabel proibiu que tocassem na filha, que a vissem descoberta, apenas deixando os profissionais médicos seniores examinarem-na. A alta foi dada por muita insistência de Isabel, sabendo que os outros filhos estavam praticamente sozinhos em casa, enquanto o marido, autônomo, tentava bicos ao redor da cidade para manter a casa. Mas o contato com profissionais e pesquisadores da saúde não terminou com essa alta hospitalar. Desde então, Isabel circulava semanalmente pela cidade com a filha no colo, buscando terapias, consultas, especialistas, informações para entender o quadro diagnóstico e prognóstico da menina.

Uma coleta

Nós conhecemos essa família ainda em 2016, em nossa primeira ida ao Recife, e sempre lhes reencontramos nas visitas seguintes. Em 2018, ela me avisou que aconteceria um evento numa faculdade particular da cidade. Além de palestras sobre o vírus e a síndrome, numa das manhãs do evento, um pesquisador paulista estaria fazendo coleta de sangue para comparar a microcefalia da SCVZ a outros quadros raros. Isabel se organizou para lá estar com Fernandinha, mas chegou uma hora atrasada. Teve que convencer o marido de que precisava ir, de que valeria a pena, de que era importante para conhecerem a situação de saúde da filha, mesmo sem ser paga por isso, como era a expectativa dele. Teve que pagar por um táxi privado porque dois motoristas de aplicativo se recusaram a entrar no seu bairro, dito

“perigoso”, e nenhum ônibus urbano fazia linha por ali. Como requisito para participar da pesquisa, a criança precisava estar em duplo jejum, do remédio antiespasmódico e do leite especial com o qual se alimentava por sonda endogástrica. Isabel havia organizado muitas pontas diferentes para conseguirem estar presentes em mais essa pesquisa.

Quando elas chegaram, uma enfermeira de jaleco branco apresentou o TCLE, com muitas páginas, para Isabel ler e assinar. Ela passou os olhos e assinou ao final. Não recebeu sua cópia. Dirigiu-se à próxima etapa e, assim que sentou na cadeira com a filha no colo, olhou para o pesquisador encarregado pela coleta e disparou uma pergunta, “Mas essa pesquisa vai ter resultado, né? Eu vou receber o resultado, né?”⁸. Ele assentiu positivamente. A enfermeira teve muita dificuldade de encontrar uma veia, já que um dos efeitos colaterais do coquetel medicamentoso oferecido a essas crianças é o ressecamento venoso⁹. Fernandinha reagiu, chorou copiosamente, contorceu-se como pôde, tentou se desvencilhar da agulha e dos braços que lhe continham. Uma, duas, três tentativas e o pesquisador interrompeu a coleta. Sugeriu que, embora contrariando o protocolo, a criança fosse alimentada e medicada. Quem sabe, se ela estivesse um pouco mais confortável, seria possível tentar uma segunda vez dali a pouco. Enquanto Isabel acolhia e embalava a filha ainda chorosa no colo, o médico se afastou brevemente e fitou a tela de seu celular. Eu achei uma atitude um pouco insensível, até que ele voltou com uma música sendo tocada. Ele estava a buscar sonatas de Beethoven, já que Isabel tinha contado sobre essa preferência musical da filha. Mais calma com os acordes musicais, Fernandinha se deixou ser picada novamente, e, dessa vez por gotejamento capilar pela ponta do dedinho indicador, foi coletado 1ml de sangue, bem menos do que os 5ml previstos no protocolo desse projeto. Como eu tinha acompanhado as atividades dessa manhã e conversado com o colega paulista sobre as nossas pesquisas, ao final, trocamos cartões profissionais.

Mesmo à distância, mantenho contato com essas interlocutoras por *WhatsApp* e também por *Facebook*. Alguns meses depois dessa difícil coleta de sangue, Isabel me contou que nunca mais tinha tido notícias desse pesquisador e de sua pesquisa. Ela queria

⁸ Aqui, percebo um tipo de TCLE sendo materializado na prática da pesquisa. Nessa interpelação de Isabel, sugiro que estejam sendo reforçados o seu consentimento e a sua participação de modo condicional como sujeito pesquisado e, ao mesmo tempo, como é exigido o comprometimento por parte do pesquisador na visibilização de resultados de seu trabalho.

⁹ As crianças com a SCVZ tomam uma variedade de medicamentos: antiespasmódicos, reguladores do sono e do humor, relaxantes musculares, antiácidos etc. (Camargo, 2020).

muito ter recebido o resultado relativo ao sangue extraído, como lhe havia sido prometido por ele no exato momento em que ela se sentou na cadeira de coleta com a filha no colo. Como eu tinha guardado o cartão daquele professor, lhe escrevi um e-mail. Além de lembrá-lo de nosso encontro no início daquele ano em Recife, eu expliquei que estaria voltando à cidade no segundo semestre de 2018, para mais uma temporada de pesquisa de campo e que poderia imprimir e levar os resultados para entregar pessoalmente à Isabel, com quem certamente eu reencontraria. Eu sugeri que resultados parciais poderiam ser enviados, como um hemograma ou um laudo que atestasse a correspondência entre vírus e síndrome. Não precisava ser o artigo publicado ou a patente de um novo medicamento, resultados que eu entendia serem mais complexos e demorados. Mas ele nunca me respondeu. Conteí isso à Isabel, quando nos encontramos novamente no Recife, e ela reagiu de modo resignado, não havia sido diferente com os pesquisadores e as coletas anteriores.

Essa não foi a única pesquisa da qual Isabel participou; não foi o único pesquisador que deixou de fazer contato uma vez o material orgânico tivesse sido extraído; não foi a única equipe que jamais deu retorno ou entregou resultados.¹⁰ Àquela altura, 2018, Fernandinha tinha quase três anos, havia tido suas veias reviradas muitas vezes, sua mãe tinha se transformado em uma vigorosa entusiasta da ciência. Ela contrastava uma firme “fé na ciência” com sua cambaleante “fé na justiça”, afinal, como me explicou, “em político não dá pra confiar”. Como outras mães, Isabel precisou judicializar o acesso aos medicamentos de alto custo, o transporte para cadeirantes, o apartamento no Programa Minha Casa Minha Vida, todos processos morosos, custosos e incertos. Acreditava, por outro lado, na potência dos jalecos, pipetas e laboratórios para gerar informações e esperanças para um futuro melhor para sua caçula. Eu me surpreendia com a resiliência de Isabel em tantas frentes, bem como nesse engajamento científico. Eu a via participando com muito cansaço e pouco retorno, mas sem muita reclamação sobre todas as coletas das quais ficava sabendo.

¹⁰ Talvez haja diferenças entre as ideias de “devolução”, “resultado”, “retorno”. Talvez devolver implique mais explicitamente em reciprocidade, partindo de que algo tenha sido oferecido de início. Um curso de capacitação, um manual de cuidados, uma cartilha entregues às famílias de micro que tenham participado daquela pesquisa. Um “resultado” pode ser um artigo publicado num periódico acadêmico, um hemograma ou laudo técnico, entregues de modo impresso ou eletrônico aos sujeitos partícipes, ou simplesmente mostrado na tela do computador. “Devolução” e “resultado”, ambos seriam “retornos” depois de um contato estabelecido no âmbito de um projeto de pesquisa. São categorias êmicas que merecem futura reflexão (Fleischer, 2022, no prelo).

Um laudo

Nessa mesma temporada na cidade, ainda no início de 2018, Isabel me explicou que precisava, de alguma forma, conseguir o “laudo de Fernanda”. “Laudo” era a forma como chamavam o exame comprobatório da relação entre vírus e síndrome, peça fundamental para acionar direitos a medicamentos, transporte, assistência – e também para poder participar dos próximos projetos de pesquisa. Muitas vezes, era preciso mostrar que aquela criança não tinha uma microcefalia ligada a outro diagnóstico ou outra doença rara, mas um quadro associado especificamente à epidemia do vírus Zika.

Isabel tinha ouvido falar da “pesquisa dos americanos”, que aconteceria ao longo de um quinquênio em uma das clínicas de reabilitação mais renomadas da cidade. Queria, a todo custo, que a filha integrasse esse projeto de pesquisa. Contudo, dentre vários documentos a serem apresentados como requisito, estava esse “laudo”. Se o pesquisador paulista tivesse cumprido o que respondera à Isabel, ao sentar naquela cadeira de coleta, ela já teria o laudo necessário. Já teria, como chamo, um “passaporte científico” para navegar com mais facilidade e prioridade em outras pesquisas e centros hospitalares. Isabel rapidamente tinha compreendido que a SCVZ, como quadro clínico a ser atendido pelas instituições da saúde, tinha se estabelecido como “a prioridade das prioridades” (MATOS et al, 2019), inclusive pelas instituições de ciência, acrescento. Isso havia sido reforçado pelo movimento de mães que, exitosamente, tinha conseguido responsabilizar o Estado pelo parco saneamento urbano que resultou, naqueles verões de 2015 e 2016, em uma epidemia do vírus Zika sem precedentes. Governo, ciência e sociedade eram chamados a responder, cada um a seu modo, com políticas públicas; com resultados aplicados das pesquisas; com doações e solidariedade.

O laudo de Fernandinha não constava em nenhum dos seus prontuários abertos em diferentes postos de saúde, UPAs, emergências, clínicas e hospitais por onde passara desde o seu nascimento. Ao ouvir sobre essa dificuldade, uma outra mãe de micro sugeriu que Isabel voltasse ao hospital onde a filha tinha nascido. Circulava uma firme crença de que o histórico clínico de uma criança permaneceria, de modo mais completo, no hospital por onde chegara ao mundo. Acompanhei Isabel nesse dia, fui carregando a criança e a bolsa, enquanto ela abordava as atendentes e balcões desse grande complexo hospitalar no

centro recifense. Mas foram várias negativas e insucessos. Fomos na central de exames, onde Isabel identificou a recepcionista como alguém de sua rede familiar, era prima de um primo. A moça foi muito solícita, deixou seu posto e foi especialmente procurar o laudo dentro da sala onde ficava fisicamente o arquivo. Mas voltou de mãos vazias. Depois, fomos até a central de marcação de consultas, mas descobrimos que os exames não ficavam lá. Recomendaram que seguíssemos até o balcão de prontuários. Lá, finalmente, entendemos que, no caso das crianças com microcefalia, os prontuários ficavam reunidos na clínica da reabilitação, onde são todas atendidas para suas terapias semanais. Ao contrário dos demais pacientes, nem essas crianças nem seus prontuários navegavam pelo hospital, mas todos os profissionais especialistas iam lhes encontrar nos consultórios e tatames da reabilitação. Voltamos até a clínica e a atendente encontrou rapidamente o prontuário de Fernandinha, com dezenas de páginas. Ela nos emprestou o volume, sentamos ali na sala de espera e folheamos cuidadosamente cada página. Mas tampouco ali estava o laudo que Isabel buscava.

Naquela manhã, dentro daquele grande hospital, fomos a quatro lugares, todos sem êxito. Ao menos, essa maratona permitiu que Isabel tivesse, pela primeira vez, contato com o prontuário da sua filha. Pôde ver como era volumoso, diverso, complexo e completo desde quando foi aberto em 2015. Ela nunca o tinha visto de perto e eu lhe expliquei que esse tomo era de propriedade da paciente, embora ficasse sob a guarda da instituição. Ela desconhecia esse direito e, nas próximas semanas, voltou ao hospital e deu entrada ao pedido de fotocópia. Desde então, por onde fosse em seus trânsitos pela cidade, Isabel passou a carregar esse calhamaço cuidadosamente abrigado dentro de uma gorda pasta de elásticos. Além de Fernandinha, com seus 15kg, ela carregava a pesada bolsa com os apetrechos do dia e esse catatau de papel. Ela sabia que poderia ter enorme serventia para abrir portas, garantir direitos, informar sobre o VZ e a SCVZ, reforçar sua autoridade como cuidadora da filha.

Mas Isabel, sempre otimista e criativa, alimentava ainda uma possibilidade para encontrar o importante laudo comprobatório ou, ao menos, para garantir a inclusão da filha na pesquisa dos americanos. Em suas andanças pelos serviços de saúde do Recife, tinha conhecido um rapaz do laboratório, à época responsável por zelar pelas amostras de sangue coletadas de modo cotidiano na rede pública de saúde do município. Conversando com ele, e até conseguiu o seu número de *zap*, Isabel entendeu que a

amostra de sangue de Fernandinha, ainda do momento de seu nascimento, estava ali guardada e poderia ser descongelada para que se repetisse a realização do exame. Essa era uma ideia muito estratégica porque, como Isabel já tinha aprendido, o vírus fica visível nos exames apenas por poucos meses após o momento inicial do contágio. Sua detectabilidade diminuía drasticamente com o tempo e, por isso, era impossível repetir o exame por PCR¹¹ e encontrar a carga viral no sangue de Fernanda já com quase três anos de idade naquele ano de 2018. Assim, o sangue à época do nascimento se tornava especialmente valioso, dado o retrato que fornecia do momento muito próximo à infecção inicial. E, congelado, ele manteria estas características. Ela escreveu ao rapaz e depois me contou que aguardou algumas semanas por suas notícias. Mas tampouco teve sucesso, o rapaz lhe informou que, ao ser descongelado, a amostra se deteriorou e não permitiu a replicação laboratorial. Ainda assim, mais uma vez, era na ciência que Isabel investia seu capital imaginativo para construir uma rede de lugares, contatos e serviços em favor de Fernandinha.

Uma pesquisa

Em 2019, quando voltamos ao Recife mais uma vez, Isabel e Fernanda já estavam participando ativamente da “pesquisa dos americanos”. Ela tinha conseguido lhes convencer de que a síndrome da filha era, de fato, a SCVZ ao lhes apresentar vários outros documentos que encontrou nas páginas do prontuário fotocopiado no grande hospital. Essa nova pesquisa científica exigia que Isabel levasse a criança a cada trimestre à clínica, onde passava o dia inteiro sendo furada, medida, pesada, olhada, fotografada, testada, escrutinada. Vários profissionais examinavam a menina, anotavam informações, davam explicações à mãe. Passagens de ônibus, lanches e uma cesta básica eram oferecidos à Isabel, mas não impressões, papéis ou folhetos. Quer dizer, dali tampouco chegavam resultados de pesquisa. Isabel sabia que a filha estava recebendo consultas e avaliações médicas, mas que também seu material orgânico estava gerando dados para pesquisadores daquela clínica no Brasil e da outra, nos EUA, para onde tudo era enviado em seguida. Ela mantinha a

¹¹ PCR é a sigla da nomenclatura em inglês, *Polymerase Chain Reaction*, ou Reação em Cadeia da Polimerase. O exame por PCR permite criar com muita precisão e rapidez uma cópia de um determinado segmento de DNA, no caso, do vírus Zika que entrou em certo organismo. A PCR, portanto, atesta a existência e o protagonista de uma infecção.

expectativa por esses resultados, mas não os receber parecia não desestimular que mãe e filha continuassem assíduas por ali.

Aos poucos, eu ia entendendo que Isabel tinha se familiarizado com o mundo da ciência. Havia pesquisas como daquele dia em que foi difícil retirar o sangue de Fernandinha, mas também havia pesquisas como essa coorte de cinco anos feita pelos gringos, onde Isabel tinha encontrado mais benefícios do que das vezes anteriores. Ela teria me dito, “Eu vejo que é pesquisa, eu já estou dentro. Tudo que é pesquisa, eu tô dentro. Vou em tudo que é pesquisa, pesquisa é para aprender, para saber sobre a situação da nossa criança. Eu acho que pesquisa é para ajudar, ajudar outras crianças que talvez tenham o mesmo problema”. Ela tinha um espírito altruísta em relação à ciência, conscientemente disponibilizava a filha para resultados no presente, dos quais essa criança poderia diretamente se beneficiar, ou para resultados no futuro, dos quais outras crianças nascidas com a SCVZ talvez tivessem mais chance de serem contempladas com melhorias.

Também me parece que Isabel vivia um paradoxo, por mais que estivesse cansada e frustrada na relação com seringas, TCLEs, questionários, ela sabia que também precisava de um conjunto de atores ao redor de sua filha, os cientistas incluídos. Isabel reconhecia ser positivo estar vinculada à uma clínica prestigiosa, com a chance de oferecer outras coisas à filha, como terapias e olhares especializados ao longo de um quinquênio. Enquanto resultados mais concretos dessa pesquisa não retornavam, ela encontrava assistência médica, ela abastecia sua dispensa com alimentos, ela ampliava o seu leque de conhecidos, ela se mantinha circulando e sendo vista numa roda de interlocutores sobre a SCVZ. Estar institucionalizada de alguma forma era algo que vinha se tornando mais e mais raro ali por Recife (FLEISCHER e CARNEIRO, 2017), já que os cortes e os enxugamentos das vagas, benefícios e direitos se espalhavam à medida que o tesoura neoliberal avançava a partir de Brasília. Isabel reconhecia tudo isso e continuava firmemente criativa para garantir à filha oportunidades terapêuticas, científicas e de várias outras ordens.

Isabel e Fernandinha devolvem perguntas à ciência

Havia uma cadeia de atividades, lugares e atores que Isabel percorria, encontrava e articulava para estar inserida na produção científica sobre o vírus Zika na Grande Recife. Ela havia entendido que documentos (como o laudo) eram pré-requisitos

necessários para ter acesso à participação nos projetos de pesquisa (como na do pesquisador paulista ou na dos pesquisadores estadunidenses). Uma vez arroladas como sujeitos de pesquisa, era preciso dispor de material orgânico, o que dependia, por sua vez, de um arranjo bem azeitado entre a permissão do marido para que deixasse a casa, dos jejuns corporais de Fernandinha, do transporte para ir da periferia urbana onde vivia até os endereços mais centrais onde estavam localizadas as clínicas e universidades. Ainda assim, só alguns pesquisadores dispndiam de boa vontade para acomodar imprevistos fora dos protocolos de pesquisa, como 1ml em vez de 5ml ou como um outro documento que não o laudo vírus-síndrome. Todo esse investimento de tempo e esforço era realizado por Isabel com a expectativa de que resultados fossem produzidos e conseguissem oferecer soluções ou, ao menos, mais bem-estar à Fernanda. Isabel trabalhava com afinco como um “sujeito”, “acompanhante” ou “família de pesquisa” para conseguir imaginar um futuro menos sofrido, menos dolorido à filha.

Mesmo sem retornos dos pesquisadores, ao fazer alguma coisa, ela estava demonstrando seu comprometimento materno. Primeiro, como ela me lembrou, “pesquisa é para aprender, para saber sobre a situação da nossa criança”, e a cada pesquisa ela tinha a chance de dirigir perguntas aos pesquisadores, saber mais detalhes sobre a SCVZ de Fernanda. Segundo, angariava respeitabilidade como uma “boa mãe de micro” dentro da comunidade de mães (GARCIA, no prelo). Mas esse quadro me mantinha inquieta, por quanto tempo faria sentido Isabel alimentar a esperança pela vida de Fernanda a partir da sua participação científica? Seja uma participação pontual (como no caso do professor de São Paulo) ou continuada (como no caso dos pesquisadores dos EUA), tinha virado um padrão que nenhum resultado chegasse às mãos daquelas mães de micro. Mas, então, por que continuar a participar? Arejo, aqui ao final do artigo, algumas outras frentes analíticas a partir do caso em tela.

A partir da história de Isabel e Fernanda, e de tantas outras famílias com as quais convivemos ali no Recife, não posso generalizar uma única e homogênea “ciência do Zika”. Há diferentes cientistas, centros de pesquisa, objetivos e benefícios em circulação. Mas que tipos de ciência estão sendo produzidas sobre o vírus Zika? A partir de que sujeitos centenas de pesquisas estão sendo feitas? Sobre quem e para quem são produzidos os resultados?

A maior parte das crianças de micro são cuidadas pelas suas mães. A maior parte dessas mães são jovens e negras que vivem na região Nordeste e, também por conta da intensificação dos cuidados com uma criança com deficiência, estão empobrecidas, desempregadas e pouco escolarizadas. A maior parte dos cientistas são homens, brancos, muitíssimo escolarizados, com cargos efetivos e estáveis nas universidades públicas das grandes capitais brasileiras da região Sudeste. Não consigo deixar de pensar na ciência sendo produzida a partir desse polarizado aporte de raça, gênero, geração, classe social e nível de escolaridade. Quem desenha e conduz a pesquisa (RODEGHER, 2019)? Quem dá o sangue para que ela possa acontecer (CASTRO, 2018; MANICA, 2009)? Por outro lado, parece que o “combo” pesquisa-assistência-doação, como aqui chamei, sugere que a ciência seja entendida como um tipo específico de política pública, evidenciado e traduzido na forma de assistência clínica e doação de mantimentos, fraldas, remédios, passagens de ônibus. Isabel parecia associar outro perfil e também outro uso, mais prático e imediato, à ciência, aos cientistas, às instituições científicas. Talvez sua relação com eles fosse inspirada pela relação que, há tanto tempo, ela vinha mantendo com os emissários do Estado, em busca de benefícios, direitos, compensações.

Isabel tinha um processo que avançava de forma morosa na justiça contra uma empresa de ônibus. Um de seus motoristas duvidara do direito de Fernandinha usar o passe livre e, por conta disso, desacatara violentamente as duas ao subirem no veículo. Por vários meses, a secretaria municipal de saúde deixou de entregar as latas de leite especial na casa de Isabel. Esse era o único alimento que Fernanda tomava via a sonda instalada em seu ventre. Dada a rotina de reabilitação, o acompanhamento dos processos judiciais e as consultas médicas, Isabel nem sempre conseguia comparecer às reuniões semanais nas ONGs de apoio às famílias de micro. A presença e assiduidade eram a contrapartida esperada pelas lideranças das ONGs para que as famílias pudessem receber as doações que ali se concentravam. Ou seja, nem sempre Isabel conseguia mobilizar os recursos para a sobrevivência da filha nos canais mais evidentes que tinham sido organizados para atender as crianças de micro na justiça, na prefeitura, na sociedade civil organizada. Por isso também, dentre esses vários atores envolvidos na epidemia do Zika, Isabel mantinha firme sua confiança nos cientistas. Diferentes de outros atores, estes últimos estiveram presentes, insistentes e interessados

na sua filha desde o início de tudo. Por mais que reconhecesse que esse interesse era instrumental, por mais que se ressentisse com o silêncio posterior às coletas, ela mantinha os cientistas em alta estima. Parece que os cientistas eram considerados, por Isabel e algumas outras mães, como fonte de saber “esotérico e autoritativo” (JASANOFF, 2003: 390) e como os principais responsáveis por olhar e analisar o mundo e informar suas conclusões.

O que significa um “resultado científico” num contexto de um vírus novo, uma síndrome desconhecida e um quadro de deficiências em uma criança? Que tipo de aposta uma mãe está fazendo ao permitir a participação de sua filha em uma pesquisa? O quanto de expectativa e esperança entram no ato de consentimento para integrar uma pesquisa (MATTINGLY, 2010; NOVAS, 2006)? Que tipo de disponibilidade corporal é oferecida por parte dos sujeitos de pesquisa? O quanto Isabel estará navegando por horizontes de curabilidade e projeção de futuro para Fernandinha e o quanto esses horizontes coincidiam com aqueles imaginados pelos cientistas? Essas questões me fazem pensar em como “ciência” é percebida por essas famílias. Talvez tenham a expectativa de algo muito mais concreto e aplicado, um desdobramento dos resultados gerais que possa se reverter positivamente sobre a vida dessas crianças. A simpatia e receptividade à ciência não necessariamente quer dizer que se entenda ou se concorde com a sua forma de operar. Ainda assim, mesmo sendo compreendida pelas cuidadoras como “contingente, situada historicamente e baseada na prática” (JASANOFF, 2003: 392), a expertise científica só começava a ser questionada ou a ser tida como problemática quando os resultados não eram devolvidos às mães (idem: 390). Passava, aos poucos, de uma expertise do tipo positiva, como diz essa autora, para uma que poderia ser, eventualmente, construída pela participação pública.

Estudiosos de crimes produzidos pelo ímpeto científico-industrial, como aconteceu em Bhopal em 1984, por exemplo, afirmam:

Juntos, esses percalços contribuíram para uma grande mudança na percepção do público sobre Ciência e Tecnologia (C&T) e levaram a movimentos populares em todo o mundo clamando não apenas por uma maior regulamentação e escrutínio públicos de projetos baseados em C&T, mas também por um novo contrato social para S&T. Esses movimentos geraram um impulso considerável, em alguns países mais do que em outros, e agora estão cada vez mais intervindo na formulação e implementação de políticas, seja como

parte de mecanismos institucionalizados ou como grupos de defesa. (RAGHUNANDAN e JAYAPRAKASH, 2020, p. 120)¹²

E, muito pior, frustração e crítica dirigida à ciência podem ser compreendidas dentro de um contexto atual, no mundo e especialmente no Brasil, como anticientificismo. “Há uma tendência preocupante hoje em demonizar a C&T per se” (idem), dizem esses autores. Eles vêm mapeando o movimento de “Fórum científico e o movimento da ciência do povo” que surgiu nas últimas décadas em defesa das vítimas de crimes ambientais na Índia, e nos lembram que,

no entanto, *per se* C&T definitivamente não é ‘o inimigo’, e o que interfere nos interesses das pessoas é a maneira pela qual a C&T é institucionalmente construída, administrada e implantada, e como o estado, empresas e outros grupos de interesse influenciam esses processos. (RAGHUNANDAN e JAYAPRAKASH 2020, p.121)¹³

Minha intenção, ao tentar compreender a relação que Isabel estabelecia com os pesquisadores do VZ e da SCVZ, não é definitivamente contribuir para essa onda de demonização da ciência, mas tampouco tomá-la como ator impermeável e onipotente.

Ainda assim, há duas facetas a considerar. Primeiro, Isabel participava somente do desenvolvimento das pesquisas (ao oferecer os dados), mas também desejava ser integrada em suas etapas finais (ao gerar os resultados). Não esboçava abertamente o interesse em suas etapas iniciais, como ajudar a desenhar as prioridades das pesquisas, apontando, por exemplo, para as “zonas de ciência ainda não realizada”, um conceito que Rabeharisoa et al (2013: 12) tomaram emprestado de outros colegas¹⁴. Além disso, Isabel atuava de modo muito individual e solitário, com muito mais entusiasmo com a ciência do que outras mães de micro que conheci. Segundo, avento que Isabel e outras mães só conseguirão ter uma presença um pouco mais audível,

¹² Do original, “These mishaps together contributed to a huge change in public perception of Science and Technology (S&T), and led to people’s movements all over the world calling not only for greater regulation and public scrutiny of S&T-based projects, but also for a new social contract for S&T. Such movements have generated considerable momentum, in some countries more than others, and are now increasingly intervening in policy making and implementation, whether as part of institutionalized mechanisms or as advocacy groups”.

¹³ Do original, “There is a troubling tendency today of demonizing S&T per se” e “however, S&T per se is definitely not ‘the enemy’, and what impinges on people’s interests is the manner in which S&T is institutionally constructed, administered and deployed, and how the state, corporates and other interest groups influence these processes”.

¹⁴ O conceito, em inglês, contém uma dubiedade interessante e provocativa ao mesmo tempo, impossível de alcançar na tradução ao português. “Zones of undone science” pode tanto se referir à ciência que ainda não foi feita, como também à ciência que foi por alguma razão desfeita.

significativa e crítica na realização da ciência do VZ quando se organizarem coletivamente nesse sentido, tanto para empreenderem um letramento científico quanto para convocarem assento e acesso nas mesas de negociação com os *PIs*, financiadores, editores de periódicos etc. (EPSTEIN, 1995). Muitos estudos têm mostrado como essa politização da ciência não é recente (RABEHARISOA et al, 2013: 3). Estes autores relataram sobre a Associação Francesa de Distrofia Muscular, que tem trabalhado diretamente com os cientistas desde a década de 1950, para ficar com apenas um exemplo de democratização científica (RABEHARISOA, 2006). Uma das primeiras ações dessa organização, inclusive, foi demandar e elaborar pesquisas biológicas e clínicas sobre a doença, isto é, a distrofia muscular.

Muito diferente do que estes e outros autores descreveram (EPSTEIN, 1995), as mães de micro ainda não constituíram um movimento popular na ou da ciência, em que ciência e serviços de saúde possam realmente se retroalimentar, mas é um futuro bastante imaginável e desejável. Ao interagir mais intensamente com o mundo científico, a aposta é que aconteça uma ampliação de movimento:

o repertório de estilos de mobilização praticados por organizações de pacientes e usuários, agregando às formas de contestação novas modalidades de articulação que reúnem essas organizações e especialistas para negociar o escopo das arenas epistêmicas para suas condições. (RABEHARISOA et al, 2013, p.5)¹⁵

Assim, mães como Isabel nem são “opositoras” nem “*insiders*” da ciência, mas talvez aos poucos possam se tornar “reformistas”, “com o objetivo final de moldar as regras do jogo de maneira diferente” (*ibid.*: 16)¹⁶. É preciso, a um só tempo, ter uma mirada vigilante e crítica e não aceitar tudo que é apresentado pelos projetos de pesquisa, mas também é preciso manter uma certa “fé na ciência”, como Isabel costumava repetir, para estar por perto e garantir uma participação ativa e crítica. Pouco a pouco, seria possível ir conectando saúde, deficiência, ciência, cidadania e democracia?¹⁷

¹⁵ Do original, “the repertoire of styles of mobilization enacted by patients’ and users’ organizations, adding to forms of contestation new modalities of articulation that bring together these organizations and specialists to negotiate the scope of epistemic arenas for their conditions”.

¹⁶ Do original, “with the ultimate goal of shaping the rules of the game differently”.

¹⁷ Em consonância com estes autores, uma das pareceristas alertou que a “mobilização por organizações de pacientes e usuários” é praticada dentro de um amplo “repertório de estilos” (RABEHARISOA et al, 2013: 5) e não pode se resumir ao termo “participação”, como venho empregando mais frequentemente neste artigo. Por um lado, lembrou acertadamente que este último termo precisa ser tomado como “polissêmico”. Por outro lado, lembrou que vários outros

Além disso, a categoria de “espera” parece ganhar um significado extra nesse contexto. Quer dizer, planejar longos períodos entre a coleta de material orgânico e a divulgação do resultado é pressupor que as famílias envolvidas também terão que esperar nesse meio tempo. Deixar o tempo passar também pode contribuir para se esquecer da participação naquela pesquisa, reduzir a capacidade de cobrar por resultados, ficar com os contatos desatualizados de e-mail e telefone dos pesquisadores, diminuir a democratização dos resultados da ciência. Assim, me parece que a naturalização dessa liminaridade funcione como uma estratégia de controle e de desmobilização coletiva da população investigada.

Ao considerar a prática da espera, posso pensar a diversidade da ideia de devolutiva. Por um lado, pode não fazer sentido uma devolutiva do dado individual, mas somente a partir dos dados agregados. Aqui, o valor que estrutura a realização da ciência seria a participação coletiva e o bem coletivo. Por outro lado, contudo, o foco no bem comum não diminui a importância das vidas individuais envolvidas, não redime o pesquisador e sua equipe de honrar com os acertos preliminares de compartilhamento de benefícios. À luz dessa epidemia do VZ, talvez fosse necessário pensarmos em outro desenho da ideia de “pesquisa”. Quer dizer, a presença dos sujeitos não deve ser apenas durante a realização, no caso a coleta de material orgânico, e nem no final, quando deveriam supostamente receber os resultados. Mas sobretudo no início, tanto para informar os pesquisadores sobre as prioridades do que e como pesquisar aquele tema, quanto para que o projeto de pesquisa seja desenhado com a participação direta dos sujeitos a serem pesquisados. Não só outra ideia de “pesquisa”, mas também de “pesquisador” está em jogo.

A devolução não é unilateral, chegando apenas das impressoras das universidades para o *WhatsApp* ou caixa de correios das pessoas pesquisadas. Isabel e, sobretudo, Fernandinha, com seu largo currículo como sujeitos de pesquisa, vêm acumulando *feedbacks* muito ricos a oferecer aos pesquisadores. A meu ver, elas têm se tornado especialistas em metodologia e ética em pesquisa. Elas não são apenas “usuárias do SUS”, lugar geralmente

termos já foram desenvolvidos etnograficamente pelas Science & Technology Studies, a saber, “cidadania técnica”, “expertise contributiva”, “expertise por interação”, “expertise leiga”, “violência epistêmica”. Ademais, Gibbs sugere uma interessante tipologia para a participação e engajamento com a ciência: “cidadão recipiente”, “consumidor”, “dialógico”, “epistêmico” ou “ativista” (2015: 19–39). Aqui, registro essas valiosas orientações conceituais para futuros desdobramentos analíticos sobre os dados da Grande Região Metropolitana do Recife.

concedido aos não-cientistas em um CEP ou em uma unidade de saúde (FLEISCHER, 2020b). Sugiro que elas sejam também “usuárias da ciência” e têm uma expertise fundamental para aprimorarmos nossas práticas e relações com a pesquisa (FONSECA, 2008; 2017). Elas devem ser vistas como “testemunhas” da ciência, como sugeriu Donna Haraway, mas de modo bastante ativo e interpelativo, porque Isabel deixa muito clara a sua insatisfação com uma ideia de ciência universalmente desenhada, supostamente sendo produzida do mesmo modo em qualquer lugar, porém, usufruída apenas parcialmente, já que os resultados não chegam a todos que dela tenham tomado parte.

Ao observar os procedimentos de explicação sobre o projeto, de consentimento das participantes, de coleta, armazenamento e circulação do material biológico, realizados por diferentes equipe de pesquisa, Isabel tinha a chance de conhecer as especificidades de cada área científica que abordasse a sua família. E, mais importante, ela tinha a chance de comparar essas práticas e de se posicionar perante elas. Identificava, com rapidez, quando havia e de que tipo era a contrapartida oferecida pela participação no projeto. Avaliava se era benéfico, correto e justo para sua filha e família, navegava estrategicamente por essas instituições, equipes e procedimentos científicos. Percebo que, no caso de Isabel, era uma disponibilidade e uma curiosidade muito particulares, nem sempre encontrando eco entre suas “colegas de micro”. Estava em curso, portanto, a construção de uma certa “expertise leiga”, mas não nos termos que os ativistas, pacientes e cuidadores realizaram no cenário da ciência do HIV, como bem descreveu Epstein (1995). Naqueles idos dos anos 1980 e 1990, esses “experts leigos” vinham de classe social privilegiada, dominando com muito mais facilidade, por formação e por nível de escolaridade, as tantas línguas utilizadas pela ciência daquela epidemia. Não apenas o inglês, francês e alemão, por exemplo, mas sobretudo o jargão hermético e sofisticado da convivência científica. Também contavam com acesso aos artigos publicados pelos pesquisadores, às reuniões de debates sobre os dados empíricos, o financiamento e as prioridades dos estudos. Assim, a comunidade de afetados pelo HIV atuava como coletivo numeroso e organizado e, portanto, de modo diferente do que relatei nesse artigo, a partir do caso pontual de Isabel.

Assim, ao considerar a ciência como um artefato sociotécnico em constante construção coletiva, como devemos pensar em devolução e comunicação dos resultados das pesquisas? O que,

como e quando apresentar resultados? É possível prever diferentes etapas de resultados, devolvidos em diferentes momentos a partir das demandas de diferentes públicos? É possível criarmos outros protocolos de pesquisa que sejam mais inclusivos, repartam mais e mais rapidamente os benefícios, considerem as especificidades de vida e de sofrimento dos sujeitos envolvidos? Fica mais claro para mim, sempre tão inspirada pelas antropólogas da ciência como Rosana Castro (2018), Daniela Manica (2009) e Claudia Fonseca (2003; 2010), como a ciência não é um evento neutro, que paira magnânimo acima de todas nós, apenas esperando ser bem relatada. Isabel e tantas outras mães de micro do Recife nos provocam a pensar quem, sobre quem, com quem e para quem a ciência do VZ e da SCVZ está sendo produzida.

Uma coisa seriam os resultados que nós, como cientistas, apresentamos em nossos congressos e artigos acadêmicos e outra coisa seriam os esforços de tradução, por parte dos profissionais da mídia, a partir do que lhes oferecemos nas entrevistas e *talks shows*? De quem são as aspas que o jornalismo científico considera para produzir suas revistas, *blogs* e *podcasts*? Repórteres tendem a ouvir apenas os renomados cientistas, que viram os porta-vozes de suas pesquisas, ou consideram também os bastidores, os sujeitos de pesquisa, os financiadores e membros de CEP que, cada um a seu modo, fez aquela pesquisa acontecer?¹⁸ Procuram as pessoas para quem a ciência nunca chegou, cogitam as razões de uma amostra ser descartada, perseguem o destino dos materiais orgânicos inutilizados? Entrevistam cientistas que vêm trabalhando sem qualquer financiamento, cientistas que não sejam das áreas *hard* ou que estão no início da carreira? Como Isabel e os *principal investigators* narrariam as duas pesquisas que aqui descrevi, aquela que aconteceu no sábado na universidade privada e aquela que aconteceria durante cinco anos na clínica de reabilitação? Aguiar e Araújo ao considerarem “a comunicação como um mercado simbólico, em que ocorre a disputa de diferentes forças”, notaram como, na mídia que cobriu a epidemia do Zika, as vozes dos cientistas e dos governos em geral aparecem “altissonantes” e as famílias de micro, embora centrais para alimentar, ilustrar e confirmar as pesquisas, políticas públicas e reportagens, aparecem como “uma presença ínfima” (2016: 12). O quanto o jornalismo científico é feito durante o *making of* de um projeto e não somente a partir de seus resultados finais e oficiais? O quanto o jornalismo compra a

¹⁸ Para um exemplo de jornalismo científico que buscou conhecer o lado dos sujeitos de pesquisa deste cenário da epidemia de VZ, ver Lenharo (2021).

temporalidade e a narrativa do sucesso e da completude de uma pesquisa, em vez de conhecer seu início, com hipóteses, desenhos, percursos, erros e dificuldades? Há, por exemplo, alguma matéria jornalística que tenha mapeado a prática científica de não apresentação de resultados às famílias de micro na Grande Recife? São todas perguntas que, ao longo dos últimos anos de convivência, Fernandinha e sua mãe me provocaram a fazer e seguir tentando responder.

Considerações finais

Diante dessa saga científica que vem sendo empreendida pelos pesquisadores do VZ, desse périplo científico buscado pelas mães e cuidadoras, dessa hiperexposição das famílias (especialmente das crianças) e da completa ausência de resultados devolvidos, penso que tipo de pesquisa é a que eu faço?¹⁹ Como a Antropologia se insere e dialoga com essas famílias e com os demais pares acadêmicos nesse campo do Zika? Eu estaria também “tirando o sangue das pessoas” ao convidá-las a recontar mais uma vez a sua história com a síndrome, ao concentrar no tema da epidemia face a outros temas relevantes em suas vidas, ao reencontrá-las tantas e tantas vezes ao longo destes quatro anos, ao acompanhar sua rotina diária e visitar também locais mais íntimos, como a casa, a igreja, a festa de família? Isabel me explicou que via a Antropologia com uma atuação diferente do Jornalismo em dois sentidos. Primeiro, tínhamos tido contato e reencontros continuados ao longo destes anos da pesquisa. Ao contrário de outros pesquisadores que por ali passaram, nossa equipe voltara muitas vezes. Segundo, a cada visita ao Recife, entregamos cópias dos artigos e livros que publicamos. Ainda assim, será que ela percebia nossa área como ciência, me percebia como cientista, esperava de mim resultados que afetassem positivamente a saúde e o desenvolvimento de Fernandinha?

Ademais, que tipo de resultados eu devolvo e divulgo, sobretudo considerando a parca tradição da Antropologia brasileira em aprender e a fazer devolução de resultados? Com que jornalistas e mídias eu tenho conversado sobre a minha pesquisa antropológica? Além de entregar meus textos à Isabel e suas colegas de micro, eu os tenho enviado também aos meus

¹⁹ Para mais nuances sobre os efeitos da nossa etnografia e da posição adotada pela nossa equipe de pesquisadoras junto às interlocutoras recifenses, ver Carneiro e Fleischer (2020), Fleischer (2020a), Fleischer e Lima (2020a).

colegas das áreas biomédicas e da gestão pública? Reforço, crítico, reflito sobre a predação científica, inclusive a que eu eventualmente posso estar realizando? Será que nossas perguntas, roteiros, fotografias, convivência e acompanhamento – técnicas de pesquisa “quali” (como geralmente meus colegas da saúde classificam o que eu faço) – também, de alguma forma, sobrecarregam essas mulheres e fazem-nas se sentir exploradas? Olhar ao meu redor, identificar os pesquisadores e a ciência que tem sido produzida sobre o VZ são passos fundamentais para localizar e balizar a minha presença – também científica – entre essas mulheres e seus filhos. Seguindo a crescente reflexividade em nossa área, essas perguntas todas ajudam a compreender a Antropologia que eu realizo, e, sobretudo, a aprimorar em termos éticos e políticos a nossa prática profissional, nossa responsabilidade institucional, nossa presença e *accountability* no espaço público (ZHOURI e OLIVEIRA, 2013). Estas autoras, em especial, registram como, nas últimas décadas, mais comumente têm acontecido interações entre *experts* ou peritos das Ciências Sociais e Antropologia e diferentes sujeitos de pesquisa.

Aqui, propus uma discussão a partir do cenário mais amplo da epidemia do vírus Zika no Recife/PE e da intensa produção científica que se instalou na cidade. Mas faço isso, sobretudo, a partir de uma perspectiva menos visível: os sujeitos de pesquisa²⁰. Isabel e sua filha Fernanda, duas das interlocutoras que mais tinham dialogado com esses cientistas, me permitiram vislumbrar facetas pouco comuns, pouco discutidas a respeito do encontro entre saúde, ciência e ética. Elas não apenas lançam questões ao que os outros têm feito, também levantam espelhos ao que eu e minha equipe temos feito. Por um lado, elas me ajudam a descortinar esse lado sombrio da ciência do VZ que não lhes apresentou resultados e não necessariamente se converteu em uma ciência da, com e para a SCVZ. Por outro, elas têm questionado qual deve ser o compromisso ético e político de *experts*. Elas me provocam a continuar produzindo Antropologia sobre essa epidemia e suas consequências para as pessoas atingidas, bem como a continuar imaginando formas criativas, acessíveis e significativas para compartilhar os resultados de

²⁰ Um exemplo dramático sobre essa mesma mirada, isto é, a ciência vista a partir dos sujeitos de pesquisa, pode ser encontrado no trabalho de Rebecca Skloot (2011[2010]). As células de Henrietta Lacks, uma mulher negra e moradora das periferias urbanas de Baltimore (EUA), são consideradas como o tecido humano mais intensa e extensamente utilizado na pesquisa clínica até hoje ao redor do planeta. Muito desenvolvimento científico foi alcançado, mas pouco retorno chegou à família Lacks.

Dando o sangue: Ciência em tempos de Zika

nossas pesquisas com elas (e com os demais colegas cientistas e jornalistas). E, mais importante, ouvir atentamente o que essas famílias têm as nos dizer em seguida.

Referências

AGUIAR, Raquel e ARAUJO, Inesita Soares. "A mídia em meio às 'emergências' do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde". *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 10(1), 2016, pp. 1-15.

CAMARGO, Ana Claudia Knih de. "*Se você abrir o armário do meu filho, só tem remédio*": Reflexões antropológicas sobre os medicamentos no cenário da Síndrome Congênita do Zika Vírus em Recife/PE". Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

CARNEIRO, Rosamaria; FLEISCHER, Soraya. "Em Brasília, mas em Recife: atravessamentos tecnometodológicos em saúde, gênero e maternidades numa pesquisa sobre as repercussões da epidemia do vírus Zika". *Saúde e Sociedade* 29, 2020, pp. 1-16.

CASTRO, Rosana. *Precariedades oportunas, terapias insulares: Economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

DINIZ, Debora. *Zika: do Sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

EPSTEIN, Steven. "The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials". *Science, Technology, & Human Values* 20(4), pp. 408-437, 1995.

FLEISCHER, Soraya e LIMA, Flávia. "Registros da epidemia do vírus zika em terras recifenses: Uma pesquisa coletiva na Antropologia". *Iluminuras* 21, 2020a, pp. 394-402.

FLEISCHER, Soraya e LIMA, Flávia (Orgs.). *Micro: Contribuições da Antropologia*. Brasília: Athalaia, 2020b.

FLEISCHER, Soraya. "*But will this research produce any results? Zika, Moms and Science in Brazil*". Centre for Cultures of Reproduction, Technologies and Health (University of Sussex), *CORTH Blog*, 28/02/2019. Disponível em <http://www.sussex.ac.uk/corth/publications/blog/2019-02-28>

FLEISCHER, Soraya. "Introdução". In FLEISCHER, Soraya e LIMA, Flávia (Orgs.). *Micro: Contribuições da Antropologia*. Brasília: Athalaia, 2020a, pp. 17-38.

FLEISCHER, Soraya. "Doutores". In FLEISCHER, Soraya e LIMA, Flávia (Orgs.). *Micro: Contribuições da Antropologia*. Brasília: Athalaia, 2020b, pp. 77-88.

FLEISCHER, Soraya. "Ciência é luta": Devolução das pesquisas sobre o vírus Zika em Recife/PE. *Ilha* (UFSC), 2022, no prelo.

FLEISCHER, Soraya e CARNEIRO, Rosamaria. "A alta terapêutica de crianças com a síndrome congênita do vírus Zika: O que esse fenômeno pode nos contar sobre o estado atual da epidemia?". In Camilo Albuquerque de Braz e

Dando o sangue: Ciência em tempos de Zika

Carlos Eduardo Henning (Orgs.). *Gênero, sexualidade e saúde: diálogos latino-americanos*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017, pp. 17–51.

FONSECA, Claudia. "Estudos da ciência na ótica feminista". *ComCiência*, Brasília/Campinas, 2003.

FONSECA, Claudia. "A participação leiga nos rumos da ciência: De embriões a maternidade assistida". *Saúde e direitos humanos*, 5, 2008, pp. 127–142.

FONSECA, Claudia. "Que ética? Que ciência? Que sociedade?". In: SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya. (Org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília/UnB: Letras Livres, 2010, p. 39–70.

FONSECA, Claudia. "Posfácio: ampliando o círculo de interlocutores (ou, o que um "leigo" tem a ver com a bioética no campo da reprodução assistida?)". In: ALLEBRANDT, Débora e MACEDO, Juliana (Orgs.). *Fabricando a vida: implicações éticas, culturais e sociais do uso de novas tecnologias reprodutivas*. Porto Alegre: Metrópole, 2007, pp. 173–184.

GARCIA, Julia Vilela. "No dia em que eu cá ninguém entendeu, porque eu era guerreira: maternagem e Síndrome Congênita do Vírus Zika em tempos de Covid-19". No prelo.

GIBBS, Beverley. *Understanding technoscientific citizenship in a low-carbon Scotland*. Tese [Doutorado em Filosofia]. Nottingham: Universidade de Nottingham, 2015.

JASANOFF, Sheila. "Breaking the waves in Science Studies: Comment on H.M. Collins and Robert Evans, 'The Third Wave of Science Studies'." *Social Studies of Science* 33(3), 2003, pp. 389–400.

LENHARO, Mariana. "To study Zika, they offered their kids. then they were forgotten. Years after agreeing to take part in research, families of children with congenital Zika syndrome are feeling abandoned". Undark, 10/06/2021. <https://undark.org/2021/10/06/to-study-zika-they-offered-their-kids-then-they-were-forgotten/>LIRA, Luciana Campelo de; SCOTT, R. Parry; SOUZA, Fernanda Meira de. "Microcefalia não é o fim: Corpo, afeto e noção de pessoa no contexto da Síndrome Congênita do Zika Vírus". Paper apresentado na 18a IUAES, Florianópolis, 16–20/07/2018.

MANICA, Daniela. *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: UNICAMP, 2009.

MATOS, Silvana S. "Nada sobre nós sem nós: Associativismo e deficiência na Síndrome Congênita do Zika Vírus". Paper apresentado na 31a RBA, Brasília/DF, 9–12/12/2018.

MATOS, Silvana S.; SILVA, Ana Claudia Rodrigues da. "Nada sobre nós sem nós": associativismo, deficiência e pesquisa científica na Síndrome Congênita do Zika vírus. *Ilha* 22(2), 2020, pp. 132–167.

MATOS, Silvana S.; SILVA, Ana Claudia Rodrigues da; QUADROS, Marion Teodósio de. "How can anthropology work? Dialogue between research and care in the case of the Congenital Syndrome of the Zika Virus in Pernambuco/Brasil". Paper apresentado na 18a IUAES, Florianópolis, 16–20/07/2018.

MATOS, Silvana S.; SILVA, Ana Claudia Rodrigues da; QUADROS, Marion Teodósio de. "A negociação do acesso ao Benefício de Prestação Continuada por

Dando o sangue: Ciência em tempos de Zika

crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus em Pernambuco". *Anuário Antropológico*, 44(2), 2019, pp. 229-260.

MATTINGLY, Cheryl. *The paradox of hope: Journeys through a clinical borderland*. Oakland: University of California Press, 2010.

NOVAS, Carlos. "The Political Economy of Hope: Patients' Organizations, Science and Biovalue". *BioSocieties* 2006, 1, pp. 289-305.

RABEHARISOA, Vololona; "From representation to mediation: The shaping of collective mobilization on muscular dystrophy in France". *Social Science & Medicine* 62, 2006, pp. 564-576.

RABEHARISOA, Vololona; MOREIRA, Tiago; AKRICH, Madeleine. "Evidence-based activism". *CSI Working Papers Series* 2013, p. 1-33.

RAGHUNANDAN, Doraiswami; JAYAPRAKASH, Nallukunnel Damodaran. "Desastre com gás de Bhopal: Fórum Científico de Délhi e Movimento Científico Popular na Índia – em memória do Dr. Amit Sen Gupta". *Saúde em Debate*, 44 (1), pp. 120-134, 2020.

RODEGUER, Ana Carolina Verdicchio. "As imagens médicas e a produção da diferença: O caso da iconografia fotográfica de Salpêtrière". Paper apresentado na III Reunião de Antropologia da Saúde, UFRN, Natal/RN, 23-25/09/2019.

SIMAS, Aissa. *Ciência, saúde e cuidado: um estudo antropológico sobre a pesquisa clínica no contexto da epidemia do Zika (Recife-PE)*. Monografia [Bacharelado em Antropologia]. Brasília: UnB, 2020.

VALIM, Thais. "*Ele sente tudo o que a gente sente*": *Um olhar antropológico sobre a sociabilidade de bebês nascidos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em Recife/PE*. Dissertação [Bacharelado em Ciências Sociais]. Brasília: UnB, 2017.

SKLOOT, Rebecca. *A vida imortal de Henrietta Lacks*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. "Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: Desafios para a Antropologia e os antropólogos". In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA, 2013, pp. 75-108.

REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, MÚLTIPLAS ONTOLOGIAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES A PARTIR DA ONG THEMIS – GÊNERO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Taíse Souza Barfknecht¹

Resumo

O presente ensaio propõe uma análise inicial da iniciativa Promotoras Legais Populares (PLPs), promovida pela Organização Não-Governamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre/RS, com enfoque na formação de redes de mulheres promovida pela instituição. Valendo-se dos conceitos de Teoria Ator-Rede (ANT), múltiplas ontologias e redes de comunicação pública, o trabalho realiza uma reflexão teórico-metodológica como embasamento para investigar como os projetos da ONG Themis contribuem para a visibilidade e credibilidade das mulheres participantes, promovendo o acesso e a defesa de direitos, bem como sua participação política. A análise demonstrou que o sistema de Justiça apresenta um formato único para lidar com as múltiplas experiências das cidadãs, e que o rastreamento de redes de comunicação pública pode representar uma ação inicial de pesquisa, visando compreender as possibilidades de combate à violência contra a mulher, bem como fomentar sua participação política em espaços decisórios. Assim, a triangulação entre Teoria Ator-Rede (ANT), múltiplas ontologias e redes de comunicação pública compõe um frutífero campo analítico, considerando a agência de humanos e não-humanos nos processos de cidadania.

Palavras-Chave: Teoria Ator-Rede; Múltiplas Ontologias; Redes de Comunicação Pública; Promotoras Legais Populares.

Public communication networks, multiple ontologies and women's political participation from the NGO Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Abstract

This essay proposes an analysis of the Promotoras Legais Populares (PLPs) initiative, developed by the Non-Governmental Organization Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos of Porto Alegre/RS, focusing on the formation of networks of women promoted by the institution. Using the concepts of Actor-Network Theory (ANT), multiple ontologies and public communication networks, this work carries out a theoretical-

¹ Publicitária e especialista em Ciências Sociais pela Universidade de Passo Fundo (UPF), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Integrante do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório da Comunicação Pública e Política (OBCOMP) da UFRGS. Designer de Conteúdo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8713465739733903>

methodological reflection as a basis for investigating how the projects of the NGO Themis contribute to the visibility and credibility of participating women, promoting access and defense of rights, as well as their political participation. The analysis showed that the justice system has a unique format to deal with the multiple experiences of citizens, and that the tracking of public communication networks can represent an initial research action, aiming to understand the possibilities of combating violence against women, as well as foment their political participation in decision-making spaces. Thus, the triangulation between Actor-Network Theory (ANT), multiple ontologies and public communication networks makes up a fruitful analytical field, considering the agency of humans and non-humans in citizenship processes.

Keywords: Actor-Network Theory; Multiple Ontologies; Public Communication Networks; Promotoras Legais Populares.

Redes de comunicación pública, múltiples ontologías y participación política de las mujeres desde el ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Resumen

Este ensayo propone un análisis de la iniciativa de Promotoras Legais Populares (PLPs), desarrollada por la Organización No Gubernamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre/RS, con foco en la formación de redes de mujeres promovidas por la institución. Utilizando los conceptos de la Teoría del Actor-Red (ANT), ontologías múltiples y redes de comunicación pública, el trabajo realiza una reflexión teórico-metodológica como base para indagar cómo los proyectos de la ONG Themis contribuyen a la visibilidad y credibilidad de las mujeres participantes, promoviendo el acceso y defensa de los derechos, así como su participación política. El análisis mostró que el sistema de justicia tiene un formato único para tratar las múltiples experiencias de los ciudadanos, y que el seguimiento de las redes públicas de comunicación puede representar una acción de investigación inicial, con el objetivo de comprender las posibilidades de combatir la violencia contra las mujeres, así como promover su participación política en los espacios de toma de decisiones. Así, la triangulación entre la Teoría Actor-Red (ANT), múltiples ontologías y redes públicas de comunicación conforma un fructífero campo de análisis, considerando la agencia de humanos y no humanos en los procesos de ciudadanía.

Palabras Clave: Teoría Actor-Red; Ontologías Múltiples; Redes de Comunicación Pública; Promotoras Legais Populares.

Introdução

A ciência não corresponde a um mundo a descrever.

Ela corresponde a um mundo a construir.

Gaston Bachelard

A Organização Não-Governamental (ONG) Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos é uma instituição feminista com sede em Porto Alegre/RS, atuante há 28 anos na promoção, defesa e ampliação do acesso às condições de Justiça para mulheres (Themis, 2022). Uma das suas principais frentes de atuação consiste na formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), projeto de capacitação para líderes comunitárias multiplicadoras de conhecimentos sobre os direitos das mulheres. A partir do êxito alcançado com as PLPs, surgiu uma iniciativa que integra tecnologia e resolução de problemas sociais. O aplicativo PLP 2.0 foi projetado para atender mulheres em situação de violência com medida protetiva, facilitando o acesso aos canais de apoio em caso de descumprimento (Themis, 2022).

A experiência da Themis demonstra que a tecnologia e os canais digitais podem desempenhar um importante papel na defesa de direitos e no exercício da cidadania. Nesse sentido, acionamos a concepção de Latour (2012), em que os fenômenos sociais são constituídos a partir de agências em constante movimento e transformação. E se as realidades sociais são construídas, então elas poderiam ser diferentes. No âmbito das tecnologias, Weber (2020) destaca a importância de compreender a autonomia e empoderamento possíveis a partir dos canais tecnológicos, com a ascensão do ativismo digital. Além do impacto eleitoral, torna-se fundamental analisar o quanto a tecnologia contribui para manifestações públicas, formação de comunidades, sensação de pertencimento e, até mesmo, reivindicação de espaços e direitos.

O presente trabalho visa refletir sobre o empoderamento legal e o fortalecimento coletivo possibilitados pelos projetos Promotoras Legais Populares e aplicativo PLP 2.0, a partir da análise de redes comunitárias, institucionais e digitais no combate às formas de violência contra a mulher. Dessa forma, relacionamos o tema em análise à concepção de interesse público proposta por Weber (2017). Segundo a autora, os assuntos de interesse público mobilizam grupos

sociais em torno de um tema específico, suscitando debates, disputas internas e transformações. Assim, considero a defesa de direitos das mulheres, sua participação política e o enfrentamento da violência como assuntos de interesse público e, por isso, com potencial para formar de redes de comunicação pública.

De acordo com a conceituação de Weber (2017), as redes de comunicação pública formam-se quando assuntos de interesse público alcançam a esfera pública. Nesses espaços, temas vitais são perpassados por dimensões públicas e privadas, tanto nas mídias hegemônicas quanto em canais alternativos de comunicação. A autora acrescenta que a plena efetivação das redes só é possível com a garantia de credibilidade e visibilidade para os indivíduos que as constituem.

A partir da Teoria Ator-Rede de Latour (2012) e das múltiplas ontologias propostas por Mol (2002), as redes de comunicação pública de Weber (2017) contribuem para a compreensão dos espaços de formulação e atuação das Promotoras Legais Populares e do aplicativo PLP 2.0. Destacam-se, assim, as redes comunitárias evidenciadas no documentário “Na frente da lei tem um guarda”, desenvolvido pela ONG Themis (2022), bem como novos dispositivos, canais e formatos empregados para a efetivação de direitos. Sendo assim, realizo uma reflexão teórico-metodológico, visando obter subsídios para analisar o quanto as redes estabelecidas pela ONG Themis contribuem não só para o acesso, mas também para a garantia de credibilidade e visibilidade das mulheres nos espaços de Justiça.

1. Agências, interfaces e redes de comunicação pública

A Teoria Ator-Rede (ANT) formulada, entre outros autores, por Latour (2012), representou um grande marco em estudos das Ciências Sociais. Ao considerar que todo conhecimento produzido é situado, político e carrega a vivência cultural, social e individual do pesquisador, propôs que até mesmo o meio acadêmico requer uma explicação social. Dessa forma, surgiu a necessidade de criar um novo modelo explicativo, abarcando as múltiplas variáveis presentes em

diferentes tempos e contextos culturais. Para o autor, dar uma explicação não significa apenas acrescentar um fenômeno social ao quadro científico, mas sim interligar as diferentes entidades umas às outras, a fim de constituir uma rede.

Latour (2012) propõe que as redes são formadas a partir da relação entre atores humanos e não-humanos, sendo os não-humanos fatores da natureza e da tecnologia. Segundo o autor, esses aspectos não-humanos contribuem para explicar como os conhecimentos funcionam e são produzidos. Mas o que define se um elemento é de fato um ator nesta rede? Na visão latouriana, a agência é a condição determinante para atribuir a qualidade de ator, considerando que a ausência daquele agente específico alteraria a dinâmica da rede como um todo. Ou seja, ator é todo aquele que age em um determinado contexto, de formas e em níveis diferentes. Ainda, a ação praticada deve ser observável, deixando rastros materiais que possibilitem o seu mapeamento.

Deste modo, a ANT considera importante preservar o protagonismo dos atores, respeitando o espaço para que se expressem sobre si. Assim, não se pode presumir que o pesquisador conhece mais sobre o contexto do que os seus próprios integrantes. O cientista social é apenas mais um ator presente na rede, composta por uma ampla diversidade de agências – o que Latour (2012) chamou de *topografia do social*². As redes são dinâmicas e estão em constante transformação, a cada trânsito, entrada ou saída de integrantes. Portanto, uma pesquisa ANT deve rastrear os elementos que formam o social sem definições prévias, localizando lacunas e controvérsias e levando os debates adiante. O autor ainda destaca que não se deve categorizar um fenômeno como *local* ou *global* a priori, mas sim permitir que revele a sua própria dimensão:

A natureza exata dessas entidades móveis não importa aqui: a pesquisa decidirá quais devam ser os veículos e documentos para cada caso. O que conta é a possibilidade, para o pesquisador, de registrar a forma “em rede” sempre que possível, em vez de dividir os dados em duas porções:

² Para Latour (2012), a topografia do social é uma forma de pensar os espaços, em que escalas macro e micro são variáveis em constante construção e reconstrução. Esse conceito possibilita a realização de diferentes associações e vínculos, sem desconsiderar as diversidades e assimetrias de poder dos atores.

uma local e outra global. Contar uma história de ator-rede é ser capaz de apreender essas muitas conexões, sem estragá-las desde o começo com a decisão a priori sobre qual é o “verdadeiro tamanho” de uma interação ou de um agregado social (LATOURE, 2012, p. 257).

O pensamento latouriano também introduziu questões importantes para a compreensão do meio científico ao problematizar a visão das ciências naturais como “objetivas”, enquanto as ciências humanas integrariam o campo “subjetivo”, conforme disposto por Gonzales e Baum (2013). Essa separação tradicional tende a engessar o conhecimento acadêmico, desconsiderando suas diferentes condições de produção. Durante a realização de uma pesquisa, Latour (2012) convida ao não fechamento prematuro à imensa diversidade de possibilidades, apoiando-se em conceitos generalizantes e socialmente construídos, como “poder”, “sociedade” ou “natureza”. Sua contraproposta consiste em rastrear as associações entre diferentes atores que se transformam a todo momento, visando compreender formações coletivas. Ou seja, o “social” está em constante modificação, ocasionada pela agência de atores que se organizam em redes.

Assim, Latour (2012) propõe uma diferenciação entre “questões de fato” e “questões de interesse”. Enquanto as “questões de fato” referem-se a noções que se propõem a uma natureza intrínseca das coisas, as “questões de interesse” abrangem a multiplicidade de atores, agências e interações presentes nas redes.

[...] quando passamos do mundo das questões de fato para os mundos das questões de interesse, já não podemos ficar satisfeitos nem com a indiferença em relação à realidade que acompanha as representações “simbólicas” múltiplas da “mesma” natureza, nem com unificação prematura operada pela “natureza” (LATOURE, 2012, p. 171-172).

Gonzales e Baum (2013) destacam ainda que, para Latour, “[...] não se trata mais de separar o conhecimento exato sobre a natureza do exercício do poder entre os homens, mas de seguir a rede que liga constantemente homens e coisas que permite a construção de nosso coletivo” (GONZALES; BAUM, 2013, p. 145-146). Assim, existe uma interrelação de trocas dinâmicas entre os universos natural

e social, compostos por sujeitos e objetos. Se, tradicionalmente, acreditava-se que humanos exerciam agência e não-humanos sofriam agência, Latour (2012) entende que ambos podem agir, mas de formas distintas. Gonzales e Baum (2013) acrescentam que essa perspectiva agrega dinamismo às relações e conexões estabelecidas entre pessoas e coisas, em associações permanentemente provisórias.

O ator-rede é aquilo que “é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem” (Latour, 2012, p. 312). Logo, o ator-rede é feito para agir, ou seja, para induzir outras entidades a fazerem coisas, através de translações e deslocamentos. E sociedade, muito mais do que vínculos sociais, é uma composição de associações sempre se constituindo através de convocações, mobilizações, cadastramentos e translações de inúmeras entidades se debatendo para associar-se (GONZALES; BAUM, 2013, p. 156).

Em suma, a rede ANT constitui-se por meio das associações entre humanos e não-humanos, interconectados para gerar algum efeito. A partir dos movimentos dos atores dentro da rede, torna-se possível identificar – ou rastrear – suas ações. Em um contexto de pesquisa, o cientista social também está inserido nesta rede, e suas atitudes provocam efeitos. Além do mais, situar o pesquisador no contexto estudado convida a refletir sobre quem são as pessoas que estão delimitando as fronteiras e propondo transformações no conhecimento e, assim, revelar possíveis limitações, controvérsias e projetos políticos.

Por fim, Latour (2012) preconiza a “escrita como laboratório” do cientista social. A efetiva produção textual ANT representa um mediador para retratar o *social*, apreendendo atores, agências e associações do contexto estudado em uma rede. Assim como nos experimentos em laboratórios científicos tradicionais, podem ocorrer incoerências e enganos no relato textual, o que requer sua constante revisão e reescrita.

Ao passo que a teoria ANT privilegia as agências, as redes de comunicação pública propostas por Weber (2017) são constituídas por meio da credibilidade e da visibilidade proporcionadas aos seus integrantes. Segundo a autora, novas redes formam-se a partir de assuntos de interesse público mobilizadores de coletividades, não estando,

necessariamente, relacionados a temas políticos e governamentais. Apesar da denominação “pública” presente no conceito, grupos da sociedade civil e movimentos sociais também podem compor estas redes, unindo-se a partir de temas de interesse comum. O caráter dos grupos formados é heterogêneo, mas a participação dos atores sociais é prerrogativa para o pleno exercício da comunicação pública, em uma perspectiva normativa. As redes de comunicação pública também não se desfazem enquanto o tema em comum não é solucionado.

De acordo com Esteves (2011), a dimensão normativa da comunicação pública também não é exclusiva do Estado, mas sim almeja a participação social. Assim concebida, esta forma de comunicação orienta-se pelos princípios de não-fechamento do público, não-fechamento temático e paridade argumentativa. Em outras palavras, a efetivação da comunicação pública demanda ampla participação de diferentes grupos sociais, abrangência de temas diversos e equidade entre os sujeitos. Entretanto, estes princípios podem encontrar desafios de efetivação na dimensão cotidiana, ou fática. Nesse sentido, as redes de comunicação pública de Weber (2017) consideram dinâmicas, embates e transformações próprios da vida concreta.

A diversidade é inerente às redes de comunicação pública, em que os níveis de protagonismo podem variar muito, assim como os diferentes enfoques atribuídos aos assuntos de interesse público. Sob a luz de múltiplos olhares, diversas versões colidem, geram disputas internas e podem encontrar respostas ou caminhos muito distintos para uma mesma questão. Nesse ponto, pode-se estabelecer uma conexão com a teoria de Latour (2012), onde os atores são definidos a partir das agências desempenhadas em rede.

Da mesma forma que as redes da teoria ANT estão em constante movimento, as redes de comunicação pública têm caráter dinâmico, representado pelo constante fluxo comunicacional. Segundo Weber (2017), “A vinculação entre os atores é simbólica, relacional, pelo interesse no tema debatido. Portanto, as Redes se mantêm ativas em múltiplas arenas – físicas ou simbólicas – em que o debate é desenvolvido” (WEBER, 2017, p. 88). Sendo assim, as associações rastreadas a partir das redes ANT podem contribuir para a compreensão dos sujeitos, posicionamentos e focos de debate presentes nas redes de

comunicação pública, revelando nuances e perspectivas diversas, mesmo reunidas sob um tema em comum. O aparato reflexivo proporcionado por Latour (2012) corrobora para uma “abertura ao campo” nos estudos da comunicação pública, somando-se aos princípios de Esteves (2011) que prezam pela equidade entre os agentes e assuntos nos espaços de debate. Remetendo à visão latouriana, cabe aos próprios integrantes revelarem suas percepções e experiências nestas redes, em que a pesquisadora deve apreender e descrever, e não buscar definições argumentativas a priori.

Weber (2020) ainda destaca que, com o advento das novas tecnologias e canais digitais, também é possível perceber a ampliação dos âmbitos comunicacionais. Nesse contexto, a autora analisa como os novos espaços podem ampliar a agência e participação política em prol do exercício da cidadania com a possível ascensão do denominado “ativismo digital”, demonstrando novas formas de agência e participação em redes:

O desenvolvimento da comunicação digital disponível para os poderes e a sociedade, em redes sociais, exige novas metodologias e tecnologias que permitam estudar o engajamento cívico diferenciado, o chamado ativismo digital que marca esta década. Além disto, estudar a participação política das manifestações públicas, mobilizações sociais e lutas por identidade e representação, de gênero, meio ambiente, questões raciais, infância, estabelecem um patamar diferenciado para compreender uma sociedade (WEBER, 2020, p. 43).

Desta forma, retomo a proposta de Latour (2012) sobre a agência dos não-humanos. No âmbito da comunicação mediada por dispositivos digitais, a simples existência de canais como o aplicativo PLP 2.0 altera as dinâmicas de acesso aos direitos das mulheres. No entanto, como pontuado anteriormente, a composição das redes é diversa, e não se pode compreender o grupo “mulheres” em uma definição única e generalista. Pelo contrário, as associações presentes nas redes são múltiplas e localizadas em um determinado período e contexto social. Sendo assim, torna-se importante permitir que estas atrizes, no caso, as mulheres, apresentem suas próprias experiências com os dispositivos

digitais, revelando pontos positivos e possíveis fragilidades presentes nas ferramentas.

Além do mais, torna-se fundamental considerar não só o acesso das mulheres às condições de Justiça, mas também sua possibilidade de participar ativamente destes espaços. A efetiva rede de comunicação pública requer uma via de mão dupla, em que as mulheres têm a oportunidade não só de obter direitos, mas também pautar problemas e reivindicações pertinentes para as suas próprias realidades. As formulações ANT proporcionam uma identificação de diversas vivências que coexistem em torno de um mesmo assunto ou em um mesmo espaço, fomentando possíveis transformações sociais e políticas. As redes de comunicação pública, por sua vez, possibilitam o pleno compartilhamento e debate entre as realidades existentes, englobando desde temas coletivos até construções individuais e identitárias.

2. Práticas e múltiplas ontologias no sistema de Justiça

A antropóloga Annemarie Mol aprofunda a reflexão sobre as agências e a formação de múltiplas realidades. Em entrevista com Martin et al. (2018), a autora considera o conceito das “redes” demasiado estreito e passa a analisar a fluidez existente nas relações entre os atores. Enquanto Latour (2012) considera uma tecnologia que funciona em dois lugares como estabilizada, Mol (apud Martin et al., 2018) privilegia as especificidades do campo, mutáveis³ a cada momento e localidade.

Deste modo, Mol (2002) propõe o conceito de “múltiplas ontologias”, recusando o perspectivismo e realizando uma análise das “práticas” que constituem as experiências humanas. Ou seja, considera elementos físicos, contextuais e corporais envolvidos nos mais diversos processos sociais. A fim de exemplo, em uma etnografia realizada pela pesquisadora em um hospital, ao analisar a interrelação entre pacientes, doenças, médicos e elementos não-humanos, como medicamentos e equipamentos, aponta como múltiplas realidades são produzidas a partir de performances de elementos humanos e não-humanos. Souza (2015) destaca que esse posicionamento gera

³ Na entrevista com Martin et al. (2018), a autora destaca a concepção de “móveis mutáveis”, considerando a adaptabilidade e as transformações inerentes dos elementos, que continuam exercendo seus papéis mesmo que não permaneçam iguais.

diversas implicações, inclusive na forma como a ciência descreve e intervém nos fenômenos estudados. Logo, não se trata de elaborar diferentes olhares sobre um objeto, mas sim compreender como ele é “atuado” (*enacted*) de formas distintas, produzindo múltiplas realidades.

[...] mudar da compreensão do objeto como o ponto focal de várias perspectivas para seguir o modo como suas versões são atuadas em uma variedade de práticas, implica em uma mudança da pergunta acerca de como a ciência representa seus objetos, para interrogar como ela intervém. [...] o que interessa aqui prioritariamente já não é o conhecimento, como uma afirmação verdadeira sobre a realidade, mas como uma prática que interfere em outras práticas. O conhecimento, portanto, participa da realidade, não é exterior a ela (SOUZA, 2015, p. 62).

De acordo com Souza (2015), o conceito de “ontologia” se fortaleceu nas Ciências Sociais porque as definições anteriores se tornaram insuficientes na explicação de sociedades cada vez mais complexas. Na antropologia, por exemplo, a concepção de “cultura” costumava ser mobilizada para revelar diferentes perspectivas sobre um mundo único. No entanto, para compreender esse mundo, adería-se a certos pressupostos que não são comuns a todos os indivíduos e grupos sociais. A política ontológica demonstra como múltiplas formas de existência se constituem nas práticas e, assim, a pesquisa vai além da descrição de elementos, podendo, também, incorporar novas realidades.

A antropóloga coloca em xeque a própria concepção da existência. Segundo Mol (apud Martin et al., 2018), “ser” é “estar relacionado” e os atores existem vinculados às práticas que os produzem. Nesse sentido, para além dos agentes humanos, também são consideradas as performances dos demais elementos sociomateriais. Mol (2002) pontua que “Mesmo que sentimentos e interpretações sejam importantes, eles não estão sozinhos em explicar o que é a vida. A realidade do dia a dia, a vida que vivemos também é um assunto carnal. Uma questão de cadeiras e mesas, comida e ar, máquinas e sangue. Dos corpos” (MOL, 2002, p. 27, tradução nossa). Assim, a autora

abarcando os componentes sociomateriais nas relações entre humanos e não-humanos.

Afastando-se da noção de *rede* latouriana, Mol (2002) compara sua própria pesquisa a “seguir uma trilha ou caminho” que pode revelar (ou não) a existência de *vínculos* em um dado espaço. Mais do que relações transitórias que atribuem a qualidade de ator dentro de uma rede, para Mol (2002) a própria constituição do indivíduo é formada e performada por meio de relações estabelecidas em contextos específicos. Ainda assim, a visão da autora dá seguimento a alguns pressupostos introduzidos por Latour (2012), como a participação dos não-humanos e o posicionamento do pesquisador no contexto estudado. Pode-se considerar que as formulações e “fontes de incerteza⁴” pautadas por Latour (2012) possibilitaram a reflexão sobre as experiências *praticadas* empreendida pela autora. Mol (2010) também destaca que a ANT permite ao pesquisador exercer a experimentação e sintonizar-se com o mundo.

Entretanto, Mol (2010) salienta que os agrupamentos entre humanos e não-humanos não estão inseridos em um mundo vazio, mas sim concorrem com outras coletividades preexistentes e diferentes posições de interesse. Por isso, a autora amplia a noção de *associação* para considerar os fenômenos de colaboração, adição, tensão e inclusão, dentre outras possibilidades. No lugar de uma “ontologia” única e descritiva da realidade, Mol (2002) sugere a existência de “ontologias”, no plural, criadas, sustentadas e reveladas cotidianamente nas práticas sociomateriais. Essas formulações, por sua vez, informam e são informadas a partir dos corpos, em constante interconexão e tensão.

Mas se as realidades são múltiplas, como é possível identificá-las? De acordo com Mol (apud Martin et al., 2018), torna-se fundamental compreender a coexistência entre diferentes práticas em um determinado contexto. Além do mais, ao conceber versões distintas de um mesmo objeto, é preciso considerar as possíveis disputas internas, evidenciando o conceito de política ontológica. Assim como as diferentes realidades performam, se transformam e interferem entre si, algumas podem ser privilegiadas em

⁴ Na obra “Reagregando o social: Uma introdução à teoria Ator-Rede”, Latour (2012) descreve cinco fontes de incerteza para rastrear associações e produzir novas definições do social, a saber: Não há grupos, apenas formação de grupos; A ação é assumida; Os objetos também agem; Questão de fato x Questão de interesse e Escrever relatos de risco.

detrimento de outras, estabelecendo um permanente campo de disputas. Vale ressaltar que Latour (2012) já apresentava problematizações relativas às posições de poder, propondo que o pesquisador representa somente mais um ator dentro da rede e desmistificando, assim, a noção de um sujeito neutro e do conhecimento intocável produzido pelo cientista.

O caráter móvel e dinâmico das ontologias pode ser relacionado com as redes de comunicação pública, que também estabelecem campos de debate com diferentes níveis de participação e competição pelas posições de destaque. Portanto, as múltiplas ontologias podem contribuir com a análise dos não-humanos na comunicação pública – como as tecnologias – indicando possibilidades, agências e limitações.

Ao deslocar este aporte teórico-metodológico para o contexto a ser analisado, torna-se fundamental considerar as múltiplas opressões sofridas por diferentes mulheres, como os fatores da raça, classe e gênero abarcados pelo feminismo interseccional. A interseccionalidade foi cunhada, inicialmente, por Kimberlé Crenshaw (2002), ao analisar a discriminação racial relativa ao gênero e observar que a combinação de opressões atua sobre a vida prática e a subjetividade das mulheres, gerando desvantagens, vulnerabilidades e processos de desempoderamento. Ao passo que os direitos das mulheres começaram a ser pautados como direitos humanos, evidencia-se como diferentes marcas de injustiças se entrecruzam e invisibilizam pessoas na experiência vivida. Além do mais, Crenshaw (2002) destaca como as ações políticas podem gerar ou fortalecer esses padrões:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 117).

Deste modo, é primordial considerar as diferentes formas como as mulheres acessam o sistema de Justiça, principalmente aquelas sujeitas a situações de vulnerabilidade social. As instituições têm um modelo único para lidar com as experiências de diferentes mulheres que poderão ser contempladas, entendidas e acolhidas em níveis muito distintos. O pensamento de Mol (2002) ajuda a compreender como as mulheres vivenciam as múltiplas formas coexistentes de opressão, identificando possíveis problemas e oportunidades de transformação coletiva. Considero que a ONG Themis apresenta avanços a esse respeito, ao contribuir com o acesso às condições de Justiça para mulheres. No entanto, também é preciso analisar criticamente as possibilidades de participação política para diferentes grupos, considerando suas diversidades internas em redes e em constante disputa.

3. ONG Themis e formação de *redes* em defesa das mulheres

A Organização Não-Governamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi desenvolvida por advogadas e cientistas sociais em Porto Alegre/RS, somando 28 anos de atuação na defesa e promoção dos direitos das mulheres. A ONG participou de conquistas históricas nos âmbitos jurídico e social, como a implementação da Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio. Atualmente, opera a partir de três eixos estratégicos: “1. Promover o conhecimento das mulheres acerca de direitos e do sistema de Justiça, a partir da educação popular; 2. Dialogar com os espaços de Justiça, com seminários e publicações que propõem novas abordagens para o Direito; 3. Advogar na proteção dos direitos das mulheres em âmbito nacional e internacional” (Themis, 2021 apud BARFKNECHT, 2021).

A Themis organiza-se a partir da metodologia feminista interseccional e da educação popular (Themis, 2021). A interseccionalidade considera as diferentes opressões de raça, classe e gênero, conforme proposto por Crenshaw (2002). Enquanto isso, a concepção freireana de educação popular é resgatada por Dias (2015), em que a horizontalidade entre educadores e educandos promove o protagonismo de cada sujeito na construção do

conhecimento, aliado ao pleno entendimento e incorporação de aprendizagens na experiência vivida.

Neste sentido, Dias (2015) destaca a distância entre os espaços de Justiça e a realidade dos sujeitos, o que dificulta o acesso a direitos. Para a autora, “[...] a educação jurídica popular se mostra eficaz na disseminação do saber jurídico por propor uma forma de construir conhecimento a partir da realidade local, em um processo dialógico” (DIAS, 2015, p. 303). Assim, a Themis busca promover o empoderamento individual e coletivo de mulheres que passam a reconhecer e reivindicar os próprios direitos, tornando-se multiplicadoras de conhecimentos e de cidadania (Themis, 2021 apud BARFKNECHT, 2021).

No entanto, Biroli e Miguel (2014) pontuam que o pleno acesso das mulheres à vida pública não depende somente da legislação, mas também de condições pessoais e mudanças estruturais que ainda não foram plenamente conquistadas no contexto brasileiro:

Fica claro que a abolição das barreiras legais não representou o acesso a condições igualitárias de ingresso na arena política. Entraves de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor. O insulamento na vida doméstica retira delas a possibilidade de estabelecer a rede de contatos necessária para se lançar na carreira política. Aquelas que exercem trabalho remunerado permanecem em geral como responsáveis pelo lar, no fenômeno conhecido como “dupla jornada de trabalho”, tendo reduzido seu tempo para outras atividades, incluída aí a ação política. Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 94).

Biroli e Miguel (2014) contextualizam desafios históricos e sociais para a plena participação política das mulheres, como a dicotomia entre os espaços público e privado. Ao passo que a arena pública é considerada, tradicionalmente, âmbito de atuação masculina, o insulamento das mulheres na esfera doméstica impede não só sua participação política, mas também pode invisibilizar assimetrias e, até mesmo, episódios de violência no espaço doméstico.

Visando combater estes e outros problemas, as iniciativas da ONG Themis operam na articulação das redes de mulheres, seja para a multiplicação de conhecimentos sobre a legislação ou para o exercício da cidadania, com a proteção ativa e denúncia em caso de abusos. A partir de cursos, campanhas, manifestações públicas e uma ampla produção de conhecimento, a instituição atua para romper as barreiras simbólicas que afastam mulheres da esfera pública, especialmente aquelas pertencentes aos grupos marginalizados.

3.1 Atuação das PLPs e documentário *Em frente da lei tem um guarda*

Um dos principais projetos da ONG Themis consiste na formação de “Promotoras Legais Populares (PLPs)”, cuja primeira edição ocorreu em 1993, na cidade de Porto Alegre/RS. Considero o curso um elemento central para a formação de redes multiplicadoras de conhecimentos sobre o universo jurídico, compostas por atores – e *atrizes* – humanos e não-humanos.

A formação de PLPs visa disseminar os direitos humanos e das mulheres, pautada especialmente em temas sensíveis como violência doméstica, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Atualmente, esse programa é considerado uma política pública não estatal presente em 14 municípios do Rio Grande do Sul e em 11 estados brasileiros (Themis, 2021 apud BARFKNECHT, 2021). Dias (2015) pontua como cada nova edição é adequada para a realidade local, promovendo a aproximação das participantes e a aplicação de conceitos mobilizados. Ao mesmo tempo, os conhecimentos apreendidos incentivam a participação política:

O curso traz a possibilidade das participantes alterarem o próprio conceito de mulher, [...] abre caminho para que elas possam se ver como uma pessoa capaz de interagir no mundo político, porque dele dependem as suas ações para que as políticas públicas sejam elaboradas, os mecanismos jurídicos de proteção à mulher sejam criados, ou seja, a mulher passa a se ver como cidadã participe das relações de forças capazes de mudar o seu meio (DIAS, 2015, p. 317).

As Promotoras Legais Populares (PLPs) atuam como líderes comunitárias voluntárias após a formação jurídica gratuita fornecida pela Themis. O dia a dia de uma PLP consiste em prestar orientação e apoio para as mulheres da sua região, a partir da triagem em caso de violação de direitos, da prevenção de violações, de iniciativas educativas comunitárias, entre outras atividades. Assim, as PLPs são agentes ativas na promoção de direitos e, inclusive, integram espaços institucionais, como conselhos, conferências, comissões e fóruns (Themis, 2021 apud BARFKNECHT, 2021).

O documentário “Em frente da lei tem um guarda”, desenvolvido pela Casa de Cinema de Porto Alegre em dezembro de 2000 (Themis, 2022), denuncia as barreiras institucionais presentes nos espaços formais de Justiça, afastando, muitas vezes, a cidadã do acesso aos seus direitos. Em um vídeo de animação, a introdução da obra conta a história de uma mulher do campo que busca acesso à Justiça, e um “guarda” que obstrui esse caminho, posicionado em frente das “portas” das instituições, a partir de um texto adaptado da obra “O processo”, de Franz Kafka:

Uma mulher vinda do campo pede para entrar [na instituição de Justiça]. O guarda diz que, de momento, não pode lhe permitir a entrada. A mulher pergunta se poderá entrar mais tarde. *É possível*, responde o guarda. A mulher inclina-se para olhar através da entrada. *Não tente entrar sem a minha autorização*, diz o guarda. *Repare que sou muito forte. E a cada sala, a cada porta, encontrará um guarda mais possante que o anterior* [continua o guarda]. A mulher vinda do campo não podia entender, devendo a lei, segundo ela, ser acessível a todos em qualquer altura. O guarda dá-lhe um banco e deixa-a ficar sentada ao lado da porta. Ali, se conserva a espera durante dias... E anos. Antes de morrer, chama o guarda com um gesto. O guarda curva-se para ouvi-la. *O que deseja saber agora?*, pergunta o guarda. *Todos procuram alcançar a lei*, responde a mulher, *como se explica, portanto, que durante todos estes anos ninguém, a não ser eu, tenha procurado acesso a ela?* O guarda lhe segreda ao ouvido: *Ninguém, exceto você, pode entrar por esta porta, pois esta porta foi-lhe destinada. Agora, vou fechá-la* (Themis, 2022).

Desde sua introdução, a obra problematiza como as instituições de Justiça produzem vivências muito distintas, conforme a concepção de “práticas” desenvolvida por Mol (2002). Diferentes pessoas e grupos sociais experimentam realidades (ou ontologias) específicas, ainda que estejam pautando as mesmas demandas em um espaço comum. Conforme pontuado por Souza (2015), evidencia-se que as múltiplas ontologias geram consequências éticas e políticas, na mesma medida em que coexistem e concorrem em um campo de disputas.

Ademais, os processos de desempoderamento sistemático propostos por Crenshaw (2002) também se sobrepõem, afastando grupos marginalizados dos espaços públicos e do exercício da cidadania. Em resposta a essas questões, a ONG Themis aposta no conhecimento para gerar empoderamento jurídico e social. Assim, as mulheres podem se tornar protagonistas do processo, o que possibilita a formação de redes de comunicação pública, onde a credibilidade e a visibilidade das suas reivindicações são prioritárias. Pode-se afirmar que o trabalho da ONG cumpre sua proposta interseccional, uma vez que busca e trabalha pela superação das formas de opressão geradoras de exclusão e desempoderamento sistemáticos dos sujeitos – nesse caso, das mulheres partícipes de suas redes.

Após o trecho introdutório em animação, a obra apresenta depoimentos sobre a descrença nas leis, entrevistando pessoas nas ruas de Porto Alegre/RS. Alguns relatos afirmam que “só confiam na justiça divina”, ou então acreditam que a legislação “só funciona para os ricos” e que “os processos são muito demorados”. Em seguida, a câmera percorre diversas regiões de Porto Alegre/RS, perguntando às pessoas sobre as PLPs e citando seus nomes. Nesse momento, é notório como as líderes são reconhecidas em suas respectivas comunidades.

Em seguida, os entrevistadores mostram depoimentos das próprias promotoras. Inicialmente, a PLP Marli Medeiros, de Vila Pinto, aborda como a obstrução do “guarda” acontece na prática:

Uma mulher, por exemplo, que ia denunciar o marido, algum tipo de violência, duas vezes na semana, o próprio cara da delegacia, escrivão, ele já desrespeitava a mulher, dizia *olha*

tu já teve aqui, e eu não vou ficar gastando papel contigo, porque tu já vai vir de novo. Tu vive se queixando do fulano, mas tu tá sempre lá. Tu gosta mesmo, tu gosta, tu é sem-vergonha, é vagabunda (Themis, 2022).

Esse relato remonta à animação inicial da obra, lembrando a fala do guarda ao dizer que, em cada porta, haverá “um guarda mais possante que o anterior”. Ou seja, entende-se que os entraves para o acesso à Justiça podem ser múltiplos e, praticamente, intransponíveis quando não se conhece os próprios direitos. Nesse contexto, a PLP Maria Favorina Borges, da região Zona Norte, destaca como as informações sobre a legislação favorecem o acesso a direitos e a formação de redes de apoio:

Olha, antes as pessoas me procuravam e eu dizia *ah, vamos dar parte*, ia numa delegacia com elas e deixava elas lá e voltava, porque aí eu não entendia nada né, eu ficava com medo de falar e a polícia ainda vir contra mim. E agora não, agora eu sei que tenho meu direito, posso falar como cidadã brasileira. Eu posso defender qualquer semelhante meu (Themis, 2022).

Já Maria Helena Mello da Silva, PLP da região Zona Leste, complementa como a clareza acerca dos dispositivos legais contribui para o seu cumprimento.

Eles começaram a descobrir que a gente conhecia a lei e sabia. Porque teve aquela coisa, tá no artigo tal, diz que vocês tem que fazer. Mesmo que [digam] *Ah, mas daqui 15 dias ela vai voltar pro marido, tu ainda vai te incomodar...* Não, mas eu quero que tu registre (Themis, 2022).

O final do documentário mostra relatos de alguns maridos e companheiros das PLPs. Nesse momento, destaca-se o reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs com direitos por parte dos homens, bem como uma inversão de papéis tradicionais na dicotomia entre público e privado. Isso ocorre porque as promotoras passam a ocupar diversos espaços públicos vitais para sua região, como escolas, tribunais, centros de saúde, além do Serviço de Informação

à Mulher (SIM)⁵. Em seguida, algumas das promotoras presentes na obra estão em plena avenida, participando de um desfile de carnaval. Essa imagem suscita, novamente, a possibilidade de ganhar espaços públicos, construindo assim novas possibilidades de agência.

Vale destacar que os perfis das PLPs presentes no documentário são muito diversos, englobando donas de casa, servidoras públicas, trabalhadoras domésticas, mulheres previamente envolvidas com questões comunitárias e outras que ingressaram nesses espaços a partir da formação da ONG Themis. A complexa rede de trocas entre diferentes mulheres também introduz ampla multiplicidade de agências e práticas muito distintas, tanto em sua região quanto nos variados espaços formais de Justiça.

Por fim, a última cena retoma a animação inicial, em que “uma mulher vinda do campo” busca acesso à Justiça. A diferença, agora, é que ela está acompanhada de uma PLP e, munida de conhecimentos sobre seus direitos, consegue transpor as portas da instituição. Nesse momento, especificamente, pode-se retomar a interpretação de Mol (2002) ao afirmar que “ser é estar relacionado”, pois tanto a interrelação das PLPs quanto o apoio prestado às mulheres atendidas e o ingresso nos espaços formais de Justiça transformam a posição das atrizes e, potencialmente, sua compreensão sobre si mesmas.

A partir dos relatos de diferentes mulheres ao longo do documentário, torna-se possível perceber como as Promotoras Legais Populares alteram a dinâmica das relações com as leis, os direitos e o acesso aos espaços formais. As líderes tornam-se referência para as mulheres da sua comunidade e são procuradas em diversas situações, como conflitos familiares e casos de violência doméstica. Ademais, transportam a vivência concreta para os espaços onde ocorrem as “práticas” de Justiça, como os tribunais, articulando conhecimentos jurídicos às problemáticas específicas enfrentadas em suas comunidades. A PLP Marli Medeiros, da Vila Pinto, relata como os conhecimentos jurídicos alteraram sua vivência individual: “Eu era constantemente violentada nos meus direitos, só que eu não

⁵ Os centros de Serviço de Informação à Mulher (SIM) são espaços onde as PLPs atuam voluntariamente como agentes comunitárias, promovendo o acesso aos direitos e às condições de Justiça (Themis, 2022).

sabia que eu tinha direitos. Eu achava que o que o meu marido dizia era o certo” (Themis, 2022).

Um momento marcante ocorre na cena em que o juiz está falando em uma linguagem extremamente técnica. Em seguida, uma promotora legal popular surge na tela e “traduz” a sentença com a seguinte frase: “O que o juiz está tentando dizer é que, como não teve testemunha na hora do estupro, a palavra da vítima serve como a prova do crime”. Nesse sentido, observa-se a presença de barreiras linguísticas, somando-se aos entraves quanto ao conhecimento das leis e acesso às instituições. Maria Guaneci de Ávila, PLP do SIM Restinga, pontua a importância de falar a língua da comunidade e revela o desejo de cursar uma graduação em Direito:

Eu vou falar do meu jeito, porque eles são formados, eles têm a técnica. Eu não tenho estudo e eu tenho a vivência, porque eu tô com o pé no barro lá na vila, tô vendo morrer as pessoas na área da saúde, tô vendo morrer de miséria. A gente fala aquilo que a gente vive, né, a nossa realidade. Então fica mais fácil falar perto do juiz, do promotor. Apesar que o meu sonho ainda era Direito, é Direito. Poder me formar, vestir uma toga, subir num tribunal aí, fazer justiça. (Themis, 2022).

O depoimento de Maria Guaneci também remonta à compreensão de múltiplas realidades formadas e formadoras de experiências. A PLP evidencia como os saberes adquiridos em sua vivência prática na comunidade diferem-se da compreensão normativa do Direito. Assim, pode-se refletir acerca da incorporação destes conhecimentos empíricos aos espaços institucionais de Justiça, de modo a interferir e, até mesmo, transformar suas práticas para melhor acolher as diversas realidades sociais.

Conforme apontado anteriormente, a atuação das PLPs demarca a transição das mulheres da esfera doméstica para os espaços públicos, ampliando a sua participação política. Sendo assim, é possível considerar que as promotoras contribuem na formação de novas ontologias, tanto em sua vivência individual, quanto em sua comunidade e na relação com os sistemas de Justiça. Também pode-se analisar a presença de elementos sociomateriais, com os espaços físicos de atendimento das

PLPs. Os centros de Serviço de Informação à Mulher (SIM) alteram as dinâmicas das comunidades, um ponto de encontro para a rede das PLPs que facilita o atendimento de mulheres vítimas de violência ou que, simplesmente, buscam orientações sobre seus direitos.

Entretanto, também é essencial refletir sobre as temporalidades da obra analisada. No ano 2000, período de lançamento do documentário, ainda não existiam as legislações específicas de combate à violência contra a mulher. Naquele contexto, o enquadramento desses crimes em uma determinada tipificação penal ainda poderia representar desafios específicos. Nos dias de hoje, mesmo com o advento das legislações e novos dispositivos de proteção da mulher, a violência persiste e o seu enfrentamento ainda apresenta obstáculos.

3.2 PLP 2.0 e novas redes de enfrentamento da violência contra a mulher

Com o advento das tecnologias digitais, novos elementos humanos e não-humanos são incorporados às redes de mulheres da ONG Themis. Nesse sentido, o aplicativo PLP 2.0 destina-se a Promotoras Legais Populares e mulheres em situação de violência com medida protetiva. Essa plataforma digital representa um canal de comunicação direto com os órgãos policiais, acionados de forma mais rápida e efetiva em caso de violação da determinação judicial. Quando o PLP 2.0 é acionado, as equipes do 190 são notificadas e uma viatura é enviada para o endereço registrado. O aplicativo também permite cadastrar uma rede pessoal de contatos de confiança, representando mais uma forma de proteção para a mulher (Gendelés, 2015 apud BARFKNECHT, 2021).

Ao mesmo tempo, a problemática da violência contra a mulher representa um tema persistente e atual. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, revelou que os índices de violência doméstica sofreram uma queda durante a pandemia, enquanto a taxa de feminicídios aumentou, o que pode representar a subnotificação dos casos e a dificuldade de acesso aos canais de Justiça (Correio Braziliense, 2020). Por outro lado, o Ministério da

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos registrou 105.671 denúncias de violência contra a mulher em 2020 nos canais Disque 100 e Ligue 180, dentre as quais 72% tratava de violência doméstica. Os dados apresentados pelo Ministério equivalem a uma denúncia a cada cinco minutos, evidenciando a gravidade e urgência desse quadro em nosso país (OLIVEIRA, 2022).

O PLP 2.0 aciona a Brigada Militar e as Promotoras Legais Populares da região onde a denúncia foi realizada, mobilizando o caráter quase instantâneo dos canais digitais em defesa das mulheres (Themis, 2022). Assim, esse aplicativo pode fornecer a solução parcial para um grave problema, facilitando a denúncia discreta e a formação de redes de apoio, compostas por contatos pessoais de confiança e PLPs.

No entanto, a violência contra a mulher configura-se de forma estrutural, englobando múltiplas características, expressões e vivências distintas. Portanto, a Themis também procura respostas a partir de ações massivas, como na atuação social, jurídica e política de suas representantes. Ademais, a ampla produção científica sobre gênero, violência, legislação, ciências sociais e questões relacionadas reforça a aposta na educação enquanto trajetória de transformação e produção de novas realidades. Em perspectiva com os canais digitais, a ONG desenvolveu a Rede Nacional de Promotoras Legais Populares em 2021, visando a organização de lutas pelos direitos humanos e das mulheres (Themis, 2022). Mais uma vez, as ferramentas digitais podem representar uma importante alternativa de coalizão das PLPs para romper barreiras territoriais e suscitar a amplificação e pluralidade dos debates. Além do mais, estendem a possibilidade de pautar desafios específicos de cada região e grupo de mulheres. A ONG Themis também marcou presença na Campanha Nacional Contra o Femicídio em 2021, uma iniciativa do Levante Feminista intitulada *Nem pense em me matar* que mobilizou mais de 150 mil assinaturas em abaixo-assinado online (Change.org, 2022).

As propostas para o uso democrático das tecnologias digitais – como o aplicativo PLP 2.0 e, mais recentemente, a Rede Nacional de PLPs – aprofundam a reflexão sobre como os aspectos não-humanos podem impactar a participação

política das mulheres. Considerando o histórico da ONG Themis, é fundamental refletir sobre como essas ferramentas ampliam não só o acesso aos direitos, mas também o fortalecimento coletivo de grupos. O contato com as promotoras legais “ao alcance das mãos” pode suprir a carência da rede de apoio para quem não possui uma rede pessoal, por exemplo. Contudo, os mesmos canais também podem apresentar limitações, como a inexistência de alternativas para aquelas que não dispõem de medida protetiva no aplicativo PLP 2.0.

Para mapear as possibilidades e insuficiências das ferramentas, acredito que rastrear as experiências das próprias usuárias pode representar uma fonte rica de conhecimentos. Ao abarcar suas múltiplas experiências, será possível identificar problemas e mesmo formular soluções. Na visão latouriana, os dispositivos constituem-se como atores nesses processos, pois a sua alteração ou ausência modifica as dinâmicas das redes como um todo. Desse modo, observa-se a aplicação de conhecimentos e experiências da Themis em não-humanos – tal qual o aplicativo PLP 2.0 – que “agem” em prol da defesa das mulheres. A partir do trabalho realizado pelas promotoras, torna-se possível identificar um exemplo em que os humanos – PLPs – agem e criam condições para agência de não-humanos tecnológicos, configurando os processos de delegação⁶ preconizados por Latour (2012).

Já as redes de comunicação pública propostas por Weber (2017) ajudam a refletir o quanto preceitos como autonomia e debate estão presentes nos espaços tecnológicos, além de expandir e complexificar processos comunicacionais em rede para abarcar os não-humanos. Os resultados dessas interações, em termos de comunicação, podem representar rastros sociomateriais que permitem retratar os processos de associação propostos por Latour (2012), assim como as dinâmicas de colaboração, adição, tensão e inclusão introduzidos por Mol (2002), em um contínuo campo de disputas. Além do mais, Mol (2002) contribui para repensar as práticas de resistência, refletindo sobre a influência das materialidades na conformação dos corpos e na formação de ontologias coexistentes.

⁶ Para Latour (2012), os processos de delegação ocorrem quando o conhecimento humano é empregado para possibilitar a agência dos não-humanos.

4. Novas práticas de resistência e participação política?

O presente ensaio reuniu esforços para uma triangulação entre a Teoria Ator-Rede de Latour (2012), as múltiplas ontologias introduzidas por Mol (2002) e as redes de comunicação pública propostas por Weber (2017). Essas reflexões buscam elaborar uma pesquisa que considere os atores humanos e não-humanos, priorizando o acesso das mulheres às condições de Justiça e suas possibilidades de participação política. Segundo Latour, “Nenhuma batalha jamais foi ganha sem que se apelasse para combinações novas e táticas surpreendentes. As ações só *fazem a diferença* num mundo feito de diferenças” (LATOURE, 2012, p. 359).

Acredito que rastrear as diferentes práticas vivenciadas nas redes de mulheres pode contribuir com a compreensão deste mundo (ou mundos) de diferenças. Os próximos passos do estudo podem deter-se na formação de redes de comunicação pública nos projetos da ONG Themis, buscando entender como essas redes são praticadas por diferentes mulheres, de uma perspectiva interseccional em que múltiplas opressões podem integrar as suas vidas. Entender como as práticas geram múltiplas ontologias no interior das próprias redes visa alcançar uma melhor compreensão dos seus impactos, tanto em termos de participação política quanto na formação de espaços de resistência.

O pensamento de Mol (2002) convida a resgatar a materialidade existente nesses processos, inclusive os aspectos físicos dos dispositivos tecnológicos. Dessa forma, torna-se possível refletir sobre como o ativismo digital pontuado por Weber (2017) pode ser vivenciado e performado nas mais variadas experiências, bem como seu potencial para gerar transformações sociais. A noção de fluidez proposta por Mol (2002) suscita a reflexão sobre o quanto as redes de comunicação pública também podem ser fluidas e atravessadas por movimentações sociomateriais. Além do mais, torna-se primordial atentar se os princípios de credibilidade e visibilidade estão presentes no manuseio das novas tecnologias, enquanto requisitos

fundamentais para qualificar essas redes e os debates em que estão engendradas. Em suma, o desafio consiste em compreender os impactos das diferentes ontologias para a autonomia das mulheres, bem como as suas possíveis implicações para gerar novas formas de resistência, participação e transformação política.

Referências

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BARFKNECHT, Taíse Souza. **Direitos das mulheres e o uso de aplicativos pela Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. In: COMPOLÍTICA – Democracia e opinião pública em tempos de fake news, IX edição, 2021, Online. Anais, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, ano 10, 2002.

DIAS, Leidiane Pias. **Os cegos do castelo: a experiência das Promotoras Legais Populares na construção de um Direito democrático**. Revista da AJURIS, v. 42, n. 138, jun./2015, p. 301 – 334.

Em frente da lei tem um guarda. **Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos**, Porto Alegre, 20 de dez. de 2013. Disponível em: <<http://themis.org.br/midia/em-frente-da-lei-tem-um-guarda/>>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

ESTEVES, João P. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GONZALES, Zuleika Köhler. BAUM, Carlos. **Desdobrando a Teoria Ator-Rede: Reagregando o Social no trabalho de Bruno Latour**. Polis e Psique, Vol.3, n.1, 2013.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador-Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA, 2012.

MOL, Annemarie. **Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions**. Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, v.50, n.1, p.253–269, 2010

Redes de comunicação pública, múltiplas ontologias e participação política das mulheres

MOL, Annemarie. **The Body Multiple: ontology in medical practice.** Durham/Londres: Duke University Press, 2002.

MARTIN, Denise; SPINK, Mary Jane; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol.** Interface (Botucatu), Botucatu, v. 22, n. 64, p. 295-305, 2018.

Nem pense em nos matar. **OBCOMP – Observatório da Comunicação Pública.** Campanhas de interesse público. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/obcomp/campanhas-interesse-publico/1/2022/nem-pense-em-nos-matar/>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

Nem pense em me matar! – Levante feminista contra o feminicídio. **Change.org.** Disponível em: < <https://www.change.org/p/supremo-tribunal-federal-nem-pense-em-me-matar>>. Acesso em: 26 de fev. de 2022.

OLIVEIRA, Daniely Benthien de. A Tese da Legítima Defesa da Honra: o que é e por que é inconstitucional? **Politize**, 29 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/tese-da-legitima-defesa-da-honra/#>>. Acesso em: 19 de fev. de 2021.

Promotoras Legais Populares. **Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.** Fazemos. Disponível em: <http://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares/historico/>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

SOUZA, Iara M. A. **A Noção de Ontologias Múltiplas e suas Consequências Políticas.** Ilha, v.17, n.2, p.49-73, ago./dez. 2015.

Tecnologia prioriza atendimento a mulheres em situação de violência – PLP 2.0. **Portal Geledés**, 18 de dez. de 2015. Disponível em: <https://rb.gy/c3p5oy>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

TEÓFILO, Sarah. Feminicídios crescem durante a pandemia; casos de violência doméstica caem. **Correio Braziliense Brasil**, 19 de out. de 2020. Disponível em: <<https://rb.gy/suxtzh>>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

THEMIS. **Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.** Página inicial. Disponível em: <<http://themis.org.br/>>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

VICTORAZZI, Ana. Novo app quer ajudar mulheres vítimas de violência em tempo real. **Razões para acreditar**, 18 de nov. de 2015. Disponível em: <https://rb.gy/yxyyh0>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

WEBER, Maria Helena. **Balizas do campo comunicação e política.** TRÍADE: COMUNICAÇÃO, CULTURA E MÍDIA, v. 08, p. 06-48, 2020.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.).
Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas. Florianópolis:
Insular, 2017.

A ONTOPOLÍTICA DO CUIDADO MULTIESPÉCIES: A PROTEÇÃO DA VIDA SILVESTRE NA COSTA RICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Luis M. Barboza-Arias¹

Resumo

Coiotes (*Canis latrans*) que fazem visitas noturnas a campi universitários e bairros urbanos da capital. Baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) que brincam com as crias na proximidade das praias turísticas. Antas (*Tapirus bairdii*) que transitam por rotas traçadas para visitantes humanos em áreas silvestres protegidas. Macacos-prego-de-cara-branca (*Cebus capucinus*) ladrões de comida que ficaram sem vítimas humanas às quais abordar. O avistamento de espécies da fauna silvestre em espaços de intensa atividade humana converteu-se em um acontecimento frequente durante o confinamento social adotado pelos governos para reduzir a disseminação do vírus do SARS-CoV-2, causante da doença da Covid-19, nos primeiros meses da pandemia. O presente ensaio propõe tensionar um paradoxo da emergência sanitária provocada pela atual pandemia: o “retorno” da vida selvagem às cidades num momento histórico em que a crise ambiental e a degradação dos habitats naturais resultante das ações antrópicas estão provocando o surgimento de ameaças para a saúde humana sem paralelo na época contemporânea. O objetivo deste trabalho é gerar uma reflexão crítica sobre as implicações ético-políticas e pedagógicas de avistamentos ocorridos nos meses de março a julho (2020), e sua relação com o desenvolvimento de iniciativas e programas públicos de proteção da biodiversidade. Através da articulação de relatos sobre experiências acontecidas na Costa Rica, neste ensaio propõe-se a hipótese de que os avistamentos podem influir na reconfiguração de geografias mais que humanas, na medida em que essas vivências alteram a percepção humana sobre as paisagens e o modo de experimentar a coexistência multiespécies. Assim, cabe perguntar se os avistamentos têm contribuído para criar condições e significados que tenham transformado as relações entre humanos e animais durante a pandemia. Também interessa estudar o papel e a importância das interfaces tecnológicas nesses encontros e sua ligação com mudanças no estatuto ontológico dessas relações. Se argumenta que a abordagem destas questões pode gerar um conjunto alternativo de recursos cognitivos e de conhecimento para compreender as práticas e os agenciamentos animais de maneira abrangente, o que conduziria

¹ Sociólogo. Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Membro de Grupo de Pesquisa Inovação, Sociedade e Eco-Territorialidades (GRIST/UFRGS).
Email: luis.barboza@ufrgs.br

ao delineamento de axiomas que façam viável a invenção de uma nova ética da convivência multiespécies. O referencial teórico mobilizado neste exercício reflexivo é o proposto por autores e autoras da chamada virada ontológica nas ciências sociais. Desse modo, o Antropoceno é considerado como um registro simbólico para problematizar a confiança cega em horizontes de futuro baseados em narrativas de progresso tecnocientífico linear e apolítico, não apenas como uma época geológica de predomínio humano. Nas considerações finais, chamamos a atenção para a necessidade de superar visões instrumentais da categoria “natureza”, e defendemos a incorporação de ontopolíticas do cuidado em atividades de conservação da biodiversidade que explorem e articulem as dimensões emocionais, afetivas, sensoriais e simbólico-espirituais na luta contra as mudanças climáticas antropogênicas e a degradação ambiental.

Palavras-chave: Antropoceno, conservação, ecologias afetivas, geografias mais que humanas, meio ambiente.

An ontological politics of multispecies care: wildlife protection in Costa Rica during the COVID-19 pandemic

Abstract

Coyotes (*Canis latrans*) making nocturnal tours through universities and suburban cities. Humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) playing with their babies near famous beaches. Tapirs (*Tapirus bairdii*) walking on routes and trails made for human visitors in protected wildlife areas. Colombian white-faced capuchin (*Cebus capucinus*) missing their human friends to share exotic food with. Wildlife sighting reports in urban centers during the lockdown of Covid-19 pandemic became a significant event around the world. This essay explores one of the most paradoxical aspects of the Covid-19 outbreak: wildlife takes to the streets. Nowadays, climate change and habitat degradation are causing the emergence of new threats to human and environmental health. In this essay we propose a critical reflection on the ethical-political and pedagogical implications of wildlife sightings during the lockdown of Covid-19 pandemic and their relationship with biodiversity conservation public programs. We propose that sightings can affect more than human geographies. Human-animal interactions during lockdown could alter the human perception of landscapes and multispecies coexistence. We are also interested in how technological interfaces could change the ontological status of human-animal interactions. These issues can generate an alternative set of cognitive and knowledge resources to understand human-animal assemblages in a more comprehensive way, which would lead to a new ethics of multispecies coexistence. We mobilize a theoretical framework based on so-called ontological turn in social sciences. The Anthropocene is considered as a symbolic resource to problematize blind trust in linear narratives of apolitical techno-scientific progress, and not only as a geological epoch characterized by human dominance. Finally, attention is drawn to the need to overcome instrumental visions of the category “nature”. We suggest that ontological politics of multispecies care can

A ontopolítica do cuidado multiespécies

contribute to strengthening biodiversity conservation public programs through exploration of emotional and affective ecologies.

Keywords: Anthropocene, conservation, affective ecologies, more than human geographies, environment.

La onto-política del cuidado multiespecies: la protección de la vida silvestre en Costa Rica durante la pandemia de Covid-19

Resumen

Coyotes (*Canis latrans*) que realizan visitas nocturnas a recintos universitarios y barrios urbanos capitalinos. Ballenas jorobadas (*Megaptera novaeangliae*) que juegan junto a sus crías cerca de las playas turísticas. Dantas (*Tapirus bairdii*) que utilizan senderos diseñados para visitantes humanos en las áreas silvestres protegidas. Monos carablanca (*Cebus capucinus*) ladrones de comida que se quedan sin víctimas humanas a las cuales atacar. El avistamiento de especies de la fauna silvestre en espacios de intensa actividad humana se convirtió en un acontecimiento frecuente durante los primeros meses del confinamiento social adoptado por los gobiernos como medida para reducir la propagación del virus del SARS-CoV-2, causante de la enfermedad del Covid-19. Este ensayo trata sobre uno de los aspectos más paradójicos de la emergencia sanitaria provocada por la actual pandemia: el “retorno” de la vida salvaje a las ciudades en un momento histórico en que la crisis ambiental y la degradación de los hábitats naturales, resultado de las acciones antrópicas, están provocando el surgimiento de nuevas amenazas para la salud humana y ambiental, sin paralelo en la época contemporánea. El objetivo de este trabajo es generar una reflexión crítica sobre las implicaciones ético-políticas y pedagógicas de los avistamientos y su relación con el desarrollo de iniciativas y programas públicos de protección de la biodiversidad. A través de la articulación de relatos sobre experiencias ocurridas en Costa Rica entre los meses de marzo y julio de 2020, en este ensayo se propone que los avistamientos pueden influir en la reconfiguración de geografías más que humanas, en la medida en que esas vivencias alteran la percepción humana sobre los paisajes y el modo de experimentar la coexistencia multiespecies. De ese modo, cabe preguntar si los avistamientos han contribuido a crear condiciones y significados que hayan transformado las relaciones entre humanos y animales durante la pandemia. También interesa estudiar el papel y la importancia que tienen las interfaces tecnológicas en esos encuentros y su relación con cambios en el estatuto ontológico de las relaciones. El abordaje de estas cuestiones puede generar un conjunto alternativo de recursos cognitivos y de conocimiento para comprender las prácticas y agenciamientos animales de manera más integral, lo que conduciría al delineamiento de axiomas que viabilicen la formulación de una nueva ética de la convivencia multiespecies. El referente teórico utilizado es el propuesto por el llamado giro ontológico en las ciencias sociales. De este modo, el Antropoceno es considerado como un registro

A ontopolítica do cuidado multiespécies

simbólico que ayuda a problematizar la confianza ciega en horizontes de futuro basados en narrativas de progreso tecnocientífico linear y apolítico, y no solo como una época geológica caracterizada por el predominio humano. En las consideraciones finales, se llama la atención sobre la necesidad de superar visiones instrumentales de la categoría "naturaleza", y se defiende la incorporación de onto-políticas del cuidado en actividades de conservación de la biodiversidade que exploren y articulen dimensiones emocionales, afectivas, sensoriales y simbólico-espirituales en la lucha contra el cambio climático antropogénico y la degradación ambiental.

Palabras clave: Antropoceno, conservación, ecologías afectivas, geografías más que humanas, medio ambiente.

Introdução: O Antropoceno. Se não agora, quando?

“No temo exagerar el valor y el significado de la vida, sino más bien no estar a la altura de la ocasión que la vida representa. Sentiría tener que recordar que yo estuve allí, pero que no advertí nada reseñable, como un príncipe disfrazado de rana, o como quien ha vivido la época dorada como un jornalero, alguien que incluso visitó el olimpo, pero se quedó dormido después de cenar y no pudo escuchar las conversaciones de los dioses”.

Thoreau, H. D. Cartas a un buscador de sí mismo.

Em *An ecology of happiness*, o geógrafo belga Eric Lambin propõe estabelecer uma interligação entre a existência de ecossistemas saudáveis e a experimentação da felicidade humana. Para Lambin (2012), o cuidado do planeta tem um efeito positivo na percepção de bem-estar das pessoas e é por isso que, como indivíduos e sociedades, devemos nos comprometer com ações de proteção ambiental que favorecem a biodiversidade. Ainda que o ponto de partida do autor esteja focado numa interpretação antropocêntrica, em que a motivação a participar nas práticas de conservação é a sensação prazerosa que recebem as pessoas em troca, é indiscutível que a reflexão desenvolvida por Lambin levanta um argumento muito difícil de refutar: ninguém quer (con)viver num ambiente contaminado, ou no qual a interação humana tenha provocado danos irreparáveis às outras espécies e seus ecossistemas.

Uma segunda implicação da reflexão feita por Lambin (2012) é a importância das dimensões sensorial e afetiva no processo de significação da nossa vinculação com o tecido vivo da terra. Nosso agir está intermediado por nossas emoções e os mecanismos intersubjetivos que utilizamos para sua materialização em realidades concretas. Autores como Yusoff (2010) e Blok (2017) têm estudado a produção de estéticas políticas das mudanças climáticas. Segundo sua perspectiva, a forma em que sentimentos tais como nostalgia, perda, esperança ou compaixão são mobilizados através de imagens e artefatos está intrinsecamente relacionada com formas de posicionamento político no contexto das sociedades de risco (BECK, 2010). O conjunto dessas

experiências estéticas tem um marcado componente expressivo, mas é principalmente o resultado de experiências cotidianas criadoras de sentido.

Com a invenção do termo Antropoceno, essas questões adquirem uma maior relevância. Latour (2012) já tinha alertado sobre os perigos decorrentes da desconexão com a natureza, num contexto de capitalismo avançado em que o progresso tecnocientífico² e a ideologia do crescimento econômico sem limites levaram a crer que a excepcionalidade humana era um fato indiscutível (TSING, 2020). O químico Paul Crutzen foi um dos primeiros pesquisadores científicos a difundir o termo Antropoceno, que ele define como uma era geológica dominada inteiramente por nossa espécie (CRUTZEN e STOERMER, 2000; CRUTZEN, 2006). Trata-se de um momento geohistórico caracterizado pelas mudanças rápidas e profundas que acontecem na biosfera, e cuja causa é eminentemente humana. No Antropoceno, um dos principais elementos da transformação acelerada do planeta foi a disposição e controle da natureza, a qual é considerada como "o grande exterior das atividades humanas", um armazém que nos fornece matérias-primas inesgotáveis e gratuitas.

Porém, com o incremento das publicações no campo dos Estudos Críticos sobre o Antropoceno, o pensamento fácil sobre esse período resultou ser muito problemático. Os assim chamados efeitos colaterais da nossa presença no planeta, e o tipo de respostas tecnocratas e burocráticas que

². Para a modernidade ocidental europeia, o progresso tecnocientífico é indissociável das noções de modernização, crescimento e desenvolvimento. Na medida em que a produção de artefatos e conhecimentos científicos e tecnológicos possibilitam diferentes avanços em áreas da economia e da organização do trabalho, a vida social e cultural dos seres humanos fica separada da natureza, entendida em contraposição à noção de humanidade. O progresso se constitui como uma dimensão do bem-estar material dos seres humanos, em detrimento do equilíbrio ecossistêmico que precisa ser estabelecido a partir dos arranjos com outras formas de vida e entidades não humanas. Ainda assim, cabe questionar o "anthropos" do Antropoceno. Pensado desde o singular, o conceito continua a desconhecer as possibilidades de realização da vida e da (co)existência multiespécies para além das margens da modernidade ocidental. Isto é, a negação de outras cosmologias, ontologias e saberes que criam sentidos diferentes e contrapostos, às vezes em clara resistência, ao pensamento moderno ocidental; assim como as formas históricas de colonização, dominação e expropriação causantes da pobreza e a miséria de uma importante maioria de coletivos humanos no percurso dos últimos séculos. Uma aproximação a essa reflexão desde a colonialidade do poder e as relações históricas entre o projeto da modernidade europeia e América Latina pode ser consultada em Quijano (2005).

elaboramos para sua superação, fazem pensar que algo mudou na nossa percepção das catástrofes provocadas por nós mesmos. Latour e Leclercq (2016) se referem a esse fenômeno de modo poético, ao considerar que se trata da perda do sublime. Stengers (2015) vai além, para dizer que o que se perdeu foi a nossa capacidade de reagir conjuntamente. Para a filósofa e historiadora belga, a principal tragédia de nosso tempo é a dificuldade que os seres humanos têm para criar coalizões com outros atores não humanos, o que origina um enfraquecimento da capacidade coletiva para imaginar futuros possíveis que sejam distintos ao cenário atual de guerras, injustiças e extinções.

Como nos reinscrever na natureza, se continuamos a considerar que ela é uma entidade separada? Ou, nas palavras instigantes de Mbembe (2016), o que é isso que precisamos para criar espaços íntegros de vida, através dos quais seja possível a reparação do mundo que todos habitamos? Para Stengers (2015), uma via factível está na arte de ter cuidado, o que implica também as diferentes formas de resistência aos sistemas econômicos que reproduzem a iniquidade, a injustiça e a vulnerabilidade socioambiental. Para Yussof (2010), se trata de fazer efetiva uma distribuição equilibrada do sensível. Latour (1999) o define como a necessidade, quase um imperativo ético, de deixar-nos surpreender pelas expressões diárias de recriação da vida em todo tipo de cenários, desde os jardins domésticos até as grandes reservas florestais.

Neste ensaio se argumenta que o Antropoceno também pode ser utilizado como registro simbólico para problematizar a confiança cega em horizontes de futuro baseados em narrativas de progresso tecnocientífico linear e apolítico; e não apenas como uma simples constatação de uma época geológica com predomínio do humano. Consideramos que o surgimento da Covid-19 marca um momento histórico significativo para tensionar o nosso modo de conceber e proceder no Antropoceno. Com a pandemia e suas consequências socio-sanitárias e ambientais, ficou claro que o Antropoceno representa a confirmação do impacto que as

ações humanas têm na biosfera, mas também significa um lembrete da nossa fragilidade como espécie. Os primeiros meses da pandemia, e o isolamento instaurado pela intervenção governamental, fizeram emergir histórias de desesperação e tragédia humana no mundo, ao tempo que também emergiram pequenos atos de solidariedade, empatia e beleza, diante o desastre, a pena e o sofrimento. Muitas dessas manifestações envolveram a outras espécies, fato que não passou inadvertido pelas as equipes de pesquisa em estudos multiespécies (ARONSSON e HOLM, 2020).

O presente ensaio propõe tensionar um paradoxo da emergência sanitária provocada pela pandemia: o ressurgimento da vida selvagem, na forma de avistamentos de espécies da fauna silvestre em espaços de intensa atividade humana durante os primeiros meses do confinamento social. Através da articulação de relatos sobre experiências acontecidas na Costa Rica, o objetivo é gerar uma reflexão crítica sobre possíveis implicações ético-políticas e pedagógicas dos avistamentos nos primeiros meses da pandemia (março a julho de 2020) e sua relação com o desenvolvimento de programas públicos de proteção da biodiversidade. Argumenta-se que os avistamentos podem influir na reconfiguração de geografias mais que humanas, na medida em que essas vivências alteram a percepção humana sobre as paisagens e o modo de experimentar a coexistência multiespécies em tempos de crise.

Este documento se estrutura em cinco seções. A primeira delas corresponde a esta introdução. A segunda seção é usada para estabelecer alguns parâmetros da estratégia metodológica que acompanhou a elaboração do manuscrito. A terceira e a quarta seção incorporam relatos distintos sobre experiências de avistamento de animais silvestres, para refletir sobre suas implicações ontológicas e a relação com programas públicos de proteção da biodiversidade. Por último, na seção cinco se disponibilizam algumas considerações finais.

II. Uma digressão de índole metodológica–conceitual

A metodologia de pesquisa utilizada na elaboração deste ensaio incluiu a revisão documental da imprensa escrita (formato digital), e a consulta a especialistas. Com respeito à primeira estratégia, esta foi feita de forma digital durante os dias 5 e 22 do mês de setembro do 2021. Se utilizou as ferramentas de busca da internet, neste caso através do buscador Google, para estabelecer os critérios de interesse. A busca foi programada para identificar somente as páginas escritas no idioma espanhol, considerando unicamente as informações produzidas por imprensa costarriquenha. O intervalo de busca foi personalizado para recuperar aqueles resultados de notícias publicadas entre a primeira semana do mês de março e a última semana do mês de julho. A seleção desse período está baseada na data de detecção do primeiro caso positivo (confirmado) de Covid-19 na Costa Rica (acontecido o dia 06 de março do 2020 e a duração da primeira fase do confinamento social decretada pelas autoridades do Governo. O critério de busca incluiu as palavras-chave (no idioma espanhol): “Avistamentos+animais+pandemia+Covid-19+Costa Rica”.

A partir dos resultados obtidos, se revisou de forma manual o conteúdo das informações para identificar aquelas notícias que oferecem maior detalhe dos avistamentos. Considerando que o objetivo do artigo não é fazer uma análise quantitativa das publicações, se optou por escolher os casos dos coiotes e as antas, por ter recebido uma maior cobertura midiática. Assim, foi possível identificar que os jornais nacionais que publicaram notícias mais detalhadas dos avistamentos são: La Nación, CR.com e AMPrensa. Outras fontes, como os jornais universitários Semanario Universidad (da Universidad de Costa Rica) e Hoy en el TEC (do Instituto Tecnológico de Costa Rica) também publicaram informação dos avistamentos. No caso dos avistamentos nas áreas silvestres de conservação, o meio de notícias virtual do Ministério de Comunicação da Presidência do país também brindou informações que incluíam consulta de experts e entrevistas com funcionários que brindam atendimento nesses espaços de conservação. Também é importante

mencionar que foram consultadas num segundo momento notícias sobre avistamentos publicadas durante os meses de janeiro e fevereiro, isto porque durante esse período alguns dos jornais acima mencionados brindaram novos relatos sobre o acontecido em relação aos avistamentos durante os primeiros meses da pandemia.

Com respeito à consulta de especialistas, consultou-se o critério pessoal, opiniões e percepções gerais de funcionários públicos do Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC, por suas siglas em espanhol), responsáveis diretos no processamento das informações obtidas dos avistamentos. Neste caso, as pessoas consultadas são profissionais em biologia que fazem parte do Departamento de Coordenação Nacional em Pesquisa da SINAC e da Unidade de Seguimento da Estratégia Nacional de Biodiversidade dessa mesma instituição.

As perguntas feitas aos especialistas foram: 1) Como afetou a pandemia as visões dominantes nas políticas de conservação da vida silvestre? 2) Durante o período de maior número de avistamentos, o que foi o mais surpreendente? Que novo conhecimento obtiveram sobre os comportamentos das espécies avistadas? Mudou alguma certeza que vocês tinham considerado previamente? 3) A pandemia e os avistamentos no período do isolamento social estão contribuindo para melhorar as políticas de proteção e a fortalecer o pensamento conservacionista em geral? De que forma? 4) Pode-se considerar que os avistamentos casuais, que aconteceram fora das ASP (Áreas Silvestres Protegidas), contribuem para criar maior sensibilidade social sobre as espécies envolvidas e a proteção da biodiversidade?

Chegados a este ponto, é necessário esclarecer algumas questões que derivaram das notícias revisadas. Primeiramente, numa maioria importante dos avistamentos não existiu interação direta entre o animal e as pessoas que estavam presentes no momento. É de supor que um contato mais próximo teria produzido algum tipo de reação imprevista no animal silvestre, como fugir ou, inclusive, a busca de alguma forma de defesa. Uma segunda questão relevante é

que, na maior parte dos casos, a primeira reação das pessoas foi utilizar os meios tecnológicos à disposição para documentar o avistamento. No caso dos avistamentos acontecidos nas áreas silvestres protegidas, o uso dos equipamentos de gravação é frequente e tido como um processo comum das práticas conservacionistas. Não obstante, o uso das câmeras de telefone celular é particularmente chamativo nos avistamentos casuais que tiveram pessoas sem relação com estas áreas. As gravações dos avistamentos se tornaram virais através dos meios de comunicação e das redes sociais. Isso provocou que outras pessoas que também moram perto das zonas de avistamento se interessassem em obter algum tipo de registro pessoal dos avistamentos. Do mesmo modo, as gravações que foram feitas pelos equipamentos de segurança domésticos nos bairros urbanos das cidades, provocaram alerta entre os moradores dos condomínios³, o qual fez incrementar a interesse no modo de vida e comportamento das espécies avistadas.

Segundo um comunicado oficial do Ministério da Presidência do Governo da Costa Rica (Ministerio de Comunicación, 2020), só nos primeiros cinco meses desde os inícios da pandemia foram reportados mais de 4000 avistamentos de animais silvestres no país, os quais envolvem ao menos 224 espécies, principalmente mamíferos de grande tamanho, aves e alguns anfíbios. Uma grande maioria desses avistamentos aconteceram em alguma das 14 Áreas silvestres protegidas (ASP) que fazem parte de um projeto de monitoramento da vida silvestre implementado pelo Programa nacional de monitoramento ecológico (PRONAMEC, por suas siglas em espanhol), cujo organismo responsável é o Ministério do ambiente e da energia (MINAE, por suas siglas em espanhol) da Costa Rica. O relato dessas experiências é apresentado na próxima seção, ao mesmo tempo em que se faz uma breve alusão ao avistamento de

³. Na Costa Rica, os prédios de apartamentos não são muito frequentes. Só na última década eles têm se popularizado entre a população e ficam especialmente no centro das cidades mais populosas. Os condomínios, pelo contrário, têm se convertido numa solução de habitação para as famílias de classe média que moram nas zonas residenciais dos subúrbios. Muitas dessas zonas são de urbanização recente e ficam nas proximidades das áreas rurais ou das extensões agrícolas que são utilizadas pelos animais silvestres como rotas de passagem entre habitats ou como territórios de caça e alimentação.

baleias-jubarte nas proximidades de Playa Flamingo (Praia Flamingo), localizada na província de Guanacaste, o qual é um dos destinos turísticos mais importantes do país.

Os avistamentos de animais silvestres em lugares fora das ASP têm a particularidade de terem se produzido em ambientes menos controlados. Muitos desses avistamentos duraram apenas uns poucos segundos, o que faz com que a intensidade do momento seja relatada pelas pessoas que participaram como um acontecimento significativo na sua vida. Estas experiências tiveram o maior impacto na população do país. Na seção quatro, realiza-se uma reflexão a partir dos avistamentos de coiotes em duas zonas residenciais da região conhecida como Gran Área Metropolitana.

Ao tratar-se de um ensaio exploratório, é importante esclarecer que as discussões trazidas buscam abrir novas perguntas de pesquisa que permitam continuar aprofundando a discussão sobre o cuidado multiespécies na Costa Rica. Nesse sentido, as principais limitações da estratégia metodológica se encontram no caráter subjetivo das questões levantadas pelos especialistas consultados. Em alguns casos, a opinião ou o parecer pessoal não corresponde ao critério e visões institucionais, isto traz para a discussão uma dimensão valorativa que contribui para identificar espaços laxos na práxis institucional e a pertinência de discussões públicas que ainda não foram colocadas no âmbito da elaboração de instrumentos de política.

No que diz respeito à revisão documental, uma limitação considerável é a ausência de questionamentos sobre interligações entre a questão ambiental, a pandemia e os comportamentos da vida silvestre. Neste sentido, as notícias consultadas utilizam uma abordagem informativa sobre os avistamentos que não oferece dados suficientes sobre os ambientes em que as ecologias ferais e os entramados multiespécies são atingidas pela crise sociossanitária derivada da pandemia. Nesse caso, os cenários têm sido constituídos e pensados a partir do referencial teórico, o que pode contribuir para invisibilizar outras dimensões da discussão

sobre biodiversidade e questão ambiental que precisam ser feitas, principalmente o relacionado às políticas de planejamento e desenvolvimento urbano.

Também não é possível assegurar que os avistamentos contribuíram para uma melhora da formulação de políticas sobre proteção e conservação da biodiversidade. Em todo caso, o que sim é possível aprofundar a partir dos relatos de avistamentos é um tipo de resposta coletiva que parece mudar os significados atribuídos tradicionalmente às espécies silvestres. A partir disso, se torna factível a reflexão sobre a possibilidade de pensar em termos de ontopolíticas que vai além das mudanças institucionais ou das configurações sociotécnicas que estão por trás das ações de conservação convencional nas áreas silvestres protegidas e outros espaços de proteção da biodiversidade controlados pelo Estado.

III. Monitoramento ecológico. Cuidado multiespécies ou biopolítica da conservação?

As primeiras experiências de avistamento de espécies de fauna silvestre durante os primeiros meses da pandemia aconteceram em ASP, e são o resultado da ação direta da política pública. Foi devido ao fechamento dos sítios de visitação, principalmente parques nacionais e reservas naturais, como medida para reduzir a disseminação do vírus do SARS-CoV-2, causante da doença da Covid-19, que o MINAE, através do PRONAMEC, implementou um estudo em 14 ASP, com o objetivo de monitorar possíveis mudanças dos padrões de comportamento das espécies de animais silvestres como consequência da redução dos visitantes humanos.

Os especialistas consultados indicaram que o estudo de campo teve uma duração maior aos 140 dias (o monitoramento se realizou entre os meses de maio até junho de 2020, aproximadamente), e durante esse período foi possível avistar 224 espécies, com ajuda de câmeras ocultas

que foram instaladas em sítios estratégicos e rotas de passagem dos animais. Registrou-se ao menos quatro mil avistamentos que envolvem mais de 200 espécies de aves e 24 mamíferos, entre outros grupos. Com a informação produzida, o PRONAMEC iniciou uma segunda fase do projeto, ainda em andamento, que tem como objetivo a tabulação e análise dos dados obtidos até agora, e dessa forma melhorar os planos de gestão e conservação da vida silvestre que remontam aos tempos anteriores à Covid-19.

Alguns dos resultados da primeira etapa apresentaram descobertas relevantes para a equipe da pesquisa. A diminuição da presença humana nas áreas silvestres de proteção favoreceu o avistamento de espécies que não são facilmente observáveis em condições normais (isto é, com fluxos de visitação constantes). Embora os meios de comunicação e as redes sociais tenham dado uma maior cobertura ao avistamento de antas⁴ (*Tapirus bairdii*) (Figura 1), segundo as informações dos especialistas consultados, os avistamentos que causaram maior interesse para as pessoas envolvidas no estudo foram aqueles que tiveram como protagonistas os “*monos capuchinos*”⁵ (*Cebus capucinus*), na floresta do Parque Nacional Manuel Antonio, situado na província de Puntarenas (Região Pacífica da Costa Rica).

⁴. Outras espécies de fauna silvestre avistadas durante a implementação desse projeto, que também foram amplamente comentadas pelos meios de comunicação nacionais, são: *Tayassu pecari*, *Pecari tajacu*, *Panthera onca*, *Ara ambiguus*, *Odocoileus virginianus* e inclusive algumas espécies de tartarugas terrestres.

⁵. Na Costa Rica, termo pelo qual se conhece os macacos-prego-de-cara-branca.

Figura 1. Avistamento de animais com câmeras ocultas em áreas silvestres protegidas. Primeiros meses de 2020.



Uma anta utiliza uma trilha destinada aos visitantes humanos no Parque Nacional Tenorio, situado na Zona Norte de Costa Rica. A imagem viralizou nas redes sociais. Fonte: Ministério do Ambiente e da Energia de Costa Rica, 2020.

Os avistamentos dessa espécie de macaco chamaram a atenção dos pesquisadores pelo paradoxo das circunstâncias. Com anterioridade à pandemia, a presença desses animais em praias de uso público dentro do Parque Nacional era muito frequente. Eles ficavam nas proximidades da praia para procurar / roubar alimento dos turistas. Porém, com a diminuição da visitação humana, os *monos capuchinos* voltaram para a área florestal de Manuel Antonio, e dessa forma foram gravados pelas câmeras ocultas instaladas nas zonas menos acessíveis. Para os pesquisadores consultados, isto é um indicativo de que as espécies de fauna silvestre podem recuperar, até certo ponto, seus padrões de comportamento naturais e os usos dos habitats originais no caso de restringir ou moderar de forma definitiva o acesso de pessoas às áreas silvestres de proteção.

Com a implementação do estudo também emergiram outras questões que ainda precisam de maior problematização. A primeira delas está relacionada com a aparente

incongruência entre a expectativa dos pesquisadores e a resposta pública diante a socialização dos resultados da primeira etapa do estudo. Em relação à pergunta “Durante o período de maior número de avistamentos, o que foi o mais surpreendente?”, para os pesquisadores os avistamentos não demonstram um “evento extremamente importante”, considerando que os encontros com animais silvestres são uma prática relativamente habitual em certos sítios (principalmente nas comunidades rurais que ficam nas proximidades das ASP), e em épocas e condições determinadas. Então, o que faz que o público leigo tenha se mostrado particularmente instigado pelas imagens que apresentam esses animais? É a difusão midiática de reportagens sobre avistamentos um fenômeno urbano? Se for este o caso, quais são as implicações desse novo conhecimento para campos de estudo como a geografia da conservação e a ecologia urbana? Um fator que pode ter contribuído para isso foi o tipo de narrativas adotadas pela imprensa, principalmente a escrita (formato digital). Por exemplo, em alguns dos artigos de periódico revisados, o relato das experiências de avistamentos acontecidas fora das ASP, contém informações do tipo: “No caso de se encontrar com um coio nos Campi não deve interagir com o animal. Afaste-se do lugar e informe aos encarregados da segurança” (UMAÑA, 2021, tradução livre), “Cuidar os animais de estimação e fazer uma boa disposição da lixeira são aspectos-chave diante da presença dos animais silvestres” (LARA, 2021, tradução livre). Essas descrições e informações, cuja intencionalidade é gerar medo e temor entre a população humana, ao invés de instruir ou educar, não só impedem que a interação entre os humanos e os animais seja possível, na medida em que mobilizam argumentos para obstaculizar qualquer tentativa de aproximação, mas também geram preconceitos e mal-entendidos com relação ao que o animal realmente é e o tipo de comportamentos que o caracterizam realmente.

No que diz respeito às práticas institucionais da proteção da vida silvestre na Costa Rica, experiências como a apresentada pelo PRONAMEC permitem problematizar outros elementos. Entre eles, é possível visualizar a adoção de uma

abordagem legalista na gestão pública da vida silvestre (CLEMENT e STANDISH, 2018). Assim, existem algumas premissas básicas que não foram questionadas até agora pelos encarregados desse programa. Um dos informantes mencionou que Costa Rica tem um dos marcos regulatórios sobre proteção da vida silvestre mais restritivos da América Central. Atualmente, encontra-se vigente a Lei sobre Conservação da Vida Silvestre N°. 7317 e suas mais recentes reformas, e o novo Regulamento à Conservação da Vida Silvestre (Decreto Executivo N°. 40548), publicado no ano de 2017.

As visões que predominam nesses instrumentos são de caráter regulatório e punitivo (INGRAM et al., 2019). A flora e a fauna silvestre são considerados bens de domínio e interesse público, portanto são objeto de implicações legais que poderiam se materializar no caso de não serem atendidas as disposições legais estabelecidas por parte da cidadania. Outra premissa básica é a assunção de que a proteção da flora e da fauna silvestres acontece *in situ*, ou seja, dentro das ASP, de modo que não se tem um controle público adequado sobre as espécies cujos habitats não se encontram em territórios protegidos legalmente. Em consequência, tem emergido uma série de conflitos com atores privados que participam em práticas de conservação *ex situ* (zonas naturais não protegidas legalmente), as quais são catalogadas pelos funcionários públicos como ilícitas ou incorretas. Esse é o caso, por exemplo, dos centros de resgate, os zocriadeiros (centros controlados por criadores de animais) e, inclusive, os zoológicos. Para os especialistas consultados, este tema merece uma maior discussão pública. Não obstante, até agora o país tem focado sua atenção em outros âmbitos e instrumentos da agenda ambiental, sendo o desenvolvimento da Estratégia nacional de bioeconomia e o Programa de pagamento por serviços ambientais alguns dos mais destacáveis.

Outro tema de interesse é o reforço do uso das tecnologias na prática da conservação durante a pandemia da Covid-19 (CHAKRABORTY et al., 2020). Embora se tenham criado dois protocolos para garantir a gestão da vida silvestre (*in situ e ex*

situ), assim como diferentes medidas para melhorar a gestão pública da proteção da vida silvestre, entre elas, o projeto de monitoramento da vida silvestre, ao que tudo indica nenhuma das novas iniciativas têm contribuído para modificar as abordagens e as práticas convencionais até agora. Em contraste, as experiências obtidas durante a primeira fase do estudo reafirmaram a utilidade das interfaces tecnológicas como uma das estratégias-chave nas práticas de conservação nas 14 ASP participantes.

Diante da pergunta: “Quais tipos de implicações ético-políticas e pedagógicas podem ter o uso da tecnologia e como poderia afetar o desenvolvimento abrangente da gestão pública da biodiversidade, especialmente para a preservação das espécies silvestres e a coexistência pacífica com os humanos?”, os especialistas consultados se mostraram cautelosos para responder.

Por outro lado, cabe destacar que num estudo recente sobre tecnologias e estratégias de vigilância aplicadas nas políticas de conservação em diferentes regiões do mundo, Adams (2019) se questiona sobre os significados e os efeitos do que ele chama de “conservação através de algoritmos”. Embora sua pesquisa tenha sido feita anteriormente à emergência da Covid-19, o estudo resulta altamente instigante pelo olhar crítico do autor em relação ao uso da tecnologia em esquemas de proteção da biodiversidade. O argumento mobilizado por Adams é simples: o amplo repertório de tecnologias de seguimento e vigilância da vida silvestre (satélites, câmeras, drones) que está sendo implementado nas práticas conservacionistas ao redor do mundo, tem implicações importantes para a compreensão do cuidado das espécies não humanas (Adams, 2019). Embora o olhar geográfico de Adams seja principalmente antropocêntrico, ele consegue mobilizar alguns elementos relevantes das geografias-mais-que humanas (BRAUN, 2005; BARUA e SINHA, 2019), para questionar quatro dimensões nas quais a tecnologia da conservação multiespécies produz efeitos que não são sempre positivos.

O autor identifica como uma das implicações mais importantes a forma com que um conhecimento detalhado das dimensões espaciais que circunscrevem aos habitats das vidas não humanas influi na demarcação e no controle rígido dos espaços de conservação. Em segundo lugar, a forma com que políticas de vigilância em áreas silvestres são utilizadas para controlar os usos arbitrários desses territórios, por exemplo, por parte de caçadores, mas também por camponeses, povos indígenas, e comunidades locais, se convertendo em mecanismos punitivos de coerção conservacionista⁶. Terceiro, a forma com que tais tecnologias favorecem a invenção e a mercantilização de uma natureza espetacular, e, quarto, a forma com que a digitalização dos dados provenientes dessas tecnologias aplicadas às práticas de conservação contribuem à automatização das decisões em matéria de política de proteção da biodiversidade (Adams, 2019). Embora as quatro dimensões sejam consideradas como críticas para o estudo das políticas ambientais, e das políticas de proteção da vida silvestre em particular, para efeitos dos argumentos expostos neste ensaio, as questões três e quatro resultam muito instigantes para pensar a forma com que os elementos tecnocientíficos

⁶. No contexto desta reflexão, o termo "uso arbitrário" utilizado pelo autor pode ser entendido como um uso indevido ou inadequado; em todo caso, trata-se de um uso diferente ao permitido pela regulação nas áreas silvestres protegidas. O foco da questão, segundo o autor, é a criminalização de qualquer outro uso que seja distinto ao estabelecido pela legislação e as políticas vigentes. O risco desta perspectiva é o fato de que os usos associados com práticas ancestrais e tradições culturais das comunidades indígenas e locais cujos territórios estão superpostos dentro dos limites das ASP, sejam equiparados com práticas criminais, como a caça ilegal ou a incursão de pessoas com fins de extração e comercialização de recursos naturais. Com isto, o autor pretende dizer que ao considerar como práticas ilegais todas aquelas que não estão consideradas pela legislação, os usos de povos indígenas e de outras comunidades podem ser percebidos como atividades irregulares que podem ser objeto de alguma sanção punitiva. Na Costa Rica, a participação da Mesa Nacional Indígena no processo de consulta pública para a elaboração da Estratégia Nacional de Biodiversidade, por exemplo, foi pensada para considerar de forma abrangente a importância dos povos indígenas e das comunidades locais no manejo compartilhado das áreas de conservação, com isto se busca reconhecer de forma explícita que as visões cosmogônicas dos povos indígenas são um elemento chave para impulsionar o diálogo interinstitucional sobre o imaginário da sustentabilidade trazido pelo governo e o aparato institucional do Estado. O propósito é mudar a concepção sobre as práticas dessas comunidades no imaginário da esfera estatal e propor mecanismos operativos e lineamentos que garantissem o cumprimento dos princípios consignados nos direitos dos povos indígenas, o desenvolvimento autônomo e as concepções de bem viver. Desse modo, a construção da Estratégia Nacional de Biodiversidade coloca no centro da construção participativa a visão indígena de comunidade e de natureza, para assim desenvolver um mapeamento de ações para a promoção de usos culturais de conservação indígena ainda em andamento (MESA NACIONAL INDÍGENA, 2017). Embora esses processos estejam longe de ser versões acabadas, não há dúvida que os esforços feitos estão possibilitando uma maior representação política.

condicionam o discurso e a metodologia da proteção da biodiversidade num país como a Costa Rica.

É indiscutível que a adoção de interfaces tecnológicas pelas políticas públicas em favor da conservação tenha, em princípio, uma intencionalidade positiva. Como já argumentado por Verma et al. (2016), a provisão de dados através de recursos tecnológicos permite melhorar a eficácia das ações em favor da proteção da biodiversidade. Não obstante, também é certo que um tratamento adequado dos instrumentos não se traduz de forma automática em formas de conhecimento aprofundado sobre as condições de vida que fazem parte dos emaranhados multiespécies e de suas múltiplas interações. Contudo, para aceder a um conhecimento desse tipo se requer uma compreensão abrangente sobre as *ecologias ferais*, cujo caráter dinâmico e contingente desestimula com facilidade qualquer atividade de gestão baseada em noções de certeza e saber absoluto (WYNNE-JONES et al., 2020).

Os recursos tecnológicos proporcionam determinada informação genérica que favorece as análises preditivas (AUGUST et al., 2015), e contribuem para gerar evidência mais robusta que pode ser importante durante processos de tomada de decisões e para o engajamento governamental em ações de proteção que seguem uma trajetória de mudança linear (SUTHERLAND et al., 2004; LEACH et al., 2018). À medida que aumenta a confiança na capacidade técnica destes mecanismos para prever —e dessa forma, também planejar— certo tipo de futuros possíveis por sobre outros (LÖVBRAND et al., 2015), também se deixa de lado a relevância do pensamento reflexivo crítico (por exemplo, o trazido pelas ecologias políticas afetivas) (SINGH, 2018), que ajudaria a superar as visões da biodiversidade concebidas como uma entidade única e carente de agenciamentos próprios.

Segundo Adams (2019), a “conservação através de algoritmos” contribui para a continuidade do exercício do poder tecnocientífico sobre a biodiversidade. As práticas de conservação baseadas nesta visão instrumentalizam a tarefa

do funcionário público e tornam a adoção de certas práticas coercitivas em fatos legítimos, que inclusive podem parecer irracionais diante de certos cenários específicos. Assim, “conservação através de algoritmos” representa também um sistema de governança que dispõe e organiza as espécies e os ecossistemas, mantendo-os dentro de limites preestabelecidos, em termos de estado e localização. Essa governança é igualmente extensiva aos seres humanos, dado que a “conservação através de algoritmos” ajuda a determinar quem pode (e quem não pode) usar, transformar ou até matar nas áreas silvestres protegidas.

A invenção e a mercantilização de uma natureza espetacular se refere à capacidade da “conservação através de algoritmos” de tornar as vidas dos não humanos produtos comerciais para vender uma sensibilidade supérflua em relação à natureza, que não altera em nada o ritmo da degradação que afeta a biodiversidade. Até um certo ponto, isto aconteceu com o avistamento de baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) nas proximidades de Playa Flamingo (Praia Flamingo), localizada na província de Guanacaste, que é um dos destinos turísticos mais importantes do país. Moradores da zona, com ajuda de telefones celulares, conseguiram gravar alguns indivíduos da espécie quando brincavam com as crias a uma pouca distância da linha costeira. Os avistamentos rapidamente foram utilizados como justificativa das organizações locais de turismo a fim de pressionar o governo para flexibilizar as restrições sanitárias que regulavam a afluência massiva de turistas durante a pandemia. Como resultado das atividades econômicas em auge, o setor de Praia Flamingo experimentou um grande desenvolvimento de infraestrutura hoteleira e portuária nos últimos anos, que alterou a paisagem natural e deslocou a fauna silvestre para as zonas florestais vizinhas.

Efetivamente, a presença desses animais na proximidade da praia tem a ver com a diminuição da chegada de turistas, mas responde principalmente à interrupção do tráfego marítimo, que inclui tanto barcos pesqueiros quanto cruzeiros. Porém, esse fato não provocou nenhum tipo de reflexão

pública. Poderia se indicar que a visão da natureza espetacular é o inverso do projeto de recuperação do sublime que propõe Latour (1999), e o motivo pelo qual os resultados do estudo feito pelo Programa de Monitoramento Ecológico não tenham surpreendido “o suficiente” aos pesquisadores envolvidos. Embora as tecnologias de seguimento e vigilância da vida silvestres sejam capazes de contribuir para a criação de redes de cuidado baseadas na identificação de tipos de animais específicos⁷, também é certo que com muita frequência o uso das “imagens espetaculares” de animais silvestres (isto é, expostos em condições que desencadeiam uma forte carga emotiva e/ou emocional), é manipulada pelos imaginários da sustentabilidade ancorados no sistema capitalista (IGOE et al., 2010). Assim, à medida que as práticas de conservação da vida silvestre se alinham aos esquemas de sustentabilidade orientados para o mercado (SULLIVAN, 2012), a biodiversidade é desmantelada por causa do aniquilamento de seus vínculos sociomateriais e a perda significativa de suas capacidades relacionais e performativas.

IV. Do víruceno ao amorceno: possibilidades para uma ecologia urbana dos afetos multiespécies

A interseção entre animais e urbanismo pode ser melhor entendida através do termo atmosferas animais (LORIMER et al., 2019; MUBI BRIGHENTI e PAVONI, 2021). Os processos de urbanização são reconhecidos como fenômenos planetários com escopo global, cujo crescimento irregular se materializa através de diferentes espacialidades e temporalidades, engendrando uma multiplicidade de entrelaçamentos possíveis entre uma diversidade ampla de espécies (TSING, 2015). Os animais são participantes de pleno direito nesses emaranhados, engajando-se na coprodução da realidade, ao mesmo tempo que desencadeiam afetos e contribuem para gerar novo conhecimento sobre o urbano e as cidades (DONALDSON Y KYMLICKA, 2011). Em consequência, os

⁷. Este parece ser o caso da anta, uma espécie considerada em perigo de extinção por causa da destruição de seu habitat e a caça ilegal.

humanos só são uma das partes constitutivas das relações interespécies, em que eles não têm o monopólio sobre as formas possíveis de interação e o controle total destas.

Os avistamentos de coiotes (*Canis latrans*) em bairros residenciais nas províncias de San José e Cartago representam um caso muito instigante para pensar a forma com que a ocorrência de animais selvagens nos centros urbanos, segundo certas circunstâncias contingentes, é capaz de influir —e inclusive transformar— a percepção humana sobre o lugar e a paisagem (VAN EEDEN et., 2019). Todavia, por trás desta ideia se encontram diferentes imaginários sociais sobre o sentido da habitabilidade no mundo ocidental moderno e todo tipo de valorações morais sobre a capacidade dos seres humanos para transformar o espaço geográfico de acordo com suas necessidades, expectativas e anseios.

O primeiro registro de avistamento de coiotes durante a pandemia foi publicado pela imprensa escrita dia 10 de abril de 2020. Trata-se do avistamento de um animal que caminha sozinho pela rodovia Florencio del Castillo, principal rota que conecta a capital, San José, com a província de Cartago (CRHOY.com, 2020). Desde então, os avistamentos têm sido cada vez mais frequentes. As publicações feitas na imprensa escrita (formato digital) durante os meses de janeiro e fevereiro do 2021, por exemplo, fazem um balanço dos avistamentos durante o primeiro ano de pandemia, ao mesmo tempo em que brindam mais detalhes sobre o contexto no qual esses avistamentos estão acontecendo. Isto é particularmente importante porque a informação não se restringe a informar sobre o avistamento como fato isolado. Em vez disso, oferecem-se detalhes sobre as práticas e comportamentos destes animais (PORTAL AMBIENTAL, 2021), e inclusive se chama à população a não ter medo e se estimula a desenvolver estratégias para “naturalizar” os encontros com os animais (PIZARRO, 2021).

A presença de coiotes em bairros residenciais de Vázquez de Coronado, um cantão de San José, a capital da Costa Rica, e em outros sítios da província de Cartago, próximos ao

Parque Nacional Vulcão Irazú (um dos habitats principais da espécie), foi confirmada através de gravações feitas pelos equipamentos de segurança domésticos e de câmeras instaladas nos prédios de algumas instituições públicas (Figura 2), principalmente durante a noite e as primeiras horas do dia (VARGAS, 2020). Esses avistamentos são interessantes por vários motivos.

Figura 2. Avistamento de um exemplar de Coiote no Instituto Tecnológico da Costa Rica, uma das principais universidades do país. Primeiros meses de 2020.



Um coiote caminha em frente ao prédio universitário, no Instituto Tecnológico da Costa Rica. O animal, em companhia de sua matilha, foi capturado pelos equipamentos de segurança da instituição quando procurava alimento nas lixeiras colocadas nas proximidades da rua. Os animais provêm do Parque Nacional Vulcão Irazú, seu habitat natural. Fonte: Instituto Tecnológico da Costa Rica, 2020.

O ressurgimento da vida selvagem nas cidades, durante os primeiros meses do confinamento social, é indicativo de que a pandemia da Covid-19 contribuiu para configurar de maneira significativa as ecologias que vêm emergindo no Antropoceno (KIRKSEY, 2015). Essas experiências não podem ser compreendidas de modo adequado se continuarmos usando fórmulas simples de racionamento, do tipo: “na ausência dos seres humanos...” (narrativa presente em publicações da imprensa, como em SOTO, 2020), para qualificar as circunstâncias ontopolíticas que fazem parte dos eventos. Embora seja verdade que o maior número de

avistamentos ocorreu nos primeiros três meses do ano de 2020, de forma coincidente com o ponto alto do confinamento social, e os encontros tenham sido intermediados pela tecnologia quando as pessoas ficavam dentro de suas casas, a persistência dos avistamentos nos meses seguintes sugere outros tipos de interação simbólica e coexistência que merecem ser problematizados com mais atenção.

A compreensão das reações provocadas pelos avistamentos de animais silvestres, como os coiotes, requer abordagens pós-humanistas nas quais as concepções sobre subjetividade política e agência são elaboradas de forma constante para respeitar as diferentes formas de cognição e a fenomenologia dos animais não humanos (LORIMER et al., 2019).

Os informantes consultados consideram que a difusão midiática de reportagens sobre avistamentos é principalmente um fenômeno urbano. Nas comunidades rurais da Costa Rica, os encontros com animais silvestres são frequentes e vistos com normalidade. Inclusive, muitas das espécies silvestres avistadas pelo PRONAMEC podem ser observadas quando se deslocam entre remanescentes das florestas próximas aos assentamentos humanos ou simplesmente quando descansam nos jardins das casas. Apesar disso, os avistamentos de coiotes nas zonas urbano-residenciais provocaram, no primeiro momento, um sentido de alerta entre os moradores dos condomínios.

Os primeiros relatos recuperados pelos meios de comunicação indicam que as pessoas não deixavam de se perguntar em que condições esses animais seriam capazes de atacar, inclusive morder (como foi registrado por CERDAS, 2020). Outras pessoas estavam mais interessadas em saber se os coiotes podem transmitir doenças como a sarna e a raiva ou, mesmo, a Covid-19. Só depois, o sentido de alerta tornou-se curiosidade, até representar um interesse genuíno em se informar melhor sobre a vida e os comportamentos desses animais.

Até esse momento, os únicos contatos da população urbana com a espécie tinham acontecido em condições de cativeiro. Por conseguinte, o encontro direto só tinha sido efetuado seguindo certas medidas de segurança. Os coiotes só eram uma outra espécie de cães para muitas das pessoas envolvidas nos avistamentos. Para outras, inclusive, os avistamentos estavam associados a ideias sobre uma possível “invasão” da espécie, o que resulta muito sugestivo se levarmos em consideração o significado dado pela biologia ao termo de espécies invasoras⁸. Ao mesmo tempo, é indicativo das crenças erradas que se encontram generalizadas entre as populações urbanas, em relação aos animais silvestres que moram nas proximidades de seus lares. No caso de Vazquez de Coronado, o cantão tem experimentado uma das maiores expansões da fronteira agrícola nas últimas décadas, com o propósito de disponibilizar território para a criação de gado e a produção de algumas hortaliças. Na época anterior à expansão pecuária e urbanística, esse território fazia parte do habitat natural dos coiotes, os quais procuraram refúgio nas poucas florestas ainda disponíveis nos arredores.

O que essas experiências permitem constatar é uma ruptura das categorias dicotômicas a partir das quais construímos conceitos como desenvolvimento, cultura, sustentabilidade e natureza. As primeiras reações dos moradores de Vazquez de Coronado e dos bairros residenciais próximos ao Parque Nacional Vulcão Irazú dão conta da forma com que essas noções começam a se desconstruir diante de circunstâncias contingentes. Assim, para muitas das pessoas envolvidas nos avistamentos, os centros urbanos representavam esquemas de urbanização conformados exclusivamente por seres humanos e por espécies não humanas domesticadas. A irrupção do selvagem provocou alerta porque implicava a necessidade de reordenar categorias como rural/urbano e selvagem/civilizado num contexto que alterava a percepção do cotidiano e do “familiarmente conhecido” quase por completo. São as implicações ético-políticas e pedagógicas

⁸. O termo “espécie invasora” é utilizado para identificar plantas e animais que provocam o deslocamento de espécies nativas e atacam os cultivos e a vegetação autóctone, assim como os micróbios que causam doenças nos humanos e em outras espécies (WILSON, 2017).

deste “familiarmente conhecido” que precisam ser refletidas com maior urgência.

De forma contrária, a revisão documental da imprensa escrita (formato digital), permite constatar que os avistamentos da fauna silvestre nas áreas silvestres protegidas foram celebrados de forma positiva desde o início porque eles remetem a sentimentos de nostalgia que emergem quando se evoca um espaço do qual se tem saído irremediavelmente, um passado sem retorno. Desse modo, as imagens dos avistamentos de coiotes se apropriando dos centros urbanos são, pelo menos, estéticas incongruentes da aparente separação humano/animal.

Outros dos aspectos que maior assombro provocou nos informantes consultados foi a rapidez com que animais “confinados” às áreas silvestres protegidas se deslocaram para as cidades. Ao contrário do informado pelos meios de comunicação, os animais estavam em bom estado de saúde e não se encontravam com fome no momento dos avistamentos. A saída do habitat não responde exclusivamente à busca de alimento. Esses animais não estavam cedendo simplesmente a um instinto biológico, em vez disso, faziam uso pleno de seus agenciamentos, queriam explorar ou distrair-se com um passeio noturno.

Compreender isto é central para a reflexão sobre ontopolíticas de co-habitabilidade e (co)existência espaço-temporal com outras espécies. Pensar a proteção da biodiversidade para além da concepção moderna sobre a natureza implica aprender a reconhecer as diferenças entre os estatutos ontológicos das espécies e respeitá-los.

Se quisermos aprender com o que aconteceu durante o confinamento social provocado pela pandemia da Covid-19, uma das lições mais instrutivas é justamente a importância de mobilizar os recursos afetivos e emocionais necessários para garantir novos arranjos multiespécies que resultem vantajosos para a totalidade dos envolvidos (HARAWAY, 2018). Ainda assim, gostaríamos de tensionar alguns dos argumentos expostos por Haraway (2020) em relação à

criação de parentesco. Em nosso entender, o fato de que esta autora considere o ressarcimento de uma determinada ecojustiça como uma condição necessária para a reconstituição de refúgios de vida e a construção de ambientes seguros está relacionado principalmente com políticas de representação do Antropoceno, que resolvem o problema da depredação ecológica só de forma parcial.

Embora os danos provocados ao corpo vivo da terra ganham visibilidade e são contestados através de manifestações humanas de cuidado e de preocupação genuína com outras espécies atingidas pela degradação socioambiental, o problema não acaba com a preocupação intelectual virando uma expressão sensorial tangível. Entendido desse modo, a criação de parentesco é uma mudança de ordem subjetiva e ética em nosso modo de relacionamento com outras espécies que pode ter efeitos igualmente adversos e patologizantes para múltiplas espécies —e aqui também poderíamos falar de entidades— com as quais não é possível estabelecer políticas de proximidade ou formas de convivência íntima sem fazer alteração de seus ecossistemas. Aqui, o conceito de espécies companheiras perde potência para descrever tipos de reparação ecológica que precisam ser feitos “em ausência dos seres humanos”.

Até que ponto a desobediência daqueles animais silvestres que protagonizaram os avistamentos em espaços não dispostos para eles (segundo o critério dos guarda-parques e do pessoal técnico da SINAC), sugere os limites das tecnologias de conservação e sua capacidade relativa para dar conta das vidas íntimas de espécies não humanas em circunstâncias contingentes? Será que a “conservação através de algoritmos” está contribuindo para a artificialização dos ecossistemas nas áreas silvestres protegidas e gerando um falso conhecimento sobre os agenciamentos dos animais não humanos e sua intuição para adaptar-se aos contornos da crescente crise ecológica? Pode isso provocar a emergência de novas camadas de vulnerabilidade e risco ambiental? Com certeza, o foco destas questões é controvertido e está sujeito a debate.

Bekoff (2015) também desenvolve uma perspectiva útil para continuar problematizando os diferentes significados do “familiarmente conhecido”, que não é excludente da apresentada por Donna Haraway. O autor faz referência a um processo de transformação pessoal, o qual consiste em “*rewilding*” os corações. O termo é de difícil tradução para a língua portuguesa. Porém, quer indicar um tipo renovado de engajamento individual, através do qual é possível mudar a forma antropocêntrica e utilitária na que interagimos com outras espécies e seus ecossistemas. Se aplicarmos o pensamento de Bekoff às ontopolíticas do cuidado em ecologias urbanas emergentes, deveríamos nos perguntar o que podemos fazer para criar e amadurecer emoções positivas, como a empatia e a compaixão, a partir de práticas de convivência com animais com os quais não reconhecemos nenhum tipo de carisma (LORIMER, 2007). Não se trata de domesticar o feral, mas sim de continuar desconstruindo as narrativas antropocêntricas que concebem as cidades como ecossistemas criados por e para seres humanos, em que os animais aparecem como simples suplementos decorativos, parasitos molestos, pragas indesejáveis ou depredadores perigosos (MUBI BRIGHENTI e PAVONI, 2021).

Isto também não significa cair na armadilha da psicologização das relações interespécies. Ao contrário, se trata de colocar a discussão em termos da biopolítica e reconhecer que a mobilização das emoções e os afetos também é um recurso necessário para levantar questionamentos que permitam uma melhor compreensão da complexa infraestrutura simbólica e material que prolonga as disputas e controvérsias em torno das relações desiguais de poder no Antropoceno.

Essa questão também é relevante para os programas públicos de proteção da biodiversidade. Se pensarmos, por exemplo, que o estudo feito pelo PRONAMEC está focado principalmente nas mudanças de comportamento de mamíferos e outras espécies de tamanho relativamente grande, os quais são considerados atrativos turísticos nas ASP e sofrem do assédio constante dos visitantes, então esta

reflexão adquire uma dimensão ético-política de primeira ordem. O que podemos dizer sobre o futuro e a vida no planeta de outras espécies que geram registros menores de sensibilidade humana, como insetos, aracnídeos ou outros organismos de tamanho microscópico? Talvez disso se trata o sentido real da justiça multiespécies. Como já argumentado por Fernando (2020), se a pandemia da Covid-19 nos fez ingressar na época do Víroceno, corresponde-nos avançar para uma outra época: o Amorceno, cujos ideais de justiça, plenitude e bem-estar não estejam controlados pelos valores da economia de mercado e seus mecanismos de governança e reprodução sociomaterial.

Considerações finais

Longe de dar respostas concisas às perguntas deste ensaio, as questões mobilizadas pretendem gerar uma maior reflexão sobre a forma com que a pandemia da Covid-19 tem afetado as visões e programas públicos para a proteção da vida silvestre na Costa Rica durante a pandemia. Os avistamentos de fauna silvestre, acontecidos durante os primeiros meses do confinamento social, converteram-se num evento significativo para pensar a (co)existência multiespécies, tanto nas áreas silvestres protegidas quanto em cidades e bairros urbanos.

As experiências relatadas nas seções três e quatro pretendem encorajar, inspirar, incomodar e suscitar o interesse de pesquisadores acadêmicos e da sociedade como um todo. Através da apresentação do caso costa-riquenho, chamamos a atenção para a necessidade de superar visões instrumentais da categoria “natureza”, e defendemos a incorporação de ontopolíticas do cuidado em atividades de conservação da biodiversidade que explorem e articulem as dimensões emocionais, afetivas, sensoriais e simbólico-espirituais na luta contra as mudanças climáticas antropogênicas e a degradação ambiental. A mobilização de recursos interpretativos e analíticos da chamada virada ontológica nas ciências sociais permitiu realizar uma leitura mais detalhada das circunstâncias contingentes que influíram

nas experiências de avistamentos de animais silvestre durante os meses do confinamento social provocado pela pandemia. Consideramos que tais experiências estão associadas com processos de reconfiguração das ecologias emergentes no Antropoceno.

A produção de conhecimento situado sobre as complexas e múltiplas interligações que se estabelecem entre os seres humanos, os animais, as tecnologias e outras entidades nos ajudaram a problematizar diferentes aspectos das geografias mais que humanas que estão presentes nos relatos sobre avistamentos. Assim, a presença de coiotes nas zonas urbanas lembrou à população que as áreas silvestres protegidas não devem ser consideradas como simples reservatórios de vida não humana, nos quais se podem conservar animais e outros organismos vivos dentro de fronteiras fixas e fechadas. Tampouco é possível pensar as áreas silvestres protegidas como excedentes de uma ruralidade isolada, na qual uma suposta natureza selvagem permanece inexpugnável e misteriosa. Não existe um continuum entre o rural e o urbano, do qual se possa deduzir uma linearidade socioespacial e temporal estável e mecânica. Em vez disso, a passagem dos animais que moram nesses territórios para as cidades evidencia a existência de habitats em disputa e em constante configuração, sendo também a manifestação de uma resistência feral que se recusa a ser deslocada para as margens de processos civilizatórios antropocêntricos. A forma como as espécies não humanas mencionadas neste ensaio acionam seus diferentes agenciamentos diante das condições impostas pelo confinamento social sugere outros modos possíveis em que as ensamblagens sociomateriais ressignificam o espaço geográfico e as paisagens permanentemente.

A ubiquidade dos emaranhados de vida torna inviável a adoção de narrativas de planejamento linear, baseadas em perspectivas de controle e previsibilidade. Assim, o reconhecimento explícito dos agenciamentos para além-do-humano questiona a efetividade das interfaces tecnológicas para prover de conhecimento aprofundado sobre o estatuto ontológico das espécies e sua influência na conformação

das redes nas quais participam. Recursos analíticos como as atmosferas animais (LORIMER et al., 2019) e as ecologias políticas afetivas (SINGH, 2018) relativizam a eficiência real da “conservação através de algoritmos” (Adams, 2019), ao tempo que criam espaços para ensaiar outro tipo de interpretações e respostas que contribuem para a proteção abrangente da biodiversidade.

Referências

- ADAMS, William M. Geographies of conservation II: Technology, surveillance and conservation by algorithm. **Progress in Human Geography**, 2019, vol. 43, no 2, p. 337–350.
- ARONSSON, Anne, and Fynn HOLM. “Multispecies Entanglements in the Viroisphere: Rethinking the Anthropocene in Light of the 2019 Coronavirus Outbreak.” **The Anthropocene Review**, Dec. 2020, doi:10.1177/2053019620979326.
- AUGUST, Tom, et al. Emerging technologies for biological recording. **Biological Journal of the Linnean Society**, 2015, vol. 115, no 3, p. 731–749.
- BARUA, Maan; SINHA, Anindya. Animating the urban: An ethological and geographical conversation. **Social & Cultural Geography**, 2019, vol. 20, no 8, p. 1160–1180.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BEKOFF, Marc. Rewilding our hearts: making a personal commitment to animals and their homes. In *Protecting the Wild*. Island Press, Washington, DC, 2015. p. 144–153.
- BLOK, Anders. Scoping endangered futures: rethinking the political aesthetics of climate change in world risk society. **STS Encounters**, 2017, vol. 9, no 1, p. 1–34.
- BRAUN, Bruce. Environmental issues: writing a more-than-human urban geography. **Progress in human geography**, 2005, vol. 29, no 5, p. 635–650.
- BRIGHENTI, Andrea Mubi; PAVONI, Andrea. Situating urban animals—a theoretical framework. **Contemporary Social Science**, 2021, vol. 16, no 1, p. 1–13.
- CERDAS, Daniela. Manada de coyotes paseó por Coronado en busca de comida. La Nación. Disponível em: <https://www.nacion.com/el-pais/servicios/video-manada-de-coyotes-paseo-por-coronado-en/EA5TXREA25GM5B562X4P6XJZMA/story/> Acesso em: 19/09/2021.
- CHAKRABORTY, Chinmay, et al. **The impact of the COVID-19 pandemic on green societies**. Springer, Cham, 2020.
- CLEMENT, Sarah; STANDISH, Rachel J. Novel ecosystems: Governance and conservation in the age of the Anthropocene. **Journal of environmental management**, 2018, vol. 208, p. 36–45.

A ontopolítica do cuidado multiespécies

CR.COM. Ante ausencia de carros, divisan coyote en transitada

Carretera. **CR.COM**. Disponível em:

<https://www.crhoy.com/ambiente/ante-ausencia-de-carros-divisan-coyote-en-transitada-carretera/> Acesso em: 05/09/2021.

CRUTZEN, Paul J. The “anthropocene”. In **Earth system science in the anthropocene**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2006. p. 13–18.

CRUTZEN, P. J. and STOERMER, E. F. (2000). The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, 41, pp. 17–18.

DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. **Zoopolis: A political theory of animal rights**. Oxford University Press, 2011.

FERNANDO, Jude L. From the Virocene to the Lovecene epoch: multispecies justice as critical praxis for Virocene disruptions and vulnerabilities. **Journal of Political Ecology**, 2020, vol. 27, no 1, p. 685–731.

HARAWAY, Donna. Staying with the trouble for multispecies environmental justice. **Dialogues in Human Geography**, 2018, vol. 8, no 1, p. 102–105.

HARAWAY, Donna J. Seguir con el problema: Generar parentesco en el Chthuluceno. **Consonni**, 2020.

IGOE, Jim; NEVES, Katja; BROCKINGTON, Dan. A spectacular eco-tour around the historic bloc: Theorising the convergence of biodiversity conservation and capitalist expansion. **Antipode**, 2010, vol. 42, no 3, p. 486–512.

INGRAM, Merrill; INGRAM, Helen; LEJANO, Raul. Environmental action in the Anthropocene: The power of narrative-networks. **Journal of Environmental Policy & Planning**, 2019, vol. 21, no 5, p. 492–503.

KIRKSEY, Eben. **Emergent ecologies**. Duke University Press, 2015.

LAMBIN, Eric. **An ecology of happiness**. University of Chicago Press, 2012.

LARA, Juan Fernando. Calma, cuidar mascotas y manejo de basura son clave ante presencia de coyotes. **La Nación**. Disponível em:

<https://www.nacion.com/el-pais/servicios/calma-cuido-de-mascotas-y-manejo-de-basura/MIGI6U5JUVA45LWCQBQWZIEO6Y/story/> Acesso em: 15/09/2021.

LATOUR, Bruno, et al. **Pandora’s hope: essays on the reality of science studies**. Harvard university press, 1999.

LATOUR, Bruno. Esperando a Gaia. Componer el mundo común mediante las artes y la política. Cuadernos de Otra parte. **Revista de letras y artes**, 2012, vol. 26, p. 67–76.

LATOUR, Bruno; LECLERCQ, C. Sharing responsibility: Farewell to the sublime. **Reset modernity**, 2016, p. 161–71.

LEACH, Melissa, et al. Equity and sustainability in the Anthropocene: A social-ecological systems perspective on their intertwined futures. **Global Sustainability**, 2018, vol. 1.

A ontopolítica do cuidado multiespécies

LORIMER, Jamie. Nonhuman charisma. **Environment and Planning D: Society and Space**, 2007, vol. 25, no 5, p. 911–932.

LORIMER, Jamie; HODGETTS, Timothy; BARUA, Maan. Animals' atmospheres. **Progress in Human Geography**, 2019, vol. 43, no 1, p. 26–45.

LÖVBRAND, Eva, et al. Who speaks for the future of Earth? How critical social science can extend the conversation on the Anthropocene. **Global Environmental Change**, 2015, vol. 32, p. 211–218.

MBEMBE, Achille. **Crítica de la razón negra**: ensayo sobre el racismo contemporáneo. Ned ediciones, 2016.

MESA NACIONAL INDÍGENA. **Resumen de los aportes indígenas a la Política y Estrategia Nacional de Biodiversidad**. San José: MINAE, 2017.

MINISTERIO DE COMUNICACIÓN. **Costa Rica registra más de 4 mil avistamientos de aves y mamíferos en medio de la pandemia**. Disponível em: <https://www.presidencia.go.cr/comunicados/2020/07/costa-rica-registra-mas-de-4-mil-avistamientos-de-aves-y-mamiferos-en-medio-de-la-pandemia/> Acesso em: 17/09/2021.

PIZARRO, Amairaní. Primero fue el TEC, ahora Cartago centro: otro coyote se dejó ver en la ciudad. Amprensa.com. Disponível em: <https://amprensa.com/2021/01/video-primero-fue-el-tec-ahora-cartago-centro-otro-coyote-se-dejo-ver-en-la-ciudad/> Acesso em: 22/09/2021.

PORTAL AMBIENTAL. Expansión urbana reduce los espacios de vida del coyote en Costa Rica. Portalambiental.com. Disponível em: <https://www.portalambiental.com.mx/biodiversidad/20210123/expansion-urbana-reduce-los-espacios-de-vida-del-coyote-en-costa-rica> Acesso em: 18/09/2021

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227–278.

SINGH, Neera M. Introduction: Affective ecologies and conservation. **Conservation and Society**, 2018, vol. 16, no 1, p. 1–7.

SOTO, Michelle. Los animales salen mientras las personas se quedan en casa durante pandemia de COVID-19. Semanario Universidad. Disponível em: <https://semanariouniversidad.com/pais/los-animales-salen-mientras-las-personas-se-quedan-en-casa-durante-pandemia-de-covid-19/> Acesso em: 17/09/2021.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SULLIVAN, Sian. Banking nature? The spectacular financialisation of environmental conservation. **Antipode**, 2013, vol. 45, no 1, p. 198–217.

SUTHERLAND, William J., et al. The need for evidence-based conservation. **Trends in ecology & evolution**, 2004, vol. 19, no 6, p. 305–308.

A ontopolítica do cuidado multiespécies

THOREAU, Henry David. **Cartas a un buscador de sí mismo**. Madrid: Errata Naturae, 2012.

Tsing, A. L. (2015). **The mushroom at the end of the world**. Princeton: Princeton University Press.

TSING, Anna. O Antropoceno mais que humano. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, 2020, v. 23, n. 1, p. 176-191.

UMAÑA, Johan. Autoridades recomiendan precaución por coyotes en el Campus. **Hoy en el TEC**. Disponível em: <https://www.tec.ac.cr/hoyeneltec/2021/01/20/autoridades-recomiendan-precaucion-coyotes-campus> Acesso em: 09/09/2021.

VAN EEDEN, Lily M., et al. Social identity shapes support for management of wildlife and pests. **Biological conservation**, 2019, vol. 231, p. 167-173.

VARGAS, Juan Manuel. Video: manada de coyotes recorrieron las calles de Coronado. **Teletica.com**. Disponível em: https://www.teletica.com/nacional/video-manada-de-coyotes-recorrieron-las-calles-de-coronado_268349 Acesso em: 12/09/2021.

VERMA, Audrey; VAN DER WAL, René; FISCHER, Anke. Imagining wildlife: New technologies and animal censuses, maps and museums. **Geoforum**, 2016, vol. 75, p. 75-86.

WILSON, EDWARD O. **Medio planeta**. Barcelona, Debate, 2017.

WYNNE-JONES, Sophie, et al. Feral Political Ecologies? **Conservation & Society**, 2020, vol. 18, no 2, p. 71-76.

YUSOFF, Kathryn. Biopolitical economies and the political aesthetics of climate change. **Theory, Culture & Society**, 2010, vol. 27, no 2-3, p. 73-99.

A HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA E A ESTILIZAÇÃO DO CORPO À LUZ DO PENSAMENTO DE JUDITH BUTLER

Thiago Henrique de Almeida Carvalho¹

David Ferreira de Araújo²

Resumo

O presente trabalho busca investigar os mecanismos que cuidam de normalizar a estilização do corpo como um processo ideal da instituição heterossexual. Através da obra "*Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*" da filósofa Judith Butler (2017), propomos questionar o processo de estilização como um material dado e/ou natural, uma vez que tal processo consiste na produção de corpos educados. Nesse processo, analisamos o papel da cultura heterossexual na padronização das identidades de gênero, baseada no binarismo masculino/feminino, tendo em mente que o imperativo heterossexual sustenta uma necessidade de invocar sujeitos disciplinados, medidos e consentidos sob um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos para a sustentação das convenções estabelecidas e criadas socialmente, que legitimam a produção de uma masculinidade e feminilidade ideal. Dito isso, cabe indagar as implicações dos estudos estruturalistas de Levi-Strauss e psicanalíticos freudianos e lacanianos, nos quais produzem uma matriz heterossexual, com a capacidade de estimular a heterossexualidade e negar as demais sexualidades consideradas desviantes. Por fim, tem-se a pretensão de examinar a estilização do corpo como um processo performativo, isto é, fabricações discursivas que impõe o que deve ser utilizado/feito, tendo, por exemplo, uma identidade de gênero masculina ou feminina.

Palavras-chave: Estilização do corpo, Matriz heterossexual, Identidade de gênero, Masculinidade, Feminilidade.

Compulsory heterosexuality and the stylization of the body in the light of Judith Butler's thought

Abstract

The present paper seeks to investigate the mechanisms that take care of normalizing the stylization of the body as an ideal process of the heterosexual institution. Through the work "Gender Problems: feminism and subversion of identity" by philosopher Judith Butler (2017), we propose to question the stylization process as a given

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela UFPE e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPE.

² Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPE.

and/or natural material, since such process consists in the production of educated bodies. In this process, we analyze the role of heterosexual culture in the standardization of gender identities, based on the masculine/feminine binarism, keeping in mind that the heterosexual imperative sustains a need to invoke disciplined, measured and consented subjects under an arbitrary set of regulations inscribed in the bodies for the sustenance of the established and socially created conventions that legitimize the production of an ideal masculinity and femininity. That being said, it is worth investigating the implications of the structuralist studies of Levi-Strauss and Freudian and Lacanian psychoanalytic studies, in which they produce a heterosexual matrix, with the capacity to stimulate heterosexuality and deny the other sexualities considered deviant. Finally, it is intended to examine the stylization of the body as a performative process, that is, discursive fabrications that impose what should be used/ done, having, for example, a male or female gender identity.

Keywords: Body Stylization, Heterosexual Matrix, Gender Identity, Masculinity, Femininity.

La heterossexualidad obligatoria y la estilización del cuerpo a la luz del pensamiento de Judith Butler

Resumen

Este trabajo pretende investigar los mecanismos que se encargan de normalizar la estilización del cuerpo como proceso ideal de la institución heterosexual. A través de la obra "Cuestiones de género: feminismo y subversión de la identidad" de la filósofa Judith Butler (2017), proponemos cuestionar el proceso de estilización como material dado y/o natural, ya que dicho proceso consiste en la producción de cuerpos educados. En este proceso, analizamos el papel de la cultura heterosexual en la estandarización de las identidades de género, a partir del binarismo masculino/femenino, teniendo en cuenta que el imperativo heterosexual sostiene una necesidad de invocar sujetos disciplinados, medidos y consentidos bajo un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos para el sostenimiento de las convenciones establecidas y creadas socialmente, que legitiman la producción de una masculinidad y feminidad ideales. Dicho esto, vale la pena investigar las implicaciones de los estudios estructuralistas de Levi-Strauss y de los estudios psicoanalíticos freudianos y lacanianos, en los que producen una matriz heterosexual, con la capacidad de estimular la heterossexualidad y negar las otras sexualidades consideradas desviadas. Por último, se pretende examinar la estilización del cuerpo como un proceso performativo, es decir, las fabricaciones discursivas que imponen lo que se debe usar/hacer, teniendo, por ejemplo, una identidad de género masculina o femenina.

Palabras clave: Estilización del cuerpo, matriz heterosexual, identidad de género, masculinidad, feminidad.

Introdução

Como é feita a produção corporal? O corpo já apresenta desde o início sua materialidade? Como ocorre a estilização dos sujeitos? Como as identidades surgem e vem à tona? De acordo com Lacerda (2010), Roland Barthes e Michel Foucault consideram que o corpo é construído dentro da linguagem ou discurso, pois permite ao indivíduo conceber e expressar ideias e conceitos. Com isso destacado, é possível afirmar que tanto a produção corporal e sua materialidade quanto o processo de estilização e o surgimento das identidades são providas de investimentos pesados do discurso e das leis e limitados por esses. Assim, o corpo é uma entidade central, mas potencialmente “irracional”, pois os corpos agem, na maioria das vezes, presos sob leis e normas, dentro dos discursos que são estruturados linguisticamente (HANNA, 1999). Mas por que se busca enquadrar esse corpo?

O corpo é o nosso passaporte, nossa porta de entrada para a vida social, o nosso guia. Ele expressa o que somos e o que seremos futuramente (LOURO, 2016). Por isso, a sociedade, especificamente suas instituições, tem a preocupação de adestrar os corpos dos sujeitos com as normatividades, a partir de normas criadas historicamente, tendo por intencionalidade à preservação de uma pedagogia heterossexual, isto é, aquela que limita os indivíduos modernos à essência de representações masculinas e femininas coerentes, estimulando-os a uma corporeidade materializada no sexo (LOURO, 2016).

Conseqüentemente, o corpo é ao mesmo tempo paisagem e um material fictício repleto de signos e de relações de poder que visam, através de mecanismos regulatórios, atuar coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos. Dito de outra forma, é o poder que reprime os corpos, produzindo efeitos de saber e verdade, ou seja, o poder classifica os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, de acordo com a materialização de seu corpo. Sendo assim, esse processo de controle do corpo ocorre através do procedimento de estilização, isto é, a forma como nosso corpo assumirá uma materialidade por intermédio das incessantes

normas. Essa estilização do corpo anunciará e denunciará nossas identidades e diferenciações, na qual as imposições da cultura moderna sobre o corpo e a sua relevância social o determinam como um investimento político discursivo.

Percebe-se, então, que as identificações de masculinidade e feminilidade ocidental são incorporadas e conservadas na superfície do corpo (SALIH, 2017), fazendo a estilização do corpo a forma primordial de materialização de uma coerência heterossexual correspondente à institucionalização e internalização de tabus (BUTLER, 2017). Conserva-se um corpo datado e situado na realidade moderna (preconcebido de materializações e idealizações, seja pelas instituições sociais, pela grande mídia etc), que sucessivamente é construído para evitar a desordem. De igual modo, prevenir e combater a desordem é essencial para mostrar o quanto os “corpos saudáveis” são beneficiados na sociedade, de forma a ser evidenciados e sustentados pelos meios sociais por reproduzir, respeitar as estruturas estabelecidas e a paz cívica. Já os corpos “estranhos” sofrem perseguição, o abandono e o esquecimento, sendo sempre taxados como “anormais e estranhos” por perturbarem as convenções culturais oficiais, levando a crer que o processo de estilização correto é aquele correspondente ao corporal masculino e feminino heterossexual.

Levando em consideração esses aspectos, para desenhar melhor o escopo deste artigo, será analisado adiante as principais ideais da filósofa Judith Butler, trabalhadas em sua obra “*Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*”, como as noções de heterossexualidade compulsória e o processo de estilização dos corpos e suas inscrições culturais, bem como também será evidenciado os estudos estruturalistas de Lévi-Strauss e psicanalíticos freudianos e lacanianos no que se refere à produção da matriz heterossexual.

A ordem compulsória do sexo/gênero/desejo

A crítica ao que se define como ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, surgida da problematização da autora Judith Butler (2017), instaurou um repertório crítico sobre a forma como o movimento feminista representava as identidades. Para Butler, não é possível a existência de apenas uma identidade, o que existem são identidades pensadas no plural. Assim, a autora, ao criticar as representações hegemônicas ocidentais, bem como a metafísica da substância, que sustenta a concepção de sujeito ocidental, traz à tona o humanismo da posição feminista, no qual o gênero é concebido como uma característica intrínseca da pessoa, ou seja, “um núcleo de gênero preestabelecido, denominado pessoa, que denota uma capacidade universal de razão, moral, deliberação moral ou linguagem” (BUTLER, 2017, p. 32).

Dessa forma, Butler afirma que o movimento feminista tem encontrado um problema político na categoria mulher, uma vez que esse termo denota uma identidade universal. Todavia, por mais que esse termo expresse um suposto consentimento a quem pretende representar e descrever, “mulheres”, no plural, também se tornou uma questão problemática. Isso porque essas categorias não logram ser exaustivas, isto é, “ser mulher” não é tudo o que se pode “ser”, como também porque o gênero nem sempre se constitui de forma coerente nos diferentes contextos históricos, além desse estabelecer interseções com as questões de classe, raciais, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017).

Os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo colocam de outra maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. As alegações universalistas são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada, ou como estruturas compartilhadas de opressão, ou como estruturas ostensivamente transculturais da feminilidade, maternidade, sexualidade e/ou da *écriture* feminine. (BUTLER, 2017, p.38-39)

Dessa forma, para Butler (2017), a tentativa da corrente feminista em encontrar uma suposta identidade universal, compreendida na categoria citada acima, em diversas culturas, advém da concepção que a opressão das mulheres apresenta uma singularidade na estrutura da dominação patriarcal/masculina. Isso fez com que o próprio movimento universalizasse o patriarcado como forma de opressão, subjugação e dominação das mulheres. Entretanto, essa questão foi (e tem sido) fortemente contestada devido ao seu fracasso em explicar as engrenagens da dominação de gênero nos mais diversos cenários culturais, como também devido ao empenho de tentar colonizar e se apossar de culturas não ocidentais, “instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão” (BUTLER, 2017, p.21). Em suma, o sujeito do feminismo “não dever ser o fundamento da política feminista” (BUTLER, 2017, p.23), sendo necessário, assim, repensar os atributos ontológicos da identidade política feminista.

Dessa forma, o movimento feminista da década de 1960 acabou por essencializar e universalizar as categorias homem e mulher. Não tão diferente do movimento feminista, o movimento homossexual surgiu da necessidade de libertar os sujeitos oprimidos, mostrando apenas a pretensão de evidenciar que as pessoas, constitutivas desse movimento, eram “normais”. Então, os homossexuais buscavam uma aceitação por parte da sociedade, bem como sua incorporação social, acabando que, em partes, seu ativismo aceitasse os valores hegemônicos, não criticando a ordem vigente das representações compulsórias de masculinidade e feminilidade, seja até mesmo de homossexualidade padrão branca de classe média (MISKOLCI, 2017).

Os estudos gays, em sua maior parte, eram estudos sobre homens que adotavam uma postura masculina, uma imagem de respeitabilidade social, a qual hoje em dia encontramos na mídia, especialmente na voltada para este público, como um homem de classe média ou alta, branco, másculo e que, quando musculoso, termina por ser o que, em ambientes metropolitanos como o paulistano e o carioca, chamamos de “barbie”. Focando nesse perfil de homossexualidade ou criando estudos sob sua perspectiva, os estudos gays deixaram

de lado aqueles que eram xingados e maltratados por romperem normas de gênero. (MISKOLCI, 2017, p.33)

A luta pró-homossexualidade, como afirma Miskolci (2017), evidenciava um binarismo hetero-homo, atuando na manutenção das identidades oprimidas, bem como na universalização dessas. Destarte, os movimentos feminista e o homossexual acabavam por naturalizar as formas de identidades legitimadas culturalmente, produzindo sujeitos de realidades compreendidas pela decorrência das políticas sociais e culturais pensadas sob um binarismo hetero-homossexual. Para questionar essa suposição, os estudos de gênero, a partir da incorporação das ideias de Foucault, no final da década de 1980, começaram “a modificar essa forma de conceber a luta política e a apontar como é a cultura e suas formas que nos criam como sujeitos” (MISKOLCI, 2017, p. 28).

É a partir da crítica a esse binarismo que emergem os estudos *queer*³, criados por feministas lésbicas e homens gays. Esses estudos evocavam uma crítica em relação às normas e convenções de gênero e sexualidade (MISKOLCI, 2017). Sobre esse olhar, Butler (2017) visa questionar os pressupostos de uma teoria de gênero que constitui o sujeito a partir de suas características internas “(...) naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo” (BUTLER, 2017, p. 43).

Butler (2017) propõe pensar a questão de gênero, bem como as identidades, fora do contundente binarismo de sexo e gênero que acaba por naturalizar as identidades culturais. Para isso, a autora resgata os estudos de Gayle Rubin (2017), sobre qual o sexo/gênero oferece possibilidades para o entendimento das relações sociais que inferiorizam as mulheres segundo lógicas patriarcais.

3 De acordo com Miskolci (2017), em inglês, a palavra *queer* é um xingamento, refere-se aquilo que é considerado como estranho. Assim, os estudos *queer* visibilizam seus debates sobre a recusa dos valores esperados e convencionais de uma determinada sociedade, bem como suas convenções culturais. “Os estudos *queer* voltam suas críticas à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo” (MISKOLCI, 2017, p. 25).

Gayle Rubin (2017) sugere um sistema de sexo/gênero como um “conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social e satisfeita de uma maneira convencional, por mais bizarras que sejam algumas dessas convenções” (RUBIN, 2017, p. 17).

Segundo este referente conceitual, Rubin (2017) considera o sexo como obtido e determinado culturalmente. Assim, tanto o sexo quanto o gênero podem se estabelecer mediante relações igualitárias ou de forma a estabelecer hierarquizações a partir de uma dada cultura, cujo sistema consiste em representações determinadas socialmente. Diante disso, o gênero passa a ser identificado ao sexo, como também designado como um norteador do desejo sexual (ao sexo oposto), uma vez que Gayle Rubin (2017) afirma que todas as formas de sexo e gênero são instituídas pelos sistemas sociais. Assim, o sexo é entendido como determinado culturalmente, tratando-se de um produto social. A autora passa a considerar o sexo e o gênero como constituintes de uma mesma unidade, pois a biologia e os contextos sociais não podem ser analisados de forma dicotômica.

Essa lógica supõe uma ordem compulsória sobre a qual Butler vai afirmar: “talvez o sexo tenha sempre sido o gênero” (BUTLER, 2017, p.27), sendo eles controlados pelas práticas reguladoras, gerados para supor a coerência e a continuidade das pessoas. Em suma, a principal inquietação de Butler é de repensar as características ontológicas das identidades políticas, pois como afirma a filósofa, o sujeito é produzido no interior de um campo de poder, nos quais seus efeitos produzem gêneros inteligíveis:

(...) são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou

expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2017, p. 43)

Essa produção social é legitimada pela matriz cultural e reflete em pensar o sexo como uma ferramenta da subjugação heterossexual, cujo objetivo é reduzir o corpo a áreas erógenas conforme uma distribuição desigual de poder entre os gêneros considerados masculinos e femininos (PRECIADO, 2017). Assim, a heterossexualidade consiste em gerar um desejo que induz/estimula a produção de oposições assimétricas entre feminino e masculino, homossexual e heterossexual, bem como tornando devidas identidades de gênero como inteligíveis e outras como não inteligíveis (BUTLER, 2017).

Butler avança na sua teoria da subversão da identidade, propondo uma crítica à metafísica da substância, expressão associada ao filósofo Friedrich Nietzsche, argumentando sobre a premissa de “que diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do ‘ser’ e da ‘substância’ que são promovidas pela crença em que a formulação gramática de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (BUTLER, 2017, p. 49). Esses construtos da produção heterossexual idealizam a ordem e a identidade como eficazmente instituídas, incentivando a produção social da feminilidade e masculinidade que opera mediante a divisão e a fragmentação do corpo e, posteriormente, passa a articular essas identificações como centros naturais anatômicos da diferença sexual instaurada de forma instintiva (PRECIADO, 2017). Assim, buscando desestabilizar a ordem dessas identidades culturalmente excludentes, Butler parte da subversão do discurso popular sobre as identidades de gênero, que ingenuamente emprega de modo inflexível a concessão do “ser” para gêneros e sexualidades. Com isso, a autora chega ao seguinte pressuposto:

Tanto no caso de “homens” como no de “mulheres”, tal afirmação tende a subordinar a noção de gênero

àquela de identidade, e a leva à conclusão de que uma pessoa é um gênero e o é em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões desse eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual. (BUTLER, 2017b, p.51)

Na visão da filósofa, o gênero, então, passa a denotar uma unidade entre sexo, gênero e desejo, presumindo, de algum modo, que o sexo exige um gênero, que é uma atribuição psíquica e/ou cultural, e um desejo, sendo esse último fruto do desejo heterossexual que partilha da oposição ao outro gênero que ele deseja. Essa suposição parte da instituição heterossexual, dada a necessidade de coerência do sujeito, uma vez que a heterossexualidade instaura sujeitos estáveis e sob oposições.

Logo, percebe-se, nas ideias de Butler, que a relação que se estabeleceu entre sexo e gênero foi um efeito de duas instituições: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, uma vez que ser homem e mulher são "construções metonímicas", idealizações do sistema heterossexual de produção que autoriza a sujeição de uns, por exemplo, das mulheres, e, por outro lado, privilegia o pênis como o único centro mecânico de produção sexual (PRECIADO, 2017). Portanto, como descreve Butler (2017), ao longo do capítulo "*Sujeitos do sexo/gênero/desejo*", ao pregar a coerência do sexo/gênero/desejo sob a ficção das práticas reguladoras que consolidam e naturalizam os regimes de disciplinarização, obediência, estilização corporal e a estrutura binária do sexo e gênero, a heteronormatividade necessita de instituições que deem suporte à hegemonia do seu poder. Assim, o tópico que se desdobrará a seguir, consiste em refletir a produção de uma matriz heterossexual que mantenha a coerência do gênero à estilização corporal, supondo uma identidade fundadora.

A produção da matriz heterossexual

A produção da matriz heterossexual designa a expectativa social na qual os sujeitos devem, necessariamente, ter uma coerência linear entre sexo

designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais (MISKOLCI, 2014; BUTLER, 2017). Dessa forma, ao ter uma vagina, obrigatoriamente, deve-se ser “feminina” e “passiva” sexualmente, bem como ter desejo por pessoas com pênis (esse último designado como “masculino”). Partindo desse pressuposto, Butler (2017) reflete sobre o modo de regulação da heterossexualidade criado a partir dos estudos estruturalistas de Lévi-Strauss e dos estudos da psicanálise de Lacan e Freud, tendo em vista que essa regulação projeta um tabu contra as demais sexualidades. Esses estudos se referem a uma incontestável promulgação simbólica, tendo por via a postulação da instituição heterossexual em reforçar a necessidade de uma estrutura binária, que cinzela os gêneros em masculino e feminino e por conseguinte busca “impossibilitar” a subversão da normatividade, que, em decorrência, produziria uma nova estética para além do do binarismo (BUTLER, 2017).

Sendo assim, Butler (2017) afirma a necessidade da política sexual hegemônica em construir e manter oculta a produção discursiva de uma natureza que, a rigor, descreve o sexo como natural, figurando a particularidade de uma determinada cultura. A partir disso, a autora visa contextualizar o panorama conceitual da matriz heterossexual, dada a naturalidade dessa em constituir as estruturas compulsórias que detêm o poder de demarcar e excluir o que pode e o que não pode ser pensado na “inteligibilidade cultural”. Além disso, busca colocar em xeque uma crítica ao estruturalismo de Lévi-Strauss, em que as mulheres são consideradas objetos sob os quais consolidam e diferenciam as relações de parentesco.

A ponte, o dote, o objeto de troca constitui “um signo e um valor”, o qual abre um canal de intercâmbio que atende não só ao objetivo funcional de facilitar o comércio, mas realiza o propósito simbólico ou ritualístico de consolidar os laços internos, a identidade coletiva de cada clã diferenciado por esse ato. (BUTLER, 2017b, p. 77)

Como supõe a autora, a mulher, que será transformada em noiva, funcionará como um ato relacional entre grupos de homens, dando início a vários procedimentos que são fundados culturalmente, dentre eles, o processo de exclusão/exploração, bem como de naturalização das mulheres, evidenciados e estabelecidos desde sempre numa determinada cultura. Partindo desse pressuposto, essa troca estabelece uma natureza simbólica, inaugurando um processo de estrutura universal que distribui as “identidades” das pessoas do sexo masculino, adjetivando uma negação ou subalternação às mulheres. Essa troca propicia os meios de manutenção da vinculação dos homens entre si, cujo meio foi apresentado sob a consolidação de laços e tabus que visam impedir o incesto. Dessa forma, o estruturalismo, como descreve Butler (2017), parte de uma perspectiva que naturaliza a heterossexualidade centrada na proibição do incesto e na regra da exogamia, bem como na reprodução da cultura.

Em relação aos estudos psicanalíticos, Lacan, em seus estudos, insiste em contestar a primazia dada à ontologia da metafísica ocidental (BUTLER, 2017), levantando uma pergunta sobre a localização do ser por meio das práticas significantes da economia paterna, nas quais as negações e os mecanismos de diferenciação estabelecem nexos e sentidos às identidades dos sujeitos. Negações essas que privilegiam a sexualidade e o estabelecimento de uma ordem simbólica que constitui a posição do homem e da mulher. Por isso, Lacan parte da consequência dessa inquirição no surgimento da significação do falo, fundada na lei paterna, que torna a diferença sexual inteligível, estabelecendo as identidades nos termos de “ser” e “ter” o falo. Todavia, essa identificação entre a posição de “ter” ou a de “ser” deve ser entendida como fracassos cômicos, que, ao ser interiorizados, devem ser articulados, encenados e repetidos (BUTLER, 2017).

'Ser' o Falo e 'ter' o falo denotam posições sexuais divergentes, ou não posições (na verdade, posições impossíveis), no interior da linguagem. 'Ser' o falo é ser o 'significante' do desejo do outro e apresentar-se como esse significante. Em outras palavras, é ser objeto, o outro

de um desejo masculino (heterossexualizado), mas também é representar ou refletir esse desejo. Trata-se de um outro que não constitui não o limite da masculinidade numa alteridade feminina, mas o lugar de uma autoelaboração masculina. (BUTLER, 2017, p. 85)

Após evidenciar a posição dos fracassos cômicos, Butler (2017) elenca a seguinte questão: "Mas como as mulheres 'parecem' ser o falo, a falta que encarna e afirma o Falo?" (BUTLER, 2017, p. 89). A autora defende, nos termos de Lacan, que a posição das mulheres em ser o falo a condiciona para uma posição feminina e melancólica. É através da incorporação da melancolia, das recusas da demanda do amor, na presunção de atributos do objeto/outro perdido, que surge a estrutura da identidade, fundada na estrutura de uma heterossexualidade presumida como ideal.

Nessa mesma perspectiva, Freud, em "*O eu e o id*", descreve Butler (2017), discorre sobre o luto como uma estrutura de formação do eu, cujo traço da melancolia caracteriza-se como essencial tanto à formação do eu quanto a do caráter. Sendo assim, é na experiência de perder um "ente" amado que o "eu" passa a incorporar esse outro, sua estrutura assume os atributos apresentados do outro (sua característica e/ou personalidade), preservando-o por meio de atos de imitação. Como é possível perceber, essa identificação é um processo de uma nova estrutura da identidade, ela é um efeito da internalização do outro, dos seus atributos (BUTLER, 2017).

Essa internalização se torna pertinente quando percebemos o caráter de formação do gênero, podendo ser compreendido através do tabu do incesto (BUTLER, 2017). Freud, então, desenvolve uma explicação para a identificação menino-pai segundo uma bissexualidade primária que, no fim, provém de um investimento primário pela mãe. Freud tenta, através do complexo de Édipo, explicar que o menino precisa repudiar a mãe, passando adotar uma atitude próxima ao pai. É através da consolidação e do fortalecimento da figura do pai que surge sua masculinidade. Já na menina, o complexo de Édipo pode se identificar como positivo, a identificação com o mesmo sexo, ou

negativo, a identificação com o sexo oposto (BUTLER, 2017). No complexo de Édipo feminino, a identificação se realizará diante da força ou fraqueza da masculinidade e da feminilidade em sua predisposição.

Os estudos psicanalíticos de Freud e Lacan tratam-se de metanarrativas particulares do desenvolvimento infantil, representando predisposições sexuais mediante impulsos pré-discursivos, temporalmente primários e ontologicamente distintos, dotados de um propósito e de um significado anterior a seu surgimento na linguagem e na cultura. Desse modo, pensar as identidades constitutivas como narrativas autobiográficas parcialmente fabricadas, supõe repensar a matriz heterossexual, a partir dos estudos pós-estruturalistas e contestar a fixidez das posições masculinas e femininas em relação à lei paterna. Cabe indagar também a identidade de gênero como uma estrutura melancólica, que se faz por incorporar e/ou se inscrever no corpo e gerar uma suposição de uma facticidade do corpo como uma verdade literal. Ademais, torna-se fundamental pensar essa realidade como efeito compulsório da lei diferenciadora dos gêneros, efeitos de proibições e de um discurso histórico produtor das identidades de gêneros (BUTLER, 2017).

Se a diferenciação do gênero decorre do tabu do incesto e do tabu anterior da homossexualidade, então "torna-se" um gênero é um laborioso processo de torna-se naturalizado, processo que requer uma diferenciação de prazeres e de partes corporais, com base em significados com características de gênero. Diz-se que os prazeres residem no pênis, na vagina e nos seios, ou que emanam dele, mas tais descrições correspondem a um corpo que já foi construído ou naturalizado como portador de traços específicos de gênero. (BUTLER, 2017b, p.127)

Nesse processo, o tabu do incesto não visa reprimir as predisposições primárias, ao invés disso, ele cria a distinção entre as predisposições primárias e secundárias e visa narrar e reproduzir uma distinção entre uma heterossexualidade legítima e as demais como ilegítimas. Dessa forma, o tabu do incesto é a lei jurídica que

supostamente proíbe os desejos e constrói as subjetividades através dos traços de gênero por meio do mecanismo da identificação compulsória (BUTLER, 2017). Para manter as proibições e o controle dos desejos, é necessário que a heterossexualidade permaneça com sua classificação inata e sua forma social distinta. Visto isso, torna-se fundamental, no momento, pensar em como essa ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, fundada numa base heteronormativa, é inscrita nos corpos, fazendo com que os indivíduos performem gêneros inteligíveis.

A estilização do corpo e as inscrições corporais

Como se realizam as estilizações dos corpos e as inscrições corporais que determinam as “realidades substanciais dos sujeitos”? A questão levantada acima busca solução através do aparato teórico de Butler (2017), por meio do qual se pretende entender a realidade projetada na afirmação: é menino/é menina. Como dito anteriormente, essa afirmação inaugura um processo constitutivo do sujeito que o/a coloca em situação legítima para desempenhar suas performances de gênero, dada a capacidade de manter a sua identidade. Já vimos, no tópico anterior, a funcionalidade do tabu do incesto como momento generativo da identidade de gênero, através das incessantes proibições que produzem as identidades nas grades culturalmente inteligíveis sob a ótica da heterossexualidade compulsória. Neste momento, de forma breve, pretendemos trazer para discussão, o processo de estilização do corpo e as suas inscrições corporais, a fim de refletir sobre a problemática do corpo enquanto um material discursivo-político em meio à produção de indivíduos ideais comprometidos com a coerência sexo/gênero/desejo.

A conclusão aqui não é que não seja possível fazer afirmações válidas e demonstráveis sobre a determinação sexual, mas, ao invés disso, que as pressuposições culturais sobre o status relativo de homens e mulheres e sobre a relação binária do gênero estruturam e orientam as pesquisas sobre a

determinação sexual. A tarefa de distinguir sexo de gênero torna-se difícil uma vez que compreendamos que os significados com marca de gênero estruturam a hipótese e o raciocínio das pesquisas biomédicas que buscam estabelecer o "sexo" para nós como se fosse anterior aos significados culturais que adquire. (BUTLER, 2017, p. 190)

Diante disso, para responder à questão visivelmente levantada, convém questionar esse corpo considerado como passivo, cuja fonte cultural preenche e insere os sentidos e ações, pois, como afirma Butler, "o corpo é apresentado como passivo e anterior ao discurso, qualquer teoria do corpo culturalmente construído tem a obrigação de questioná-lo como um construto cuja generalidade é suspeita" (BUTLER, 2017, p. 223). Assim, a tarefa aqui é indagar a superfície desse corpo tido como passivo em relação às inscrições culturais, definido como uma página em branco. A realidade desse corpo é a consequência da estruturação do campo social, cuja finalidade é efetivar no corpo grades reguladoras da inteligibilidade. Trata-se de um resultado, como descreve Mary Douglas (2014), em "*Pureza e perigo*", de contornos do corpo por meio dos quais se pretende estabelecer marcações que buscam inscrever códigos específicos de coerência cultural. Esse discurso estabelece fronteiras ao corpo e tem por finalidade instaurar naturalizações e tabus, visando seu limite.

Embora Douglas retifique claramente a distinção estruturalista entre natureza intrinsecamente rebelde e a ordem imposta por meios culturais, a "desordem" à qual se refere pode ser descrita como a região em que não há controle ou concerto cultural. (...) Douglas não pode apontar uma configuração cultural alternativa em que tais distinções se tornem maleáveis ou proliferem além da perspectiva binária. Contudo, sua análise provê um possível ponto de partida para compreender a correlação pela qual os tabus sociais instituem e mantêm as fronteiras do corpo como tal. Ela sugere que o que constitui o limite do corpo nunca é meramente material, mas que a superfície, a pele, é sistemicamente significada por tabus e transgressões antecipadas, de fato, em sua análise, as fronteiras do corpo se tornam os limites do social per se. Uma apropriação pós-estruturalista de sua opinião poderia compreender as

fronteiras do corpo como os limites do socialmente hegemônico. (BUTLER, 2017, p.227)

Desse modo, as construções dos contornos corporais “estáveis” repousam sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade corporais a partir das práticas heterossexual e homossexual, que reinscrevem as fronteiras do corpo, de acordo com as ordens culturais (BUTLER, 2017). Para Foucault, como descreve Butler (2017), os corpos são obrigados a significarem a lei interditora como sua própria essência. Todavia, Butler intensifica a posição de Foucault, afirmando que o ideal regulador é nada mais que uma norma de ficção que encontra disfarce na lei e passa a regular o campo sexual. Essa identificação e/ou incorporação, que é posta em ação para gerar a coerência, é desejada e idealizada sob efeito de uma significação corporal.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (BUTLER, 2017, p.235)

Isso demonstra que a estilização do corpo e as inscrições corporais são frutos de uma realidade fabricada, em que os gestos e atos formulam a aparência de um fulcro interno sistematizador de gênero, como também insistem em associar vestimentas para determinados indivíduos de certo gênero. O mesmo se aplica para os brinquedos, comportamentos etc, pois se espera que, ao ser garoto, deva-se gostar da cor azul, jogar bola, ser bruto e ativo, bem como outras classificações, enquanto para as garotas, espera-se que gostem da cor rosa, brinque de boneca, seja passiva, use vestido, brincos etc (BUTLER, 2017). Esses atos, gestos e desejos articulados são constantemente estimulados pela nossa sociedade. Para

tanto, essa necessidade compulsória de marcação, da necessidade de portar uma identificação com o gênero feminino ou masculino, só reforça os discursos que, a priori, visam regular a sexualidade e obrigar uma estrutura heterossexual.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2017, p.236)

Dessa forma, Butler (2017) traz o gênero enquanto estilo corporal, sendo ao mesmo tempo intencional e performativo. Conseqüentemente, devemos entender o gênero a partir de uma ação repetida, requerendo performances repetidas (por exemplo, do pai e mãe e sobre o que seja permitido fazer e realizar). Cabe elencar, também, a necessidade dessas performances repetidas gerarem uma sensação de manutenção da estrutura binária. Diante disso, “o efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um “eu” permanente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2017, p. 200).

Acrescentando ao pensamento butleriano, Preciado (2017) afirma que o gênero pode resultar de uma tecnologia sofisticada que fábrica corpos sexuais. Todavia, para o autor, cabe subverter essas idealizações pensadas e atribuídas às identidades sexuais fechadas e determinadas naturalmente, de forma a contestar a materialidade do sexo e do gênero como um resultado cultural de uma determinada cultura. Mas de que forma pode-se subverter essas identidades sexuais? Uma das soluções apontadas pelo autor seria a partir do dildo. Ele é um objeto sexual plástico, fruto da contraciência e visa deformar o sistema sexo/gênero, propondo identificar tecnologias de resistência e gerar uma ruptura na cadeia de produção corpo–prazer–benefício–corpo e, assim, refletir nas culturas sexuais hétero e *queer*. Essa

concepção diz respeito ao que o autor entende por “contrassexualidade”, que se refere a uma teoria

(...) do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Ela define a sexualidade como tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios... (PRECIADO, 2017, p.22-23).

Levando em consideração esses aspectos, foi visto que é investido sobre os sujeitos um processo de estilização corporal, a fim de garantir a solidez dos investimentos produzidos a partir de instâncias sociais e culturais, postas em ação pela mídia, família, a escola, leis etc. Além disso, vimos também que a continuidade entre sexo/gênero/desejo requer normas regulatórias de gênero e sexualidade que são reiteradas e sempre refeitas para garantir a estrutura geracional do ser “ideal”, o “binômio homem/mulher e a masculinidade/feminilidade”.

Considerações finais

As discussões aqui elencadas nos permitiram indagar a concepção de um corpo naturalizado, isto é, a ideia de uma essencialidade encontrada desde o nascimento do indivíduo. Assim, ao longo deste trabalho foi visto a necessidade desta concepção de ocultar o caráter social e histórico do corpo, uma vez que todas as suas funções e classificações são fundadas diante de uma produção discursiva, que visa inscrever nos corpos as normas e as coerências de uma heterossexualidade compulsória, ou melhor, de um sexo determinado biologicamente, que pressupõe um determinado gênero,

que por sua vez induz a um desejo heterossexual (LOURO, 2016).

Por esses aspectos, o corpo demonstra uma necessidade cultural, aquela capaz de representar e evidenciar as convenções de um determinado tempo-espaco. Dessa forma, falar do corpo é falar da nossa cultura, das representações ideais de masculinidade e feminilidade que são produzidas pela tecnologia social heteronormativa, que produz sistematicamente corpos de homens e mulheres (PRECIADO, 2017). Mas cabe salientar que para a instituição heterossexual é cobrado um processo de identificação corporal através da materialidade do seu corpo. Por isso, será através dessa verdade material que se revelará a identidade, uma vez que o corpo nos revela uma verdade sobre um eu criado a partir de discursos.

Ademais, a produção desses indivíduos é um processo constante de estilização corporal e esse processo se assemelha à constituição do sujeito e acaba por revelar sua aparência e personalidade, bem como traz à tona uma identidade pensada e construída pela normatividade. Diante destes aspectos, a fim de sustentar essas identidades forjadas como uma essencialidade, salda-se os mecanismos que evidenciam essa feitura, isto é, as instâncias disciplinares, nas quais identificam e rotulam as pessoas, educando os sujeitos de forma “decente e saudável”. Em vista disso, ressalta-se a importância dessa estilização para a formação do eu e negação dos corpos que não representam a convenção cultural específica, evitando os corpos “estranhos”, cujo a normalidade os renegam e os classificam como não pertencendo a uma identidade ideal (PEREIRA, 2015).

Diante das reflexões trabalhadas nesta redação, pôde-se perceber que existem ideologizações criadas a partir de aparatos discursivos com a finalidade política de controlar os sujeitos por meio da estilização do corpo. Este processo de normalização corporal visa a elaboração de uma identidade socialmente perfeita. Assim, passa-se a controlar os sentidos dos indivíduos, bem como criar significados de como o corpo deve se comportar corretamente mediante a um binarismo

sexual e de gênero. Desta forma, todo o escopo desse trabalho foi pensado na contestação de uma estilização do corpo tida de forma natural, no qual todos os sujeitos fossem, a priori, essencializados.

Em suma, foi percebido, então, que tal processo de estilização é fruto de atos discursivos. Eles funcionam como uma autodeterminação que naturaliza as relações sociais e inviabiliza que a maioria dos atores sociais se sobressaiam às estruturas que lhes são impostas. As devidas restrições sobre o corpo funcionam como regras condutoras de disciplinação que são previstas em quase todas as sociedades. Dessa forma, como salienta Butler (2017), ao perceber a concepção do gênero como uma identidade constituída no tempo, determinada através de uma repetição de estilização de atos, desloca-se a ideia do gênero como um modelo substancial da identidade para o da temporalidade socialmente constituída. Então, a aparência de substância dos sujeitos é, na realidade, fruto de identidades construídas, idealizadas de forma performativa (BUTLER, 2017). Logo, o fato de o processo de estilização esconder sua realidade performativa, reflete a necessidade de ocultar as estruturas restritivas da matriz heterossexual, pois esta instituição (a heterossexualidade) estabelece um discurso fundacionista da política da identidade, supondo a importância de haver uma identidade estável para servir aos interesses políticos e econômicos de uma determinada cultura (BUTLER, 2017).

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 15ª ed, 2017.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: perspectiva, 2ª ed, 2014.

HANNA, Judith. **Dança, sexo e gênero: signos de identidade, dominação, desafio e desejo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LACERDA, Cláudio. **Representações de masculinidade na dança e no esporte: um olhar sobre Nijinsky e Jeux**. Consultoria técnica: Arnaldo Siqueira, Recife: o autor, 2010.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2016.

A heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: autêntica editora: UFOP Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. **Revista Florestan- Graduação em ciências sociais da UFScar**. Ano 01- Número 02, Novembro, 2014 ISSN 2357-8300

PEREIRA, Tamires. Notas sobre a história do corpo – do grotesco ao abjeto. **Simpósio internacional de educação: femininos, identidades de gênero e políticas públicas**, 2015.

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: autêntica editora, 1ª ed, 2017

O RITUAL DO BATISMO E AS POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RELIGIOSA.

Edivaldo Rocha de Menezes¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir o papel do batismo nos processos de construção das identidades religiosas dos membros da Primeira Igreja Batista de Trindade. Ele é baseado sobre tudo na etnografia produzida na Primeira Igreja Batista de Trindade, localizada na cidade de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Partindo da noção de batismo como um rito de passagem (VAN GENNEP [1909], 2011), e sendo o batismo um dos rituais centrais do Cristianismo creio que pode ser um importante ponto de acesso para o entendimento das formas de vida religiosa articuladas ao Cristianismo, de forma geral, e à Tradição Batista, de forma particular, uma vez que, concepções e rituais sobre batismos são elementos de divergência entre as várias tradições cristãs. O foco deste estudo é compreender como novas subjetividades religiosas são criadas através da participação do batizante em diferentes arenas pedagógicas e da vida cotidiana que antecedem e sucedem o ritual em tela. Creio ser de suma importância, nos debruçar sobre estudos dessa parcela da sociedade brasileira e entender como os sujeitos são construídos neste círculo crescente da sociedade.

Palavras-chave: Ritual. Batismo. Primeira Igreja Batista de Trindade. Identidade. Conversão.

The ritual of baptism and the possibilities of religious identity construction.

Abstract

This article aims to discuss or discuss the processes of construction of religious identities of members of the First Trinity Baptist Church. It is based on everything in the ethnography selected at the First Baptist Church of Trinity, located in the city of São Gonçalo, Rio de Janeiro's metropolitan region. Starting from the notion of baptism as a way of passage (VAN GENNEP [1909], 2011), and being a baptism of central rituals of Christianity, which can be an important access point for understanding the religious life forms articulated to Christianity, in general, and the Baptist Tradition in particular, since conceptions and rituals about baptisms are elements of divergence between the various Christian traditions. The focus of this study is to understand how new religious subjectivities are realized through the baptizer's participation in different pedagogical arenas and in daily life preceding and succeeding or on-screen rituals. Create a great importance, looking at studies of this portion of Brazilian society and understanding how individuals are built in this growing circle of society.

Keywords: Ritual. Baptism. First Trinity Baptist Church. Identity. Conversion.

¹ Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil (2013) e em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2017). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Trabalhou o tema do Ritual do Batismo e construção da identidade religiosa na Igreja Batista da Trindade na graduação. No mestrado segue dando continuidade aos estudos sobre religião, pesquisando, a prática religiosa evangélica de fazer orações no monte ("Monte de Oração"). E-mail: edielet@gmail.com.

O batismo é um dos rituais centrais do Cristianismo, por isso despertou em mim o interesse de pesquisá-lo. Como objeto de estudo antropológico, creio que pode ser um importante ponto de acesso para o entendimento das formas de vida religiosa articuladas ao Cristianismo, de forma geral, e à Tradição Batista, de forma particular, uma vez que, concepções e rituais sobre batismos são elementos de divergência entre as várias tradições cristãs.

Nesta linha, este artigo tem por objetivo discutir o papel do batismo nos processos de construção das identidades religiosas dos membros da Primeira Igreja Batista de Trindade, localizada na cidade de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Partindo da noção de batismo como um rito de passagem (VAN GENNEP, [1909] 2011), o foco deste estudo é compreender como novas subjetividades e sentidos de pertencimento religiosos são criadas através da participação do *batizante*² em diferentes arenas pedagógicas que antecedem e sucedem o ritual em tela.

A pesquisa etnográfica foi realizada entre 2016 e 2017, onde participei de atividades rituais e pedagógicas realizadas na Primeira Igreja Batista de Trindade, frequentando, dentre outros, cultos, cursos preparatórios para o batismo e aulas de religião oferecidas na Escola Bíblica Dominical.

Historicamente, os Batistas têm sua origem na Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero em 1517, a qual formulou uma crítica e posterior rompimento com a Igreja Católica. Em 1609, um grupo que sofria perseguição na Inglaterra por discordância religiosa foge para a Holanda em busca de liberdade de credo, e lá organizam uma igreja de doutrina batista, que foi liderada por John Smith, conhecido como “O Pregador”, e Thomas Helwys, um advogado. Este regressou à Inglaterra com mais dez companheiros e em 1612, nos arredores de Londres, num lugar chamado Spitalfields, organizou a primeira igreja batista em solo inglês. (DANTAS, 2007, p. 61).

Os batistas são mencionados pela primeira vez na historiografia da cristandade quando da instituição da primeira igreja batista organizada pelos ingleses em Amsterdã em 1609, congregando aqueles que se diziam separatistas entre os anglicanos. (MACIEL, 2010, p. 16)

Essa interpretação corrobora com a visão que os agentes do campo religioso batista brasileiro têm da construção de sua história

² Aquele que está em preparação para o batismo

institucional, pois grande parte dos Batistas e as principais convenções denominacionais batistas³ constroem suas narrativas a partir desta perspectiva. A Convenção Batista Brasileira (CBB) por exemplo, aponta em sua homepage institucional que

Com o nome de Batista existimos desde 1612, quando Thomas Helwys de volta da Holanda, onde se refugiaram da perseguição do Rei James I da Inglaterra, organizou com os que voltaram com ele, uma igreja em Spitalfields arredores de Londres. (Site da Convenção Batista Brasileira – CBB⁴)

No entanto, a presença dos batistas no Brasil remonta a vinda de colonos dos EUA, como decorrência da chamada Guerra de Secessão (1861–1865) em solo norte-americano. Derrotados pelas forças do Norte, muitos sulistas pensaram em reconstruir suas vidas noutro lugar, e o Brasil foi o escolhido⁵. Segundo narrativas oficiais da Igreja Batista no Brasil, D. Pedro II teria acolhido muito bem a esses colonos, que se estabeleceram em Santa Bárbara, Província de São Paulo. O grupo de colonos fundou, em 10 de setembro de 1871, a Igreja Batista de Santa Bárbara.

Trata-se da primeira igreja batista organizada em solo brasileiro, segundo Reis (1979, p. 88). Essa primeira igreja batista funcionava como capelania para os imigrantes que saíram dos Estados Unidos para o Brasil.

Pelo fato desta primeira igreja ser direcionada para a capelania dos imigrantes dos Estados Unidos, não havia, a priori, a intenção de realizar qualquer trabalho missionário que visasse a evangelizar, pelo viés batista, as populações locais. Por esta razão, os batistas do Brasil, não consideram essa igreja como marco⁶ fundador da história dos batistas no Brasil.

A partir de 1881 chegaram os primeiros missionários batistas ao Brasil, enviados pela Junta de Richmond da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Entre eles encontram-se William Bagby e sua esposa, Ann Luter Bagby; Zachary C. Taylor e sua esposa Kate Crawford Taylor. Juntos, iniciaram a Igreja Batista de Salvador, em 15 de outubro de 1882. (PEREIRA, 2010, p. 17). Esta vinda de

³ Associações de Igrejas Batistas

⁴ Disponível: <http://www.batistas.com/portal-antigo/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=12> acesso dia 20/11/2017

⁵ O Brasil foi escolhido pelo fato do D. Pedro II, oferecer facilidades, e oportunidade de comprar terras baratas.

⁶ Existe uma grande disputa no campo religioso Batista brasileiro, para definir qual data representa o marco fundador dos batistas no Brasil. Os descendentes dos primeiros colonos têm como marco fundador a igreja de Santa Barbara, enquanto o outro grupo Batista, tem a Primeira Igreja Batista de Salvador como marco fundador, pois representa o início da evangelização dos batistas no Brasil.

missionários dos Estados Unidos para Brasil com a intenção de evangelizar os brasileiros é tida como marco fundador da Igreja Batista no Brasil para a maioria dos batistas. A partir de então, outras igrejas batistas foram inauguradas em diversas partes do Brasil, erguendo entre elas o compromisso de promover as doutrinas batistas.

Primeira Igreja Batista da Trindade: Contexto histórico da pesquisa

É neste contexto histórico e religioso que se encontra a Primeira Igreja Batista da Trindade em São Gonçalo, onde realizei o trabalho de campo em que se baseia este artigo. Esta Igreja foi organizada (fundada) com sessenta membros em 26 de dezembro de 1953, se tornando autogovernada⁷ nessa data, porque antes era uma congregação⁸ da Primeira Igreja Batista de São Gonçalo, tendo como líder o pastor Waldemar Zarro. A Primeira Igreja Batista da Trindade, que inicialmente era uma congregação da igreja de São Gonçalo, foi dirigida inicialmente pelo seminarista Ismail de Oliveira Rodrigues, logo sendo consagrado ao ministério da palavra⁹, se tornando o pastor local. Em 1954, foi construído o templo em terreno próprio, situado à rua pastor Waldemar Zarro, 28 Trindade/SG, com capacidade para mil e duzentos membros.

Em junho de 2008, a Primeira Igreja Batista de Trindade, que chamarei daqui em diante de PIB Trindade, inaugurou o seu novo templo no bairro de Nova Cidade, na rua Vicente de Lima Cleto 357, com capacidade para aproximadamente 4.500 pessoas.

Durante 41 anos, a igreja foi liderada pelo pastor fundador¹⁰, Ismail de Oliveira Rodrigues, falecido em fevereiro de 1994. Neste mesmo ano, ocorreram eleições para pastor titular da Igreja. Com isso, assumiu a presidência, em 27 de fevereiro de 1994, o pastor Edson Alves de Sousa. O pastor Edson Alves de Sousa foi presidente da igreja por 17 anos, deixando a presidência no ano de 2011. Em 18 de outubro de 2011, houve outra eleição para presidência da igreja,

⁷ Auto governo é o princípio norteador da forma organizacional das igrejas batistas

⁸ Congregação é o termo usado para designar uma igreja filha, que foi fundada por uma igreja batista, mas ainda não tem independência administrativa e financeira, ainda depende da igreja mãe. Assim que ela consegue se estruturar administrativamente e financeiramente, deixa ser congregação, tornando-se independente e autogovernada, passando a ser uma Igreja batista.

⁹ Ministério da palavra é como a instituição denomina aqueles que são chamados por Deus para serem pastores, e se dedicam ao exercício de pastor

¹⁰ O Fundador, é o pastor que consegue transformar uma congregação, em uma igreja batista, o primeiro dia da independência administrativa, e tipo pelos batistas como a data de fundação da Igreja

que foi vencida pela atual titular, Pastora Leila Cêa Cabral.

A estrutura hierárquica da Igreja Batista compreende as seguintes posições: ocupando o cargo mais importante, vem a pastora presidente, seguida, pelo vice-presidente da Igreja – cargo de confiança, que atualmente é exercido por um diácono, mas que pode ser exercido por qualquer membro da igreja; já num nível hierárquico abaixo, estão os pastores auxiliares, que atualmente são 4. Após isso, é o grupo de diáconos e diaconisas, que somam um total de 37. Este grupo é dividido entre 10 mulheres e 27 homens. No mesmo nível hierárquico dos diáconos, estão os líderes de departamentos e ministérios, que são as subdivisões da igreja, como por exemplo, União de Adolescentes, União da Juventude, União Feminina e etc. Existem outros cargos, que também exercem poder na hierarquia, mas estes anteriormente colocados seriam a coluna principal da hierarquia da igreja.

Todavia, nem sempre ocupar um cargo na hierarquia da igreja garante que o ocupante desfrute do prestígio que é atrelado à posição, uma vez que no cotidiano da instituição existem disputas simbólicas baseadas no prestígio adquirido de outras formas, sobretudo a partir das demonstrações públicas de conhecimento das doutrinas e práticas da tradição batista local e de sua manipulação satisfatória, a qual produz eficácia da ação religiosa. Na linha do que Pierre Bourdieu (1998) definiu como capital político, que seria é uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento, aqueles que são membros antigos na igreja e têm suas habilidades religiosas reconhecidas pelos demais membros, dão “Bom Testemunho”¹¹, participam das atividades da congregação e demonstram conhecimento dos ritos, mesmo não ocupando cargos formais de liderança, têm mais prestígio que alguns membros que fazem parte da hierarquia da igreja.

Metodologia

A classe de EBD (Escola Bíblica Dominical) denominada classe de batismo ou novo convertido, acontece aos domingos (como o nome já informa), o aluno terá que assistir no mínimo 9 das 16 lições ministradas para poder ser batizado. Cada lição tem a duração de uma hora, essas lições são em sua maioria sobre doutrinas bíblicas, como por exemplo, o que é a Bíblia? Como posso ter certeza da

¹¹ Bom testemunho é uma categoria nativa que designa uma forma moral de viver que não traga escândalos ou possa denegrir a imagem da igreja e, desta forma, impeça a evangelização.

Vida Cristã? O que é Igreja? etc.

Minhas primeiras participações nesta classe não foram como eu tinha planejado, eu pretendia fazer inicialmente algumas observações sem chamar muita atenção ou alterar rotina da classe, então fui participar como qualquer aluno normal e não informei ao professor o que estava fazendo ali, apenas sentei-me na carteira e observei a aula como qualquer aluno, fazendo anotações.

Para os alunos, eu passei despercebido (como começaram a frequentar a igreja há pouco tempo, conhecem poucas pessoas), mas percebi, que a minha presença produzia desconforto para o professor. Durante a aula, ele perguntou se eu queria falar algo, respondi que não.

Por isso entendi que seria impossível assistir aula como um aluno comum, então ficou claro que fazer campo nos moldes que tinha pretendido era impossível, começar como despercebido, e aos poucos passar para observação participante, mas não foi possível, porque a todo tempo, minha posição na instituição na hierarquia era marcada, seja pela desconfiança, seja pela afinidade, então modifiquei a minha entrada para um participante observante.

Deste modo, passei a comunicar aos professores o que estava fazendo ali, e em uma aula em que o professor era um amigo particular, pedi 5 minutos da aula, e expliquei para os alunos o que eu estava fazendo ali, falei sobre a pesquisa, e porque escolhi falar sobre o ritual do batismo, por ser um dos rituais centrais do cristianismo, e assim minha posição no campo mudou radicalmente, mas de certa maneira, tentava não interferir na rotina da classe, mas quando era necessário e ou acionado, não hesitava em exercer a função, por isso creio, que o meu papel foi de um participante observante.

Conversão como parte pré-ritual

Durante meu trabalho de campo, percebi que para compreender o papel do ritual do batismo na construção das identidades, subjetividades e sentidos de pertencimento religiosos entre os membros da PIB Trindade, seria necessário tratar de um assunto que está diretamente ligado àquele ritual, que é o da conversão religiosa. Isto porque uma parcela dos meus interlocutores era recém-convertidos e não faziam parte, portanto, do grupo dos membros dos "nascidos na igreja", os quais já teriam sido socializados desde a infância nos elementos doutrinários Batista. Mas

o que significaria esse conceito de conversão? Usarei aqui a definição dada por Freitas e Furtado (2014):

Entendemos por conversão o sentido de "mudança", "transformação" tanto no nível de ideias como no nível de práticas. Como descreve Gomes (2011), além daquele que muda de uma religião para outra distinta, "o termo conversão é utilizado também para caracterizar a entrada em uma nova religião, capaz de transformar a cosmovisão do sujeito, mudar a identidade do converso e alterar sua relação com a realidade e o mundo" (FREITAS e FURTADO, 2014, p. 158).

Para os meus interlocutores, o batismo é entendido como consequência direta da conversão, isto é, ele seria a confirmação daquilo que é localmente entendido como a última etapa de um processo de salvação que fora iniciado através conversão. Fiz a seguinte pergunta para algumas pessoas que frequentavam o curso de preparação para o batismo: Para que serve o batismo e qual o seu objetivo? Seguem algumas das respostas que os batizantes formularam:

Vagner:¹⁹ "Para que haja salvação e renascimento através do Espírito Santo. Recomeço Jesus Cristo"

Adriana: "Para a purificação, e a santificação em Cristo Jesus para buscar a nossa salvação. O batismo também serve para que você seja uma nova criatura em Jesus. Para nascer de novo".

Augusto: "Para "firmar", "testemunhar" a salvação em Cristo. Nos Batizamos, porque já nos batizamos em espírito nas águas"

Também fiz a seguinte pergunta: O que significa Conversão? Seguem algumas respostas.

José: "Conversão é uma ponte para salvação".

Alexandra: "Conversão é temor do senhor Jesus, pois eu vim da Igreja Católica, muitos dizem que tem fé, alguns dizem que tem fé até em Jesus, mas se não temerem o que Jesus fez por nós, o que ele fez, não vão obedecer, conversão é obedecer a Jesus".

Outra pergunta que fiz aos meus interlocutores era sobre se consideravam conversão como a mesma coisa que salvação. A maioria respondeu que não, mas apenas um justificou a resposta.

Fernando: Conversão não é a mesma coisa que salvação, mas produz a salvação.

Na perspectiva nativa, o convertido é aquele que recebeu a Jesus,

¹⁹Todos os nomes são fictícios, foram trocados para preservar a intimidade e imagem dos meus interlocutores.

aquele que “Deus agora vê como inocente, como alguém tem paz com Deus, consigo mesmo e com o seu semelhante”. De acordo com os ensinamentos da aula, isso também é parte da ideia de salvação, tal como localmente pregada. Nas palavras do professor, “como convertidos e salvos, devemos santificar a nossa mente, que precisa ser protegida pela palavra. A palavra de Deus guarda nossa mente do mundo, devemos obediência à Bíblia. Podemos e devemos ler bons livros, mas a Bíblia deve ser nossa principal leitura, pois a leitura dela guarda nosso corpo das obras do Mundo”.

Como os exemplos etnográficos acima indicam, os cursos de religião e a pedagogia do professor em ensinar as doutrinas da igreja operam no intuito de promover uma reorganização cognitiva nos significados de conversão dos batizantes, criando um universo compartilhado de saberes e experiências, para que os significados ali produzidos possam ser inteligíveis dentro do sistema de valores da Igreja. O ensino da religião no contexto das aulas que participei atua para reorganizar a experiência do batizante. É interessante perceber, de acordo com os dados apresentados, que a visão que o convertido tem de conversão e salvação podem, todavia, ser diferentes da explicação oficial da igreja

O tema da “salvação” é recorrente nas falas dos alunos, a salvação evangélica é tida como concomitante à conversão: você é salvo quando se converte, por isto este momento é considerado um “novo nascimento”. Certa vez, um dos professores deu uma aula sobre batismo. Na ocasião, foi explicado a concepção de batismo para os batistas e foi feita a seguinte pergunta pelo professor: “O batismo salva?”. Ele pediu para que o grupo que achava que salvava levantasse as mãos e depois perguntou para o grupo que achava que não salvava levantasse. A grande maioria levantou as mãos dizendo que o batismo “não salvava”. Logo depois o professor afirmou que o batismo não salvava, que o batismo era a marca de algo que já tinha acontecido nas vidas das pessoas (salvação), que o batismo era um sinal de obediência ao mandamento de Jesus, mesmo assim teve um aluno que ficou reticente sobre a explicação do professor, e com isso, o professor teve que explicar novamente o assunto ao aluno.

A pesquisa aponta para o fato que alguns alunos acreditam que o batismo salva, pois dá a entender que eles enxergam a salvação como um processo, mas também houve aqueles que disseram que foram salvos quando aceitaram a Jesus, que o batismo é a confirmação dessa decisão, seguindo o discurso oficial da igreja. Deste modo, torna-se difícil falar de uma conversão apenas, pois

parece que existem diversos caminhos que conduzem a isso, mas o que ficou claro durante meu trabalho de campo é que não é possível discutir o ritual de Batismo sem passar pela discussão a respeito da conversão, pois são duas etapas do mesmo processo.

O fenômeno da conversão religiosa é um tema pouco explorado na literatura antropológica, não temos muita literatura sobre o assunto fora do campo teológico. Trata-se de um tema controverso na literatura antropológica. Existem diversos tipos de conversão no campo religioso, mas como nosso objeto de estudo aqui não é focar especificamente neste fenômeno, abordarei o que considero importante para ajudar na construção do argumento de minha pesquisa que é considerar o ritual de batismo como um elemento central na construção da identidade e sentidos de pertencimento religiosos dos membros da Primeira Igreja Batista de Trindade,

Como mencionado acima, existe uma grande dificuldade de falar sobre o assunto conversão, a primeira dificuldade como falamos, é pouca literatura sobre o assunto fora do campo teológico, e a falta de um consenso sobre o assunto. Outra dificuldade é a pluralidade do fenômeno, até mesmo no caso da PIB de Trindade, pois é difícil falar de conversão no singular porque existem fenômenos diferentes a ela associados. Vamos, a partir da literatura disponível, tentar jogar luz sobre esse fenômeno.

O que seria o fenômeno da conversão? Para Caldeiras (2008, p. 91), seguindo a formulação Carozzi (1994, p. 62), discutir conversão religiosa é tratar da "questão de como os indivíduos entram em contato com novas religiões, aceitam sua cosmovisão e se mantêm dentro de seus sistemas de crenças". Então para começar a delinear a questão a partir da afirmação deste autor, a conversão deve ser pensada pelo contato: como se dá esse contato? O que leva a pessoa a buscar uma religião ou uma outra religião, diferente da qual já professaria? Segundo, a conversão é uma mudança da cosmovisão, existe uma ação transformadora da conversão, a forma que esse converso vai se relacionar com o mundo será alterado, o seu léxico explicativo do mundo será alterado significativamente. Encarando a conversão nesta direção e levando a fala dos meus interlocutores a sério, realmente essas afirmações de Carozzi fazem muito sentido, então vamos tentar avançar mais para ver se essas questões podem ser sustentadas.

Dentro desta dinâmica, há um grande problema que se levanta no campo de estudos sobre a conversão, referente a como se dá esse fenômeno, se ele acontece de forma radical e abrupta, ou se ele vai acontecendo processualmente, com a pessoa se convertendo

à medida em que vai sendo inserida no grupo.

[...] o indivíduo se aproxima do grupo religioso de uma forma lenta gradual, estabelecendo, aos poucos laços afetivos, comprometendo-se com os seus valores e como as suas práticas e moldando, gradativamente, sua identidade de acordo com os padrões propostos e esperados pelo grupo ao qual passa a pertencer (CALDEIRA, 2008, p. 104)

Abordar a conversão nesta perspectiva, seguindo a ideia de uma mudança paulatina e gradual, com troca gradual do léxico explicativo do mundo por outro é muito mais lógica e racional para uma perspectiva antropológica do que trabalhar com conversão como uma mudança radical e abrupta. No entanto, caso analisasse o fenômeno da conversão seguindo a primeira abordagem (conversão gradual), criaria um problema metodológica para realizar a interpretação de meus dados etnográficos, já que boa parte dos meus interlocutores afirmam que sua conversão foi abrupta e radical.

A conversão como ruptura e reorganização biográfica

A conversão religiosa, tal como estou aqui considerando, é uma renúncia abrupta da história de vida pregressa da pessoa até o momento da conversão. Isso ocorre de forma consciente, impelindo ao convertido a ressignificar seu mundo e a reorganizar, a partir da nova cosmovisão, a forma como ele vai se relacionar com o mundo e com quem forma sua rede de relações pessoais.

Se entendermos a conversão como ato abrupto e radical, como renúncia de sua história pregressa, como os nativos falam, conversão passa a significar arrependimento e reconhecimento que é pecador, ou seja, uma total renúncia de sua história de vida, alguns dados etnográficos corroboram para essa interpretação;

Andreлина: “Na verdade, acho que mudei mesmo a partir do momento que aceitei Jesus...”

Josefina: “Quando aceitei Deus como meu salvador.”

Giovana: “No dia que aceitei a Jesus em minha vida... Vou deixar de fazer as coisas [erradas] que eu fazia no passado.”

Existe essa renegação da vida pregressa, reconhecendo que ela era algo errado e desagradava a Deus. Os dados etnográficos também apontam para ruptura, mostrando que, para o nativo, a conversão é esse momento da ruptura abrupta e radical, nesse

momento que se inicia a reorganização biográfica. Normalmente é uma separação de qualquer coisa que possa profanar ou contaminar o momento ritual, isso pode ser uma separação fisiogeográfica, ou biológica, ou algum tipo de separação ritual, que produza uma purificação do estado anterior, e o prepare para etapa ritual posterior, isso pode ser aferido nos dados etnográfico que seguem;

Antonia: “Tudo já estava mudando antes, agora sinto que estou limpa para receber as palavras de Deus”.

Antonia por que você não se batizou antes? “Estava muito errada na vida e não tinha certeza se conseguiria me manter longe do pecado. Hoje tenho certeza do que não quero para minha vida.”

Existe o fenômeno do achatamento de sua cosmologia dos convertidos, – o uso do termo achatamento, é por uma questão conceitual, pois pelos dados etnográficos obtidos em meu trabalho de campo pude notar que não existe uma substituição cosmológica total – mas uma sobreposição da nova, pois “o/a velho/a homem/mulher” é tido como mal, é a “velha natureza” que deve ser combatida constantemente ao mesmo tempo em que a “nova natureza cristã” deve ser cultivada e reforçada, essa nova natureza é a nova cosmologia. É comum ouvir, e ser ensinado na Escola Bíblica Dominical, que essa é a luta do crente, matar a velha natureza, o velho homem e cultivar o novo homem. Deste modo, levando a sério a narrativa dos meus interlocutores, conversão é melhor entendida como categoria nativa, empírica, real, específica e singular.

Base teórica de análise

Antes de prosseguir, creio que se faz necessário, apresentar as principais ideias dos autores sobre os quais fundamento essa análise, que seriam Van Gennep e Victor Turner.

Arnold Van Gennep, com sua análise sobre ritos de passagem, trouxe grande contribuição para o estudo dos rituais nas Ciências Sociais, que agora não mais ocupariam um lugar à margem, mas se tornariam uma ferramenta poderosa para compreender os processos de mudanças da vida individual e social, sobretudo investigando como passamos de um status social para outro, através do que chamou de ritos de passagem. Arnold Van Gennep (2011, p. 24), ao tratar inicialmente sobre os ritos de forma geral, fala destes como um processo que tem um início, se desenvolve e termina. O que Arnold Van Gennep (2011, p. 29) faz é tentar

identificar cada sequência do ritual de forma a ter uma visão panorâmica do todo. O desafio, então, é não perder nenhuma sequência ritual, não deixar nenhuma de fora, e cada etapa (sequência) tem que ser analisada e estudada em seu próprio significado ritual interno, o significado desse momento, e a sua relação com as outras sequências rituais, pois isso faz toda diferença no resultado final. Vemos então que Arnold Van Gennep classifica os Ritos de Passagem, e propõe as decomposições sequenciais do ritual da seguinte forma quando submetidos à análise: Ritos de separação, Ritos de Margem e Rito de agregação. A primeira etapa desta sequência, é o rito secundário de separação, que marca a entrada do indivíduo no momento ritual. A segunda a Margem é o lugar que sinaliza e indica que o indivíduo está em fase de transição de um estado ao outro. A última fase é o Rito de Agregação, que é quando indivíduo será incorporado de forma definitiva no grupo, isso produzirá uma mudança de status de forma definitiva, expurgando uma qualidade e concedendo outra, em muitos casos existe uma transformação ontológica no indivíduo que passou pelo ritual. Assim, temos um panorama geral dos conceitos e ideias de Arnold Van Gennep.

Arnold Van Gennep teve uma influência muito grande nas ideias e conceitos de Turner, então podemos falar que Turner continua e expande, por assim dizer, o pensamento de Van Gennep. Para Turner, todo ritual é organizado a partir de fases Preliminares, Límen-Liminaridade-Limonóide e Pós-liminares. A fase da liminaridade é a parte em que Turner avança analiticamente sobre as ideias de Arnold Van Gennep. Turner entende que a ideia do conceito de margem de Van Gennep não consegue expressar a realidade deste momento ritual, pois margem dá a ideia de estar fora, ao lado, mas para Turner, neste momento ritual, o neófito, não está dentro, mas também não está fora, ou está dentro e fora ao mesmo tempo, ou seja, é um lugar de ambiguidades e paradoxos.

[...] Os ritos de transição (passagem) vem marcados por três Fases: separação, margem (ou limen) e agregação. A fase inicial de separação compreende o comportamento simbólico que refere ao afastamento do indivíduo, ou grupo, seja de um ponto fixo anterior, na estrutura social, ou de um conjunto de condições culturais (um "estado"); durante o período liminar, interveniente, o estado (estado é definido por Turner, como algo mais estável que um status social), do sujeito ritual (o "passageiro") é ambíguo; ele percorre um reino que tem pouco nenhum dos atributos dos estados passado ou vindouro; na terceira fase a passagem é consumada. Sujeito do rito, individual ou corporativo, encontra-se uma vez mais, numa condição estável, em virtude da qual tem direitos e obrigações de um tipo

estrutural claramente definido e dele se espera um comportamento de acordo com certas normas costumeiras e certos padrões ético (TURNER, 2005, p. 138)

O conceito de liminaridade construído por Turner, e poderoso para entender o rito de passagem, é neste momento do ritual que o neófito se encontra em lugar ambíguo, a sua posição é de invisibilidade social, o ritual o transporta para um lugar entre estruturas, pois todas as suas insígnias sociais são suspensas, ele está, em um não lugar, mas em transição de um status ou estado a outro. Turner (2005, p. 143) define esse período liminar da seguinte forma: "Não tem status, propriedade, insígnia, vestimenta secular, graduação, posição de parentesco, nada que possa distingui-los, estruturalmente de seus companheiros".

Aprender a religião: a liminaridade dos batizantes

Ao falar deste período, que entendo contemplar a análise dos antropólogos, que descrevem um processo paulatino, como algo que vai acontecendo de forma metódica e processual, não estamos falando da conversão, mas do período da margem, o período em que, durante meu trabalho de campo, os convertidos estavam em preparação para receber o batismo. Para isso, uma arena pedagógica é estruturada na PIB Trindade, através dos cursos de batismo e dos rituais da igreja.

Esse momento de margem que o indivíduo se encontra, segundo Turner, é o momento que produz sentimentos díspares, tanto na pessoa que será alvo do ritual, quanto no grupo que a assiste, pois, por ser um período marcado pela incerteza e pela ambiguidade, as possibilidades de mudança que esse período ritual pode proporcionar são vistas como um risco, e por isso, o quanto antes a experiência do processo ritual seja finalizada, melhor para o grupo.

A marca deste período ritual de liminaridade é o reforço para o esquecimento de uma cosmologia anterior, para que seja possível o aprendizado de outra cosmologia, mas o que James chama a atenção é que não é somente do apagamento de história pregressa do indivíduo que a religião se ocupa, mas do apagamento da própria história da experiência da conversão do indivíduo, isso com a intenção de manter essa experiência sob as égides da religião.

Para Willian James, bem como Rudolf Otto, autor do clássico da

fenomenologia da religião O Sagrado, os mitos, ritos, as doutrinas, as liturgias, as teologias, são racionalizações que produzem o esquecimento da experiência emocional instável e insegura, que liga originalmente as pessoas à religião, esquecimento que é produzido em benefício da manutenção da institucionalidade religiosa (e institucionalidade da própria experiência do convertido), esquecimento que é produzido em benefício da manutenção da institucionalidade religiosa, seus poderes constituídos e suas práticas partilhadas pela coletividade. (TRABUCO, 2009, p. 142)

Mas eu discordo do ponto de vista do apagamento ou esquecimento da experiência de conversão. Primeiro porque são dessas histórias que a religião vive e se reproduz, então seria contraproducente fazer isso; e segundo os meus dados dizem outra coisa. Quando percebia na classe de novos convertidos, que havia uma controvérsia entre a versão oficial e opinião do batizante, a versão do batizante era combatida e apresentada a versão da igreja como “verdade”. No entanto, quando a questão versada era sobre o tema da conversão, não existia esse combate, o que acontecia era uma reorganização desta experiência a partir da chave explicativa da instituição, então a manutenção da institucionalidade não vem pelo apagamento ou esquecimento, mas sim pela reorganização da experiência do neófito. O que pude observar desta reorganização, e que os professores da EBD tentam colocar a experiência de conversão deste neófito, dentro das doutrinas pregadas pela igreja, então eles tentam mediar essa experiência. A questão pedagógica em ensinar os princípios religiosos normativos da igreja é fazer uma reorganização cognitiva nos significados de conversão dos batizantes, a fim de que esses significados possam ser inteligíveis dentro do sistema de valores da Igreja. O ensino reorganiza a experiência do batizante, Dias aponta para algo parecido:

Fica claro, nesta óptica, que o indivíduo se aproxima do grupo religioso de uma forma lenta e gradual, estabelecendo, aos poucos laços afetivos, comprometendo-se com os seus valores e com as suas práticas e moldando, gradativamente, sua identidade de acordo com os padrões propostos e esperados pelo novo grupo ao qual passa a pertencer. (DIAS, 2008, p. 104)

Dias apresenta a experiência acima como sendo “conversão”, mas como foi anteriormente discutido, entendo que está se falando, na verdade, da fase de liminaridade, e é sobre essa ótica que interpretarei os dados etnográficos aqui apresentados. Os primeiros laços criados são emocionais, fortemente arraigados na experiência de conversão, mas pouco a pouco, as emoções são

substituídas pela racionalidade do grupo, e os valores do grupo podem ser entendidos como parte desta racionalidade. Na verdade, são os guias dela, mas vamos, a princípio, continuar com o pensamento de Dias para nos ajudar a avançar nesta questão:

Para entender essa radical transformação da identidade social, no entanto, é necessário recordar a concepção de Goffman, segundo a qual os meios para se produzir e manter o eu está nos estabelecimentos sociais e não no indivíduo (DIAS, 2008, p. 111)

A igreja é a chave principal para a construção desta nova identidade religiosa do convertido, mas ela não é única fonte que opera nesta construção, ela dita as regras, produz uma força coercitiva, mas o indivíduo também é força ativa nessa construção, principalmente pelo fato de que a religião evangélica tem uma forte força no princípio da individualidade. Como exemplo, é propagado que a salvação é individual, mas sua operação é coletiva. O neófito terá que produzir em seu corpo as marcas da salvação, e isso acontece a partir do momento que ele toma para si a interpretação do léxico explicativo que a comunidade tem da salvação. Nesta dinâmica, que vão sendo inscritas nos seus corpos as marcas da salvação, que são compartilhadas e avaliadas pela comunidade. Outros momentos nos quais tais mobilizações da ideia de salvação são feitas, são nos contextos pedagógicos dos cursos oferecidos pela EBD, mas também em arenas rituais, como o culto e demais ritos e nas interações com os membros da igreja.

Nos dados coletados na classe de religião oferecidos pela EBD para novos convertidos, pude perceber alguns princípios norteadores da construção da identidade, e que existe uma certa ética para isso: é ela que vai conduzindo e modulando essa identidade que está sendo construída de forma coletiva, mas sob responsabilidade individual. Alguns dados foram recorrentes em minhas anotações, *como transformação interior, santificar a mente, proteger a mente, batalha na mente, natureza humana ruim, carne, natureza terrena, homem interior, novo homem, nova natureza, homem espiritual, luta interior*, esse conjunto de palavras sempre apareceram em um contexto específico, na dicotomia de duas naturezas que coexistem na vida do crente, a velha natureza (natureza humana ruim, natureza terrena) versus novo homem (homem espiritual, transformação interior, santificar a mente, proteger a mente).

Essa dicotomia entre velho homem e novo homem, constitui a ética e dinâmica principal que esse novo convertido tem que aprender, é principalmente em torno e sobre essa ética que a identidade

deste novo convertido vai sendo construída. O velho homem representa a velha história da vida vivida até o momento em que a pessoa se converteu, mas também representa um “EU” interior dividido entre a vontade de DEUS e vontade do homem pecaminoso. Mas se o processo é bem sucedido, o indivíduo, isto é, o novo homem, é uma pessoa moral que tem a obrigação de suplantar o velho homem e praticar as virtudes exigidas ao novo homem.

Deste modo, a identidade que vai sendo construída coletivamente é a do homem virtuoso, moralmente responsável, que deve vencer a batalha no corpo e na mente, e que vai adquirir qualidades a partir da absorção da identidade coletiva da comunidade de fé, mas a qual somente serve como modelo, uma vez que a responsabilidade da salvação é individual, mas a sua vivência é coletiva.

Retornando ao ponto anterior, que é sobre a problemática da construção da identidade religiosa pessoal através da identidade coletiva, considero que Roberto DaMatta nos ajuda a pensar sobre essa questão:

Nos ritos de iniciação, os neófitos dramaticamente conjugam individualidade e coletividade, pois neles se reafirma que coletivo e individual constroem-se simultaneamente, sem fendas, descontinuidades ou separações. Se não fosse falar demais, dir-se-ia que ali eles entendem que o eu não existe sem o outro, e que no centro dos ritos de iniciação está a descoberta (ou melhor, o desvendamento) do mistério segundo o qual tanto a dimensão individual quanto a coletiva são construídas por um mesmo conjunto de valores. (DAMATTA, 2000, p. 19)

DaMatta joga luz sobre a questão que aparentemente parece obscura, que é o intercambiamento entre a identidade coletiva e a identidade do indivíduo. Podemos dizer então que só existe a identidade individual porque existe uma coletividade, e essas duas se retroalimentam produzindo a possibilidade da construção da identidade individual, que constrói sua alteridade em oposição ao coletivo. Nesta interpretação, a coletividade não é um empecilho para a construção da individualidade, mas a fonte da mesma.

Os componentes da construção de identidade religiosa evangélica passam pela reorganização biográfica, ser socializado nos códigos religiosos doutrinários e rituais e aprender a corporeidade da comunidade, desenvolver a alteridade entre o “eu” e o “outro eu”, também uma alteridade entre “eu” e o coletivo. Então será a partir

da compreensão da racionalidade religiosa que a pessoa vai absorvendo do grupo que sua experiência vai sendo moldada e tomando novos contornos, então não será apenas e somente por sua própria leitura da experiência pela qual passou, mas por ela, juntamente com lógica que absorveu do grupo. Costa (2014), ao falar da salvação, também enxerga nela, além do poder reorganizador da história de vida, um papel importante como forma de aprendizagem, representando um aspecto organizacional da forma de aprender e, por assim dizer, existe uma pedagogia no processo ritual. Assim essa nova aprendizagem e classificação do mundo reorganizam a experiência do batizante, segundo pude apreender com a pesquisa de campo realizada. A partir da lógica absorvida da comunidade, uma vez que é neste processo pedagógico que tal lógica, pouco a pouco, vai sendo absorvida como sendo a própria lógica do batizante e sua forma de enxergar suas experiências e o mundo. É com ela que o indivíduo vai organizar tanto a sua razão quanto suas emoções.

Considerações finais

O batismo com todas suas fases precedentes e subsequentes, é um importante caminho para uma construção de uma antropologia do ritual cristão. Infelizmente é um campo antropológico pouco explorado no Brasil, mas apesar o escopo deste trabalho ser altamente limitado, entendo que ele ajudou no propósito de jogar luz sobre algumas questões importante sobre a forma como os primeiros passos para construção identidade religiosa dos membros da PIB de Trindade são dados, com certeza isso pode nos ajudar a entender esse processo em diversos ramos do cristianismo, mas existe uma necessidade de pesquisas mais aprofundadas, principalmente sobre o fenômeno da conversão, creio que caso ela seja abordada na perspectiva dos meus interlocutores como uma ruptura abrupta e radical, seja uma caminho muito promissor para compreendermos esse fenômeno tão controverso na literatura antropológica. O ritual do batismo ocupa a centralidade na experiência religiosa cristã, seja ela de qualquer ramo, ele tem um forte poder aglutinador das experiências religiosas e das emoções advindo desta religião.

O batismo continua operando como agente de significação religiosa não somente no momento do ritual, mas ele é constantemente uma agente de ressignificação da experiência religiosa do membro da igreja evangélica, por isso, pode muito nos informar sobre o ser evangélico, ele é um importante ponto de

O ritual do batismo e as possibilidades da construção de identidade religiosa

acesso para o entendimento das formas de vida religiosa articuladas ao Cristianismo em geral e em específico dos evangélicos.

Referências

ALMEIDA, Cláudio Roberto dos Santos de. O caminho do senhor: conversão pentecostal e transformação da experiência na periferia de Salvador. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas PPGCS, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2011. Disponível em:

<<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19648>>, acesso em 17/12/17.

BANAGGIA, Gabriel. Conversão, com versões: A respeito de modelos de conversão religiosa. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol.29 no.1 pp.93-105, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000100009> >, acesso em 18/12/17.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro.; Mísia Lins Reesink. Mudando de eixo e invertendo o mapa: Para uma Antropologia da religião plural. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro 2011, vol.31 no.1 pp. 209-227. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872011000100009> >, acesso em 12/12/17

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; Eduardo Henrique Araújo de Gusmão. Reflexões metodológicas em torno da conversão na IURD: Colocando em perspectiva alguns consensos. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 18, No. 34, pp. 57-74, Jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5973>>, acesso em 18/12/17.

COSTA, Grasielle Aires da. O conceito de ritual em Richard Schechner e Victor Turner: Análises e comparações, revista aSPAs. Vol. 3 No 1 pp. 49-60. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/aspas/issue/view/5280> >, acesso em 12/12/17

COSTA, Livia A. Filho. Das dimensões mobilizadas na construção de uma nova identidade religiosa, revista *Anthropológicas*. Ano 18, No25 pp.128-147, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/374>>, acesso em 17/12/17.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: Considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade, *Revista Mana*. Vol.6 No 1 pp. 7-29, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132000000100001> >, acesso em 12/12/17.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues, *Boletim do Museu Nacional Nova série No 27*, Rio de Janeiro, Mai 1978. Disponível em: <https://www.ppgasmn-ufrrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_27.pdf>, acesso em 18/12/17.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*: São Paulo: Ed. Paulus, 1989, 3ª edição. 535 p.

FREITAS, Denis de; HOLANDA, Adriano Furtado. Conversão religiosa: buscando significados na religião. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de Fora, vol. 7, No 1, pp.

93-105, jun. 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18/12/2017.

GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2011, 3ª edição. 164 p.

GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: A noção de pessoa. Revista de Antropologia da USP, São Paulo, Vol. 39 no 1 pp. 83-109, 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111620>>, acesso em 18/12/17.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. Um estudo sobre a conversão religiosa no protestantismo histórico e na psicologia social da religião. Revista Ciências da religião – História e sociedade Vol. 9 No. 2 pp. 148-174, 2011. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/issue/view/207>>, acesso em 17/12/17.

JUNIOR, Cleonardo Mauricio. Cristianismo e Conversão: Uma breve revisão, revista Antropológicas. Ano 18, Vol 25 pp.195-210, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/377/258>>, acesso em 17/03/17.

LUIZ, André de Castro Mariano. Pentecostalismo clássico: Histórias, memórias e trajetórias sociais. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2012. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/ppga/files/2012/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-MARIANO-ALC.-PPGAS-2012.pdf>>, acesso em 12/12/17.

MATOS, Elias. Aspectos do ritual do batismo em águas na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Florianópolis e a relação com o seu crescimento no período de 1938 até 2011. Trabalho de Conclusão de Curso apresentando a disciplina TCC 2, Centro Universitário Municipal de São José – USJ. São José, Santa Catarina 2012. Disponível em: <<https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/TCC-final-alterado-Lurdes-03-06-2012.pdf>>, acesso em 12/12/17.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 527 p.

MEIRA, Mônica Birchler Vanzella. Sobre estruturas etárias e ritos de passagem. Ponto-e-Vírgula : Revista de Ciências Sociais, [S.l.], n. 5, mar. 2013. ISSN 1982-4807. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14085>>. Acesso em: 18 /12/ 2017

PEIRANO, Mariza G. S. A análise antropológica de rituais, Série Antropologia 270, Brasília 2000. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie270empdf.pdf>>, acesso em 18/12/17.

PEREIRA, J. Reis. Breve História dos Batistas 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979. 109 p.

PIRES, Flávia. Tornando-se adulto: Uma abordagem antropológica sobre crianças e religião, Religião e Sociedade Vol.30 no.1 Rio de Janeiro jul. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872010000100008>>, acesso em 06/12/17.

REGINA, Sílvia Alves Fernandes. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais na baixada fluminense– algumas proposições a partir

O ritual do batismo e as possibilidades da construção de identidade religiosa

de um survey, Revista: Religião & Sociedade vol.31 no.1 Rio de Janeiro jun.2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872011000100005>>, acesso em 06/12/17.

RIBEIRO, Monalisa Gama. Experiências institucionalizadas: O espaço religioso e as leituras dos convertidos à Assembleia de Deus em Campina Grande – PB. Caderno eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 2, n. 2, p. 87-110.

ROBBINS, Joel. Transcendência e Antropologia do Cristianismo: Linguagem, mudança e individualismo Religião e Sociedade vol.31 no.1 Rio de Janeiro jun.2011, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872011000100002>>, acesso em 12/12/17.

RODOLPHO, Adriane Luisa. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: Uma revisão da bibliografia antropológica, Estudos Teológicos, Vol. 44, No 2 pp. 138-146, 2004. Disponível em: <https://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/560>, acesso em 18/12/17.

SILVA, Elizete da. Cidadãos de outra pátria: Anglicanos e batistas na Bahia. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História FFLCH-USP, São Paulo 1998. Disponível em: <<http://pos.fflch.usp.br/node/43958>>, acesso em 17/12/17.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: ed. da Universidade de São Paulo, 2015, 194 p.

SMILDE, David. Razão para Crer: Agência cultural no movimento evangélico latino-americano: ed. da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 316 p.

TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. O instituto bíblico do nordeste e a construção da identidade batista em Feira de Santana (1960-1990). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10884>>, acesso em 12/12/17.

TURNER, Victor. Drama, Campos e metáforas: Ação simbólica na sociedade humana: ed. da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, 278 p.

TURNER, Victor. Floresta de Símbolos: Aspectos do ritual Ndembu: Ação simbólica na sociedade humana: ed. da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, 488p.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: Notas para uma Antropologia da sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 149 p.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora, 1983, 3ª Edição. 233 p.

AS “FAMÍLIAS QUE ESCOLHEMOS” PELO FACEBOOK: NOTAS SOBRE INSEMINAÇÃO CASEIRA, TENTANTES E DOADORES¹

Lucas Woltmann Figueiró²

Resumo

O presente escrito trata da Inseminação Caseira em seres humanos. Diferentemente do que ocorre em clínicas e centros profissionais de reprodução assistida, sob o rótulo de Inseminação Caseira repousam alternativas informais e caseiras para a reprodução e constituição de arranjos familiares. Apoiado em materiais diversos (grupos temáticos na plataforma Facebook, reportagens, documentos e vídeos na plataforma YouTube), o objetivo deste artigo é analisar os modos pelos quais essa alternativa reprodutiva tem sido apresentada e que contribuições agrega para pensarmos temas tratados sob as rubricas parentesco, ciência e tecnologia. Para tal, intelectuais como Kath Weston, Marilyn Strathern, Charis Thompson e Claudia Fonseca foram consultadas como fonte de inspiração. Aliadas a outras referências que cito de forma pontual, essas intelectuais fornecem a grade teórica por meio da qual tento compreender a Inseminação Caseira e algumas de suas particularidades. As análises realizadas sugerem que, nas escolhas e práticas levadas adiante na busca pelo “sonho” da maternidade, tentantes e doadores negociam laços de pertencimento. Para tal, atuam tanto “naturalizando” aspectos que escapam de laços biogenéticos, quanto negando o que poderia ser considerado natural e irrevogável. Se em alguns momentos se atribui mais ênfase ou valor a aspectos biogenéticos, isso não impede que, de forma simultânea e proporcional, se invista na produção de outras tantas formas de conexão e pertencimento.

Palavras-chave: Reprodução humana. Inseminação Caseira. Parentesco. Coprodução natureza-cultura.

“Families we choose” on Facebook: notes about Home Insemination, tempting and donors

Abstract

The present paper deals with Home Insemination in human beings. Unlike what occurs in clinics and professional assisted reproduction centers, under the label of Home Insemination, informal and home alternatives rest for the reproduction and constitution of family arrangements. Supported by various materials (thematic groups on the Facebook platform, reports, documents and videos on the YouTube platform), the objective of this article is to analyze the ways in which this reproductive alternative has been presented and what contributions it adds to thinking about topics dealt with under the rubric's kinship, science and technology. To this end, intellectuals such as Kath Weston, Marilyn Strathern, Charis Thompson and Claudia Fonseca were consulted as a source of inspiration. Allies

¹ Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro.

² Graduado em Políticas Públicas (2015), mestre em Desenvolvimento Rural (2018) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: lucas.woltmann@ufrgs.br.

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

and other references that I quote in a specific moment, these intellectuals provide the theoretical framework through which I try to understand the Home Insemination and some of its particularities. The analyzes carried out suggest that, in the choices and practices carried out in the search for the “dream” of motherhood, tempters and donors negotiate bonds of belonging. To this end, they act both by “naturalizing” aspects that escape biogenetic ties, and by denying what could be considered natural and irrevocable. If in some moments more emphasis or value is attributed to biogenetic aspects, this does not prevent that, in a simultaneous and proportional way, it is invested in the production of many other forms of connection and belonging.

Keywords: Human reproduction. Home Insemination. Kinship. Nature–culture co-production.

Las “familias que elegimos” en Facebook: notas sobre Inseminación Casera, tentadoras y donantes

Resumen

Este artículo trata sobre la Inseminación Casera en seres humanos. A diferencia de lo que ocurre en las clínicas y centros profesionales de reproducción asistida, bajo la etiqueta de Inseminación Casera se entiende alternativas informales y caseras para la reproducción y constitución de arreglos familiares. Apoyado en diferentes materiales (grupos temáticos en la plataforma Facebook, informes, documentos y videos en la plataforma YouTube), el objetivo de este artículo es analizar las formas en las que se ha presentado esta alternativa reproductiva y qué aportes trae al pensamiento de temas tratados en las rúbricas parentesco, ciencia y tecnología. Para ello, se consultó a intelectuales como Kath Weston, Marilyn Strathern, Charis Thompson y Claudia Fonseca como fuente de inspiración. Aliadas y otras/os referentes que cito de forma puntual, estos intelectuales aportan el marco teórico a través del cual trato de comprender la Inseminación Casera y algunas de sus particularidades. Los análisis realizados sugieren que, en las elecciones y prácticas realizadas en la búsqueda del “sueño” de la maternidad, las tentadoras y donantes negocian lazos de pertenencia. Para ello, actúan tanto “naturalizando” aspectos que escapan a los lazos biogenéticos, como negando lo que podría considerarse natural e irrevocable. Si en algunos momentos se les atribuye más énfasis o valor a los aspectos biogenéticos, esto no impide que, de manera simultánea y proporcional, se invierta en la producción de tantas otras formas de conexión y pertenencia.

Palabras-clave: Reproducción humana. Inseminación Casera. Parentesco. Coproducción naturaleza–cultura.

Introdução

O presente escrito trata da Inseminação Caseira (doravante, IC) em seres humanos. Diferentemente do que ocorre em clínicas e centros profissionais de reprodução assistida, sob o rótulo de IC repousam alternativas informais e caseiras para a reprodução e constituição de arranjos familiares. Apoiado em materiais diversos ocupados do tema, sobretudo grupos temáticos na plataforma Facebook³, reportagens e vídeos na plataforma YouTube⁴, o objetivo deste artigo é analisar os modos pelos quais essa alternativa reprodutiva tem sido apresentada e que contribuições agrega para pensarmos temas tratados sob as rubricas parentesco, ciência e tecnologia. Para tal, intelectuais como Kath Weston, Marilyn Strathern, Charis Thompson e Claudia Fonseca foram consultadas como fonte de inspiração. Aliadas a outras referências que cito de forma pontual, essas intelectuais fornecem a grade teórica por meio da qual tento compreender a IC e algumas de suas particularidades.

O contato com o tema se deu durante a realização de pesquisas sobre reprodução canina, parte de meu objeto de estudos no doutorado – a saber, criação e exposição de cães de raça. Surpreso com o assunto, talvez por minha imaginação inicialmente associar o tema da reprodução assistida a clínicas, médicos e tecnologias “de ponta”, passei a buscar mais informações nos materiais já citados, com destaque à plataforma Facebook, que desde o início se mostrou um espaço privilegiado para contatar informações e relatos de experiências.

Dentre os muitos grupos dedicados a debater a IC nesta plataforma, acompanhei particularmente dois entre os meses de fevereiro e março de 2021, “Inseminação Caseira: Tentantes & Doadores” e “Inseminação Caseira: Tentantes e Doadores – RS”. Criado em dezembro de 2014, o primeiro grupo conta com cerca de 35 mil participantes e uma média de 700 publicações/mês, enquanto o segundo, espécie de versão estadual (Rio Grande do Sul, Brasil) e fundado em agosto de 2020, já em meio à pandemia da COVID-19, conta com quase 4 mil membros e uma média de publicações semelhante. Uma breve descrição dos grupos e participantes será apresentada ao longo das próximas páginas. Por

³ Rede social de propriedade da Facebook, Inc., criada no ano de 2004 com a missão de “dar às pessoas o poder de criar comunidades e aproximar o mundo” (FACEBOOK, 2021). Mediante cadastro, usuários dessa plataforma podem compartilhar conteúdos e interagir através de fotografias, textos, vídeos (incluindo transmissão ao vivo), criar grupos de discussão e afinidades (fonte privilegiada das reflexões deste artigo), jogar, utilizar seu *marketplace*, entre outros serviços.

⁴ Plataforma lançada em 2005, mas desde 2006 administrada e desenvolvida pela Google, Inc. Além de vídeos gravados e transmissões ao vivo sem a exigência de cadastro, a plataforma também oferece serviços pagos de streaming de músicas e vídeos.

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

agora, vale tecer breves considerações éticas e metodológicas: prezando pela intimidade dos membros destes grupos, além de não expor sua identidade, optei por fazer pequenas alterações ortográficas nas citações retiradas dos grupos e inseridas no texto – sobretudo em termos de pontuação e expansão de reduções típicas do léxico virtual (quando “porque” vira “pq”, “você” vira “vc”, etc.). Minha intenção com essas intervenções é evitar que comentários e pessoas nas quais inspiro minhas análises sejam expostas sem seu devido consentimento. Nos dois momentos onde cito vídeos da plataforma YouTube, dado seu caráter público, não vi problema em expor identidades.

No que se refere à estrutura, este artigo se divide em quatro partes, incluindo esta breve introdução. A segunda seção introduz a grade teórica que inspirou minhas reflexões e o interesse pelo tema. Na terceira seção, invisto em descrições e análises sobre como a IC é apresentada, tentando inserir suas particularidades dentro do quadro mais amplo de temas e possibilidades analíticas anunciados pelas inspirações da segunda seção. Na quarta e última seção apresento uma breve síntese desse percurso.

Inspirações teóricas e conceituais

As inspirações teóricas que motivaram o presente artigo floresceram na esteira dos deslocamentos políticos e epistêmicos que Claudia Fonseca (2004, p. 17) interpretou como “transpolinização”, metáfora para expressar o produtivo adensamento de afinidades intelectuais e coalizações estratégicas entre os campos de parentesco e gênero dentro das tradições antropológicas britânica e norte-americana ao longo do último quartel do século XX. Para o que convém ao objetivo deste artigo, convém sublinhar a lição sobre os riscos de endossar naturalizações e universalizações legada por David Schneider e intelectuais feministas como Marilyn Strathern, Sylvia Yanagisako, Anna Tinsg, entre outras. Outrora evocadas e explicadas em nome do “natural”, noções de família e parentesco passaram a ser lidas como um produto social historicamente situado na experiência simbólica euro-americana. Como resultado, laços biogenéticos passaram a ser encarados pelas/os antropólogas/os como apenas um entre outros símbolos acionados com vistas a “demarcar y calcular las relaciones” (WESTON, 2003 [1991], p. 148). Temas clássicos estudados sobre a rubrica parentesco começaram a dividir espaço com temas como a constituição de famílias gays e lésbicas, o uso

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

de tecnologias reprodutivas e como estas ajudam a borrar fronteiras entre natureza–cultura, relações de poder (desigualdade, repressão e violência), entre outros. Gradualmente, de forma diversa e criativa, deslocamentos do interesse analítico passaram a mirar os modos pelos quais se performavam arranjos parentais, formas de pertencimento e conexão – alguns exemplos de vocabulários possíveis para lidar com o assunto.

O legado intelectual da pesquisadora e professora de Antropologia da University of Virginia (Virgínia, EUA), Kath Weston, e particularmente seu livro “Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship” (1991), representa um dos muitos pilares para esses deslocamentos. Com base em uma pesquisa etnográfica realizada na Baía de São Francisco (EUA) na década de 1980, Kath Weston (2003 [1991], p. 149), estuda arranjos homoparentais construídos com base no “princípio organizativo” da “escolha”. Tecidos entre amigas/os e companheiras/os através de performances cotidianas de comensalidade, convivência de meses e anos, histórias e experiências partilhadas, apoio afetivo e/ou material, esses laços parentais são apresentados pela autora como fruto de investimentos e escolha, e não resultado de uma conexão permanente e irrevogável explicada por componentes biogenéticos. Longe de representarem substituições ou derivações de um modelo mais estruturado e antigo, esses laços construídos através do princípio organizativo da escolha são interpretados por Kath Weston (2003 [1991]) como transformações históricas. Ao colocar em perspectiva a ideia da tradicional família nuclear, a procriação sexual e a centralidade do laço biogenético, essa obra anima seu leitor a seguir o projeto analítico de desnaturalizar o que popularmente gravita em torno dos termos família e parentesco.

A antropóloga britânica Marilyn Strathern agrega novos elementos para levar um projeto desse tipo adiante. Em “Necessidade de pais, necessidade de mães” (1995), a autora apresenta a polêmica gerada em torno “nascimento virgem” na Grã-Bretanha na década de 1990. Com base em matérias de jornais, revistas, legislações, simpósios e a luz das possibilidades abertas pelo desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas, Strathern (1995, p. 305) narra as repercussões da escolha de mulheres solteiras, sem experiência sexual e “nenhuma intenção” de ter, de contornar relações sexuais e reproduzir “por meio da concepção assistida”. Esse objeto de estudo é pensado através de uma abordagem comparativa para com as reflexões de Bronislaw Malinowski (1983 [1929]) a respeito da vida sexual e reprodutiva dos Trobriand – um

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

modelo que, de acordo com a descrição do autor, também terminaria por dissociar as relações sexuais da procriação.

Na análise de Strathern (1995, p. 317), ao destoar da expectativa ideal no modelo euro-americano de reprodução enraizado “nos fatos da natureza” (ou seja, na “continuidade direta entre reprodução social, concepção fisiológica e intercurso sexual”), as mulheres envolvidas na “polêmica do nascimento virgem” estavam contornando não apenas uma função técnica ligada ao sexo, mas simbólica. Segundo a autora, neste modelo reprodutivo as relações sexuais simbolizam a própria formação de relacionamentos. Elas serviriam de fundamento da união e do amor conjugal no qual o amor familiar se basearia, numa espécie de “visão relacional do significado do intercurso sexual” (STRATHERN, 1995, p. 313). Ao fecharem as portas para a possibilidade de estabelecer relacionamentos íntimos (qualquer tipo de relação, hétero ou homoafetiva), as mulheres do “nascimento virgem” estariam se valendo das tecnologias a sua disposição para contornar “aquelas relações de parceria que formam os alicerces da vida familiar” (STRATHERN, 1995, p. 314). Com análises afiadas, a autora não apenas atua desfazendo suposições euro-americanas sobre parentesco, natureza e cultura, como fornece bases para um projeto analítico dedicado a sublinhar a “natureza construída da compreensão do processo natural pelas pessoas” (STRATHERN, 1995, p. 316).

A pesquisadora e professora da University of California (Berkeley, EUA), Charis Thompson, nos traz mais elementos nesse sentido, especialmente em “Strategic naturalizing: kinship in an infertility clinic” (2001), capítulo da importante coletânea editada por Sarah Franklin e Susan McKinnon, “Relative Values: Reconfiguring Kinship Studies” (2001). Colocando em relevo novas tecnologias reprodutivas (como gestação substitutiva e fertilização *in vitro*) e seis instigantes casos etnográficos, a autora descreve e analisa como se dão as negociações e a coprodução entre conceitos naturais e sociais nos arranjos parentais constituídos no cotidiano de clínicas de infertilidade na Califórnia (EUA) na década de 1990. Para tal, Thompson (2001, p. 197) critica tanto a implosão “contraproducente” do dualismo natureza-cultura, quanto alguma predileção explicativa por um ou outro. Em sua abordagem, seguir a noção de “coprodução” convida a observar como, dentro daquilo identificado como biogenético, pulsam, embutidos, elementos sociais sem os quais não teria sentido ou relevância. Sua etnografia demonstra como, através das tecnologias reprodutivas

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

à disposição, as pessoas fazem escolhas, reivindicam ou rejeitam vínculos de ancestralidade e descendência, ideologias em torno de sangue, genes, nacionalidade, etnia, entra outras (THOMPSON, 2001, p. 177–178).

Na esteira dos estudos sociais da ciência e tecnologia e sua potência para pensar o parentesco, contribuições da antropóloga norte-americana Claudia Fonseca, pesquisadora e professora vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil), também precisam ser sublinhadas. Em “Os emaranhados fios de pertencimento” (2019), a autora examina como pessoas com hanseníase internadas de forma compulsória pelo Estado brasileiro durante quase 50 anos do século XX, lidaram com o violento afastamento dos membros da família (pais, filhos, irmãos), e os caminhos trilhados em busca de reparação. Além de dar atenção a laços produzidos através da experiência comum da doença, apoio e cuidado, Fonseca (2019) se vale de uma abordagem crítica fornecida pelos estudos sociais da ciência e tecnologia para chamar atenção para as materialidades e os entes não humanos relevantes na construção de laços de pertencimento nessa arena. Nesse ínterim, corpos, bacilos, copos, cuspe, serviços de saúde, medicamentos, testes de DNA, documentos, instrumentos jurídicos, telefones celulares que permitem reviver certa lembrança, entre outros tantos mediadores materiais, são trazidos ao primeiro plano da análise. O vínculo genealógico, antes protagonista nos estudos clássicos do parentesco, passa a dividir o palco com “muitos conectores materiais e imateriais possíveis” (FONSECA, 2019, p. 34). Dentro da abordagem levada adiante pela autora, as materialidades não seriam

[...] adjuntos destinados a facilitar ou impedir a manifestação de estruturas profundas. Não são “variáveis contextuais” que podem produzir variações sobre um tema de longa duração. Nem fornecem um mero “pano de fundo” para o grande drama dos valores familiares. São co-constructores ativos de sensibilidades particulares ligadas à ideia de pertencimento. [...] (FONSECA, 2019, p. 33)

No que convém ao objetivo do presente artigo (e talvez levemente diferente do que propôs a autora), não atento a mediações materiais “ao invés de estrutura ou mesmo de escolha” (FONSECA, 2019, p. 20), mas sim *pari passu* a noção de “escolha” nos termos de Kath Weston. O que uma costura analítica entre Weston e Fonseca pode legar para a compreensão da IC nos modos pelos

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

quais vem sendo conduzida nos grupos de discussão e afinidades consultados no Facebook? Obviamente que, ao tecer minhas análises, estarei transcendendo o universo de pesquisa e a proposta inicial dessas autoras, mas faço isso de forma consciente e apenas com a intenção de inserir as particularidades da IC dentro do quadro mais amplo de temas e possibilidades analíticas abertas por essas referências. O mesmo pode ser dito de Strathern e Thompson. A luz de ambas, passei a me perguntar o que acontece com “o parentesco” ou “a família” quando são constituídos não apenas em locais já convencionais (clínicas especializadas em reprodução assistida e suas tecnologias), mas também através de uma seringa e uma doação de sêmen não anônima feita em um banheiro de hotel? Como a IC pode nos ajudar a seguir desnaturalizando a ligação entre relações sexuais e procriação, e, mais ainda, nos apontar um caminho para observar desigualdades e relações de poder nesse ínterim? Como categorias consideradas sociais e naturais são negociados a luz das particularidades da IC? Sem pretensão de respostas finais, questões como essas são abordadas na próxima seção.

Escolhendo pelo Facebook: Inseminação Caseira, descrições e análises

Para alguém que até então não era usuário da rede social Facebook, meu primeiro contato com sua plataforma exigiu algumas introduções. Superados os desconhecimentos iniciais de seu uso, passei a reparar com mais atenção na estética, na composição e em algumas das narrativas encontradas nos grupos apresentados na seção que abre esse artigo. Ambos vinham carregados com emojis (representações gráficas de pessoas, coisas e situações inseridas junto ao texto) ilustrativos, como o arco-íris símbolo do movimento LGBTQIA+⁵, uma mulher grávida, uma mulher segurando um bebê, e casais hétero e homoafetivos. Nesses e em outros grupos dedicados à IC, encontrei imagens de fundo que iam desde ilustrações digitais do momento exato do encontro entre espermatozoide e óvulo, até desenhos de parques públicos e pessoas colaborando na plantação de sementes, sua irrigação e contemplação, todas com um forte senso de união e vida. Um olhar detido aos integrantes desses grupos apresenta arranjos parentais de composição diversa: mulheres solteiras ou casais hétero e homoafetivo (majoritariamente lésbicas, mas também homens

⁵ Sigla utilizada para referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexual, pansexual.

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

trans), alguns já com filhos e outros tentando seu primeiro, bem como, homens (hétero e homossexuais, solteiros e casados) dispostos a doar esperma. Dessa pequena descrição se entende o porquê da utilização das categorias “tentantes” e “doadores” para se referir às diferentes contribuições na realização da IC. Tentantes e doadores de todo Brasil podem ser encontrados nos grupos, até mesmo naquele que se propõe estadual (Rio Grande do Sul).

Seguindo a organização proposta pela plataforma (das publicações mais recentes às mais antigas), passei a analisar alguns dos tópicos criados (tema, forma que são apresentados, ideias-chave) e os comentários que se seguiam. Aos poucos percebi que a rede social Facebook servia não apenas como fonte de informação e diálogo para curiosos e interessados em conhecer e/ou tentar essa alternativa reprodutiva, mas instrumento e espaço para escolha e aproximação de tentantes e doadores. Conceitos e ideias que fui contatando nessa arena passaram a remeter a temas e abordagens analíticas apresentados na seção anterior. De modo geral, nos grupos que acompanhei foi comum tentantes solicitarem doadores com base em certos critérios considerados importantes para sua escolha – como o local onde o doador reside ou até onde pode se deslocar, características fenotípicas, entre outras, como veremos nas próximas páginas. Doadores, por sua vez, teciam descrições do que ofereciam e, em alguns momentos, os critérios que possuíam na escolha das tentantes que pretendiam atender. Quando lia sobre “escolhas”, Kath Weston (2003 [1991]) logo vinha a mente. Arranjos familiares criativos e diversos estavam sendo construídos com base no “princípio organizativo” da “escolha”, sendo fruto de investimentos (afetivos e financeiros) e não de alguma conexão biogenética dada e permanente – o que, como espero demonstrar, não significa desconsiderar aspectos “naturais”, antes o contrário. No entanto, diferente do que propôs Kath Weston com base em seu universo de pesquisa, no que se refere às ideias em torno da IC, uma das partes que viabiliza a constituição dessa família escolhida pelo Facebook, o doador, não deveria – ao menos em tese e de acordo uma conduta ética aberta à ressignificação – adensar laços de amizade, convivência, apoio afetivo ou material.

Antes de seguir por esse caminho, no entanto, um breve desvio é necessário. Inspirado pela leitura de Claudia Fonseca (2019), passei a observar as conexões materiais que resultavam dessas “escolhas” e/ou as tornavam possíveis. Inicialmente a própria plataforma Facebook, computadores, celulares, substâncias (sêmen doado) se

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

apresentaram como mediadores importantes. Porém, adensando as experiências compartilhadas nos grupos e tentando construir uma ideia geral do procedimento de IC, me vi cada vez mais diante de materialidades sem fim, todas de grande relevância para a realização do “sonho” de ser mãe e constituir uma família – sentimento evocado de forma recorrente nos grupos, por tentantes e doadores.

Após as escolhas entre tentante e doador (algo nem sempre simples, como indico após esse breve desvio), os próximos passos sugerem o contato e a aproximação entre ambos. Nesse ínterim, celular e canais de comunicação como Facebook, WhatsApp, são acionados. Indica-se investir na realização de exames pelo doador (teste de HIV, Hepatite B e C, HPV, espermograma) e tentante (exames ginecológicos “de rotina” e teste de ovulação). A ideia é resguardar a saúde, segurança e eficiência do procedimento. Para saber o momento mais adequado para saltar do contato inicial (virtual ou presencial) à partilha de substâncias (sêmen) em si, é necessário acertar os ponteiros com o doador – alinhar a disponibilidade do mesmo em se deslocar para a realização do procedimento com o período fértil da tentante. Nesse momento é preciso decidir e colocar em prática a logística do procedimento. Transporte, hospedagem, alimentação e outros aspectos são requisitados ou oferecidos a doadores nos acordos entre ambos.

Em termos técnicos, a IC consiste em um procedimento de coleta do sêmen de um doador e sua posterior inserção no colo do útero da tentante através de uma seringa. Pelo que pude acompanhar nesses grupos e em vídeos na plataforma YouTube (JUNIOR, 2019; 2020), dois procedimentos parecem populares. Um deles envolve a utilização de seringa (5, 10 ou 20 ml) e pote de plástico (onde o sêmen doado deve ser armazenado após a masturbação do doador). Sozinha ou, no caso de possuir uma/um companheira/o, com sua participação, a tentante é orientada a absorver o sêmen com a seringa e o introduzir na cavidade vaginal. Outro procedimento, menos incentivado e por vezes contestado, traz além do pote da coleta do sêmen, o uso de espéculo (como forma de abrir o canal vaginal) e uma “seringa de insulina” para inserção do sêmen. Outros comentários nos grupos dão conta de mais instrumentos utilizados, como o uso de cateter acoplado à seringa, algo constantemente denunciado pelo potencial risco de danos à saúde da tentante. Em seu canal do YouTube, “Inseminação Caseira Amor ao Próximo”, Paulo Junior, doador participativo nos grupos do Facebook, aconselha que a tentante planeje um roteiro

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

para o procedimento da IC: onde o doador vai ficar? No banheiro? No quarto ao lado? O procedimento será realizado de forma individual ou acompanhada da/o parceira/o? Como tudo será encenado? (JUNIOR, 2019).

Qual seja o planejamento levado adiante, um certo nível de constrangimento entre as partes surge em algumas das experiências compartilhadas nos grupos. Isso inclui tanto tentantes que se envergonham por estar na cama de pernas abertas quando o doador sai do banheiro rumo à saída, quanto para doadores que, como indica um relato pessoal, saiu do banheiro e se surpreendeu com “uma plateia olhando você com o potinho na mão”, incluindo “esposa, tia, mãe, primo” (FACEBOOK, 2021 [2014]). Mesmo que isso possa gerar certo grau de constrangimento para alguns, outros membros da família podem acompanhar o momento de fecundação, seja para dar segurança ou apoio emocional à tentante. Às vezes, não há sequer constrangimento. Relatos também dão conta de climas descontraídos onde o companheiro da tentante inclusive celebrou e riu até altas horas com o doador após sua mulher realizar o procedimento de IC (FACEBOOK, 2021 [2014]). A imagética naturalizada de relações sexuais íntimas entre homem e mulher que leva à concepção cede espaço para outras dinâmicas.

Para informar e dar suporte às tentantes, muitos tópicos são abertos para tratar de dúvidas. Neles se apresentam testes de ovulação, de gravidez, se compartilham dúvidas e experiências sobre o que o estado do muco vaginal (cor e textura a partir de fotos de pedaços de papel utilizados) pode informar, sobre o risco de sangramentos inesperados, sobre alguns sintomas pós-inseminação (como dor ao urinar, cólicas que são relacionadas ao ar que entra na seringa durante o procedimento, etc.), sobre os riscos dos instrumentos usados estarem expostos a uma possível contaminação por bactérias e fungos, entre outros. Dicas do que consumir para estimular a fertilidade e/ou facilitar a concepção são igualmente solicitadas e oferecidas entre tentantes, como, por exemplo, água inglesa, elixir de inhame, abacaxi, chá de unha de gato, uxi amarelo e remédios indutores da ovulação (também em muitos casos apontados como perigosos sem a devida orientação médica). Substâncias corporais como sêmen, sangue, muco, se relacionam com potes, seringas, pedaços de papel higiênico, bactérias, fungos inesperados (e indesejados), alimentos, chás, medicações e, considerando que os agendamentos para IC seguem em plena pandemia de COVID-19, porque não o próprio vírus, máscaras e

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

fracos de álcool em gel. Não há como desconsiderar o protagonismo dessas materialidades e socialidades mais que humanas em curso.

Mas não quero deixar as escolhas de lado. Materialidades e escolhas caminham de mãos dadas. Em reportagens (vide, por exemplo, BBC, 2017) e nos grupos que acompanhei, foi comum me deparar com comentários indicando que, com vistas a concretizar o sonho de ser mãe, a IC representava tanto uma alternativa mais acessível financeiramente se comparada à reprodução assistida oferecida em clínicas especializadas, quanto solução mais flexível e adaptada aos desejos de tentantes se comparada à adoção. Mas isso não significa que a IC seja para todas/os, há muitos elementos a serem escolhidos e negociados. Vejamos o exemplo do maior e mais antigo grupo que acompanhei (FACEBOOK, 2021 [2014]). Em um tópico fixo listam-se as “regras básicas” para o funcionamento da IC: afirma-se o (i) caráter sem custos da atividade; a importância de (ii) que seja “feita sem contato sexual/íntimo com a receptora, porque trata-se de algo sem envolvimento sentimental”; (iii) que, “após a fertilização e a gravidez confirmada”, o doador deve “afastar-se completamente da família receptora”; (iv) que o doador sequer pergunte os nomes do casal ou tentante; e (v) que tentantes fujam de pessoas que “só querem sexo” ou “exigem fazer/observar o momento da inseminação”. Afora as lições que essas regras legam sobre o que se espera da realização da IC (evitar o intercuro sexual e qualquer envolvimento afetivo-sentimental), os comentários que se seguiram tornaram tudo mais interessante.

Tudo começou com denúncias de tentantes sobre doadores que cobravam “a tentativa” (de R\$ 50 a R\$ 200) e todo custo da logística (transporte, hospedagem, alimentação) para o procedimento, tornando a realização desse sonho algo ainda assim inacessível financeiramente para muitas. Semelhante às recomendações éticas para procedimentos de reprodução assistida em clínicas especializadas (CFM, 2013), nos grupos temáticos do Facebook é constantemente reiterado que a doação não deve ter caráter lucrativo ou comercial nos procedimentos de IC. No entanto, o aparente incômodo com a necessidade de a tentante custear a logística gerou uma reação intensa entre doadores e tentantes que não viam motivos para esse tipo de reclamação e, em muitos casos, se sentiam desrespeitados e desprestigiados a despeito de sua essencial ajuda na realização

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

desse sonho. O comentário de um doador é esclarecedor de muitos que se seguiram:

[...] todas as regras são para doadores, porém, ninguém fala sobre a tentante que coloca o doador em um banheiro sujo para doar, nem sobre a tentante que pede ao doador que se locomova até ela de ônibus e não de Uber. Ou sobre a tentante que fala que vai depositar o valor e não deposita. Ou sobre a tentante que te criminaliza e quando você chega na casa tem 4, 5, 6 pessoas lá, por que ela é o alecrim dourado que acha que você vai fazer algo a força. Ou sobre a *tentante que não tem a mínima condição financeira ou psicológica de ter um filho, mas você só descobre isso quando chega lá*. Ou sobre a tentante que corre atrás do doador pra pagar pensão [...]. Não sei como ainda tem doador e, por favor, *escolham bem suas tentantes*, porque entre todas a pior é a que tem raiva de homem e independente do carinho que você a trate, te criminaliza! (FACEBOOK, 2021 [2014], *grifo nosso*).

Além de endossarem a opinião deste doador, muitas tentantes passaram a demonstrar preocupação que posturas ingratas ou excessivamente exigentes pudessem afastar doadores. Como desabafa uma tentante, “se seguir assim, daqui a pouco não teremos doadores e, infelizmente, nem todas conseguem recorrer a uma clínica!” (FACEBOOK, 2021 [2014]). Como o comentário grifado na citação antes destacada sugere, doadores são aconselhados a escolher bem suas tentantes, e ao que parece, essas avaliações incluiriam ponderar sobre as condições financeiras e psicológicas das tentantes interessadas. Em alguns momentos essas avaliações são justificadas como forma de prezar pelo futuro da criança, pois como sugere um doador ao se revestir de alta responsabilidade na decisão, “é uma vida que será colocada ao mundo” (FACEBOOK, 2021 [2014]). Mas essa escolha feita pelo doador também responde a uma boa dose de precaução com possíveis prejuízos pessoais no futuro. Para doadores, o risco de ser acionado em uma solicitação de reconhecimento da paternidade e pagamento de pensão é fonte de temor, e isso na medida em que, diferente de procedimentos realizados em clínicas especializadas de reprodução assistida, o caráter anônimo não é garantido na IC. Tentantes igualmente temem que, no futuro, o doador venha a reivindicar presença na vida da criança. Somados, esses motivos ajudam a explicar perfis fakes (identidade fictícia) e tentativas de realização da IC sem nenhuma troca de informações privadas, sem exames ou mesmo na posse de exames com identificação rasuradas (em muitos casos denunciados como falsos). Em um ambiente de desconfiança, surpresas e decepções podem afetar

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

a disposição ou interesse em ajudar na realização de sonhos alheios:

Depois de tanto tempo em grupos de Inseminação Caseira, o que eu mais vejo são tentantes que não tem a mínima condição financeira e psicológica de ter uma criança. Algumas se amigaram a pouco com a pessoa que se relaciona e querem brincar de boneca, algumas não tem emprego, nem renda. E aí o que acontece? O doador acaba pagando por isso e depois que sofre as consequências, para de doar. Acho que o doador também deve fazer suas exigências básicas para tentar se precaver de futuros problemas. Então não sei até que ponto não saber da vida da tentante é válido. (FACEBOOK, 2021 [2014]).

Um nível calculado de envolvimento e confiança surge como alternativa na perspectiva de muitas tentantes e doadores. Como sintetiza um doador, conhecer a tentante e sua família representa “a única forma de filtrar informações e tomar as decisões” (FACEBOOK, 2021 [2014]). Se de acordo com a Resolução 2.013/13 do Conselho Federal de Medicina, dedicada a orientar a conduta e ética em torno do uso de técnicas de reprodução assistida realizadas em clínicas do ramo, “é permitido o uso das técnicas de RA [Reprodução Assistida] para relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras, respeitado o direito da objeção de consciência do médico” (CFM, 2013, p. 4), no caso da IC, esse direito da objeção de consciência passa a ser facultado ao próprio doador. Mesmo carecendo de uma análise mais profunda, creio ser importante nos perguntarmos se, à sombra desse direito da objeção de consciência e da escolha feita pelo doador, não poderiam germinar estereótipos que moralizam a pobreza ou idealizam certas maternidades (SARMENTO, 2020). Será que naquilo que se considera as condições financeiras e psicológicas adequadas para o exercício da maternidade não estão embutidos julgamentos sobre o tamanho e as condições da residência, das roupas utilizadas, do tipo de ocupação laboral ou sua ausência, do nível educacional, de sua maior ou menor preocupação com os custos da logística, entre outros? Escolhas podem ser cruzadas e limitadas por desigualdades que condições materiais denunciam.

As escolhas feitas pelas tentantes também suscitam cuidados importantes. Nos grupos, são recorrentes avisos às tentantes sobre o risco de assédio sexual, de “doadores” (em aspas, pois seu estatuto enquanto tal é questionado) que defendem a necessidade ter relações sexuais, se masturbar e ejacular diretamente na vagina, ou mesmo um insistente desejo de ver o procedimento de

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

inseminação. A proposta de “sexo” ou “método natural” (FACEBOOK, 2021 [2014]) é encarada como um desrespeito aos sonhos nutridos pelas tentantes, e notas de cuidado muitas vezes vem acrescidas com indicações de nomes suspeitos. Essa comunicação tem uma função de alerta e prevenção. Na opinião de uma tentante, “os grupos de IC estão infestados desses nojentos assediadores, que não são doadores bonzinhos querendo ‘ajudar’ não, são apenas ridículos incapazes de arrumar mulher e fizeram da Inseminação Caseira um alimento para seus fetiches nojentos de gozar dentro de mulher!” (FACEBOOK, 2021 [2014]). A conotação negativa que a proposta de sexo ganha na IC fica explícita no comentário de outra tentante:

Tem alguns homens que não entendem né?! A mulher, se quisesse transar, ficaria com um cara, engravidaria, faria uma produção independente! Ela quer um doador PORQUE ELA NÃO QUER NENHUM CONTATO SEXUAL!⁶ (sic) (FACEBOOK, 2021 [2014])

Longe de qualquer função simbólica ligada à constituição de relacionamentos e do amor familiar (STRATHERN, 1995), justificativas de doadores em defesa da necessidade de relações sexuais são denunciadas como repugnantes, fonte de desrespeito e risco. A masturbação necessária para a coleta do sêmen (desde que num banheiro, privado) e, por ventura, carinhos e preliminares sexuais entre o casal de tentantes no âmbito de sua intimidade (como forma de estimular o corpo a ficar mais receptivo para o sêmen), são parte do roteiro esperado para a IC. Obviamente isso não significa que relações sexuais não sejam importantes para essas famílias constituídas através da IC. Podem ser fonte de prazer e mesmo símbolo da união e afeto, no entanto, elas não estão relacionadas à procriação conduzida através da IC, onde a relação entre doador e tentante deve ser instrumental. Se, à luz do contexto britânico, Strathern (1995) sugere que um homem que deseja uma relação sexual, mas não o filho que dela resulta, é “culturalmente concebível”; no caso da IC, o homem que deseja uma relação sexual é nojento e não está respeitando a família tentante, enquanto o homem que sequer considera a criança resultante, é compromissado e ético com seu papel de doador – e isso não é apenas concebível, mas estimulado por tentantes e doadores.

⁶ Na internet e em aplicativos de comunicação remota (WhatsApp, Telegram, etc.), o uso de caixa alta costuma indicar um tom de voz elevado e/ou grito. Nesta citação, seu uso também parece reforçar a indignação da tentante ao reafirmar esse princípio.

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

Mas há outros critérios-chave nas negociações e escolhas feitas por tentantes. São muitos os tópicos de tentantes solicitando doadores de certo tipo e doadores se oferecendo à escolha. Esses tópicos funcionam como registros abertos e dinâmicos de características procuradas ou disponíveis à escolha. Aspectos como localidade (pensando em questões logísticas e seus custos), características fenotípicas (cor do cabelo, dos olhos, da pele, altura), aspectos relativos à ancestralidade (étnica/racial, nacional, histórico familiar de saúde), capacidade intelectual, convicções morais, culturais, religiosas, de cuidado e/ou sucesso pessoal, entre outros, contam. A primeira impressão é a de anúncios em classificados de jornais. Pequenos textos codificados são apresentados por doadores, como, por exemplo:

Filho de Russos, 1.85 m, 80 kg, 100% saudável, alto QI, formação superior, bom nível socioeconômico e cultural, [...] possui testes genéticos do meu DNA. (FACEBOOK, 2021 [2014])

Cabelo castanho claro, olhos mel/verde, doador de sangue, bisavós e avós passaram dos 90 anos de idade, sem casos de câncer na família, 100% saudável, alto QI, pós-graduado, autodidata. (FACEBOOK, 2021 [2020])

Descendente de famílias europeias (polonesa, ucraniana, alemã e espanhola), família cristã, pele branca, cabelo castanho um pouco cacheado, olhos azuis acinzentados, 72 kg, 1,78m, 25 anos de idade. (FACEBOOK, 2021 [2020])

Olhos castanhos claros. Descendência Libanesa, Italiano e Português. Alimentação saudável, pratico esportes. Não fumo, não tenho doenças hereditárias. Exames sempre em dia. Doo sangue regularmente, sou doador de medula óssea e doador de órgãos. Não cobro e não exijo sexo. (FACEBOOK, 2021 [2014])

Nesses relatos, classificações sociais dos corpos e seu pertencimento são acionados, ofertados e correlacionados à doação de substâncias corporais, particularmente o sêmen, e sua possibilidade de transmissão à prole⁷. Não há como desamarrear categorias naturais e sociais. Como afirma uma tentante ao elogiar seu doador, trata-se de alguém “respeitador, bom caráter, um cara que adoramos conhecer e que temos orgulho do nosso filho carregar a carga genética dele” (FACEBOOK, 2021 [2020]). Nessa

⁷ Essa lista de exigências se mostrou mais robusta do que a orientação colocada a clínicas especializadas em reprodução assistida, que segundo aconselha a Resolução 2.013/13 do Conselho Federal de Medicina, “devem manter, de forma permanente, um registro de [...] características fenotípicas” dos doadores e a garantia do maior grau de semelhança possível com a tentante (CFM, 2013, p. 6).

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

pequena citação, genética e caráter, como categorias naturais e sociais, respectivamente, se implicam para produzir o orgulho que essa família dispensa ao filho, herança material deste doador e sua retidão moral. Como lembra a antropóloga Janet Carsten (2014, p. 113), pesquisadora e professora na University of Edinburgh (Edimburgo, Escócia), o parentesco “provê um reino imaginativo” profícuo “sobre quem somos [...], nossas conexões no presente, assim como com gerações do passado, e com os não-nascidos”. Isso vale igualmente para tentantes. Ao anunciarem as características exigidas para doadores, elas informam expectativas sobre aquilo que desejam dar continuidade em suas/seus filhas/os:

Procuo um doador de São Paulo. *Cor parda e olhos claros, pois minha esposa tem olhos claros e quero que venha com um pouco das características dela.* (FACEBOOK, 2021 [2020], *grifo nosso*)

Boa tarde. Tenho 32 anos, sou casada pela segunda vez, tenho uma filha de 6 anos. Meu marido fez vasectomia há 10 anos, [mas] gostaria muito de ser mãe novamente. Queria saber se tem algum doador de Porto Alegre [Rio Grande do Sul], branco, cabelos escuros, *queremos com as características parecidas com a do meu marido!* Desde já agradeço. (FACEBOOK, 2021 [2014]), *grifo nosso*)

Como essas citações e outros comentários parecidos indicam, muitas tentantes se preocupam (e guiam suas escolhas a partir daí) com o fato de o doador possuir, e por extensão ter a capacidade de transmitir à prole, características semelhantes às suas e de sua/seu companheira/o. A naturalidade com que isso é reivindicado transparece em alguns comentários, pois como afirma uma tentante, “o sonho de quem está gerando é que a criança possa ter o mínimo que seja de algumas características do seu companheiro (a), e faz todo sentido né? *É algo óbvio*” (FACEBOOK, 2021 [2014], *grifo nosso*). Um tópico sobre o tema inclusive foi criado para tratar da repreensão moral que algumas tentantes vinham sofrendo ao compartilhar suas exigências. Sua criadora exigiu que integrantes do grupo parassem de “julgar a escolha das pessoas em relação a características do doador”, afinal, “se alguém for negra e quiser um filho branco, e daí? Se alguém for branca e quiser um filho negro, e daí? *A escolha é dela*, o filho será dela, quem vai gerar e cuidar é ela e a (o) companheira (o) caso tenha” (FACEBOOK, 2021 [2014], *grifo nosso*).

Me valendo das análises de Claudia Fonseca (2008, p. 775), acredito que esse tipo de escolha surge como forma de estreitar laços parentais, pois muito além “de simplesmente reafirmar a

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

preeminência” do que remete ao “biológico”, esses exemplos de busca por semelhança entre companheiras/os e filhas/os justamente quando não guardam vínculos biogenéticos tais quais a tentante-gestante, “servem para mostrar como pessoas, em situações precisas, vão reconfigurando noções sobre o laço biogenético, criando novos significados”. Tais escolhas, nesse sentido, podem ser lidas como “estratégias informais para ‘naturalizar’ a relação” (FONSECA, 2008, p. 775). No entanto, a “natureza” simbolizada no sangue, na genética e afins, também pode ser fonte de algumas angústias para a realização da IC. A popularidade de certos doadores, não raro exaltada como fonte de orgulho pelos mesmos e motivo para indicação entre tentantes, também surge como objeto de preocupação: e se as crianças que partilham o mesmo doador (sendo, portanto, irmãos biológicos) se encontrarem? Alguns relatos de Paulo Junior, membro assíduo dos grupos que acompanhei e promotor de canais para divulgação e informação sobre IC (JUNIOR, 2019; 2020), agregam elementos interessantes:

Tenho mais de 60 positivos, a maioria já nascidos, e não tenho contato com nenhum. [...] (FACEBOOK, 2021 [2020])

Uma positiva minha [tentante que teve sucesso na realização da IC, engravidando] fez um grupo onde só estão algumas positivas minhas lá, exatamente porque elas querem ter contato entre elas para saber onde estão os irmãos. A maioria das minhas positivas não estão lá, mas algumas são preocupadas quanto a isso, porque geneticamente eles são irmão por parte do doador. (FACEBOOK, 2021 [2014])

É interessante notar que Paulo considera os frutos de sua doação como geneticamente irmãos, e isso não por parte de pai, mas do “doador”. A irmandade se sustenta em nome da genética, mas a paternidade e a filiação se diluem em nome de um código de ética relativo à IC assumido e promovido pelo próprio Paulo. Em vídeo publicado em seu canal do YouTube, “Porque ser Doador de sêmen de IC (inseminação caseira)?” (JUNIOR, 2020), Paulo equipara a doação de sêmen a atos como doar sangue, medula e alimento para quem tem fome. O ato de doar é concebido como ato de amor, sentimento de ajuda ao próximo. Para Paulo e como muitos nos grupos defendem, “toda mulher tem direito de ser mãe, ela nasceu para ser mãe”, de modo que doar é ajudar o “sonho de uma tentante virar mãe” (JUNIOR, 2020). A concretização da IC e a realização do sonho faz tentantes se transformarem em mães, mas estaciona doadores como doadores:

[...] Doador, se desprenda da doação. *O filho não é seu, o filho é da tentante. Você é apenas o transporte que fez isso acontecer, que ajudou isso a acontecer.* Tenta se desprender de tudo isso e entender isso. *Você doou o material seu para ela, é dela, o filho dela.* Não se envolva mais com tudo isso, não tenha sentimento porque o filho é dela. (JUNIOR, 2020, *grifo nosso*)

Uma suposta naturalidade da ligação genética é represada pelo compromisso ético e benevolente da doação e seu caráter instrumental (em tese isento de qualquer tipo de sentimento ou envolvimento), que dissocia o fruto da doação da categoria “filho”. Vale mencionar que a aparente maioria dos comentários nos grupos parecem endossar que, como crava uma tentante, “de modo algum pode haver relação afetiva nesse tipo de relação”, algo que também fica nítido no desestímulo à realização de IC entre amigos e o incentivo com pessoas “desconhecidas”, contornando uma possível exigência de presença na vida da criança que essa intimidade com o doador incitaria (FACEBOOK, 2021 [2014]). Os filhos são das tentantes (ao menos até alguma reivindicação legal que vise a participação na vida da criança), porém, a represa fixada pelo compromisso ético da doação não filtra a preocupação de tentantes com o alto número de “positivos” assumidos por Paulo e outros doadores. Imersas nessas preocupações, versões do que família significa e dúvidas sobre alguns riscos abertos por essa alta taxa de sucesso germinam. Para muitas das tentantes de ambos grupos (FACEBOOK, 2021 [2014; 2020]), “família é onde se cresce e tem amor”. Um, mais que outras, são categóricas em rejeitar a relevância do vínculo genético com o doador, sugerindo que, ainda que crianças partilhem o mesmo doador, “de forma ética, o filho não é do doador, então não tem irmãos. É da família”. Por outro lado, algumas tentantes concedem mais relevância aos vínculos genéticos guardados com o doador, sugerindo não apenas estarem abertas a revelar tudo à filha/o caso queira conhecer possíveis irmãos, mas nutrindo dúvidas populares sobre possíveis riscos associados à reprodução entre parentes consanguíneos:

Como de forma genética é do doador, penso se, por um acaso do destino, eles se encontrarem e tiverem um filho. Será que isso geraria um bebê com problemas genéticos, como ocorre as vezes em primos de primeiro grau? (FACEBOOK, 2021 [2014])

Tem que pensar: se o cara faz 35 doações na mesma cidade e são 35 positivos consanguíneos, de sangue, serão 35 irmãos sim. Não estou

falando que são irmãos de criação, que o cara é pai, não, mas estou falando que no DNA são irmãos, e se ficar todo mundo na mesma cidade, essas crianças viram adolescente, crescem e podem se apaixonar e namorar sim. É preciso ter cuidado... (FACEBOOK, 2021 [2014])

Antes fonte de alegria por facultar a partilha e continuidade de certas características junto às filhas/os, em situações como essa, passa a ser preciso ter cuidado com a genética. Esse cuidado não seria exclusividade dos grupos dedicados à IC que acompanhei, como indica a própria Resolução do CFM já mencionada ao sugerir que “o registro dos nascimentos evitará que um(a) doador(a) tenha produzido mais que duas gestações de crianças de sexos diferentes, numa área de um milhão de habitantes” (CFM, 2013, p. 6). A genética surge como um entre outros tantos elementos que compõe os cálculos e os idiomas parentais, como fonte de inspiração e/ou temor. O lema é a diversidade. O doador pode ser geneticamente pai, mas socialmente construído como doador. A/o companheira/o da tentante-gestante (mãe biológica), é socialmente construída como mãe/pai através de uma genética da semelhança com a/o filha/o viabilizadas/os pelas expectativas geradas pelo material genético do doador. Frutos do mesmo doador, irmãos biológicos podem ser destituídos de sua irmandade como forma de sustentar uma negação da paternidade biológica do doador. Argumentos de toda ordem são “mobilizados para reduzir, substituir ou reforçar os laços biológicos” (CARSTEN, 2014, p. 114) e aqueles construídos com base na convivência, cuidado e amor.

Considerações parciais

Começo esta seção de encerramento com uma pequena retomada de minhas inspirações teóricas e conceituais. Lendo Kath Weston (2003 [1991]), cultivei o desejo de valorizar analiticamente arranjos familiares e formas de conexão que não aquelas comumente naturalizadas (família nuclear, conjugal, heterossexual e centrada nos laços consanguíneos), bem como, curiosidade pela noção de “escolha”, alternativa conceitual àquilo, em tese, determinado por laços biogenéticos. Graças a Claudia Fonseca (2019), passei a dar o devido valor e atenção analítica às conexões materiais em jogo, repensando o ímpeto inicial de examinar apenas as representações sociais sobre a IC. Com Marilyn Strathern (1995) e Charis Thompson (2001), a curiosidade por temas como reprodução assistida, suas tecnologias e dilemas cruzavam o que

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

entendemos por parentesco, bem como, a potência do conceito analítico de “coprodução”, rumaram para o centro do palco. O conjunto de minhas análises repousou em uma costura de suas lições.

Apoiado em comentários de tentantes e doadores encontrados em dois grupos de Facebook dedicados à promoção da IC e outros materiais de apoio, percebi que, nas escolhas e práticas levadas adiante na busca pela realização do sonho da maternidade, os envolvidos atuam ora negando o que pode ser considerado natural e irrevogável (como a necessidade do sexo para procriação, a centralidade irrevogável de laços biogenéticos, o modelo de família conjugal hegemônica), ora operam o movimento reverso (naturalizando tanto o próprio desejo pela maternidade, quanto semelhanças físicas ou étnicas/raciais como chave de identificação e continuidade entre mãe/pai e filha/o). Se em alguns momentos se atribui mais ênfase a aspectos biogenéticos para construção de certo vínculo familiar, isso não impede que, de forma simultânea e proporcional, se invista na produção de outras formas de conexão e pertencimento. Longe de representarem algo fixo, dado e à espera de compreensão, laços parentais parecem estar sendo negociados e performados de forma diversa e criativa. Nesse percurso, materialidades de todos os tipos surgem não apenas como artefatos que tornam algo possível (ou inviável), mas como co-construtores incontornáveis de sentimentos de pertencimento familiar. Pensando com Thompson (2001) e Fonseca (2019), sugiro que arranjos familiares estão sendo coproduzidos por celulares, computadores, contas e grupos no Facebook, viagens de carro, quartos de hotel, seringas, potes, chás, testes de gravidez, testes de ovulação, corpos, sêmen, entre outros. Enfim, investir no estudo da IC é se abrir para as formas incontáveis e diversas através das quais expectativas e laços parentais estão sendo negociados, reforçados e desfeitos.

Referências

- BBC. British Broadcasting Corporation. **Os brasileiros que doam sêmen para inseminações caseiras**. BBC, Brasil, Cuiabá, 29 nov 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-42145205>>. Acesso em: 15 mar 2021
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@U**, v. 6, n. 2, 2014, p. 103–118.
- CFM. Conselho Federal de Medicina. **Resolução N° 2.013/2013**, 2013. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resoluocfm%202013.2013.pdf>>. Acesso em: 30 mar 2021.

As “famílias que escolhemos” pelo Facebook: notas sobre inseminação caseira

FACEBOOK (2014). **Grupo “Inseminação Caseira: Tentantes & Doadores”**, 2021. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/groups/352244381619368/>>. Acesso em: 17 mar 2021.

FACEBOOK. (2020). **Grupo “Inseminação Caseira: Tentantes & Doadores – RS”**, 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/379932779660043>>. Acesso em: 19 mar 2021.

FACEBOOK. **About**, 2021. Disponível em: <<https://about.fb.com/br/company-info/>>. Acesso em: 02 abril 2021.

FONSECA, Cláudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. **Ilha: Revista de Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 05–31, 2004.

FONSECA, Cláudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 16, n. 3, p. 769–783, 2008.

FONSECA, Cláudia. Os emaranhados fios de pertencimento. **Mundaú**, v. 6, p. 18–36, 2019.

JUNIOR, Paulo. **Passo a passo completo IC**, Canal “Inseminação Caseira Amor ao Próximo”, 2019. 1 vídeo (22:27 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wYLaxpbY28M>>. Acesso em: 22 mar 2021.

JUNIOR, Paulo. **Porque ser doador de sêmen de IC (Inseminação Caseira)**, Canal “Inseminação Caseira Amor ao Próximo”, 2020. 1 vídeo (5:25 min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4wVw8IUkp0M>>. Acesso em: 22 mar 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw (1929). “A procriação e a gravidez, segundo as crenças e os costumes dos nativos”. In: _____. **A vida sexual dos selvagens**, 1983, p. 181–219.

SARMENTO, Caroline Silveira. “Os casos de Luiza e Adriana”. In: _____. **“Por que não podemos ser mães?”: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020, p. 90–116.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 303–329, 1995.

THOMPSON, Charis. Strategic naturalizing: kinship in an infertility clinic. In: FRANKLIN, Sarah; MCKINNON, Susan. **Relative values: reconfiguring kinship studies**. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 175–202.

WESTON, Kath (1991). Las familias que elegimos. In: _____. **Las familias que elegimos: lesbianas, gays y parentesco**. Barcelona: Bellaterra, 2003, p. 145–184.

AS COTAS NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tarcília Fernandes Nascimento¹

Luiz Antonio Belletti Rodrigues²

Resumo

O presente artigo analisa a política de cotas no curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A escolha da instituição deveu-se ao fato de se tratar da universidade que recebeu a responsabilidade de inaugurar a política no Brasil, estando sob as críticas e polêmicas desde os primeiros momentos. O curso foi escolhido por ser de alto prestígio social, historicamente ocupado pelas elites, e com grau de dificuldade de entrada muito acentuado. O interesse por descobrir como esta política é encarada em um curso com estas características foi o motor propulsor desta pesquisa. Pretendeu-se descobrir quem são os alunos beneficiários deste programa, atentando para suas características socioeconômicas e de desempenho escolar. Buscou também compreender como são dadas as relações destes alunos, entre eles, entre os demais estudantes, professores e a vida universitária. A metodologia do trabalho de pesquisa partiu da análise de documentos e de pesquisa de campo. Foram analisadas as atas do Conselho Superior da Uerj (Consun), as leis nacionais e estaduais e o banco de dados estatísticos da Uerj, o DataUerj. Foram realizadas também entrevistas com alunos cotistas e não cotistas do curso, sobre o que se refere às percepções destes atores sobre a política analisada. O referencial teórico discute conceitos sobre credencialismo, meritocracia e espaços subordinados.

Palavras Chave: Cotas. Ações afirmativas. Credencialismo.

Quotas in the Medicine course at the State University of Rio de Janeiro.

Abstract

This article analyzes the quota policy in Brazilian universities, using the case of the State University of Rio de Janeiro and especially the university medical course. The choice of the institution was due to the fact that it is the university that was given the responsibility to inaugurate the policy in Brazil, being under criticism and controversy from the first moments and currently undergoing an attempt to reverse this policy by state legislature. The course was chosen for being of high social prestige, historically populated by the elites, and with a very high degree of entry difficulty. The interest in finding out how this policy is viewed in a course with these characteristics was the driving force of this research. It was intended to find out who are the beneficiary students of this program, paying attention to their socioeconomic and cultural characteristics. It also sought to understand how these students' relationships are given, among themselves, among other students, teachers and university life. The research work methodology was based on

¹ possui licenciatura e bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é doutoranda em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista Capes. E-mail: tarciliafn1@gmail.com

² possui licenciatura e mestrado em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora e é doutorando em história pela mesma universidade, bolsista Capes. E-mail: luizbelletti@hotmail.com

document analysis and field research. The minutes of the UERJ Superior Council (Consun), national and state laws and UERJ's statistical database, DataUerj, were analyzed. Interviews were also conducted with quota students and non-quota students of the course, regarding the perceptions of these actors about the policy analyzed. The theoretical framework discusses concepts about credentialism, meritocracy and subordinate spaces.

Keywords: Quotas. Affirmative actions. Credentialism.

Introdução

Desde o início dos anos 200 o Brasil experimentou uma nova configuração nos cursos de ensino superior. Uma série de políticas³ que tentaram ampliar o acesso introduziu um perfil de estudante que não era encontrado nas universidades públicas e privadas mais concorridas do país. As políticas de ações afirmativas são destacadas pelas polêmicas, convergindo críticas e defesas apaixonadas. Popularizadas no Brasil como cotas, estas são políticas que beneficiam grupos desfavorecidos na distribuição de recursos escassos, como empregos públicos, vagas em universidades, serviços públicos e representação política (MORAES SILVA, 2006). No ensino superior, estas políticas beneficiam estudantes pertencentes a grupos étnicos e socioeconômicos desfavorecidos, através do sistema de reserva de vagas.

As políticas de ação afirmativa seriam voltadas à democratização do acesso a espaços fundamentais ao exercício da cidadania, por parte de populações com históricos de discriminação e/ou exclusão que, na ausência deste tipo de política, não teriam acesso a estes espaços. Dos ambientes a serem democratizados destaca-se, principalmente, o acesso à educação, com especial destaque para o Ensino Superior, considerando que este abre possibilidades de seu portador se colocar no mercado de trabalho de maneira mais favorável. Para tanto, as ações afirmativas podem assumir várias formas, desde ações voluntárias de iniciativa privada até programas governamentais, sustentados por leis ou decisões jurídicas. Em tese, estas políticas visam prover condições para que todos os segmentos da sociedade possam competir com um mínimo de igualdade e justiça para a conquista de espaços escassos que têm como sua principal característica a possibilidade de gerar renda e prestígio a seus ocupantes.

No Brasil houve uma tendência de considerar os fatores socioeconômicos, em detrimento de um discurso baseado na ideia de reparação de um passado escravista na definição das políticas de Ação Afirmativa. Isso decorre de um intenso debate na sociedade brasileira, que tendeu a ser mais simpática às cotas sociais, priorizando a situação socioeconômica dos candidatos para o ingresso na universidade pública. Como saída a este impasse, o que podemos perceber é a adoção de um modelo híbrido que considera a determinação socioeconômica sem deixar de considerar o fator raça, já que a maioria dos projetos propostos conta com a reserva de um percentual de vagas a serem

³ Ações Afirmativas, Fies, Prouni e Sisu.

ocupadas por estudantes negros e indígenas.

A pouca diversidade étnica e socioeconômica entre os estudantes universitários está representada nos dados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que mostra que, embora 85% dos concluintes do ensino médio fossem oriundos do sistema público de ensino entre 2006 e 2008, apenas 57% dos indivíduos que ingressaram nos cursos de graduação no Brasil nesse período provinham do ensino médio público. Isto é: os 15% de estudantes oriundos de escolas privadas ocupavam quase 50% das vagas nas universidades públicas brasileiras. Os 85% dos estudantes das escolas públicas se distribuíam entre os 57% das vagas restantes no ensino superior público, ou optavam por instituições privadas, ou simplesmente davam por terminados os estudos naquele nível de ensino.

Quando se trata de cursos de alto prestígio social, e altamente concorridos, a situação torna-se ainda mais gritante. Segundo Jaqueline Ventura (apud CARVALHO & WALTENBERG, 2011) em estudo sobre ações afirmativas na Universidade Federal Fluminense (UFF), apenas dez alunos provenientes de escolas públicas foram aprovados para Medicina em 2011, o que representa uma vitória em comparação aos anos anteriores. O mesmo aconteceu com os cursos de Odontologia e Direito. Se olharmos para Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais, observamos maior incidência de concluintes advindos do ensino médio público. Pesquisas sobre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) mostram a importância de seu papel para a abertura das portas dos cursos de prestígio para alunos negros e oriundos de escolas públicas no Brasil. Em 2011, enquanto a UFF comemorava a entrada de seus dez alunos de escolas públicas para a Medicina, a Uerj apresentava-se como caso excepcional, com a entrada de 19 alunos de escolas públicas no mesmo ano, também para o curso de Medicina. O Estado do Rio de Janeiro implementou o sistema de cotas em suas universidades pioneiramente em 2003, e desde então vem consolidando e aperfeiçoando a política na Uerj e na Universidade Federal do Norte Fluminense (Uenf).

O objetivo deste trabalho é buscar entender, portanto, como operam as cotas no curso de Medicina da Uerj. Tentaremos responder quem são os alunos beneficiários e suas percepções sobre a política de cotas no contexto por eles vivenciado. Foram analisadas as características socioeconômicas e culturais, bem como as relações dos alunos cotistas, entre outros cotistas e os demais estudantes, professores e a vida universitária. Compõe o objetivo deste artigo compreender também o perfil dos alunos

ingressantes pelas cotas no que diz respeito ao seu desempenho acadêmico comparado ao de outros alunos.

A metodologia do trabalho de pesquisa parte da análise de documentos e de pesquisa de campo. O primeiro material de análise é constituído pelas atas redigidas nas reuniões do Conselho Superior da Uerj (Consun), que tiveram como pauta a introdução das cotas como dispositivo legal no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo com esta documentação é avaliar a receptividade da lei pelos diferentes atores presentes nesse conselho, sobretudo aqueles que estavam ali representando a Faculdade de Medicina.

Outro material de análise é o banco de dados estatísticos produzido pela própria Uerj anualmente, o DataUerj. Este material é fonte de informações sobre as situações estudantis de todo o corpo discente da Uerj, e foi através dele que pudemos fazer a primeira leitura quantitativa dos alunos cotistas da Universidade.

O acesso ao campo se deu pela conversa com os professores e coordenadores das disciplinas que autorizaram a nossa presença nas salas de aula e entrevistas com os estudantes dentro da Faculdade. Foram entrevistados dez alunos em diferentes etapas do curso, pois a abordagem a estes alunos ocorreu nos corredores da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe). Dos entrevistados, cinco são não cotistas (quatro homens e um mulher), e cinco cotistas, sendo um cotista portador de necessidades especiais, um cotista filho de policial incapacitado em razão do serviço, uma cotista de escola pública e dois cotistas raciais.

A medicina na Uerj e as cotas

A Uerj se destaca pela iniciativa pioneira em relação a política de cotas. O vestibular de 2003 foi a primeira experiência de ação afirmativa em forma de reserva de vagas dentre todas as universidades brasileiras. Nos conselhos universitários durante o período de implementação, além de debater as questões práticas das ocorrências ocasionadas pelo primeiro vestibular com reserva de vagas do país, também propiciou um espaço para o debate ideológico entre os conselheiros. Estes muitas vezes se posicionavam e criticavam não só o processo em andamento na Uerj, mas também a política de maneira geral. Os posicionamentos foram muito variados, sendo marcante a posição do corpo administrativo da Uerj, representado pela reitora e Sub-reitores, favoráveis ao sistema, embora reclamassem pela autonomia e pelo poder de decisão que foram negados à Uerj durante o processo. Os outros

representantes do conselho tiveram opiniões variadas, manifestando seu ponto de vista nos momentos oportunos. O representante discente da Faculdade de Ciências Médicas manifestou sua opinião através de uma carta assinada por vários estudantes de Medicina, que gerou grande polêmica e foi de grande interesse para este estudo, já que era uma importante manifestação das percepções do grupo estudado aqui.

A carta demonstrava grande preocupação dos estudantes em relação a como os novos alunos permaneceriam em um curso de alto custo de manutenção e de horário integral. Além disso, dentre as propostas de reformulação da lei sugeriram uma pontuação mínima para o ingresso, ou seja, que a entrada dos estudantes não obedecesse à porcentagem destinada a eles, mas a critérios baseados em conhecimentos escolares adquiridos, tornando assim as vagas reservadas ainda mais restritas do que as outras. Obviamente, tais propostas não foram levadas em consideração, mas registraram a resistência daqueles estudantes em receber alunos cotistas.

Desde 2003 muitos anos se passaram e as cotas estão consolidadas, tanto para estudantes quanto para professores e setores administrativos. As ações afirmativas na Uerj contam com infraestrutura de apoio estudantil considerada bem sucedida. Portanto, acreditamos que uma análise que privilegie o perfil e o desempenho dos estudantes atendidos pela política é justificável na medida em que permite, sobretudo, uma avaliação do potencial democrático, equalizador e valorizador das diversidades étnicas para o qual se propõe.

Atualmente, são reservadas 45% das vagas por curso/turno na relação de 20% de vagas para estudantes da rede pública, que tenham cursado, integralmente, as séries do segundo segmento do ensino fundamental, e todas as séries do Ensino Médio, em escolas municipais, estaduais e federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro; 20% de vagas para estudantes que se autodeclararem negros ou pardos e 5% das vagas para estudantes que integram alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira, e pessoas portadoras de deficiências, além de filhos ou dependentes de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Todas as modalidades devem atender à condição de carência socioeconômica definida como

renda per capita mensal bruta igual ou inferior a R\$ 1.017,00⁴.

Datauerj

O DataUerj é um anuário estatístico produzido pelo Núcleo de Informações e Estudos de Conjuntura (Niesc), órgão vinculado à administração central da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele reúne os dados institucionais mais relevantes da Uerj, que abrange desde informações sobre o espaço físico da universidade, até os dados sobre o corpo discente, passando por ensino, extensão, administração, recursos financeiros e corpo docente. Os dados se apresentam sob a forma de quadros evolutivos com registros referentes ao último ano completo antes do início da execução do referido anuário.

Através dos dados do anuário estatístico DataUerj foi possível comparar cotistas e não cotistas sob o aspecto do desempenho e do perfil socioeconômico no período de 2007 a 2013⁵. O que foi observado é que, mesmo que os cotistas destoem um pouco do restante dos estudantes, do ponto de vista socioeconômico – em função dos critérios de renda exigidos pelo programa da Uerj – pode –se dizer que o desempenho dos mesmos quase se iguala ao desempenho dos alunos não cotistas. Considerando desempenho os dados sobre notas, trancamentos, reprovação, evasão e conclusão, a análise de todos estes itens refuta as possibilidades de que os alunos cotistas de Medicina encontraram maiores dificuldades no decorrer do curso.

Ao comparar os cursos da Uerj em relação às cotas, é possível separar os cursos em três grupos pela ocupação das vagas reservadas, estando os cursos de maior prestígio localizados no grupo de maior ocupação de todos os tipos de vagas. A presença de alunos de escolas públicas é maior do que a presença de negros e portadores de deficiências, inclusive na Medicina, que tem o maior percentual de alunos de escolas particulares.

No curso de Medicina as cotas foram ocupadas em sua totalidade, com presença de cotistas em todas as modalidades. O que foi possível notar é que tanto estudantes negros quanto estudantes de escolas públicas ocupam todas as vagas reservadas. Observou-se também a ocupação das vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais ou filhos de policiais mortos ou incapacitados em serviço, vagas que, na maioria dos cursos,

⁴ Valor exigido no edital do concurso vestibular de 2013.

⁵ Período de realização da pesquisa.

mostrou-se ociosas.

Os dados socioculturais discriminados por tipo de ingresso encontrados no DataUerj traz importantes informações sobre os alunos cotistas e não cotistas da Medicina. Sobre a idade em que os alunos começaram a trabalhar, obtemos dados muito significativos. Em média de 90,9% dos alunos não cotistas nunca trabalhou antes de ingressar na universidade, entre os cotistas, a média foi de 60%.

Outro aspecto significativo diz respeito à declaração da Renda Bruta Familiar em salários mínimos. É visível a função inversa existente entre a quantidade de salários mínimos e a quantidade de cotistas. Ou seja, conforme a renda familiar vai aumentando, menor é o número de cotistas presentes na faixa.

Sobre a escolaridade dos pais dos estudantes, é importante enfatizar a mobilidade social promovida pela política de ação afirmativa. Apesar dos números variarem muito neste item, é visível que os cotistas têm, significativamente, menos pais com ensino superior.

Quando o ponto é o desempenho, o DataUerj mostra que as taxas de reprovação, evasão e trancamento não são, significativamente, mais altas entre os alunos beneficiados pela política e tampouco são capazes de representar um deficit de conclusão ao final do curso. O que se pode compreender dos resultados sobre o desempenho dos alunos cotistas da Medicina da Uerj é um rendimento bastante semelhante ao dos demais alunos, independente do tipo de ingresso.

Ao analisar as notas dos alunos de Medicina na Uerj percebe-se que o desempenho dos alunos cotistas é satisfatório e muito similar aos dos não cotistas. Desde 2007 a nota média daqueles que se valeram da política de reserva é 7,9 pontos. A nota média dos não cotistas é 8,1 pontos.

As taxas anuais de afastamentos definitivos mostram que entre os cotistas ela é significativamente menor. É importante destacar que estes números são sempre muito pequenos, tanto para cotistas como para não cotistas.

Considerando a entrada dos alunos cotistas nos últimos anos, observamos uma equivalência equilibrada com a entrada de não cotistas. Além disso, evasão, trancamento e reprovação destes alunos refutam as possibilidades de que os alunos cotistas encontrem dificuldades no decorrer do curso.

A lei de oferta de 45% de vagas reservadas tem sido cumprida, e

estas vagas sendo ocupadas e concluídas pelo público alvo, o que demonstra boa adaptação ao curso, com notas relativamente altas e aproximadas aos dos demais alunos. As taxas de reprovação, evasão e trancamento não são, significativamente, mais altas entre estes alunos, e tampouco são capazes de representar um déficit de conclusão ao final do curso.

O que os alunos da Medicina falam sobre a política de cotas na faculdade?

Podemos dizer que significativo número de estudantes negros e de baixa renda adentrou espaços antes reservados à parcela predominantemente branca e frequentadora de escolas privadas. No entanto, a entrada destes novos atores no ensino superior não pressupõe uma situação de igualdade entre cotistas e não cotistas após a concorrida entrada de ambos. As políticas multiculturais afetam a ideia que as pessoas têm sobre raça, etnicidade, cultura e igualdade socioeconômica, mas continuam em cena a intolerância às diferenças.

Nas entrevistas aos cotistas do curso de Medicina, percebemos que os alunos se declaram majoritariamente como classe média e os dados mostram que a maioria está, de fato numa faixa de renda que entendemos como tal, exceto por dois casos. Os dois entrevistados negros foram os únicos que se reconheceram como mais pobres, ainda que tenham destacado grande incentivo e investimento financeiro por parte da família. O aluno que não destacou este empenho por parte da família, disse mesmo assim, ter sido sempre um aluno de sucesso nas escolas por onde passou. Os cotistas não relataram situações de pobreza que tenham interferido nas suas expectativas educacionais, e dizem que os gastos com escolarização sempre foram tratados com prioridade pela família.

Outra constante entre os alunos, tanto cotistas, como não cotistas é a formação complementar como cursos de línguas, música, grupos religiosos e principalmente o esporte, praticado por quase todos os entrevistados. A participação em cursos pré-vestibular também foi muito recorrente e tido como fundamental para a aprovação independente do tipo de colégio frequentado na educação básica.

Na análise das entrevistas ficam marcantes algumas características dos alunos pesquisados, como a boa relação com a escola e o mundo dos estudos. Todos os entrevistados relataram que eram bons alunos e nunca tiveram dificuldades, além do papel da família

neste apoio, tanto financeiro quanto emocional.

Sobre as cotas, algumas percepções merecem evidência. Todos os alunos, exceto um, são favoráveis à política de cotas. Entretanto, isso não significa a ausência de fortes críticas, principalmente em relação às modalidades de acesso. A sugestão mais comum é que as cotas deveriam ser baseadas unicamente na renda. Até mesmo as cotas para estudantes de escolas públicas geram questionamentos devido ao fato de as escolas federais serem as principais ocupantes destas vagas. As críticas às cotas raciais, assim como às outras modalidades, são contundentes e os casos considerados fraudulentos são geram grande revolta.

Em relação à convivência entre alunos, parece existir muito respeito para com os cotistas e uma medida significativa de cautela para não criar situações constrangedoras dentro da FCM. Mas quando saem do ambiente escolar, a Uerj é vista como lugar dos cotistas, o que leva seus alunos a serem alvos de piadas com este tema. Porém, não é visto pelos alunos como ofensivo. Dentro da FCM, foram relatadas algumas falas de cunho discriminatório por parte dos professores, e, além disso, consideram que o programa de auxílio-permanência desenvolvido pela universidade é a principal forma de marcar estes alunos e instituir discriminação.

Alguns alunos relataram se há alguma forma de agrupamentos de cotistas e não cotistas, não é pelo fato de serem cotistas ou não, mas sim por uma questão de "identidade cultural". Segundo estes estudantes o que ocorre é uma associação por pertencimento social embora nenhum aluno tenha se identificado de fato com a necessidade das cotas para sua ascensão educacional. Na fala de nossos entrevistados, fica claramente exposta uma segurança de que entrariam para a universidade mesmo sem as cotas.

Ensino superior no Brasil, posições subordinadas e credencialismo

As mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro na década de 2000 culminaram numa significativa ampliação da procura por este nível educacional. Isto se deu por alguns fatores relacionados às tendências da sociedade contemporânea, como a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação, a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho e, principalmente as políticas de acesso que tornaram mais factível a entrada no ensino superior para jovens antes muito distantes desta realidade reservada historicamente para membros da elite.

Existe a crença de que há grandes benefícios sociais e econômicos resultantes da obtenção de um diploma de nível superior, corroborado nos grandes diferenciais de renda que existem no Brasil entre os detentores de diploma e o restante da população. Este diferencial de renda é ainda mais significativo porque está associado a certa mobilidade social experimentada pelos estudantes que inauguram a obtenção de diplomas de curso superior em suas famílias. Uma evidência disto seria que os diferenciais de renda proporcionados pela educação nos países em desenvolvimento, como o Brasil, são muito maiores do que os encontrados nos países mais desenvolvidos (SCHWARTZMAN, 2000). O que explica esta diferença nos países em desenvolvimento seria a relativa escassez de educação superior e a possibilidade que as pessoas mais educadas encontram de garantir rendas mais altas que decorrem, sobretudo, da posição social que ocupam ou que conseguem atingir. E se a renda decorre de um privilégio social, os que já ocupam posições de privilégio e não querem abri-las para os demais tratam de criar mecanismos para restringir o acesso às suas posições, através de diferentes mecanismos de controle de mercado.

O mito da democracia racial é, sem dúvida, o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo. Esta é a ideologia por trás de fatos como o de negros ingressos na faculdade de Medicina da Uerj pelas cotas raciais afirmarem não concordar com tais cotas, ainda que tenham entrado por este meio no curso. Textos de Jessé Souza (2000) mostraram que determinados grupos de pessoas colaboram com a própria dominação na medida em que a boa interpretação do papel de subordinado pode lhes render melhores posições na hierarquia. Carlos Hasenbalg (2005) nos lembra que este pensamento cumpre um papel ideológico de aceitação da mobilidade como esforço puramente individual, sendo alcançado unicamente pela vontade de vencer e pela virtude do ator. Este acaba sendo um modo de legitimar as desigualdades e o poder dos que já se encontram em situação de vantagem. Enquanto isso, o acesso das camadas desfavorecidas a bens é sempre individual e não fruto de demandas políticas de determinado grupo, e conseqüentemente, o abandono de setores mais prejudicados tende a ser percebido como fracasso individual.

Quando os alunos da faculdade de Medicina foram entrevistados, chamou atenção a dificuldade que demonstraram em se identificar com a condição de cotistas. A mesma dificuldade foi observada em verem tal acesso como uma conquista de classe.

Ao se referirem às suas oportunidades de atingir o curso superior, as cotas não são destacadas como substanciais, mas como catalizadoras de uma realidade já garantida. Estigma ou preconceito não foram relatados como problemas para estes estudantes no universo da faculdade de Medicina. Mesmo nas situações em que ocorreram discussões sobre o tema, posicionamentos hostis e piadas, tais oposições não eram diretamente assumidas porque os alunos se apoiam na convicção de que não precisariam das cotas, embora tenham feito uso delas, e muitas vezes compartilhavam das críticas.

Randall Collins (1989), afirma que a educação não é a base das destrezas técnicas, mas serve para mobilizar as oportunidades de praticar determinadas formas de trabalho e assim restringir o acesso à verdadeira aquisição de uma aprendizagem diretamente no posto de trabalho. Para o sociólogo, a educação é o mecanismo fundamental para a diferenciação entre grupos, que permite o acesso aos melhores empregos somente aos anteriormente premiados. Ou seja, quem tinha uma posição determinada ascendia a uma porção determinada da riqueza. A sociedade do século XX possuía as credenciais educativas como se fosse um título de nobreza cuja função era obter um trabalho blindado, ou seja, transformando uma posição privilegiada em outra.

É interessante notar que a posição contrária em relação às cotas por parte dos alunos cotistas remete diretamente à teoria credencialista de Collins (1989). Estes alunos não valorizam as cotas porque o alcance da sua credencial corre o risco de ser diminuído pelo fato do uso das cotas. As cotas, normalmente, são vistas como um acesso facilitado a determinado patamar, e o aluno de Medicina teme que sua conquista seja vista na forma de uma “credencial ajudada”. Para não correr este risco, ele muda de lado e passa a condenar as cotas.

Na sociedade moderna, as oposições deixam de se localizar nos binômios senhor/escravo ou coronel/dependente, para assumirem formas impessoais como doutor/analfabeto, qualificado/desqualificado, bairro/favela, etc. O que muda em relação ao modelo tradicional é que independente de um vínculo de subordinação construído a partir de situação particular, o vínculo de dominação passa a ser impessoal por se referir a valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno. A posse ou não de valores europeus individualistas legitimou a dominação social de um estrato sobre o outro, justificou os privilégios de um sobre o outro, calou a consciência de justiça e permitiu a naturalização da

desigualdade como a percebemos e a vivenciamos hoje (SOUZA, 2000, p. 168).

Consideração final

O objetivo deste trabalho foi desvendar quem são os alunos beneficiários das ações afirmativas no curso de Medicina da Uerj, e suas percepções sobre a política de cotas no contexto por eles vivenciado. Foram analisadas as características socioeconômicas e culturais, bem como as relações dos alunos cotistas, entre os cotistas e os demais estudantes, professores e a vida universitária. A análise esteve focada no curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde se pretendeu compreender que tipo e que medida de heterogeneidade foram provocados pela política de cotas neste curso e compreender também o perfil dos alunos ingressantes pelas cotas e seu desempenho acadêmico comparado com o dos outros alunos.

Em relação a Uerj e sua relação com a política de cotas, foi possível observar que ela se destaca pela iniciativa pioneira neste setor. Os conselhos universitários durante o período de implementação, representou um espaço para o debate ideológico entre os conselheiros e deixou evidente a opinião dos representante da FCM que manifestaram a posição através de uma carta assinada por vários estudantes de Medicina.

A análise do Anuário Estatístico DataUerj nos permitiu observar que, do ponto de vista socioeconômico, os cotistas destoam um pouco dos outros estudantes de Medicina. Ainda assim o desempenho dos mesmos quase se iguala ao desempenho dos alunos que não se valeram das cotas. Lembrando que desempenho leva em consideração, além de nota, trancamentos, reprovação, evasão e conclusão. A análise de todos estes itens refuta as possibilidades de que os alunos cotistas de Medicina encontrem maiores dificuldades.

Quando os alunos da faculdade de Medicina foram entrevistados, chamou atenção a dificuldade que demonstraram em se identificar com a condição de cotistas. A mesma dificuldade foi observada em verem tal acesso como uma conquista de classe. Ao se referirem às suas oportunidades de atingir o curso superior, as cotas não são destacadas como substanciais, mas como catalizadoras de uma realidade já garantida. Estigma ou preconceito não foram relatados como problemas para estes estudantes no universo da faculdade de Medicina. Mesmo nas situações em que ocorreram discussões sobre o tema,

posicionamentos hostis e piadas, tais oposições não eram diretamente assumidas porque os alunos pareciam se apoiar na convicção de que não precisariam das cotas, embora tenham feito uso delas, e muitas vezes compartilhavam das críticas.

Os conceitos trazidos para este debate buscaram organizar o entendimento sobre a dificuldade de aceitação de políticas que elevam as classes desfavorecidas dos espaços subordinados para os espaços de direitos, sobretudo porque os próprios ocupantes destes espaços subordinados compactuam com esta ideologia, fortalecendo conceitos como os de meritocracia e credencialismo.

Referências

CARVALHO, Márcia de; WALTENBERG, Fábio D. **Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem comprometer o desempenho?** Texto para discussão 73. Niterói: CEDE/UFF, 2013.

COLLINS, Randall. **La sociedad credencialista:** sociología histórica de la educación y de la estratificación. Trad. Ricardo Lezcano. Madrid: Akal, 1989.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa:** História e debates no Brasil. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 117, nov. 2002.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. **Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI.** Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011.

MORAES SILVA, Graziella. **Ações Afirmativas no Brasil e na África do Sul.** Tempo Social, São Paulo, v. 18, p. 131-165, 2006.

NASCIMENTO, Tarcísio. **As ações afirmativas na câmara federal:** uma análise das orientações políticas que as norteiam. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2007. 2008.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2008. 2009.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2009. 2010.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2010. 2011.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2011. 2012.

NIESC. **DataUerj.** Anuário estatístico. Base de dados 2012. 2013.

SCHARTZAMAN, Simon. **A Revolução Silenciosa do Ensino Superior:** Seminário sobre "o sistema de ensino superior Brasileiro em Transformação". In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O Ensino Superior em Transformação. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES/USP), 2000.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva:** Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000.

UERJ. **Avaliação qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico.** Relatório, 2011.

MISKOLCI, R. **Batalhas Morais. Política Identitária Na Esfera Pública Técnico-Mediatizada.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, 112p.

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos¹

Richard Miskolci, neste livro sintético, retoma anos de pesquisa sobre gênero e sexualidade no Brasil e coloca o tema, marginal à episteme da sociologia, no centro do debate intelectual e político. Por meio da análise cuidadosa da interação em redes sociais de grupos à esquerda e à direita do espectro político em torno de questões de gênero e sexualidade, Miskolci demonstra como uma agenda inicialmente marcada pelos valores de reconhecimento e justiça é esvaziada pelo debate moralizante que tem as redes sociais como arena de disputa. A análise compromissada de Miskolci aponta os limites das promessas democratizantes das redes sociais ao demonstrar que fazer política no século XXI guarda uma maior relação com as fogueiras da inquisição do que com a conformação de um ambiente marcado pela racionalidade e respeito à diversidade associado a práticas modernas de se fazer política.

A análise desenhada tem início em 2010 ano no qual “ideologia de gênero” se torna a categoria que movimenta e sintetiza o debate público que ganha novas dinâmicas pelo espaço no qual se dá: as redes sociais tornam-se a arena de disputa política em um movimento muito distante dos valores da racionalidade e dialogia essenciais à democracia. Nas redes sociais, o debate sobre direitos e justiça social, longe de ser eivado pelos valores do reconhecimento e da dignidade humana, é tomado como uma agenda moral e de costumes na qual a luta do bem contra o mal é o motor. “Fundamentalismo religioso” e “redes ativistas identitárias” constituem lados opostos das “batalhas morais” descritas na obra, mas que, apesar das irreconciliáveis diferenças, compartilham uma característica: valores e práticas controversas e conflituosas com relação ao conhecimento produzido nas universidades. O irracionalismo, o anti-intelectualismo e a intolerância percorrem transversalmente o espectro político e promovem uma ambiência de descrédito na ciência com consequências que conhecemos bem em 2020 com pandemia da COVID-19. A grande preocupação do autor é demonstrar que

¹ Doutora em Sociologia e Professora EBT de Sociologia no IFSP, campus São Paulo Pirituba. Contato: carolina.vila@ifsp.edu.br.

nossa incivildade parece ser mais profunda e matizada; assim, não se trata de apontar culpados de um lado ou outro do espectro político, mas demonstrar que há uma ambiência de intolerância e anticientificismo marcada pelo individualismo neoliberal, conceito mobilizado via Wendy Brown, que esgarça o tecido social e volatiliza instituições e valores e toma o indivíduo hiperinflado como medida de todas as coisas.

Fazer e analisar política no século XXI, argumenta Miskolci, não pode estar apartado do olhar cuidadoso sobre internet e, especialmente, das redes sociais. Miskolci sugere um corte histórico associado à ascensão do que ele chama de “esfera técnica midiaticizada”. As redes sociais formam uma nova esfera pública, na qual o pluralismo típico da sociabilidade democrática está submetido a interesses mercadológicos que governam a opacidade da dinâmica algorítmica das redes sociais. “Esfera técnica midiaticizada” associa ao caráter tecnológico da esfera pública (o trabalho de Manuel Castells é uma referência) o fomento a uma cultura da personalidade baseada na visibilidade midiática individualizante e competitiva característica do individualismo neoliberal e que tem as redes sociais como motor propulsor.

A constituição da esfera técnica-midiaticizada é parte da longa história das relações entre indústria cultural e democracias na modernidade, assim longe de sugerir alguma espécie de determinismo tecnológico, o olhar do analista, argumenta o autor, deve se voltar para formas de potencialização de tal processo histórico com consequências importantes para as democracias contemporâneas. Apesar do alerta, entendo que é possível identificar, em várias passagens, que a perspectiva adotada pelo autor aposta no caráter superlativo e no poder irrestrito de determinação das redes sociais na esfera pública. Na página 20, por exemplo, a luta por reconhecimento “passou a se dar dentro do contexto técnico, midiático e comercial [...] que se estende ao *off-line* abarcando-o dentro do mesmo movimento de transformação do eixo de discussão pública das razões [...] para o das emoções”. Ao ler o trecho, perguntei-me se existe mesmo um contínuo entre *online*/virtual e *offline*/real de modo que não existem possibilidades de mediações, tensões ou seletividades produzidas por outras instituições e práticas sociais, como a igreja, a família, as amizades, o trabalho, isto é, o mundo real. Não haveria, no argumento de Miskolci, um olhar enviesado que torna as redes sociais a arena *per se* da produção das subjetividades e do debate político?

A postulação de um corte entre um “antes” e um “depois” provocado pela ascensão das redes sociais (a novidade é tão grande que merece um novo nome, “esfera pública técnica mediatizada”) parece supor que, no momento anterior às redes sociais, o debate político era marcado pela racionalidade e pela dialogia implodida pela conformação de um modo de relação (as redes sociais) marcado pelas emoções e pela experiência identitária que rejeita a diversidade humana. Ernesto Laclau² oferece referências produtivas para refletirmos como a política sempre foi o reino do afeto, da identificação e do jogo das equivalências, de modo que podemos pensar que a agenda moral e de costumes é parte das práticas políticas em democracias modernas, uma prática que, sem sombra de dúvida, se tornou mais belicista no contexto das redes sociais. Assim, entendo que o livro de Miskolci aponta a *consolidação* de uma perspectiva moral sobre questões públicas, as “batalhas morais”, que tem “esfera técnica mediatizada”, em especial as redes sociais, como arena importante de disputa e de conformação de subjetividades, mas não única.

Para a conformação das “batalhas morais”, Miskolci toma como ponto de partida os debates, nas redes sociais, em torno da categoria “ideologia de gênero” por uma aliança de grupos políticos de extrema-direita forjada desde 2013. As Jornadas de Junho de 2013, longe de assinalarem a primavera dos novos tempos, marcaram o fortalecimento da extrema-direita no cenário político pela afinidade entre tais grupos e a gramática das redes sociais marcada pela experiência moralizante da produção de identidades e conformação de grupos. As Jornadas de Junho de 2013, ao consolidarem o papel das redes sociais na formação da opinião pública brasileira, potencializaram o individualismo neoliberal e lançaram as “batalhas morais” como componente central do debate político, argumenta Miskolci. No capítulo 1, são apresentados os protagonistas destas “batalhas morais” nas redes sociais, os “empreendedores morais” e “empreendedores de si da política identitária”. São estes dois exércitos que produzem os conflitos em torno de questões de gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos que tem as redes sociais como arena. Da perspectiva do autor, a análise do cenário político pós-2013 deve ter como eixo condutor a dinâmica das redes sociais que conformam um espaço público em que o diálogo se torna batalha no qual há aliados e inimigos, vencedores e cancelados,

² LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London: Verso, 2017.

“escrachadores” e escrachados. É a partir do debate nas redes sociais que se desenha o modo como a moralidade substituiu a política de modo que até mesmo a distinção clássica entre esquerda e direita parece não fazer muito sentido: direita e esquerda ou “empreendedores morais” e “empreendedores de si da política identitária” compartilham um mesmo campo discursivo no qual “identidade” ou “experiência” dos sujeitos transformam-se em plataformas de competição (p. 32) assentes na economia da atenção característica das redes sociais. Por meio da produção e reprodução incessante de “identidades-perfis”, os empreendedores da esfera técnica midiaticizada prescindem das instituições mediadoras da vida social, como a ciência, a universidade, coletivos, partidos ou movimentos sociais e mobilizam o EU, suas experiências e artimanhas, como a referência do debate público.

Uma preocupação parece mover a obra: o modo como a formação de bolhas nas redes sociais atinge os mediadores sociais, como a universidade, de maneira preocupante. Miskolci adota uma posição clara no texto, a defesa da universidade em sua autonomia crítica “indispensável para que a academia seja um espaço que acolha democraticamente as divergências” (p. 16). O autor reconhece que a porosidade das fronteiras entre movimento social e universidade, no que toca especialmente às questões de gênero e sexualidade, tem causado problemas que precisam ser equacionados. Miskolci trata do anti-intelectualismo presente no debate público e demonstra que não se trata de um mero posicionamento no espectro político, mas da conformação de um “campo discursivo” no qual as práticas são definidas pelas métricas das redes sociais nas quais identificação e afeto deslocam a diferença e a racionalidade do debate público.

Dominique Cardon³ chama atenção para o fato de que a internet foi formulada por jovens questionadores que a projetaram como forma de potencializar encontros e debates num sentido de ampliação da esfera pública e da constituição de uma espécie de contra-poder que prometia uma gramática distinta da indústria cultural na disputa pelo reconhecimento no espaço público. O fato, como demonstra Miskolci, é que tal promessa foi capturada em sua ampliação e conformação como um mercado bilionário de produção de identidades–produtos que se digladiam por atenção; o debate público, argumenta Miskolci, não está pautado pelos

³ CARDON, D. A democracia internet: promessas e limites. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2012.

valores do diálogo e da tolerância à diferença, mas sim pela reprodução de silenciamentos e pela produção da mesmidade. A partir desta chave, a obra desvela mecanismos de reprodução de poderes que, à primeira vista, não são questionados por militantes que entendem que a internet e, especialmente as redes sociais, são espaços neutros do ponto de vista do poder.

No capítulo 2, o campo discursivo no qual as batalhas morais se dão é sintetizado na categoria “politicamente correto”. “Politicamente correto”, categoria que percorre *posts* e *tweets* indignados à direita e à esquerda, sintetiza a batalha entre, de um lado, os “empreendedores de si” e, do outro, os “empreendedores morais” que colocaram um conjunto de práticas morais sob a alcunha de “ideologia de gênero” no centro do debate político. Seja à esquerda (como “o respeito e o tratamento justo de grupos historicamente subalternizados”) ou à direita (“uma imposição de minorias que expressam o anseio por privilégios” ou “censura ou ataque a valores que estes grupos à direita compartilham”), “politicamente correto” condensa uma percepção de que desigualdades e injustiças poderiam ser enfrentadas por meio de posturas e práticas individuais sem reflexões acerca do caráter estrutural dos temas tratados. Ora, se a mudança está na mão de cada um, faz todo sentido mobilizar práticas que, pelo exemplo, produzem constrangimento e impelem à retratação ou silenciamento daqueles que escapam ao correto proceder. Assim, o cancelamento e o escracho, à esquerda e à direita, são os instrumentos da luta política que inadvertidamente reforçam o individualismo neoliberal, mesmo daqueles que empenham a bandeira da justiça social e dignidade humana.

No capítulo 3, a atenção de Miskolci se volta para tais práticas da luta política típicas do individualismo neoliberal que tem as redes sociais como referência; escracho e cancelamento são práticas de censuras e perseguições que se dão nas relações face a face ou no ambiente virtual mobilizadas não apenas pelos “empreendedores morais”, postulados como inimigos da racionalidade, da justiça e da diversidade, mas também pelos “empreendedores de si”, grupo que levanta bandeiras progressistas como respeito à diferença, dignidade humana e democracia. A avaliação de Miskolci não deixa dúvidas com relação à sua posição crítica diante do ativismo identitário: “este segmento da política das diferenças alimenta a extrema-direita nas redes sociais ao mesmo tempo que dissemina anti-intelectualismo dentro do campo de estudos de gênero” (p. 49). O argumento de Miskolci é

que os grupos de empreendedores das políticas das diferenças recusam a perspectiva dos estudos de gênero e *queer* em favor da afirmação de identidades essencializadas. Um efeito desse movimento preocupa: a bandeira do feminismo de que o pessoal é político sofre um *rebranding* na versão neoliberal e o “político poder ser usado para fins individuais” (p. 48).

Nesse embate que fragiliza a universidade e a reflexão científica, Miskolci chama a atenção para o desconhecimento por parte de seus colegas pesquisadores que tornam secundária a “mediação formativa da ciência em favor de uma produção que vocaliza a própria identidade como transparente, uma forma de intelectualismo encampada em contextos acadêmicos e que espelha fenômeno similar *on-line*” (p. 51). Miskolci alerta para as graves consequências do anticientificismo: a pesquisa e a racionalidade são substituídas pela denúncia, ressentimento e ódio, o que contribui para a desqualificação das universidades e do ensino superior público. Esta tensão não é exatamente uma novidade nas ciências sociais que historicamente lidam com as disputas pelo sentido da análise da realidade, no entanto, a análise de Miskolci pode ser ampliada de modo a abarcar o descrédito com relação a ciência de maneira geral; lembro, por exemplo, da celeuma em torno do tratamento precoce da COVID-19 e o descrédito com relação a vacinas em um país que, historicamente, contou com um vigoroso programa nacional de vacinação. Assistimos estupefatos o ataque público à ciência e as mortes se multiplicando como efeito da irracionalidade do debate público. O livro permite vislumbrar o quão profunda é a crise que os mediadores sociais, com destaque para a ciência produzida nas universidades, têm enfrentando no império do individualismo neoliberal no qual o Eu é a referência do mundo. Da perspectiva de Miskolci, esse desastre se desenhava, no Brasil, desde 2010 e ainda há muito por vir.

No capítulo 4, Miskolci aprofunda as reflexões sobre a relação do cientista com movimentos sociais e a luta política de grupos subalternizados por meio da análise da gramática das políticas da diferença/ativismo identitário nas redes sociais. A partir do clássico “Pode o subalterno falar” de Gayatri Spivak, o autor trata da incorporação atabalhoada da noção de “local de fala” na esfera técnica-mediatizada e também trata de outras duas categorias que estão na ponta dos dedos dos “empreendedores de si” nas redes sociais: “experiência” pela mobilização das reflexões da historiadora Joan Scott e “cisgeneridade” a partir das reflexões de

Judith Butler e Berenice Bento. Miskolci demonstra como a mobilização descuidada destes conceitos, no contexto da esfera técnica-midiatizada, tem efeitos contrários aos declarados valores da democracia, da justiça social e da dignidade humana encampados pela militância política nas redes sociais. A análise refinada desenhada culmina na proposição de uma ética renovada do intelectual com relação à luta política: longe de supor a transparência do poder e do papel do intelectual, é preciso promover uma ética de comprometimento com os subalternizados que tenha como móvel o que a ciência pode oferecer: análise e pesquisa especializada, rigorosa e comprometida com os valores da modernidade.

A universidade e a escola são espaços nos quais as batalhas morais se dão, mas são também espaços nos quais a resistência pode ser inventada: é na universidade e na escola, com base na produção e circulação de conhecimento crítico, que práticas como escracho, cancelamento e censuras podem ser olhadas de forma crítica e possibilidades de elaboração de gramáticas de luta que tenha o diálogo e a diferença (e não a disputa nas micro-diferenças e a intolerância) como valores de referência podem ser desenhadas. É preciso recolocar a ciência, a racionalidade e o compromisso com o diálogo como referências no debate público e deixar de lado o registro da moral: a disputa entre o bem e o mal não constroem um campo discursivo marcado pelo compromisso com a compreensão da realidade. O livro de Richard Miskolci é um alerta que recupera o compromisso histórico e ético da ciência que tem sido questionado pela multiplicação de disputas que aumentam o volume do EU e diminuem o espaço de encontros e diálogos. O livro é uma aposta no que a universidade pode oferecer de melhor e chega em um momento no qual racionalidade e compromisso ético com a realidade são artigos escassos.

Referências

CARDON, D. **A democracia internet: promessas e limites**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2012

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2017.

MISKOLCI, R. **Batalhas Morais. Política Identitária Na Esfera Pública Técnico-Midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, 112p.

CASTRO, R. **ECONOMIAS POLÍTICAS DA DOENÇA E DA SAÚDE: UMA ETNOGRAFIA DA EXPERIMENTAÇÃO FARMACÊUTICA.** 1 Ed. –SÃO PAULO: HUCITEC, 2020.

María Florencia Chapini¹

Através de uma etnografia inovadora e crítica, a antropóloga brasileira Rosana Castro analisa e questiona a produção farmacêutica contemporânea focando especificamente na experimentação de medicamentos em seres humanos no Brasil. O livro chamado "*Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica*" descreve alguns dos procedimentos, práticas, relações e atores envolvidos no ensaio clínico randomizado internacional duplo-cego controlado – doravante, o ECR². O método ECR, segundo explica Castro, é o mais utilizado pela indústria farmacêutica para produzir medicamentos, o preferido pela biomedicina e é o mais aceito pelas agências regulatórias de cada país. A análise é feita através de uma escrita que concilia termos próprios da farmacologia para organizar dados do trabalho de campo, conseguindo fazer uma crítica localizada à produção farmacêutica internacional a partir da explicitação das diferenças nacionais, populacionais, raciais e econômicas que compõem a experimentação, em conformidade com dinâmicas globais, neocoloniais e neoliberais.

O livro é fruto da tese de doutorado, realizada na Universidade de Brasília e premiada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) no ano de 2019. A autora tem uma interessante trajetória de pesquisa como também profissional, que segundo ela, foram elementos fundamentais para a construção do objeto de pesquisa da tese. Em primeiro lugar, cabe destacar o interesse pelo tema da produção de medicamentos desde a

¹ Formada em Trabajo Social (Serviço Social) na Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza- Argentina). Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. Contato: flor.chapini@gmail.com.

² A autora de uma forma mais ampla define o ECR como um ensaio ou estudo clínico. Esse último é entendido como dispositivos que permite descobrir efeitos dos medicamentos no organismo humano com a finalidade de estabelecer o perfil de eficácia e segurança de uma determinada droga. Mas, no caso da pesquisa o ECR é o método que mais usa a indústria farmacêutica para produzir medicamentos e é o mais aceito pelas agências regulatórias para habilitar a comercialização pela confiança no tipo de evidência científica que produz.

graduação, quando pesquisou o misoprostol³. Isso lhe permitiu questionar a produção de diferentes efeitos dos medicamentos, como por exemplo “terapêutico”, “adverso”, “legal”, “proibido”; assim como a regulamentação dos medicamentos, tema que abriu sua pesquisa de mestrado. Nessa oportunidade, dedicou-se à regulamentação de substâncias dedicadas ao tratamento da obesidade, chegando mais perto da vigilância sanitária e da experimentação de medicamentos em seres humanos. Ali conseguiu ver que a experimentação de um medicamento é produto de um complexo processo em que participam diversos atores e, dentre eles, a vigilância sanitária acionada pelo Estado é fundamental. É interessante ver que não só a trajetória acadêmica e de pesquisa constituem a riqueza da produção intelectual da autora. Entre a passagem da graduação ao mestrado, Rosana Castro trabalhou no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Após o mestrado, ingressou no Ministério de Saúde, no Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Decit/SCTIE/MS), na área de Bioética e Ética em Pesquisa. Essas duas experiências laborais foram fundamentais, segundo Castro (2018), já que deram ferramentas para entender o campo, fazer questões e chegar ao objeto da pesquisa de doutorado.

O método ECR é considerado “padrão-ouro” no mundo para a produção de evidências científicas sobre o uso de medicamentos. Assim, além de entrevistas com profissionais que trabalham em eventos públicos da área, fez trabalho de campo em um centro de pesquisa privado que conduz experimentos com fármacos, chamado ficticiamente de Croncenter. A experimentação farmacêutica não é olhada por Castro como um método isolado, senão que entende o ECR como um produto de relações de diferentes atores em escala nacional e internacional ao redor de um experimento. Assim, Castro mostra as etapas do experimento e os diferentes atores envolvidos nele, tais como a indústria farmacêutica, as Clinical Research Organizations (CROs) – empresas mediadoras entre indústria farmacêutica e centros de pesquisas –, centros de pesquisa clínicas

³ O misoprostol é a substância ativa do medicamento Cytotec que por vários anos foi usada para o tratamento de úlceras gastroduodenais, mas também é usada por mulheres leigas e profissionais médicos para interromper a gestação, sendo esse último uso um “efeito colateral” do primeiro uso. Assim na pesquisa de Iniciação Científica, a autora se perguntou como é que alguns efeitos das substâncias são considerados terapêuticos e outros efeitos são considerados “adversos” ou “colaterais” (CASTRO, 2018).

locais, agências reguladoras do Estado e sujeitos (doentes) que participam de pesquisas. Para pensar esses processos, Rosana Castro cunha a categoria *economias políticas da doença e da saúde* como eixo central de todo o livro. Essa categoria faz referência às

Relações nas quais, por um lado, indústrias farmacêuticas multinacionais e o estado brasileiro especulam, negociam e capitalizam no mercado global da pesquisa clínica sobre sua própria população, caracterizada em termos de sua classificação racial e étnica, seus indicadores epidemiológicos e seu precarizado acesso a tecnologias e serviços de saúde gratuitos e de qualidade (CASTRO, 2020, p. 31).

Essas caracterizações da população, conforme mostra Castro no livro, vêm sendo elementos mobilizados por atores tais como parlamentares, gestores nacionais de políticas de saúde e de ética em pesquisa, que promovem a atração de investimentos internacionais para o país e diversificam a oferta de serviços e tecnologias de saúde, por meio da disponibilização de sujeitos adoecidos para os experimentos.

O empreendimento etnográfico que constrói para mostrar como funcionam as chamadas *economias políticas da doença e da saúde* é uma mistura entre conceitos da farmacologia e a etnografia, nomeado por Castro de *farmacografia*. Tal como se propõe, a *farmacografia* se baseia em fazer um exercício político pelo qual, através da escrita, apropria-se da linguagem da ciência biomédica. Para a antropóloga esse exercício tem o objetivo de, por um lado não deixar só com os cientistas temas que nos são tão caros como é a saúde e, por outro usar os conceitos da farmacologia para mostrar como a produção de medicamentos está associada à violência colonial racista que, logo de um processo de purificação, acaba sendo nomeado como uma descoberta de tratamentos médicos. Dessa maneira, a farmacografia é definida como uma performance textual, não de acordo epistêmico, senão de traição, já que consegue propor uma análise crítica a partir de categorias êmicas.

O livro está composto por três partes principais que dizem a respeito à *farmacografia* e que são movimentos onde a autora vai costurando conceitos da farmacologia com a etnografia: *Princípio ativo*, *Farmacocinética* e *Farmacodinâmica*. A primeira parte chamada *Princípio ativo*, trata da construção do objeto de pesquisa antropológico e à contextualização da constituição do ECR como

“padrão-ouro” na produção de evidências científicas sobre medicamentos.

Já na segunda parte intitulada *Farmacocinética*, a autora se dedica a explicar como os ECRs chegam na América Latina, e mais especificamente ao Brasil, até conseguir começar a ser testado em seres humanos. Na farmacologia, *farmacocinética* é usado para se referir aos processos pelos quais os fármacos são administrados, os tecidos e órgãos pelos quais se relacionam, até ser expulsados do organismo humano; esse processo também faz referência aos efeitos que o próprio corpo humano gera no fármaco. As etapas da *farmacocinética* são *absorção, distribuição, metabolismo e excreção*; essas etapas pelas quais um medicamento passa pelo corpo foi usado por Castro para pensar, em termos políticos e econômicos, a relação entre os laboratórios farmacêuticos, as CROs, órgãos governamentais, centro de pesquisa e, finalmente, os sujeitos nos quais são experimentados os medicamentos.

Na etapa da *absorção*, o medicamento não é lançado ao mercado livremente para ser experimentado. Muito pelo contrário, o livro mostra como é trabalhoso começar um experimento já que as empresas farmacêuticas precisam estimar se vão conseguir recrutar pacientes para testar, o tempo que o processo vai levar e que as agências regulamentares dos países não impossibilitem a experimentação. Nesse sentido, América Latina se converteu em um alvo da experimentação por ter, em termos farmacológicos, sujeitos *biodisponíveis*. Mas, para Castro, os sujeitos na América Latina são “vendidos” como *[mor]biodisponíveis, morbio-* faz referência à população doente na região que é vista como rapidamente acessível *-disponível*. A autora afirma:

Nesse sentido, se para a farmacologia a noção de biodisponibilidade “é um termo usado para descrever a porcentagem na qual uma dose do fármaco chega ao seu local de ação, ou a um líquido biológico a partir do qual o fármaco chegou ao seu local de ação” (Buxton, 2010, p.3), entendendo a morbidisponibilidade como um termo que designa os processos especulativos por meio dos quais CROs e laboratórios farmacêuticos caracterizam as populações latinoamericanas por seu perfil epidemiológico – relacionado, portanto, às taxas de morbidade dos países da região – e pela previsão de que tais sujeitos doentes seriam facilmente inseridos em estudos clínicos (CASTRO, 2020, p.138).

Ainda dentro da *morbiodisponibilidade*, há outro ponto fundamental na seleção do Brasil como um país competente para fazer os estudos, a saber: a representatividade de escala global no que diz respeito às classificações populacionais internacionais em termos raciais. Assim, para a indústria farmacêutica, o Brasil se converte em uma espécie de laboratório ao ter sujeitos com as doenças que mais incidem dependendo dessas classificações raciais. Isso traz como consequência que o processo seja mais barato e mais fácil para o mercado farmacêutico, já que, por um lado, não é necessário fazer experimentos em diferentes países e, por outro, permite que as indústrias tenham que lidar com a burocracia da regulação da pesquisa em um país só. Para Castro, os interlocutores mobilizam positivamente e estrategicamente a miscigenização por considerar que o Brasil contém uma diversidade de grupos raciais, entendendo a sociedade como uma população mestiça e por outro, essa variedade de grupos interessa ao mercado olhando ao Brasil como um “simulacro das populações humanas e de suas respectivas doenças” (CASTRO, 2020, p. 143).

A autora do livro se pergunta, por que as pessoas no Brasil participam dos experimentos? A pesquisa desenvolvida mostra as complexidades das relações que envolvem a experimentação farmacêutica. Os ECR acabam sendo mobilizados como tratamentos de saúde a partir do tipo de relação que os pacientes têm com o sistema de saúde. Por um lado, se reconhece a demora na atenção dos serviços de saúde pública e, por outro, pela relação médico-paciente.

Dessa maneira, Castro analisa etnograficamente o processo de *absorção* dos fármacos no Brasil, onde acontecem conversões em que os problemas das pessoas acabam sendo capitalizados pela indústria farmacêutica. As doenças passam a ser áreas terapêuticas de testagem de medicamentos, os sujeitos doentes passam a ser pacientes de pesquisa, a situação de precariedade do acesso a bens e serviços do sistema público de saúde é visto como uma oportunidade para que as pessoas com doenças consigam aderir à participação na pesquisa e em muitos casos é uma recomendação clínica. Isto caracteriza a população como *morbiodisponível*, sendo um exemplo das inversões que a autora identifica criticando essas capitalizações que, por momentos, aparentam ser positivas e favoráveis às pessoas doentes.

E por último, a terceira parte chamada *Farmacodinâmica* trabalha a experimentação propriamente dita em seres humanos. É uma sessão rica em anotações do diário de campo já que se trata do trabalho de campo mais intenso que a autora fez num centro de pesquisa privado no Brasil, o Cronicenter. Ali, mostra como, uma vez que a pesquisa clínica foi aprovada pelo Sistema CEP–Conep⁴, selecionam pessoas com doenças, que na maioria das vezes nunca foram tratadas, para logo fazer a experimentação propriamente dita. Tanto o capítulo primeiro como essa terceira parte do livro, são muito pedagógicos em relação ao processo feito pela pesquisadora para construir o objeto e ingressar em campo. Em primeira instância, tentou ingressar em dois hospitais públicos para fazer pesquisa de campo sem êxito já que, entre outras coisas, o projeto não foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do hospital. Mas, esse caminho a fez chegar ao Cronicenter, indicação feita pelos próprios médicos ao reconhecer o lugar como um centro destacado nesse tipo de pesquisa.

Uma vez que o projeto foi aprovado pelo comitê de ética e aceito nesse centro de pesquisa privado, Rosana Castro descreve as primeiras impressões ao entrar no Cronicenter e as estratégias elaboradas por ela para conseguir ir adentrando cada vez mais na experimentação farmacêutica. É de se destacar a estratégia da escrita para não revelar a localização do centro, nem os nomes dos pesquisadores, das pessoas que participaram da experimentação e as doenças que faziam com que eles comparecessem a esse lugar. Isso mostra como há dados que são delicados em termos éticos, mas cujo ocultamento não prejudica a etnografia. Através do uso de caixas pretas para não mostrar as doenças, nomes artificiais e descrições alteradas do espaço físico, Castro cria imagens pelas quais o/a leitor/a imagina os espaços, as cenas, os ritmos e as pessoas. Por exemplo, em algumas observações de consultas com médicos–pesquisadores e pacientes, o fato de registrar só o barulho da caneta ou das folhas⁵, o leitor pode imaginar a relação entre o médico–pesquisador e o paciente no centro de pesquisa. Assim, fica mais explícita a

⁴ Sobre a eticidade da experimentação farmacêutica no Brasil, a autora dedica parte do capítulo 4 para mostrar como os ensaios clínicos são considerados pelas autoridades brasileiras como empreendimentos que podem contribuir com a população brasileira de forma individual e coletiva.

⁵ Essas onomatopeias estão escritas no texto da tese de doutorado, no livro não aparecem.

complexidade das relações que compõem a experimentação e o lugar de produção que pode caber a cada ator envolvido.

O objetivo da autora com essa etnografia é instigar e inspirar a pesquisar a biomedicina e produz esse “efeito”, sobretudo para os leitores familiarizados com o campo da saúde ou da ciência. O livro está estruturado e escrito de tal forma que o leitor fica capturado pelas descrições e insights que a autora vai trabalhando, assim como também a análise detalhada da produção farmacêutica contemporânea através de uma crítica política refinada que evidencia dispositivos coloniais e racistas no processo analisado.

Para concluir, é pertinente ressaltar que o livro é uma etnografia que demonstra a vida como um objeto de mercadoria nas economias políticas atuais. A partir do diálogo com obras de Michel Foucault, *Microfísica do poder* e *Em defesa da Sociedade*, e Nikolas Rose *A política da própria vida*, Rosana Castro conclui que os modos de capitalização de doença de algumas pessoas, na sua grande maioria negras e sem acesso a bens e serviços de saúde, permite a produção de tecnologias de melhoramento das condições de vida de outras. Ambas as lógicas apontam para uma interdependência entre biopolíticas e necropolíticas contemporâneas, que dizem muito a respeito da dinâmica internacional da indústria farmacêutica.

Referências:

CASTRO, Rosana. **Precariedades oportunas, terapias insulares. Economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34204?locale=fr>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

CASTRO, Rosana. **Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica**. 1 Ed.. –São Paulo: Hucitec, 2020.